



Governo do Distrito Federal
Secretaria da Educação do Distrito Federal
Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho



Projeto Político Pedagógico

Escola Classe Córrego do Arrozal



Sobradinho/ DF – 2024

Sumário

1. Identificação	4
2. Apresentação	6
3. Histórico da Unidade Escolar	11
4. Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar	16
5. Função Social da Escola	20
6. Missão da Unidade Escolar	21
7. Princípios Orientadores da Prática Educativa	21
8. Metas da Unidade Escolar	23
9. Objetivos	25
9.1. Objetivo Geral	25
9.2. Objetivo Específico	25
10. Fundamentos Teóricos -metodológicos que Fundamentam a Prática Educativa.....	27
11. Organização Curricular da Unidade Escolar	30
12. Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar	35
12.1. Organização dos tempos e espaços	35
12.2. Relação escola- comunidade	39
12.3. Relação teoria e prática.....	40
12.4. Metodologia de ensino	44
12.5. Organização da escolaridade: ciclos, séries, semestres, modalidade(s), etapa(s), segmentos, anos e/ ou séries ofertadas.....	45
13. Apresentação dos Programas e Projetos Institucionais Desenvolvidos na Unidade Escolar.....	49
14. Apresentação dos Projetos Específicos da Unidade Escolar	52
14.1. Articulação com os objetivo e metas do PPP	56
14.2. Articulação com o Currículo em Movimento	56
14.3. Articulação com o PDE e/ou com o PPA e /ou com o PEI e/ou ODS 4.....	57
15. Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Unidade Escolar	58
15.1. Avaliação para as aprendizagens	58
15.2. Avaliação em larga escala.....	60
15.3. Avaliação Institucional	60
15.4. Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens	62
15.5. Conselho de Classe.....	63
16. Papéis e Atuação	64
16.1. Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA)	64
16.2. Orientação Educacional (OE).....	66
16.3. Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR).....	69

16.4.	Profissionais de apoio escolar, Monitor, Educador Social Voluntário, Jovem Candango, entre outros	69
16.5.	Biblioteca Escolar	69
16.6.	Conselho Escolar	71
16.7.	Profissionais Readaptados	72
16.8.	Coordenação Pedagógica.....	73
16.8.1.	Papel e Atuação do Coordenador Pedagógico.....	74
16.8.2.	Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica.....	74
16.8.3.	Valorização e formação continuada dos profissionais da educação.....	75
17.	Estratégias Específicas.....	76
17.1.	Redução do abandono, evasão e reprovação	76
17.2.	Recomposição das aprendizagens	77
17.3.	Desenvolvimento da Cultura de Paz	78
17.4.	Qualificação da transição escolar.....	79
18.	Processo de Implementação do PPP.....	80
18.1.	Gestão Pedagógica	80
18.2.	Gestão de Resultados Educacionais.....	83
18.3.	Gestão Participativa	83
18.4.	Gestão de Pessoas.....	83
18.5.	Gestão Financeira.....	84
18.6.	Gestão Administrativa.....	85
19.	Processo de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação de Implementação do PPP.....	86
19.1.	Avaliação Coletiva	86
19.2.	Periodicidade.....	89
19.3.	Processos/ Instrumentos.....	90
19.4.	Registros.....	91
20.	Referências.....	91
21.	Apêndice.....	98
22.	Anexos	172

1. Identificação

Dados de identificação da Instituição Educacional Escola Classe Córrego do Arrozal

Endereço: BR 020, Km 13/14, Núcleo Rural Córrego do Arrozal, Sobradinho/DF.

Criação: 09 de janeiro de 2002

Código INEP: 53013506

CNPJ: 05.140.156/0001-91

Telefone: (61) 3101 8842

E-mail: eccorregodoarrozal.sobradinho@edu.se.df.gov.br

Instagram: @escolacorregodoarrozal

Turno de funcionamento: Diurno

Turmas ofertadas: 1º ao 5º ano do ensino Fundamental – Anos Iniciais/ Educação

Integral

Quantidade total de alunos: 186 alunos

Quantidade de alunos por turma:

1º A: 15 alunos

1º B: 15 alunos

2º A: 14 alunos

2º B: 24 alunos

3º A: 28 alunos

3º B: 16 alunos

4º A: 19 alunos

4º B: 17 alunos

5º A: 24 alunos

5º B: 15 alunos

EQUIPE DA ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO ARROZAL GESTÃO 2024

Equipe de professoras e professores:

Alessandra Ribeiro

Andrea Da Silva Souza

Belma Kiyotsuk Lopes

CinthiaCarvalho Costa Martins

Denise Maria De Oliveira Castro

Flaviane Pires Ramos

Giovanna Carolina Santos Costa

Janaina Alves Silva

Jacyane Araujo Da Silva

Jakeline Martins AredesAlmeida

Joaquim Geova Ribeiro De Sena

Jucelina Monteiro Gil

Jurandir Neres De Santana

Kenia De Oliveira Furtado

Maria Da Gloria Gomes De Azevedo

Marli Alves Dos Santos

Nilma De Castro Lopes Magalhaes

Patricia Nogueira Misquita Souto

Paulo Henrique Alves Dias

Renata Alves Cavalcante Brotas

Rosangela Souza Almeida Sales

Rozinei Ferreira Da Silva Castro

Ruth Soares Goncalves Santos

Equipe Especializada de Apoio Aprendizagem: Janne Pereira Martins

Orientação Educacional: Maria da Glória Gomes de Azevedo

Biblioteca Flor do Cerrado e Coordenação: Andrea da Silva Souza Marli Alves dos

Santos

Projeto de Tecnologia: Paulo Henrique Alves Dias

Projeto de Promoção da Alimentação Escolar: Renata Alves Cavalcante Brotas

Projeto assistência às Famílias: Nilma De Castro Lopes Magalhaes

Projeto: Direto da Horta Ambiente Ecoalfabetizador: Joaquim Geova Ribeiro De

Sena

Diretora: Anete Aparecida Cardoso Silva

Vice-diretora: Meireane Gonzaga Silva Teixeira

Chefe De Secretaria: Suzete Bezerra Vieira

Supervisão Administrativa: Michele Pereira Silva

Conselho Escolar: Nilma de Castro Lopes Magalhães

Coordenação Pedagógica: Denise Castro

Coordenação Pedagógica da Educação Integral: Patricia Nogueira Misquita Souto

Equipe De Vigilantes – Global:

Fábio Ferreira de Sousa Macedo

Francisco Rosivaldo Aguiar da Cunha

Marcelo Oliveira Guimarães

Rodrigo Rodrigues de Oliveira Santos

Equipe Da Limpeza - Juiz De Fora:

Dayane Leitão Barbosa

Elielda Soares Ferreira Damacena

Idelcy Francisca de Souza,

Igor Alves de Souza

Marivaldo Alves de Souza

Gildemar Batista da Silva

Equipe de Alimentação Escolar GE:

Roberto Carlos Alves

Simone Gomes Monteiro

Eliene Rosa de Matos

Educadores Sociais Voluntários:

Veronica Ramos da Silva

Ires Lady Chagas

Maria Patricia Martins Almeida

Vilmara Da Silva Santos

2. Apresentação

Fruto de uma urgente necessidade de valorização das Infâncias e da construção de uma escola verdadeiramente democrática, pública e de qualidade social. Os movimentos de tessitura do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Classe Córrego do Arrozal (ECCA) marca sem dúvida a ênfase na aproximação e no trabalho conjunto para sua concretização, assumindo como coletivos os desafios presentes e as inúmeras possibilidades de futuro que ele apresenta.

É preciso uma aldeia para se educar uma criança. Este é o vento que orienta este projeto político pedagógico: a ideia de que uma pessoa, especialmente uma criança, só se desenvolve plenamente quando, não apenas sua família nuclear, mas toda uma comunidade se une para acolhê-la, escutá-la e construir junto o presente e o futuro. Para isso, no entanto, é

necessária à construção dessa aldeia capaz de educar uma criança e essa é a proposta deste projeto político pedagógico: constituir uma aldeia, a Comunidade de Aprendizagem da Escola Classe Córrego do Arrozal, e ser constituído por ela.

Ao apresentar nosso PPP reafirmamos o compromisso com a construção de uma educação integral pública e democrática, que possibilite a todos os estudantes a formação crítica e emancipadora necessária à transformação social. Por isso, a intenção é que as proposições aqui expressas sejam materializadas no cotidiano escolar, por meio de ações, reflexões e avaliações sustentadas pela Pedagogia Histórico-Crítica e pela Psicologia Histórico-Cultural, articuladas aos Projetos específicos da ECCA.

A Comunidade de Aprendizagem aqui é vista como um importante espaço de trocas de pessoas unidas por um laço comum. Esse laço que une é a busca por uma educação emancipadora, pela transformação social por meio da reconfiguração das práticas, tempos e espaços escolares. É uma comunidade que aprende, ensina e produz processos de cuidado com o desenvolvimento humano, o meio ambiente e com a sociedade; que compartilha cultura apropria-se de seus espaços, do seu território e, nesse processo, conhece e reconhece todos os saberes da comunidade.

O PPP constitui-se parte essencial da organização do trabalho da Unidade Escolar. Trata-se de um documento vivo, capaz de adequar-se às demandas sociais, educacionais e legais que surgem. Por isso, torna-se fundamental que este documento seja revisto regularmente para adequar-se, corrigir-se, inserir-se nos novo marcos legais que constantemente se apresentam.

Iniciamos uma viagem nas sendas do nosso PPP e inventário. As questões aqui discutidas e tecidas permitem refletir sobre nossas próprias experiências e travessias na educação. Buscamos tecer o inventário da ECCA junto ao PPP a partir de um amplo e profícuo diálogo com toda comunidade, assim fios da trama da cultura, da história, das lutas da escola podem ser ligadas, trançadas e entrelaçadas.

O inventário das escolas do campo é um diagnóstico etnográfico, preciso e detalhado da realidade na qual estão inseridas estas escolas. Este documento é um trabalho de pesquisa muito importante para o currículo da escola e para definição de políticas públicas sobre a educação do campo. Ele consiste em mobilizar conhecimentos históricos, culturais e também do ambiente.

A Modalidade Educação do Campo tem sedimentação pedagógica nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo. Este último configura-se como um instrumento pedagógico fundamental e específico para o processo de construção ou consolidação da identidade da escola do campo. Assim, o Inventário deve ser a base que sustentará o PPP das referidas unidades escolares - (UE).

Ressalta-se, portanto, que esses documentos vigentes correlacionam-se e devem ser articulados durante seus respectivos percursos pedagógicos e metodológicos de elaboração/atualização – que têm natureza dinâmica, interdisciplinar e contínua, com a realidade.

Ao considerar a realidade das comunidades nas quais as unidades escolares do campo estão inseridas é preciso analisar suas características, necessidades e possibilidades locais. Essa constatação reforça a importância da tessitura do PPP entrelaçada ao Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da comunidade escolar, pois este é um instrumento

investigativo, letivo, dialógico e dialético que tem como objetivo reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês das respectivas comunidades dos estudantes. É indispensável um planejamento pedagógico pensado a partir do (a) estudante e do seu lugar de produção de vida, de identidade cultural e de formas de organização social da comunidade.

Pensar coletivamente a construção do Projeto Político Pedagógico da escola pressupõe a superação das relações de poder instauradas na organização do trabalho escolar e a construção de práticas democráticas que contribuem para uma educação de caráter transformador. Denota repensar, refletir e incorporar novas ideias e formas democráticas à prática educativa numa perspectiva emancipatória e transformadora da educação, exigindo compromisso político pedagógico dos profissionais que atuam no ambiente escolar.

Esse processo dialético de organização do trabalho pedagógico estabelece uma significativa análise teórica da prática escolar, a fim de compreender as contradições, limites e possibilidades que a constituem. Assim, a construção de uma proposta transformadora deve empreender ações, no sentido de criar e ampliar os espaços de participação na definição das políticas públicas de educação e na gestão democrática. A participação e a construção coletiva transformam o projeto político pedagógico num instrumento de democratização das relações e de socialização do saber, pois esse projeto é a própria organização do trabalho escolar como um todo em suas especificidades, níveis e modalidades.

Na perspectiva de uma concepção de educação transformadora, a ECCA constrói coletivamente o Projeto Político Pedagógico, trazendo como referência o Projeto Político Pedagógico Carlos Mota que enfatiza que é um grande desafio para a educação, transformar a sociedade. Elencamos que não é um processo fácil nem tampouco começou por agora.

É um processo que se inicia todos os anos. Em 2022, é instituído a comissão organizadora, e se efetiva com *os encontros participativos, desenvolvendo o trabalho: Territórios de Escuta e Diálogos*, no ano de 2024.

Esse processo que se inicia em 2022, quando foi instituído o grupo de partilha e estudos para implementação do PPP e resgate de memórias, se concretizou com *o ECCA florescer, desenvolvendo o trabalho de escuta da comunidade e das crianças*, no ano de 2024.

Uma comunidade só se constitui na pluralidade. Assim, todo esse processo vem contando com a participação efetiva das equipes da escola, da gestão, das famílias e das crianças. Tanto é assim que realizamos neste ano Assembleias com a Comunidade e reuniões com a equipe docente no decorrer do bimestre para apresentação e alteração do Projeto Político Pedagógico. Nas reuniões coletivas, às quartas-feiras e sábados, foram feitas as alterações e sugestões do texto do PPP.

Nosso Projeto Político Pedagógico (PPP) tem por objetivo registrar, estruturar e estabelecer subsídios para as práticas realizadas pela ECCA. É um documento que explicita o modo de ser, fazer e pensar da escola, relacionando-o com a vida das crianças, adolescentes, jovens e famílias que atende, e com a comunidade do Arrozal, território que abriga a escola desde a sua construção.

Criada a partir de uma perspectiva de luta popular, A ECCA carrega em sua trajetória a promoção e o incentivo a práticas democráticas. E foram esses princípios que nortearam a elaboração participativa deste documento. Contando com a participação de seus profissionais e colaboradores, o Projeto Político Pedagógico a seguir expressa as diferentes vozes

que compõem o cotidiano da instituição e reafirma seu compromisso com uma educação de qualidade para todos e todas.

Mais do que um texto, o PPP proclama a existência de um trabalho que transpassa as paredes e porteiros que cercam a instituição para fazer jus àquilo que a ECCA realmente é: uma comunidade educativa, focada na escuta às crianças e num processo profundo de autonomia para a construção do conhecimento, do saber significativo e da valorização da criatividade, numa práxis escolar fundamentada *na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural*.

Importante relatar que no ano de 2022,2023 e 2024 utilizamos o questionário de avaliação institucional, a avaliação foi realizada no decorrer do primeiro semestre nas reuniões bimestrais. O Projeto Político Pedagógico da ECCA então floresce de estudos pedagógicos, discussões, reflexões, participação dos sujeitos na semana pedagógica, na avaliação institucional, nos conselhos de classe, nas pesquisas e consultas junto à toda comunidade escolar, que ocorre durante todo ano letivo. Onde o diálogo sobre as questões abaixo foram centrais no movimento de constituição da nossa escola.

O que é educação pública?

O que é qualidade social em educação na escola pública?

Como podemos traduzir a qualidade social da educação em nossas práticas pedagógicas?

Quais os valores que orientam nossas práticas pedagógicas?

O que significa educar para a sustentabilidade, para a diversidade, para a cidadania e educação em e para os direitos humanos?

O que o grupo entende que seja a função social da escola pública? Qual é sua finalidade?

Quais as concepções e práticas de gestão pedagógica e administrativa defendidas pelo grupo?

Quais as concepções do grupo sobre: currículo escolar; avaliação da aprendizagem institucional, de redes; gestão escolar; formação continuada na escola; educação integral; escola inclusiva; considerando as etapas/modalidades ofertadas pela escola (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Integral e Inclusiva).

Qual o entendimento do grupo sobre escola inclusiva (estudantes ANEE, com transtornos funcionais, heterogeneidade, garantia do direito à aprendizagem)? Desse movimento de estudo e diálogos definimos a filosofia da nossa Escola, reafirmando nossa intencionalidade.

Qual a escola que temos? Qual a escola que queremos?

A ECCA mantém registrada, em todos os posts de sua rede social, um breve resumo da história da Escola na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. A comunidade escolar, considerando todo o movimento da educação, pode conhecer e explorar os temas como, quando e sempre que quiser, pois todos são relevantes para delinear a proposta pedagógica. Para acompanhar o percurso e as memórias da construção coletiva do projeto político e pedagógico acesse nosso Instagram: [Infâncias no Córrego do Arrozal](#).

Dando continuidade, a partir de 2024 recomeçamos uma série de estudos, diálogos e ações realizadas pelas instâncias coletivas da escola (coordenações pedagógicas, Conselho Escolar, Assembleia Geral etc.) que culminou na criação de um grupo de trabalho (GT) *Territórios e diálogos*. Esse grupo ganhou força na Assembleia escolar, no início do ano de 2024, organizada para apresentação dos projetos da escola, dentre eles o “Inventário conectando escola e vida”.

Isso porque a participação familiar, nessa assembleia, fora tamanha que várias Comissões, visando melhorias na escola (na merenda, no recreio, na elaboração da Roda de Conversa, na idealização e participação de atividades culturais) foram criadas. No final do abril, na Assembleia Geral, houve o fortalecimento do Grupo de Trabalho (GT) que se debruçou sobre o então Projeto político-pedagógico a fim de agregar os resultados das discussões que permearam as reuniões, encontros e rodas de conversas da comunidade e do Conselho Escolar.

O documento base com a nova versão do Projeto político-pedagógico da Escola Classe Córrego do Arrozal foi revisto e será atualizado ao longo de 2024. De tal modo, ainda no ano de 2022, a escola passou a adotar as rodas de conversas com maior frequência semanal, e a realizar o projeto Cultural Griô - *proporcionando a participação direta das crianças na escolha de projetos culturais desenvolvidos na escola* - a buscar alternativas metodológicas que propiciassem transformações socioculturais a uma educação antirracista e dialógica. A ideia presente era levar em conta as necessidades de aprendizagens das crianças e pré-adolescentes, de modo a propiciar diversas interações com diferentes colegas e docentes, além de promover vivências e dinâmicas para compreensão e conhecimento de valores.

No âmbito das coordenações pedagógicas o foco foi no investimento da formação continuada em serviço, desenhada a partir das demandas da equipe docente, o que significou estudo sobre alfabetização e linguística, educação para o movimento, fortalecimento da lei 10.639 matemática e a análise de práticas de escolas inovadoras.

Nesses momentos, também houve a discussão sobre o que as crianças da escola desejariam. Nas reuniões dos conselhos de classe a coordenação pedagógica dialogava com a equipe para romper com a visão convencional de sala de aula e com o objetivo de que nenhum (a) professor (a) trabalhasse sozinho (a), dando mais um passo nas mudanças significativas da organização do trabalho pedagógico.

A ideia presente foi a de fortalecer os espaços de coordenação pedagógica e do conselho de classe, primando também pela formação continuada de educadores na perspectiva da Comunidade de Aprendizagem e na articulação entre os 3 níveis de avaliação: dos estudantes, pelos professores, do trabalho pedagógico e externa (em larga escala). Além disso, a equipe gestora atual da escola socializou sua atuação em importantes participações em atividades externas, como na Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação (CONANE), e no percurso de formação “Escolas em Transição”, que reuniu instituições de todo Distrito Federal, trazendo as experiências ao grupo.

Na Assembleia Geral de maio de 2024, a equipe docente lotada na escola, junto com o Grupo de Trabalho de elaboração do PPP, além de representantes do Conselho Escolar (eleitos para o biênio 2017 - 2019) iniciou mais uma atualização do Projeto político-pedagógico da ECCA, cuja versão final foi aprovada em assembleia, em maio. A efetiva construção de uma Comunidade de Aprendizagem continua em 2024, com a instituição da metodologia de trabalho por projetos e por meio de vivências de espaços de aprendizagens múltiplos e flexíveis. Também em 2024 foram criadas 7 comissões (meio ambiente e sustentabilidade, Ciclos, Acolhimento, Tecnologia e Comunicação, Comunidade de Aprendizagem, Alimentação e PPP) que irão

subsidiar a continuação da Comunidade de Aprendizagem, que agora busca se consolidar a partir da efetivação deste Projeto político- pedagógico. Este ano também passamos a contar com a assessoria da UNB para o planejamento estratégico anual.

Na busca por reconstruir e reestruturar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da ECCA com a essencial participação das crianças dada a importância ao processo de organização desse momento de construção junto com elas, originou as rodas de conversas que instituídas tiveram a intenção que a priori estas, cidadãos em construção, se constituíssem um poder coletivo com voz ativa no que concerne a seus interesses e necessidades. As crianças exerceram seu papel de cidadãos ativos, participativos e conhecedores dos seus direitos e deveres por meio além de rodas de conversa, de passeios pelos arredores da unidade escolar e da cidade, observação do trajeto de casa para escola, fotografias, entrevistas e conversas com membros da comunidade.

3. Histórico da Unidade Escolar

Os carros que passam a cem quilômetros por hora na BR-020 dificilmente reparam na placa pequena, desbotada, pichada e parcialmente coberta pelo matagal, que indica o Córrego do Arrozal. Ela fica no quilômetro treze, ainda na região administrativa de Sobradinho, no Distrito Federal, mas quase na divisa com Planaltina.

O território é formado por chácaras, acampamentos, assentamentos e ocupações, além de alguns poucos estabelecimentos, como a escola, algumas igrejas e a associação de produtores local. Seguindo a estrada de terra vermelha à esquerda por mais dois quilômetros, outra placa é vislumbrada.

Nas tessituras das lembranças de nossa escola ficam as janelas e os caminhos pela frente. Em frente, o cerrado atravessa e na mala de viagem desta escola o ontem e o agora, ao acender o candeeiro que ilumina nossa escola, nossas infâncias aqui carecem de ter a memória acordada para não perder o chão e os sonhos que essa escola trilha. Entendemos o diagnóstico como processo fundamental para identificarmos as fragilidades e potencialidades de nossa instituição.

Para darmos início ao diagnóstico da ECCA, articulamos todos os segmentos envolvidos no processo ensino e aprendizagem para colhermos dados necessários a essa construção. Utilizamos várias estratégias com essa finalidade, entre elas, as reuniões coletivas com a comunidade escolar, além de questionários socioeconômicos e entrevistas com moradores da região. Outra estratégia utilizada foi uma visita aos arredores da escola com os professores, os funcionários e os alunos, em momentos diferentes, para que eles pudessem observar avaliar e sugerir ações de resignificação dos espaços, com a finalidade de melhor atendê-los.

A Escola Classe Córrego do Arrozal é uma Escola do Campo, foi criada por meio da Portaria nº 09, de 09 de janeiro de 2002. No entanto, suas origens remontam a meados da década de 1990. Nossa escola foi construída a partir da divisão da fazenda Sálvia em espaços de terra para diversos segmentos da sociedade, onde famílias foram se assentando. Foram se formando os registros que mostram que nossa escola funcionou em uma sala de aula na igreja e depois em uma sala de aula da Associação. Até que com muita luta se garante um espaço de terra doado pela Embrapa Cerrados que historicamente também recebeu terras para que a escola funcionasse. A fazenda foi dividida, teve seus hectares cedidos ao colégio Agrícola, Embrapa e cedida a assentar a população do Movimento dos trabalhadores Sem Terra. A escola se constitui na luta das comunidades do campo pela busca de educação para os seus filhos. Sua construção como patrimônio da comunidade começa na igreja, passando pela Associação e tem sua

trajetória marcada pela luta na busca por um terreno para construção da sede própria. O resgate destes fatos é contado oralmente pelos mais velhos é trazido por fotos na linha do tempo de atuação das equipes, famílias e crianças e nas narrativas orais.

Ao destrinchar os diferentes bairros e territórios que conformam a região do Córrego do Arrozal é possível entender diversas inquietudes e especificidades que caracterizam a região a mesma é diferenciada pela presença de assentamentos precários, posse de terra irregular, ausência de infraestrutura e com problemas sociais carecendo, portanto de maior atenção pelo poder público.

Estudos da UNB apontam que no Córrego do arrozal uma entre cada 3 crianças ou adolescentes estão vulneráveis à pobreza. E ainda cabe registrar como característica para vulnerabilidade da região a presença marcante do narcotráfico e parte dele atuando na absorção e aliciamento de crianças e adolescentes e jovens pelo crime organizado dentro de comunidades periféricas. A inserção dos adolescentes e crianças em espaços de criminalidade tem sido perpetuado e naturalizado formando um ciclo geracional no qual a relação com o narcotráfico se mostra como alternativa possível para as famílias da região. Outro aspecto além das inúmeras situações de vulnerabilidade já vivenciadas no território do Arrozal no tocante à saúde há muita precariedade e as famílias vivenciam privação de direitos.

Entre os anos de 1994 e 1998 a escola funcionou em uma igreja no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, com apenas uma sala de aula. Ela nasce para atender a população dessa região. A atual região poligonal é uma arena de conflitos, diversos são os atores envolvidos que reivindicam o direito de uso e posse da terra. Diante desse cenário, apresentamos a seguir, as principais narrativas sobre a constituição da sua historicidade. Pesquisa com os moradores mais antigos e junto ao IBRAM registram, ainda, que o local em tela está inserido dentro da APA (Área de Preservação Ambiental) do Rio São Bartolomeu criada pelo Decreto Federal nº 88.940, de 7 de novembro de 1983 e, também, a qual teve o seu zoneamento aprovado pela Lei Distrital 5334, de 19 de maio de 2014. A área em questão localiza-se entre as Unidades Hidrográficas de Sobradinho e Mestre D'armas, ambas inseridas na Bacia Hidrográfica do São Bartolomeu, na região hidrográfica do Paraná.

Com o crescimento populacional e a crescente demanda por educação, a escola passou a funcionar na associação comunitária local entre 1999 e 2001, expandindo suas instalações para três salas de aula nos turnos matutino e vespertino, atendendo desde a Educação Infantil até a 4ª série do Ensino Fundamental. Nesse período, administrativamente, a escola era um anexo da Escola Classe Brochado da Rocha. A separação administrativa da EC Brochado da Rocha, ocorrida em 2002 após a doação de um terreno pela EMBRAPA, foi uma conquista significativa para a comunidade do Arrozal, representando um marco na sua autonomia e desenvolvimento local.

Os primeiros anos na nova sede, de 2002 a 2007, foram marcados por importantes realizações e gestões dedicadas. A implantação da "Educação Integral" foi um grande marco, atendendo às necessidades das famílias carentes da comunidade.

Entre 2010 e 2019, sob a gestão da professora Joliene Dutra, a escola passou por uma série de reformas e melhorias. Em 2011, deixou de ofertar Educação Infantil e passou a focar exclusivamente no Ensino Fundamental de 9 anos. Nesse ano, a escola também inaugurou uma Sala de Recurso Generalista, uma biblioteca e um laboratório de informática, frutos de uma parceria com a Rede Gasol. Entre 2012 e 2013, o prédio escolar foi compartilhado com a EC Brochado da Rocha, que estava em reforma. Em 2013, a escola recebeu o Prêmio Gestão Escolar, um reconhecimento pela excelência em gestão democrática e qualidade educacional.

Nos anos de 2015 e 2016, o atendimento na Educação Integral foi alterado, passando a ser apenas para as turmas de 3º, 4º e 5º Anos. Em 2017, a escola retomou a oferta de Educação Infantil e suspendeu o atendimento de Educação Integral por falta de espaço físico. Em 2018, a escola participou do projeto Parceria pela Valorização da Educação (PVE), executado pelo Instituto Votorantim, visando a melhoria da educação pública. Em 2019, integrou o projeto Escola que queremos, uma iniciativa da SEEDF para melhorar a educação pública em vários aspectos. Nesse ano, também foi construída a quadra poliesportiva da escola, uma grande conquista para a comunidade, realizada com recursos de uma parceria entre o Ministério Público da União e a Associação de Moradores do Córrego do Arrozal.

A comunidade do Córrego do Arrozal, com sua diversidade econômica, social e cultural, encontrou na escola um ponto de referência e desenvolvimento. A instituição não apenas educou, mas também fortaleceu os vínculos comunitários e promoveu a valorização das origens e das potencialidades de cada indivíduo. O impacto da escola na vida das crianças e das famílias é inestimável, proporcionando oportunidades e esperança em um ambiente acolhedor e humanizado.

O período de 2020 a 2021 marcou o fim de uma gestão de quase 10 anos, repleta de conquistas e marcos. Em 2022, a escola entrou em uma nova fase, enfrentando desafios de reconstrução e renovação de esperanças. Atualmente, a equipe gestora é composta pela diretora Anete Aparecida Cardoso Silva, a vice-diretora Meireane Gonzaga Silva Teixeira, a chefe de secretaria Suzete Bezerra Vieira, e a supervisora administrativa Michele Pereira Silva. Equipe foi eleita democraticamente conforme a Lei da Gestão Democrática, um processo que fortalece a participação da comunidade escolar na tomada de decisões, promovendo transparência e responsabilidade.

Hoje, a Escola Classe Córrego do Arrozal continua sendo uma instituição de referência, humanizada e essencial para a comunidade, inspirando e capacitando seus alunos a enfrentarem o mundo com confiança e dignidade. A história da escola é um testemunho de dedicação, crescimento e a busca incessante pela qualidade na educação, refletindo a essência de uma comunidade que valoriza suas raízes e constrói um futuro promissor.

Quem chega ao simpático prédio, se depara de imediato com os fortes indícios da arte de cuidar e educar, entrelaçados com o pé de ipê e o ingazeiro. O primeiro surge no corredor da entrada: “Bem-vindos! A alegria da nossa escola é ter vocês aqui conosco!” O sorriso alegre no rosto das crianças ao passar pelos professores e pela equipe, dá certas evidências de que as boas-vindas trilha o dia de luta da escola. É assim, no dia a dia, com cada uma das 250 crianças da educação infantil e do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental que chegam à Escola Classe Córrego do Arrozal.

Atendemos aos filhos de trabalhadores do campo da região, que migraram para cá de outras regiões, principalmente do Nordeste, em busca de melhores condições de vida. “Os primeiros moradores da região através das memórias dos nossos avôs e avós que aqui contribuem relatam que existem aqui mais de 20 núcleos familiares que residem nessa região há mais de 50 anos”, conforme nos relata Nicodemus Lopes, conselheiro tutelar, e filho dessas terras. “Temos pequenos agricultores, alguns pecuaristas, temos a área de proteção ambiental do Arrozal”.

O nome Arrozal nas narrativas dos pioneiros deve-se ao fato de que no passado existia um capim muito parecido com o arroz que é plantado à beira de terras alagadas com muita água, assim contam muitos dos moradores mais antigos dessa região. A luta pela terra marca o

surgimento da escola e dos assentados a luta por direitos além da terra, a luta da vez é por conseguir resolver um problema sério nos acampamentos: o analfabetismo.

Atualmente as famílias necessitam acreditar que por meio da educação, em especial, podem transformar a realidade em que vivem e proporcionar a seus filhos uma melhor qualidade de vida e ensino. As famílias ou responsáveis possuem nível de escolaridade inicial, boa parte são mães solas e mantenedoras do lar, devido à profissão ficam muito tempo longe das crianças e isso reflete, de modo inquestionável, no acompanhamento e desenvolvimento dos filhos. Os alunos são provenientes de comunidades extremamente carentes, que vive em meio a muitas preocupações cotidianas. Os alunos vivem no campo e em área de periferia urbana ao mesmo tempo, transitando pelas duas realidades. Conhecem os benefícios e as dificuldades do campo e da cidade. Todos os alunos utilizam o transporte escolar oferecido pelo governo. Atualmente, somos atendidos por 3 ônibus escolares que atendem a 10 comunidades. Até o ano passado estes quebravam constantemente devido às más condições das estradas, muitas vezes, as crianças chegavam em casa horas depois que saíam da escola. E por vezes, eram transportadas em apenas dois ônibus, que ficavam superlotados trazendo risco à segurança dos alunos.

Quanto ao acesso à escola, o transporte coletivo é precário e insuficiente, o que traz diversos problemas quanto a chegada e saída dos funcionários das empresas terceirizadas (Conservação e Limpeza e Cocção de Alimentos), bem como dos Educadores Sociais Voluntários. O transporte coletivo só passa duas vezes por dia na região e em horários que não atendem à demanda da escola. Isso, por vezes, atrapalha o desenvolvimento de atividades essenciais.

O prédio da Escola Classe Córrego do Arrozal é composto por espaços que buscam atender às necessidades educacionais e administrativas da instituição. A estrutura física da escola inclui:

- 5 salas de aulas;
- 1 banheiro feminino infantil com 4 cabines;
- 1 banheiro masculino infantil com 4 cabines;
- 1 banheiro para PNE;
- 1 pátio coberto;
- 1 cozinha;
- 1 depósito de gêneros alimentícios;
- 1 depósito de materiais de limpeza;
- 1 banheiro para servidores;
- 1 depósito de materiais pedagógicos;
- 1 sala para SOE;
- 1 sala de professores;
- 1 copa;
- 1 banheiro feminino para professoras;
- 1 banheiro masculino para professores;
- 1 secretaria;
- 1 diretoria;
- 1 biblioteca escolar;
- 2 parquinhos;
- 1 quadra poliesportiva.
- 1 praça espaço de vivência

Cada canto desta escola é um espaço de aprendizagem valioso. Os professores utilizam não apenas as salas de aula, mas também os arredores da escola para proporcionar atividades diversificadas, como exercícios físicos, psicomotricidade, observação, leitura, entre outras. Essa diversidade de ambientes contribui para um aprendizado mais dinâmico e abrangente, atendendo às diversas necessidades e interesses dos estudantes.

A Escola Classe Córrego do Arrozal está passando por um momento histórico de transformação, com a realização de diversas obras de ampliação e revitalização que prometem elevar a qualidade do ambiente escolar e, conseqüentemente, a experiência educativa dos nossos estudantes. Estas intervenções estruturais refletem um compromisso com a melhoria contínua da educação pública e só foram possíveis graças a verbas parlamentares e à boa utilização do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), que disponibiliza recursos financeiros em caráter complementar e suplementar diretamente às unidades escolares e coordenações regionais de ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Entre as principais obras em andamento, destaca-se a revisão na rede elétrica para climatização das salas de aula. Esta iniciativa garantirá um ambiente mais confortável e propício ao aprendizado, especialmente nos dias mais quentes, contribuindo para um rendimento escolar mais satisfatório.

A sala multimídia está sendo submetida a reparos e revitalização, transformando-se em um espaço moderno e equipado para atender às demandas pedagógicas contemporâneas. Esta atualização permitirá a integração de novas tecnologias ao processo educativo, enriquecendo o currículo e estimulando a criatividade dos estudantes.

Os espaços de atendimento da Educação em Tempo Integral também estão sendo reformados, assegurando que os alunos tenham um ambiente adequado para atividades extracurriculares e de apoio escolar. A melhoria destes espaços é fundamental para a promoção de um desenvolvimento integral, atendendo às necessidades cognitivas, sociais e emocionais das crianças.

As revisões elétrica e hidráulica nos banheiros dos alunos, no banheiro PCD, nos banheiros dos servidores, na sala dos professores e na cozinha escolar são intervenções essenciais para garantir a segurança e a funcionalidade das instalações. Banheiros bem conservados e uma cozinha modernizada são imprescindíveis para a higiene e o bem-estar de toda a comunidade escolar.

O parquinho está sendo revitalizado com a substituição da areia por piso e gramado sintético, além da implementação de um gramado lateral à quadra desportiva com cerca e grade. Esta mudança não só aumenta a segurança das crianças durante as atividades recreativas, como também facilita a manutenção do espaço.

A aquisição de material pedagógico e desportivo também se destaca, garantindo que os alunos tenham acesso a recursos atualizados e adequados para suas atividades educativas e físicas.

Adicionalmente, estamos construindo um novo parque de madeira, que se integra harmoniosamente ao espaço de vivência com a natureza já existente, próximo à nossa horta, parte do projeto de agroecologia. O uso da madeira no parque é uma escolha consciente, promovendo a sustentabilidade e oferecendo um ambiente mais natural e acolhedor para as crianças.

Outro marco importante é a construção de um novo bloco de salas, uma estrutura moderna com piso em concreto, estrutura metálica com esquadrias em alumínio e telhas termoacústicas. Esta edificação não só irá atender a uma demanda reprimida no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, como também proporcionará um ambiente escolar mais confortável e sustentável. As novas salas, prometem oferecer além da redução de calor e barulho, um espaço propício ao aprendizado e ao bem-estar de nossas crianças.

Além das salas de aula, a escola receberá novos espaços de convivência, incluindo um pátio recreativo com bancos, mesas e canteiros gramados. Estes ambientes são fundamentais para promover a interação social, o lazer e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Em resumo, as obras em curso na Escola Classe Córrego do Arrozal representam um avanço significativo na infraestrutura escolar, com um impacto positivo direto na rotina pedagógica e na vida das crianças. A ampliação e a revitalização dos espaços de aprendizagem reforçam nosso compromisso com a excelência educacional e a criação de um ambiente seguro, acolhedor e estimulante para todos.

4. Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar

O período que vai desde a fundação da escola até a consolidação da sua história atual passa pela construção de Brasília e do surgimento das cidades-satélites, que é caracterizado pelo autoritarismo na gestão do território e pela remoção das populações mais pobres de invasões próximas ao Plano Piloto para as cidades-satélites. No início da construção de Brasília, os trabalhadores se localizavam em acampamentos próximos aos canteiros de obras à oferta de habitação foi inferior à demanda para todas as classes de renda, principalmente para os mais pobres. A exclusão desse segmento do mercado imobiliário levou ao aparecimento de ocupações, em áreas urbanas e rurais.

Assim, já durante a sua construção, surgiram os acampamentos espontâneos, nesse primeiro período da construção da capital, deve ser destacado a consolidação da ocupação poli nuclear, com a exclusão dos trabalhadores do perímetro valorizado e planejado, forçando a segregação espacial e criando a periferia, antes mesmo da consolidação do centro. Construiu-se assim, um modelo de ocupação do território calcado na desigual distribuição espacial de renda com intenso crescimento urbano das periferias, que concentraram as populações pobres. É certo que depois de idas e vindas de avanços históricos e derrotas cotidianas, surgem os assentamentos dessa região de Sobradinho, na Fazenda Sálvia, localizada no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, na BR-020, se instalam com suas barracas e tendas, num terreno com infraestrutura precária, com água de poço e sem coleta ou rede de esgoto.

O local é habitado por famílias com baixa renda, das quais 55% recebe entre 1 a 3 SM de rendimentos mensais, 17% recebe até 1 SM e 5%, acima de 5 SM. Os terrenos e as ruas são irregulares e os materiais utilizados para a construção variam desde chapas de madeira até lona, passando por lata e papelão. Os equipamentos públicos são quase inexistentes. A escola atende os moradores do Condomínio Petrópolis, Nova Colina, Assentamento Renascer, Palmares, Zilda, Miguel Lobato, MATR e MST e do Núcleo Rural Córrego do Arrozal. Tratam-se de setores extremamente vulneráveis e considerados de risco pela Defesa Civil. De início, cumpre destacar que muitos são os questionamentos acerca da regularização da área em questão, além disso, a indefinição sobre os limites da área enseja litígios no referido espaço e dificuldades na aplicação das políticas de preservação do meio ambiente, na qual se incluem a emissão de licenciamento ambiental para área.

Ao analisar os cursos de água existentes no polígono do Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA SR-28. O INCRA, órgão Fundiário criado por Lei, gestor da Reforma Agrária, na sua competência, inclui a demarcação de lotes, cadastramento e seleção de trabalhadores para serem assentados nos Projetos de Assentamento. Por seu turno, o INCRA SR-28, recebeu da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, uma área com 760,9281 ha por meio do Termo de Transferência de Domínio datado em 30/04/2009 e outra área com 144,1734 (ha), de acordo com a Portaria nº 18, publicada no DOU 31/08/2010.

De acordo com Informação técnica do grupo de trabalho estabelecido pela portaria Parecer Técnico 3 (2895590) SEI 00391-00011122/2017-95 / pg. 4 INCRA/SR- 28/DFE/GAB/Nº 58110 retificada pela portaria INCRA/SR-28 DFE/GAB/Nº 105/10, contida nas folhas 82 a 92 do processo 0391-001450/2010, que por sua vez trata do Relatório de Viabilidade Ambiental do Imóvel Fazenda Sálvia, as transferências foram realizadas para que o INCRA pudesse realizar o assentamento de famílias de trabalhadores integrantes do Movimento dos - Trabalhadores Desempregados - MTD, do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural - MATR e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST.

Essa área era ocupada anteriormente, de forma parcial, pela EMBRAPA e pelo atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB. Consolidou-se 2 projetos de assentamento nas áreas transferidas pela SPU ao Incra, o assentamento Renascer e Palmares que é objeto do processo de licenciamento ambiental nº 0391- 001450/2010, que se encontra em fase de análise de requerimento de Licença Prévia (trata do licenciamento, segundo informações do Núcleo de Licenciamento de Assentamentos e Parcelamentos de Solos Rurais).

O crescimento populacional do Núcleo Rural fez com houvesse necessidade de ampliar o atendimento. Assim, entre 1999 e 2001 a escola passou a funcionar na associação comunitária local utilizando três salas de aula nos turnos matutino e vespertino ofertando da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Em 2001, após doação de um terreno da EMBRAPA, foi fundada a EC Córrego do Arrozal, com sede própria na BR 020 km 13/14, Núcleo Rural Córrego do Arrozal, Sobradinho – DF. Em 2008 foi implantada em nossa escola a Educação Integral para todos os estudantes. No ano de 2009 a Instituição funcionou com 05 salas de aula, oferecendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Em 2011 a Escola passa a atender apenas à Educação Básica (Ensino Fundamental de 09 anos). Possuindo uma Sala de Recurso Generalista que atendia aos estudantes diagnosticados, contando com uma Biblioteca e com um Laboratório de Informática que foram reformados em parceria com a Rede Gasol e inaugurados em 19 de maio de 2011.

Entre os anos de 2012 e 2013 o prédio escolar passou a ser compartilhado com a EC Brochado da Rocha, que estava em reconstrução. Em 2013, a escola foi vencedora do Prêmio Gestão Escolar do concurso anual realizado pelo CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, e tem o objetivo de valorizar e motivar as escolas públicas no desenvolvimento de uma gestão democrática de qualidade.

Decorridos 21 anos do início de suas atividades, a escola vivenciou diversas alterações da proposta pedagógica do ensino na SEEDF. Ao mesmo tempo, também viu surgir o desejo de abraçar novas metodologias educacionais, mais emancipadoras, dialógicas e transformadoras da realidade social, e de se constituir como Comunidade de Aprendizagem junto ao Currículo em Movimento.

Nessa narrativa é necessário lembrar que no ano de 2020, ao iniciar as atividades como a escola já fazia nos últimos anos, reunindo a equipe gestora, a equipe escolar e o corpo docente nos encontros da semana pedagógica, escolhendo turmas, definindo a coordenação e o

planejamento estratégico para o ano letivo. Em 11 de março, o governador suspendeu todas as atividades que não fossem essenciais, inclusive as da escola, devido à pandemia da COVID 19. E precisamos nos reinventar, aprender a usar os recursos tecnológicos e iniciar aulas mediadas por tecnologias.

Em junho de 2020, fomos convocados ao retorno pela Secretaria de Educação e dia 13 de julho, oficialmente, demos início aos encontros remotos com as crianças, mediados por tecnologias. Nesse momento, nossa meta era acolher cada docente, criança e suas famílias. Foi um ano desafiador, com muitas perdas para todos, mas enfrentamos tendo por base nossos valores: amorosidade, respeito, solidariedade e muita empatia. A escola não consegue contribuir para a elaboração da adequação do currículo e do acesso escolar e não foi possível chegar a todas as crianças. Em 2021, iniciamos o ano letivo na modalidade remota seguindo os parâmetros do ano anterior, até agosto quando se inicia o ensino híbrido com turmas separadas por semana alternadas e horários intercalados.

No ano de 2022, retornamos totalmente na modalidade presencial ainda com horários intercalados para entrada, saída, bem como o horário de lanche, parque e recreio. Foram adotadas medidas de biossegurança em conformidade com as Orientações indicadas pela SEDF e Secretaria de Estado de Saúde. Vale ressaltar que atendendo a uma demanda solicitada pela equipe docente e diretiva desde 2022, foi criada uma Comissão de Solidariedade, responsável por mobilizar a comunidade por meio de ações e campanhas de doação de cestas básicas, absorventes, para aquisição de óculos, agasalho, e outros itens que se fizessem necessários; para reorganizar o trabalho pedagógico de modo a atender a todas as crianças e garantir a equidade, saúde coletiva e aprendizagem; realizar levantamento da situação das famílias e da equipe que trabalha na escola por meio de questionário; oferecer acesso a dispositivos de acesso à internet a todos e todas que dela precisarem para realizar o trabalho pedagógico; continuar a trabalhar com projetos, efetivando a metodologia da Comunidade de Aprendizagem.

Diante dessa realidade, essa suspensão escancarou a grande desigualdade existente entre os estudantes, da rede pública e privada e mesmo dentro da própria rede pública, e trouxe várias questões educacionais, emocionais e psicológicas para serem enfrentadas pelas crianças, suas famílias e a escola. E que nos afetam até hoje em 2024. Em 2022 iniciamos também os diálogos referentes a adesão à Educação Integral, com oficinas diversificadas e significativas para o acompanhamento e aprendizagem de nossas crianças, entre elas: culturas, contos, psicomotricidade, artes, teatro, horta, acompanhamento de português e matemática.

Ainda sobre diagnóstico da realidade escolar e de acordo com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), índice que foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. A ECAA 2021 obteve o índice de rendimento de 4,7 considerado um preocupante índice. Com isso, a escola é colocada numa situação de “em atenção” porque não atingiu suas metas, tendo tido ainda queda no rendimento.

Portanto, a escola tem o desafio de crescer. Destacamos aqui cinco aspectos para melhoria do IDEB da Escola Classe Córrego do Arrozal: mudanças na cultura organizacional, com o envolvimento de todos os atores escolares no processo de ensino- aprendizagem; gestão eficaz de pessoas; uso de avaliações diagnósticas; foco em formação continuada e incentivo ao compartilhamento de boas práticas; e gestão para a aprendizagem.

No entanto, como uma medida externa à escola, é importante olhá-la com cautela, especialmente ao se observar a evolução do Ideb dentro de uma perspectiva comparativa entre as metas da escola, dos municípios, dos Estados e Distrito Federal e do país. Os dados indicam

uma questão estrutural que vai além da realidade individual de cada escola, envolvendo políticas macro para atingimento das metas.

Logo assim, no aspecto micro, é importante observar a realidade escolar, cujas diversidades e complexidade não são captadas por testes padronizados. O momento atual, no entanto, pede aumento na preocupação porque, com a pandemia causada pela COVID-19 e a suspensão das atividades escolares e sua substituição por aulas remotas, mediadas por aplicativos, a perspectiva não é de aumento do IDEB. A ECCA pode não atingir a meta proposta.

Ainda assim, é preciso ter em mente que as importantes (Educação Integral e Pedagogia de Projetos) mudanças realizadas na organização do trabalho pedagógico envolvem complexidades, embora sejam percebidas pela escola como essenciais para a transformação de práticas seculares com as quais se busca romper.

É importante destacar também que a escola busca trabalhar outras dimensões e criar indicadores, para além dos que já são normalmente utilizados na área da educação (*saber aprender/fazer; saber cuidar; saber ser e saber conviver*), que envolvem uma dinâmica muito mais complexa e muito mais humanizadora das relações na escola. Por fim, acredita-se que o aprofundamento da experiência da Comunidade de Aprendizagem poderá impactar positivamente, com o retorno das atividades presenciais, o desenvolvimento acadêmico de nossas crianças. Em 2024 utilizamos o índice de rendimento do Ideb que agrega ao trabalho pedagógico o resultado das avaliações em larga escala e a possibilidade de resultados mais direcionados, pra traçar metas mais específicas para cada ano.

Em relação às equipes profissionais, é importante atentar para o alto percentual de professoras e professores decorrentes de contratos temporários na Educação Infantil e 1º ano do BIA. Essa realidade impacta e dificulta o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, pois interrompe o vínculo entre crianças e equipes educadoras, dificulta a inserção desses profissionais no projeto político-pedagógico da escola e cria descontinuidades em projetos e ações importantes para o desenvolvimento dos e das estudantes.

Essa não é uma percepção isolada da ECCA: o próprio INEP desenvolveu em 2015 o Indicador de Regularidade Docente (IRD) informando que: “A alta rotatividade de professores nas escolas pode afetar o estabelecimento de vínculo com a escola e alunos, pois um professor que permanece pouco tempo na escola tem menos condições para identificar situações específicas dos alunos e da comunidade atendida pela escola, de dar continuidade a planejamentos, nem de contribuir na resolução de eventuais problemas pelos quais a escola esteja passando (BRASIL, 2020, p. 5).

Também é importante informar que há equipes profissionais terceirizadas, com vínculo direto com empresas contratadas pelo Distrito Federal via licitação: responsáveis pela limpeza, pela merenda e pela vigilância/ portaria. Ao lado desses profissionais, a escola conta ainda com pessoal de suporte (ESV e voluntários em geral) e pessoal em formação (estagiários, e integrantes do programa de iniciação à docência - PIBID) que contribuem para o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola, aprimorando as ações em direção a uma Comunidade de Aprendizagem e recebendo aprimoramento de seu processo de formação.

Entendendo que a realidade objetiva da comunidade escolar é dinâmica e construída historicamente a partir das configurações subjetivas dos sujeitos que a compõem, faz-se necessário que o diagnóstico do contexto escolar seja atualizado anualmente. O PPP em tela apresenta o diagnóstico do ano de 2022 e 2024, cujos dados também foram gerados a partir das experiências do ano de 2021 no contexto do ensino do remoto.

5. Função Social da Escola

Na perspectiva do Currículo em Movimento, precisamos estar dispostos a questionar nossos conhecimentos e nossas práticas pedagógicas; a discutir a função social da escola e o aligeiramento dos saberes; a romper com a concepção conservadora de ciência e currículo e de fragmentação do conhecimento; a reinventar-nos, compreendendo que a educação é construção coletiva.

A função social da Escola Classe Córrego do Arrozal dialoga com o pensamento de Paulo Freire, Saviani, Libâneo e Freitas. A partir das discussões com a comunidade escolar definiu-se que a função da escola é promover a estruturação, a organização e práticas que incentivem a humanização do desenvolvimento: cognitivo, afetivo, relacional, físico, social, ambiental e econômico, de modo que possam contribuir com a construção de uma sociedade mais pluralista, ética, democrática, solidária e feliz.

Para construir a função social da escola, retomamos o diálogo sobre o currículo que traz no entrelace escola e vida, concepção de homem e de mundo, projeto de sociedade num intenso movimento. Iniciar a discussão do Projeto Político-Pedagógico analisando a função social da Escola na sociedade atual favorece a compreensão do sentido de sua existência secular, como instituição formal de educação de crianças, jovens e adultos. Ao mesmo tempo, discutir a função social da escola nos remete a pensar ainda nosso papel como profissionais da educação; sobre que projeto de educação, de formação e de sociedade que defendemos cotidianamente, no exercício de nosso trabalho. (DISTRITO FEDERAL, 2014e, p. 14).

É compreender, rememorar, repensar, redefinir a função social da escola e de cada profissional da educação. É desvelar as relações de poder que estão ocorrendo na escola e para além dela. Isso exige, entre outros aspectos, a compreensão e o questionamento de concepções que suportam a organização dos espaços tempos escolares; a explicitação de interesses que definem as políticas educacionais; a compreensão do que seja método e as intenções que o sustentam (ANTONIO; GEHRKE e SAPELLI, 2008).

É importante a contextualização que se segue, o Brasil foi um país de implantação tardia das escolas, o que reflete muito no descaso com a educação pública que enfrentamos até os dias de hoje. As primeiras escolas instaladas no país foram trazidas pelos jesuítas, em 1549 e, até 1759. Elas exerceram a função de catequizar e colonizar. Tivemos, depois as “aulas régias” e, mesmo com a independência (1822) e a Proclamação da República (1889), não houve no Brasil uma proposta prática de educação pública universalizada.

No século XX, o liberalismo educacional teve maior expressão no Manifesto dos Pioneiros da Educação, que defendia a natureza essencialmente pública de ensino, sua gratuidade, obrigação, a coeducação, escola única, materializada por uma escola ativa baseada no trabalho e centrada nos estudantes. O movimento da Escola Nova surgiu com a promessa de promover a mudança social por meio da escolarização.

A função da escola, portanto, é a de possuir um teor mais democrático, para corrigir o privilégio e a privação injusta. Na prática, a escola pública não se universalizou, gerando um fosso entre uma minoria escolarizada e uma grande parcela da população sem instrução e sem acesso à educação formal mínima.

Na década de 1960, Paulo Freire apontou no cenário educacional, afirmando a função libertadora da educação, concretizada a partir da problematização da realidade imediata, da conscientização das pessoas sobre o que as aprisiona e o seu papel na transformação e reinvenção do mundo. Este breve histórico mostra que as escolas, hoje, apresentam elementos

de variadas tendências educacionais, e refletem um pouco dos fracassos e contradições de políticas educacionais equivocadas e até mesmo da ausência delas. Um dos desafios que se coloca para as escolas que buscam superar suas contradições é, portanto, alcançar o máximo de coerência possível entre o que desejam e o que realizam na prática, ou seja, encontrar equilíbrio entre seu discurso e ação.

A literatura crítica da Educação traz referências importantes para essa análise. Bourdieu e Passeron (1970), Althusser (1998) e Establet e Baudelot (1971) denunciaram as formas de educação dominadora que espelham a desigualdade social. Bourdieu e Passeron (1970) falam da violência simbólica da escola sobre as pessoas, ao supervalorizar a cultura escolarizada, em detrimento da cultura popular, a qual é especialmente negada em sua expressão linguística. A função da Educação, nesse caso, tem sido a de perpetuar a desigualdade social, por meio da escolarização (SAVIANI, 2008).

No Brasil, Freitas (2003) denuncia o papel da avaliação na perpetuação da exclusão social, apontando o movimento dialético da escola na superação das suas contradições. Saviani (2007) propôs a Pedagogia Histórico-Crítica, articulando a escola às necessidades da classe trabalhadora através de um método que consiste no compartilhamento da prática social entre professoras (es) e estudantes, por meio da análise de um problema prático, da compreensão da realidade e da transformação social. Crítico do dualismo da escola brasileira (escola para ricos x escola para pobres).

Libâneo (2012) endereçou críticas severas às práticas e políticas neoliberais que desvalorizam a aprendizagem. Propôs a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos, apontando a necessidade de vínculo entre conteúdos e processos de formação por meio das experiências socioculturais dos estudantes (LIBÂNEO, 1985). Para que isso ocorra, é necessário criar um espaço legítimo de transformação de práticas sociais a partir do exercício dos valores e princípios nas ações educativas que têm como base o acolhimento e a escuta de todos/todas que chegam à escola. É nesse sentido que as relações interpessoais ganham centralidade e baseiam-se no diálogo amoroso e na descolonização de toda prática que desumaniza as pessoas.

6. Missão da Unidade Escolar

A missão de uma instituição é sua razão de existir, seu propósito. No caso da Comunidade de Aprendizagem da ECCA é: Promover uma Educação que valorize e respeite as características individuais da comunidade de aprendizagem, que incentive o seu desenvolvimento integral, visando à formação cidadã para participar efetivamente da construção de uma sociedade mais ética, justa e feliz.

7. Princípios Orientadores da Prática Educativa

No que se refere aos princípios, ressaltamos que o ensino nesta Unidade Escolar será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância.

As matrizes pedagógicas que norteiam nossa prática são: A Educação Integral, que fundamenta o Currículo em Movimento da Educação Básica do DF e tem como princípios: integralidade, intersetorialização, transversalidade, diálogo escola e comunidade, territorialidade, trabalho em rede e convivência escolar.

Nesse sentido, como coletivo, que vem discutindo e questionando-se acerca do processo ensino aprendizagem, entendemos que as relações que estabelecemos com o mundo

formam um verdadeiro mosaico já que as relações sociais se dão a partir da interação entre as pessoas e, nessa medida, concordamos que a educação que defendemos toma como referência toda a experiência de vida própria do sujeito.

Tanto Freire (1986, 1987, 1989), como Vigotski (1988, 1997, 2003), se pronunciam acreditando e defendendo o processo ensino aprendizagem como algo que se desenvolve de forma interativa, envolvendo uma contextualidade, as trocas que permeiam esse processo e sua dimensão individual e subjetiva.

Para Vigotski (1988), o conhecimento humano acontece na direção do social para o individual, ou seja, a construção do conhecimento depende da ação partilhada, uma vez que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas. Na perspectiva da teoria Vigotskiana, a construção do indivíduo não ocorre somente devido os processos de maturação orgânica, mas principalmente através de trocas estabelecidas entre o sujeito e o mundo que o cerca.

Entendemos que, além de um processo interativo, é ainda um processo singular, onde cada um dos envolvidos na trama de relações estabelecidas aprende de uma forma, de acordo com os conhecimentos e experiências já vivenciados e a bagagem cultural que traz consigo na caminhada que vem fazendo ao longo de sua existência, pois nessa medida, “é possível perceber que os processos de aprendizagem e desenvolvimento são desencadeados de forma dinâmica, na interação com o outro, no convívio entre as pessoas nas diferentes experiências vividas” (PIRES; TACCA, 2015, p. 124).

Consideramos ainda que as bases teórico-metodológicas que contemplam as orientações defendidas nos cadernos que compõem a coleção Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014c), as orientações contidas nas Diretrizes de Avaliação Educacional (DISTRITO FEDERAL, 2014f), bem como Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2020) são basilares da nossa proposta.

A Pedagogia Histórico-Crítica esclarece sobre a importância dos sujeitos na construção da história. Sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para a produção e reprodução de sua vida e de sua realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza. (DISTRITO FEDERAL, 2014c, p. 32).

O que vem ao encontro das ideias defendidas anteriormente, onde as relações sociais e o meio desempenham um papel fundamental no processo de aprendizagem, gerando saberes e fazeres que se diferenciam de sujeito para sujeito.

O coletivo escolar defende que a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico Cultural, como as opções teóricas fundantes para a identificação do projeto de educação que se propõe, do cidadão que se pretende formar, da sociedade que se almeja construir no Distrito Federal e, conseqüentemente, na nossa escola (DISTRITO FEDERAL, 2014c, 2014d).

Afirmamos o compromisso com a Educação Integral, visando à formação e o desenvolvimento humano global, ampliando o olhar tanto pra dimensão intelectual (cognitiva) quanto para a dimensão afetiva, assumindo uma visão plural, singular e integral dos nossos estudantes, considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promovendo uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades, com base nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, LDB e BNCC.

8. Metas da Unidade Escolar

As metas da unidade escolar são uma extensão natural de sua missão e função social, delineando objetivos específicos que buscam concretizar os princípios fundamentais da instituição. Estas metas são cuidadosamente planejadas para promover um ambiente educacional inclusivo, estimulante e enriquecedor, que proporcione aos estudantes não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também o desenvolvimento integral de suas capacidades cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Ao buscar a inclusão de todas as crianças no programa de Educação Integral em Tempo Integral, a implementação de metodologias inovadoras, a revisão do Projeto Político-Pedagógico, a criação de espaços multifuncionais, entre outras ações, a unidade escolar busca não apenas alcançar essas metas, mas também cumprir sua missão de formar cidadãos críticos, responsáveis e comprometidos com a sociedade.

✓ Ampliar o atendimento do programa de Educação Integral em Tempo Integral para incluir 100% das crianças até dezembro de 2025, contemplando o desenvolvimento cognitivo, afetivo, relacional, físico, social, e ambiental dos estudantes, com a participação ativa da Comunidade de Aprendizagem. Como estratégia para alcançar esta meta, será necessário expandir as infraestruturas existentes e ampliar o quadro de educadores adicionais. O envolvimento contínuo das famílias será essencial para garantir o sucesso do programa. O planejamento semestral de expansão será acompanhado por formações trimestrais destinados a novos educadores e às famílias, visando facilitar a integração e a efetividade das ações propostas. A medição do sucesso será realizada por meio do número de crianças atendidas e avaliações semestrais de desenvolvimento integral dos estudantes.

✓ Implementar a metodologia de trabalho por projetos em todas as turmas até o final do ano letivo de 2024, incluindo desafios e vivências temáticas. Esta implementação requer a intensificação da capacitação de professores nas metodologias de projetos, uma vez que o cronograma de projetos já foi integrado ao calendário escolar. Os relatórios bimestrais dos projetos concluídos, juntamente com o feedback dos estudantes, servirão como indicadores de êxito. A capacitação será planejada e executada de acordo com o calendário letivo, e o cronograma de projetos será amarrado aos planejamentos mensais, garantindo que todos os educadores estejam continuamente preparados para adotar a metodologia de forma eficaz.

✓ Revisar e atualizar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) até junho de 2024, assegurando sua coerência e articulação com a construção do conhecimento. Para garantir a realização desta meta, será formada uma comissão específica de revisão do PPP, que se reunirá mensalmente. A aprovação do novo PPP pelo Conselho Escolar e o monitoramento trimestral de sua implementação serão os indicadores de êxito. Este planejamento permitirá um acompanhamento contínuo e ajustes necessários durante o processo.

✓ Criar e equipar espaços lúdicos e multifuncionais na escola até dezembro de 2024, oferecendo atividades artísticas, culturais e esportivas. Para atingir esse objetivo, será fundamental estabelecer parcerias com instituições culturais e esportivas. A programação semanal de atividades lúdicas e culturais garantirá uma gestão eficaz do tempo. O êxito será medido pelo número de atividades extracurriculares oferecidas e pela participação dos alunos.

✓ Estabelecer parcerias com pelo menos cinco instituições culturais, esportivas e comunidades indígenas até dezembro de 2024. Para garantir a realização, será

criado um comitê de parcerias externas. A organização do tempo incluirá visitas e uma programação anual de atividades extracurriculares. O êxito será avaliado pela quantidade de visitas e atividades realizadas fora da escola.

✓ Implementar um programa de educação para a cidadania em todas as turmas ainda no primeiro semestre de 2024. Este objetivo requer o desenvolvimento de um currículo específico para cidadania, com aulas semanais dedicadas a temas relacionados. A viabilidade será assegurada por meio deste currículo específico, e o êxito será avaliado através de uma avaliação semestral do entendimento dos alunos sobre cidadania.

✓ Realizar encontros trimestrais para fortalecer a Comunidade de Aprendizagem, envolvendo famílias, educadores e estudantes. O planejamento e a divulgação adequados dos encontros garantirão a realização, enquanto a programação trimestral facilitará a organização do tempo. O êxito será medido pelo número de participantes e feedback pós-encontros.

✓ Organizar oficinas e encontros mensais com famílias para fortalecer vínculos e apoiar o desenvolvimento dos estudantes até dezembro de 2024. A colaboração com a orientação educacional e os serviços de apoio será essencial para a viabilidade desta meta. A programação mensal das oficinas e encontros garantirá a organização do tempo. O êxito será avaliado pela participação das famílias e pelas melhorias observadas no comportamento e desempenho dos alunos.

✓ Revisar e adaptar práticas pedagógicas para inclusão ainda no primeiro semestre de 2024, respeitando os saberes e ritmos dos estudantes. Para garantir a realização, será necessário capacitar os professores em educação inclusiva. A programação semestral de capacitações garantirá a organização do tempo. O êxito será avaliado por meio de avaliações trimestrais de inclusão e progresso dos alunos.

✓ Reduzir a taxa de infrequência escolar em 20% e a evasão em 15% até dezembro de 2024. A viabilidade será assegurada pela implementação de programas de acompanhamento individualizado. A organização do tempo incluirá reuniões mensais de monitoramento da frequência e ações corretivas. O êxito será medido pelo registro mensal de frequência e análise semestral dos dados de evasão.

✓ Desenvolver um currículo que inclua a diversidade e as diferenças socioculturais no primeiro semestre de 2024. Consultas a especialistas em diversidade e inclusão garantirão a viabilidade. A organização do tempo incluirá reuniões bimestrais para o desenvolvimento curricular. O êxito será avaliado pela inclusão de módulos específicos no currículo e avaliações semestrais de compreensão.

9. Objetivos

9.1. Objetivo Geral

Promover a transformação sociocultural, a partir de uma prática educativa emancipadora, comprometida com a diversidade, com o acesso e a produção de conhecimento que articule o local e o universal e com a formação de pessoas sensíveis, críticas e autônomas que contribuam com a construção de uma sociedade mais pluralista, ética, democrática, solidária e feliz.

9.2. Objetivo Específico

Os objetivos específicos, pactuados pela comunidade escolar na Assembleia Geral de discussão do PPP 2022/2024 nas reuniões coletivas, são:

- Assegurar uma educação de qualidade que valorize não apenas as informações e a busca do desenvolvimento cognitivo, mas compreenda a escola como um todo educativo, no qual os estudantes sejam contemplados na humanização do seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, relacional, físico, social, ambiental e econômico, pela ação de toda a Comunidade de Aprendizagem;
- Consolidar a metodologia de trabalho por projetos, implementando os desafios para as aprendizagens e proporcionando vivências para estimular os temas geradores.
- Organizar o trabalho pedagógico da escola como um todo (PPP) de forma coerente e articulada considerando a construção do conhecimento como finalidade social da escola. Garantir espaços de ludicidade, múltiplos e flexíveis, com brincadeiras e experimentações; ampliar as oportunidades educacionais, seja nas artes, cultura, esportes ou na vivência das demais experiências. Para isso, os momentos de formação configuraram-se como circunstâncias para compartilhar aprendizagens e experiências, favorecendo, assim, a formação integral do estudante.
- Ampliar os espaços de aprendizagem para além do espaço escolar, abarcando espaços culturais e esportivos diversos, comunidades indígenas e territórios verdes;
- Estimular e efetivar a construção da Comunidade de Aprendizagem;
- Estimular o resgate de vínculos familiares, articulando o envolvimento da família no processo de formação e desenvolvimento da criança e do adolescente;
- Dinamizar o funcionamento da escola, voltando-se para uma prática didático pedagógica inclusiva, que respeita os saberes e os ritmos próprios;
- Diminuir a infrequência escolar e, conseqüentemente, o índice de evasão;
- Incentivar o ingresso e promover a permanência e a aprendizagem de alunos e alunas: com necessidades educativas especiais (ANEE); indígenas, quilombolas e oriundos dos demais povos e comunidades tradicionais brasileiras; em situação de vulnerabilidade e risco social.
- Promover práticas que levem em consideração a diversidade e as diferenças socioculturais de estudantes, famílias e profissionais da escola;
- Atuar em conformidade com a igualdade e a diversidade de gênero;

- Desenvolver atividades geradoras de motivação, participação, cooperação, coeducação e sociabilidade;
- Vivenciar a cidadania, no cotidiano das práticas pedagógicas;
- Oportunizar contatos mais ricos, diversificados e constantes da criança com a leitura, a escrita, a matemática e outras áreas do conhecimento humano, sempre em situações reais, significativas e de prazer, desenvolvendo projetos pedagógicos específicos;
- Estimular situações que favoreçam e fortaleçam a identidade e a autoconfiança da Comunidade de Aprendizagem; Colaborar para que crianças e adolescentes percebam, reconheçam e expressem seus sentimentos e necessidades;
- Promover o reconhecimento e a apropriação dos saberes do território;
- Trabalhar reagrupamentos intra e extraclasse;
- Discutir e chegar a uma compreensão comum do conceito de economia do bem viver, agregando ações para sua efetivação na Comunidade de Aprendizagem;
- Fortalecer o protagonismo de crianças e adolescentes;
- Aprofundamento da gestão democrática;
- O estabelecimento de relações entre pessoas sob a lógica da cooperação, não da competitividade; Uma práxis comunitária baseada em modelo educacional gerador de desenvolvimento sustentável;
- Uma expansão da prática educacional para além de seus muros, envolvendo ativamente a comunidade externa; grupo de pessoas que interage entre si e estabelece relações sociais;
- O olhar para a escuta das crianças;
- Rompimento da lógica tradicional dos tempos escolares (PACHECO, 2014).
- Promover a escola como espaço de difusão e circulação de manifestações culturais, ampliando o repertório cultural das crianças; Aprimorar os processos avaliativos, tornando-os cada vez mais qualitativos, permanentes e processuais;
- Fortalecer a participação de todos os atores e segmentos envolvidos na consolidação do PPP; a expansão da prática educacional para além de seus muros, envolvendo ativamente a comunidade externa;
- Manter e ampliar os espaços coletivos de tomadas de decisões, fortalecendo o Conselho Escolar e a Associação de Pais e Mestres (APM);
- Aumentar a presença das famílias na escola;
- Reconhecer os servidores da escola como efetivos educadores;
- Promover continuamente a reflexão sobre a prática pedagógica e realizar formação de educadores de todos os grupos envolvidos na Comunidade de Aprendizagem (docentes, educadores sociais, estagiários, servidores, parcerias diversas etc.), instituindo formação continuada nas práticas e metodologias.

- Promover o acesso e a permanência do aluno na escola pelo maior tempo possível, pleiteando progressivamente junto à Secretaria de Estado de Educação a ampliação do atendimento a estudantes na Educação Integral em tempo Integral do ensino fundamental. Para o cumprimento deste propósito é necessária uma mobilização conjunta entre escola, comunidade, parceiros e poder público a fim de construir a estrutura física necessária e buscar a ampliação do quantitativo de pessoal.
- Aumentar o quantitativo de dispositivos de acesso à internet para pesquisa e desenvolvimento da pedagogia por projetos e promover, tal acesso a todas as crianças, especialmente com dificuldades socioeconômicas e em risco de vulnerabilidade social;
- Alfabetizar todas as crianças que chegam à escola;
- Mapear espaços físicos e virtuais que se constituam como espaços de aprendizagem, bem como talentos da comunidade que possam participar do trabalho pedagógico no processo de troca de saberes;
- Garantir a compreensão da relação entre direitos, deveres e valores, a justificativa de cada dever pactuado e das consequências no caso do seu descumprimento e criar de dispositivos para ajudar o cumprimento dos deveres e a perda de direitos nos casos de não cumprimento dos deveres;
- Oferecer suporte e orientação às famílias em situação de vulnerabilidade (desemprego, diminuição de renda, não acesso a serviços de saúde); etc.
- Manter e estruturar a Comissão de Solidariedade a fim de mobilizar a comunidade Reorganizar o trabalho pedagógico de modo a atender todas as crianças e garantir a equidade, saúde coletiva e aprendizagem;
- Fortalecer as coordenações pedagógicas como espaço tempo privilegiado de formação continuada no trabalho.
- Promover a ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicos, científico, esportivas, de saúde e de lazer, com vistas a aprendizagens significativas, que privilegiem a formação multidimensional do estudante;
- Fortalecer as estratégias de ensino por meio de um trabalho articulado, intersetorial e interdisciplinar, com vistas às aprendizagens dos estudantes e à redução defasagem idade/ano, da evasão e da reprovação escolar;
- Estimular e promover o protagonismo juvenil, a fim de despertar no estudante a responsabilidade quanto à sua trajetória de vida;
- Contribuir para a formação integral dos estudantes mediante atividades pedagógicas que valorizem a integralidade humana, que os preparem para o mundo do trabalho, para o prosseguimento a níveis de estudos posteriores, com base em valores como respeito às diferenças, companheirismo, fraternidade, justiça, sustentabilidade, perseverança.

10. Fundamentos Teóricos -metodológicos que Fundamentam a Prática Educativa

O eixo central deste projeto político pedagógico é propor uma alternativa às práticas individualizadas e excludentes no interior da escola. Busca-se transcender, na prática, a

vivência de comunidade escolar para o de comunidade de aprendizagem, que permita assegurar a defesa por um projeto educativo, cujo sentido de diversidade oriente as ações pedagógicas de pertencimento na escola. São considerados fundamentos que nortearão a prática escolar:

FUNDAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS:

Visam a formação do cidadão, respeitando a integridade, a sensibilidade, a autenticidade e a diversidade entre os seres humanos. Serão enfatizados os valores éticos, sustentáveis, humanos e políticos, sem que um se sobreponha ao outro. Esta fundamentação encontra respaldo na Pedagogia Histórico-Crítica, presente nos documentos norteadores da SEEDF, pois considera que: A Pedagogia Histórico-Crítica esclarece sobre a importância dos sujeitos na construção da história. Sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para a produção e reprodução de sua vida e de sua realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza. Conseqüentemente, '[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens' (SAVIANI, 2003, p. 07), exigindo que seja uma prática intencional e planejada.

Essa compreensão de desenvolvimento humano situa a escola num contexto marcado por contradições e conflitos entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Essa natureza contraditória da escola quanto a sua função de instruir e orientar moralmente a classe trabalhadora pode indicar a superação dessas contradições, à medida que a escola assume sua tarefa de garantir a aprendizagem dos conhecimentos historicamente constituídos pela humanidade, em situações favoráveis à aquisição desses conteúdos, articuladas ao mundo do trabalho, provendo, assim, condições objetivas de emancipação humana.

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS:

A educação deve contemplar um processo de produção e de apropriação de conhecimento de forma interdisciplinar e contextualizada, possibilitando, assim, que o educando se torne crítico e que exerça a sua cidadania com autonomia e responsabilidade, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade. Esta prática corrobora com a Pedagogia Histórico-Crítica ao reiterar: '[...] o estudo dos conteúdos curriculares tomará a prática social dos estudantes como elemento para a problematização diária na escola e sala de aula e se sustentará na mediação necessária entre os sujeitos, por meio da linguagem que revela os signos e sentidos culturais.' A Prática social é compreendida como o conjunto de saberes, experiências e percepções construídas pelo estudante em sua trajetória pessoal e acadêmica e que é transposto para o estudo dos conhecimentos científicos. Considerar a prática social como ponto de partida para a construção do conhecimento significa trabalhar os conhecimentos acadêmicos a partir da articulação dialética de saberes do senso comum, escolares, culturais, científicos, assumindo a igualdade entre todos eles. O trabalho pedagógico assim concebido compreende que a transformação da prática social se inicia a partir do reconhecimento dos educandos no processo educativo.

No que se refere a Educação para a Diversidade é a prevalência da ideia de que os conceitos ligados ao eixo em voga passem por constantes modificações e movimentos; que sejam construídos e selecionados a partir de dinâmicas sociopolítico-culturais, pedagógicas e intelectuais; que se apresentem flexíveis, considerando o contexto histórico-social em que estão

inseridos; por fim, que se constituam frutos de construções coletivas, com a participação ativa da comunidade escolar.

Pensando também numa Educação para a Diversidade, as atividades planejadas e implantadas deverão combater todo e qualquer tipo de discriminação e preconceito, com foco na INCLUSÃO de todas as parcelas da sociedade.

O cidadão pleno é aquele que consegue exercer de forma integral os direitos inerentes a sua condição. Como a condição de sujeito não é restrita a um indivíduo ou grupo, o exercício da cidadania não pode prescindir da dimensão do direito coletivo a ser assegurado pelo Estado. Da mesma forma, não se pode ignorar sua condição de fenômeno histórico, uma vez que os direitos e deveres dos seres sociais não se congelam no tempo e espaço. A cidadania plena passa a ser um ponto de referência para a permanente mobilização dos sujeitos sociais. A concepção de sustentabilidade humana se constrói, pois, numa relação ética, na necessária reconciliação entre a razão e a moral, de modo que os seres humanos alcancem um novo estágio de consciência, autonomia e controle sobre seus modos de vida, assumindo a responsabilidade por seus atos diante de si mesmos (GALANO et al., 2003).

A preservação do meio ambiente é um dos grandes desafios da atualidade e uma das preocupações desta Unidade de Ensino. Utilizar projetos para desenvolver a sustentabilidade na escola é muito importante, pois, além de contribuir com a preservação da natureza, ensina as crianças e jovens sobre a preocupação que eles devem ter com esse assunto. Afinal, eles serão os adultos de amanhã. Quanto mais consciência os estudantes tiverem sobre o tema, será melhor para que, no futuro, transmitam a importância do cuidado com a natureza, que deve ser sempre constante.

Partindo desses pressupostos e eixos, a Escola Classe Córrego do Arrozal busca organizar seu currículo na concepção de Comunidade de Aprendizagem, fomentadora de transformação social, na busca de uma sociedade mais pluralista, ética, democrática, solidária e feliz. Para que esse objetivo se realize, por sua vez, o currículo deve estar em conformidade com tudo o que já foi expresso, quanto à organização do trabalho pedagógico e aos dispositivos utilizados. Ainda dentro dessa perspectiva, a escola realiza sua organização curricular a partir de uma matriz de dimensões a serem consideradas no processo educativo, apontando a necessidade de equilíbrio entre elas na ação pedagógica.

Os conteúdos significativos dos componentes curriculares que compõem a Matriz Curricular da ECCA são elaborados conforme normas estabelecidas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), Currículo em Movimento do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2018), Orientações Pedagógicas da SEEDF, bem como o Projeto Político Pedagógico da escola.

Alguns outros Fundamentos se tornam necessários para a prática educativa de acordo com os pressupostos teóricos do currículo em movimento da SEEDF como a implementação um Currículo Integrado que se constitui a partir de diversas áreas de conhecimento e experiências, visando a promover uma compreensão crítica e reflexiva da realidade. Esse currículo é embasado nos princípios fundamentais da unicidade teoria-prática, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilização.

O trinômio Avaliação-Ensino-Aprendizagem é abordado considerando a Avaliação para as Aprendizagens como uma concepção formativa. Isso engloba a progressão continuada e o processo de Conselho de Classe, independentemente dos instrumentos ou procedimentos utilizados. A progressão continuada visa construir um processo educativo ininterrupto, podendo ser praticada por meio de mecanismos como reagrupamento ou avanço dos estudantes. O

Conselho de Classe tem como objetivo analisar de forma ética os aspectos do processo de ensino-aprendizagem, além de discutir estratégias pedagógicas adotadas, como projetos interventivos e reagrupamentos.

A Educação Integral é fundamentada nos princípios da integralidade, intersetorialização, transversalidades, territorialidade, trabalho em rede e diálogo entre escola e comunidade.

Destaca-se a importância da Educação para a Diversidade, reconhecendo a existência da exclusão e a necessidade de desenvolver e implementar estratégias pedagógicas baseadas em uma visão crítica.

A Educação do Campo é abordada sob uma perspectiva libertadora e emancipatória, visando atender às especificidades e demandas das populações rurais.

A Cidadania e a Educação em e para os Direitos Humanos são essenciais para orientar a formação do sujeito de direitos, articulando diferentes dimensões. Os direitos humanos na prática social são aspectos fundamentais da formação individual e coletiva dos estudantes, incentivando seu protagonismo na construção do conhecimento.

A Educação para a Sustentabilidade abrange diversas dimensões sociais, culturais, ecológicas, ambientais, territoriais, econômicas, políticas e espirituais. Essas dimensões devem ser consideradas em todo o momento do processo educativo com vista a um fazer pedagógico que busca a construção de cidadãos comprometidos com o ato de cuidar da vida.

11. Organização Curricular da Unidade Escolar

A escola tem, além de transmitir/construir o conhecimento científico, uma função social, contemplada no Currículo em Movimento do Distrito Federal, que propõe o desenvolvimento de uma prática que não perca de vista os Eixos Transversais, que são: Educação para a Sustentabilidade, Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para Direitos Humanos. Todos os documentos norteadores da SEEDF apontam para o desenvolvimento de uma prática sustentada nesses eixos, haja vista que:

Historicamente, a escola tem excluído dos currículos narrativas das crianças, dos negros, das mulheres, dos índios, dos quilombolas, dos camponeses, entre outras, reforçando a hegemonia de determinados conhecimentos sobre outros construídos pelos sujeitos sociais em diferentes espaços de trabalho e vida. A SEEDF compreende que Educação tem a ver com questões mais amplas e que a escola é o lugar de encontros de pessoas, origens, crenças, valores diferentes que geram conflitos e oportunidades de criação de identidades. Por serem questões contemporâneas, fundamentais para a consolidação da democracia, do Estado de Direito e da preservação do ambiente em que as pessoas vivem; essas temáticas tratam de processos que estão sendo intensamente vivenciados pela sociedade brasileira de modo geral e pela sociedade do DF de modo específico, assim como pelas comunidades, pelas famílias, pelos (as) estudantes e educadores (as) em seu cotidiano. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36).

Este Currículo contempla as narrativas historicamente negligenciadas, ao eleger como eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36). Os eixos transversais favorecem uma organização curricular mais integrada, focando temas ou conteúdos atuais e relevantes socialmente e que, em regra geral, são deixados à margem do processo

educacional (SANTOMÉ, 1998). A expectativa é de que a transversalidade desses temas torne o Currículo mais reflexivo e menos normativo e prescritivo, ao mesmo tempo em que indica que a responsabilidade pelo estudo e discussão dos eixos não é restrita a grupos ou professores individualmente, mas ao coletivo de profissionais que atuam na escola. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36).

Os eixos transversais possibilitam o acesso do (a) estudante aos diferentes referenciais de leitura do mundo, com vivências diversificadas e a construção/reconstrução de saberes específicos de cada ciclo/etapa/ modalidade da educação básica. Os conteúdos passam a ser organizados em torno de uma determinada ideia ou eixo que indicam referenciais para o trabalho pedagógico a ser desenvolvido por professores (as) e estudantes, de forma interdisciplinar, integrada e contextualizada. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36).

O currículo é o conjunto de todas as ações desenvolvidas na e pela escola ou por meio dela e que formam o indivíduo, organizam seus conhecimentos, suas aprendizagens e interferem na constituição do seu ser como pessoa. É tudo o que se faz na escola, não apenas o que aprende, mas a forma como aprende, como é avaliado, como é tratado. Assim, todos os temas tradicionalmente escolares e os temas da vida atual são importantes e compõem o currículo escolar, sem hierarquia entre eles. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36-37).

Os temas assumidos neste Currículo como eixos interagem entre si e demandam a criação de estratégias pedagógicas para abordá-las da maneira mais integradora possível, mais imbricada, capaz de fazer com que os (as) estudantes percebam as múltiplas relações que todos os fenômenos acomodam e exercem entre si. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 36- 37).

Sob inspiração dos princípios da Revolução Francesa e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 1948), observa-se que a temática da inclusão social tem sido pauta nas conferências mundiais de Educação que, desde Jomtien (UNICEF, 1990) discutem o desejo de superação do preconceito, que historicamente tem perpetuado as diferenças sob condição de inferioridade, a partir da afirmação da riqueza da diversidade.

Sob influência desses debates, ampliaram-se as políticas educacionais com foco nas minorias que, oficialmente, começaram no Brasil com a mudança curricular de 1997, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que estabeleceram pela primeira vez no sistema de ensino brasileiro o tema da diversidade. Em 2004, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação fortaleceu as discussões e práticas de afirmação dos/as negros/as e de sua cultura, bem como da Educação Especial, Indígena, Ambiental, do Campo, de Jovens e Adultos e Quilombola (SCÁRDUA, 2016).

A ECCA, buscando ser uma comunidade de aprendizagem que questiona ativamente a estrutura social, leva em consideração todas as dimensões humanas e se compromete com o respeito às diferenças, para além da mera reafirmação da riqueza da diversidade. Nega a perpetuação de qualquer diferença humana como situação de inferioridade, assumindo-a como característica individual, dentre tantas que o ser humano apresenta. Desta forma, a escola acredita que qualquer estudante que apresente alguma necessidade específica, vinculada ou não a uma situação ou condição de deficiência, precisa receber atenção, intervenção e adequações que eliminem qualquer barreira para o seu desenvolvimento integral e a sua aprendizagem, através de um redirecionamento do processo de aprender e ensinar, sempre que necessário.

Na sua prática educativa, a ECCA utiliza os eixos integradores nos planejamentos dos Projetos Específicos e na construção dos projetos individuais, diagnósticos iniciais e para

formalização da avaliação formativa. A Alfabetização está presente em todos os momentos do trabalho pedagógico, nos jogos em sala com a utilização do “recursos didáticos”, na construção dos combinados, nos projetos da Biblioteca, Contação de histórias, nos momentos de reagrupamento, nos estudos sobre os artistas homenageados da Festa da Cultura Popular: Festeja Arrozal, nos projetos de pesquisas em sala de aula, entre outros... No que se refere ao Letramento e Ludicidade, outros Eixos Integradores importantes, destacamos o Projeto Ler é Crescer, Criança ensina Criança, Jogos cooperativos, Infância viva, na elaboração dos projetos individuais e roteiros de estudos...

Seguindo sempre uma matriz para uma educação libertadora, atuando em processos com o fim de humanização, democratização, qualificação e ética. Essa matriz refere-se ao saber fazer/aprender, saber ser, saber cuidar, saber conviver e aos seus respectivos “espaços potenciais de aparência da escola e os Eixos transversais-diversidade, cidadania e educação para os direitos humanos – sustentabilidade”.

TEORIAS CRÍTICAS E PÓS CRÍTICAS

Na perspectiva da Teoria Crítica, são considerados na organização curricular conceitos, como: ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e libertação, currículo oculto, resistência. A intenção é de que o Currículo se converta em possibilidade de emancipação pelo conhecimento, seja ideologicamente situado e considere as relações de poder existentes nos múltiplos espaços sociais e educacionais, especialmente nos espaços em que há interesses de classes.

No que tange especificamente à formação dos sujeitos, o Currículo em Movimento ancora-se nos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-cultural, que ressaltam a importância de uma formação consciente, crítica, transformadora dos estudantes em um ambiente educativo que promova aprendizagens nas quais os sujeitos são protagonistas na construção da história com base na interação social, na interação com a natureza. A Teoria Crítica emerge como uma linha de pensamento no século XX, contrapondo a Teoria Tradicional. Essa última apresenta sua fundamentação em uma perspectiva positivista, com pretensões de neutralidade e com análises descontextualizadas da realidade.

Em discordância a essas ideias tradicionais, surge a Teoria Crítica que apresenta seus fundamentos a partir de uma ciência contextualizada, não neutra e engajada na transformação do mundo. Ela propõe a busca da autonomia e da libertação dos sujeitos de uma sociedade opressora a partir da consciência sobre a realidade e das possibilidades de ação sobre ela. É realizar a crítica e confrontar a realidade vivida com as normas que a regem.

Compreende-se a aprendizagem como um direito social que deve ser garantido a todos e todas que compõem a comunidade de aprendizagem. A organização do trabalho pedagógico deve traduzir essa premissa, conforme defendida no marco legal educacional de aprender a aprender, onde todos e todas aprendam a ser, a conviver, a cuidar e a fazer.

A ECCA assume a crítica de Saviani às Pedagogias que supervalorizaram a esfera política da educação em detrimento do ensino dos conteúdos na escola. Compreende que a socialização dos conhecimentos sistematizados pela humanidade é atributo da escola e é um elemento essencial para a instrumentalização dos alunos e alunas na luta e conquista da cidadania. Assume, também, que o processo de aquisição de conhecimento é social, e se faz na presença do outro.

A aprendizagem, portanto, não pode ocorrer isoladamente, mas em colaboração. E mesmo compartilhando dos fundamentos teóricos da Pedagogia Histórico Crítica de Demerval Saviani, bem como da Psicologia Histórico-Cultural, de Vygotsky (2001), e assumindo a Educação libertadora como caminho para a transformação pessoal e social, uma vez que reconhece que o processo de humanização passa pela opção decolonial de desmonte do padrão de poder mundial eurocêntrico que teve fundamento na classificação social da população do mundo de acordo com a ideia de raça (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2008).

A construção mental do conceito de raça expressou a experiência básica da dominação colonial que “permitiu” atrocidades na história, seja na escravidão do negro, no extermínio dos indígenas, na violência contra as mulheres, na discriminação da pessoa com deficiência, na desvalorização de pessoas em situação de pobreza e violência relacionada à identidade de gênero, por exemplo.

Compreendendo a presença da colonialidade na cultura brasileira e, portanto, na Educação, a ECCA dialoga também com a opção decolonial, através da desconstrução de práticas e discursos racistas e patriarcais que negam a ação política e epistêmica a quem classifica como inferior.

Assume, portanto, a educação libertadora que se concretiza a partir da problematização da realidade imediata, através do questionamento de todas as práticas desumanizadoras que perpetua. A opção por uma educação libertadora passa, portanto, por um processo de descolonização que progressivamente possibilita às pessoas se libertarem de tudo que as aprisiona quando são usadas como objeto a serviço de outros (SCARDUA, 2016).

A escola é um espaço em que as pessoas se encontram para a pronúncia do mundo e para a sua transformação. O papel dos/as professores/as é o de mediar seus educandos (as) a analisarem criticamente os desafios que a realidade oferece, atuando para promover o desenvolvimento pessoal, social, planetário, emocional e cognitivo. A ECCA por meio de sua proposta pedagógica estabelece que a educação deva ter como referência a formação integral do ser humano e esclarece que:

[...] a educação deve contemplar as diversas dimensões que formam o humano, não apenas os aspectos cognitivos. Deve reconhecer que, como sujeitos de direitos e deveres, é imprescindível que se oportunize aos estudantes o despertar de outras dimensões, entre elas: a ética, a artística, a física, a estética e suas inter-relações com a construção social, mental, ambiental e integral do desenvolvimento humano (GDF, 2012, p. 19).

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Visam a formação do cidadão, respeitando a integridade, a sensibilidade, a autenticidade e a diversidade entre os seres humanos. Serão enfatizados os valores éticos, sustentáveis, humanos e políticos, sem que um se sobreponha ao outro. Esta fundamentação encontra respaldo na Pedagogia Histórico-Crítica, presente nos documentos norteadores da SEEDF, pois considera que: A Pedagogia Histórico-Crítica esclarece sobre a importância dos sujeitos na construção da história. Sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para a produção e reprodução de sua vida e de sua realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza. Consequentemente, ‘[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens’ (SAVIANI, 2003, p. 07), exigindo que seja uma prática intencional e planejada. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 32).

Essa compreensão de desenvolvimento humano situa a escola num contexto marcado por contradições e conflitos entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Essa natureza contraditória da escola quanto a sua função de instruir e orientar moralmente a classe trabalhadora pode indicar a superação dessas contradições, à medida que a escola assume sua tarefa de garantir a aprendizagem dos conhecimentos historicamente constituídos pela humanidade, em situações favoráveis à aquisição desses conteúdos, articuladas ao mundo do trabalho, provendo, assim, condições objetivas de emancipação humana. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 32).

No Brasil, Freitas (2003) denuncia o papel da avaliação na perpetuação da exclusão social, apontando o movimento dialético da escola na superação das suas contradições. Saviani (2007) propôs a Pedagogia Histórico-Crítica, articulando a escola às necessidades da classe trabalhadora através de um método que consiste no compartilhamento da prática social entre professoras (es) e estudantes, por meio da análise de um problema prático, da compreensão da realidade e da transformação social. Crítico do dualismo da escola brasileira (escola para ricos x escola para pobres).

Libâneo (2012) endereçou críticas severas às práticas e políticas neoliberais que desvalorizam a aprendizagem. Propôs a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos, apontando a necessidade de vínculo entre conteúdos e processos de formação por meio das experiências socioculturais dos estudantes (LIBÂNEO, 1985). Para que isso ocorra, é necessário criar um espaço legítimo de transformação de práticas sociais a partir do exercício dos valores e princípios nas ações educativas que têm como base o acolhimento e a escuta de todos/todas que chegam à escola. É nesse sentido que as relações interpessoais ganham centralidade e baseiam-se no diálogo amoroso e na descolonização de toda prática que desumaniza as pessoas.

A Pedagogia Histórico-Crítica esclarece sobre a importância dos sujeitos na construção da história. Sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para a produção e reprodução de sua vida e de sua realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza. (DISTRITO FEDERAL, 2014c, p. 32).

O que vem ao encontro das ideias defendidas anteriormente, onde as relações sociais e o meio desempenham um papel fundamental no processo de aprendizagem, gerando saberes e fazeres que se diferenciam de sujeito para sujeito.

O coletivo escolar defende que a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico Cultural, como as opções teóricas fundantes para a identificação do projeto de educação que se propõe, do cidadão que se pretende formar, da sociedade que se almeja construir no Distrito Federal e, conseqüentemente, na nossa escola (DISTRITO FEDERAL, 2014c, 2014d).

Afirmamos o compromisso com a Educação Integral, visando à formação e o desenvolvimento humano global, ampliando o olhar tanto pra dimensão intelectual (cognitiva) quanto para a dimensão afetiva, assumindo uma visão plural, singular e integral dos nossos estudantes, considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promovendo uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades, com base nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, LDB e BNCC.

Com o objetivo de dialogar com os contextos dos estudantes, o Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) tem a Educação Integral como concepção e como fundamentos teórico-metodológicos a Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica, na intenção de compreender a realidade social dos estudantes para propor intervenções

em comunicação com os múltiplos conhecimentos: são os saberes a serviço de uma formação integral humanizadora.

Dessa forma, a ECCA reconhece as contradições sociais existentes, fruto de um sistema desigual, e reflete sobre as causas do fracasso escolar. Assim, ao estabelecer nossos objetivos e ações, consideramos as diversas realidades nas quais nossos estudantes estão inseridos e propõe estratégias didático-pedagógicas para promover as aprendizagens.

PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, a aprendizagem se dá na interação com o outro, ou seja, o sujeito se constitui nas relações sociais. Dessa forma, o desenvolvimento está ligado ao processo de mudanças e transformações que ocorrem ao longo de sua vida. A aprendizagem é concebida como uma construção social, na qual o papel do professor é o de auxiliar o estudante a partir da zona de desenvolvimento real para a zona de desenvolvimento proximal.

Na perspectiva da Psicologia Histórico-Crítica, o sujeito é o protagonista na transformação da sociedade (num contexto marcado por contradições e conflitos entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção), cabendo à instituição escola a socialização do saber sistematizado.

12. Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar

12.1. Organização dos tempos e espaços

A aprendizagem acontece mais variados ambientes. Na escola, desejamos ampliar os espaços de aprendizagem para que as crianças possam transitar livremente e com autonomia em busca de conhecimento. Nesse sentido, o trabalho pedagógico se organiza para o desenvolvimento dessa autonomia, de modo a perceber a sala de aula como apenas mais um espaço possível, dentre tantos outros, para se aprender e que, por isso mesmo, não pode ter a disposição tradicional das fileiras de carteiras. Da mesma forma, o pátio e áreas verdes não servem apenas como complemento, mas são, em si, espaços educativos, numa perspectiva de escola aberta.

São alguns dos espaços de aprendizagem da Comunidade de Aprendizagem da ECCA: Sala de aula: as salas de aulas físicas da escola, desde 2024 se agigantaram, acolhendo número maior de crianças, e, de equipes docentes e monitoria e outros tipos de equipes educadoras. Isso possibilita autonomia para configurar e reconfigurar o espaço, de acordo com as necessidades encontradas: desde o estabelecimento de estações de trabalho até a adequação organizativa para melhor atender estudantes com necessidades educacionais especiais em integração inversa, ou seja, quando dividem o mesmo espaço e atividades conjuntas com demais estudantes.

As adequações organizativas acontecem após a identificação das especificidades de cada turma, ainda buscando o apoio de profissionais voluntários da comunidade.

Biblioteca: A *Biblioteca FLOR DO CERRADO* está em atividade desde o início do 1º semestre de 2022, quando de sua reforma e revitalização. É um espaço destinado à leitura individual e compartilhada, bem como a contação de histórias, mapa da leitura, projeto Ler é Crescer, pesquisas, empréstimos, dentre outras atividades. Dentro dos projetos de leitura de cada turma presencial, ela atua conforme a demanda e a rotina semanal das equipes docentes,

estando aberta para a colaboração conforme as necessidades apresentadas. Além desse suporte, desde 2022 também é desenvolvido o projeto “Recreio com Leitura”. Inicialmente semanal, às terças feiras, o projeto passou a ser diário, consistindo em permanecer aberta durante o recreio a fim propiciar momentos de orientação, leitura livre, empréstimo e renovação.

Quinzenalmente, o projeto ECCA Cultural inclui tempos com contação ou leitura de histórias para as crianças pela biblioteca, atuando com contações de história e apresentação de livros e textos para as crianças.

Espaços externos à sala de aula: Foram criados espaços de estudo do lado de fora das salas para que as crianças possam realizar tarefas individuais ou em grupo, conforme sua demanda e das atividades propostas pelas educadoras que atende as turmas da Educação Integral.

Além disso, é permitido às crianças realizar trabalhos em espaços como o pátio interno e externo. Mesmo a cozinha é espaço educativo ao se abrir para as oficinas de culinárias. Assim, a ideia é transformar toda a escola em um grande espaço de ensino e aprendizagem. Essa adaptação e readequação dos espaços físicos da escola leva também em conta as necessidades da Educação Integral, considerando as necessidades de todas as crianças no aproveitamento dos espaços internos e externos e na criação de circuitos e cantinhos, sendo desenvolvido e trabalhado conjuntamente às equipes especializadas da escola.

Território Educativo: A consolidação de uma Comunidade de Aprendizagem implica ultrapassar os muros da escola e compreender todo o território próximo como potencial espaço de ensino e de aprendizagem. Essa perspectiva já era preconizada pelo Currículo em Movimento da SEEDF quando estabeleceu que “todos os espaços são educadores - museus, igrejas, monumentos, ruas e praças, lojas e diferentes localidades, cabendo à escola articular projetos comuns para utilizá-los, considerando espaços, tempos, sujeitos e objetos do conhecimento” (SEDF, 2013). Assim, a organização do trabalho pedagógico pautado na dialogia e na pluralidade deve ressignificar o processo educativo, compreendendo a interconexão entre escola, pessoas e território: (...) quando o território é explorado e experimentado pedagogicamente pelas pessoas, passa a ser ressignificado pelos novos usos e interpretações. Humaniza-se e acolhe com mais qualidade seus habitantes, que passam a reconhecer-se como fazendo parte daquele lugar, consolidando-se cada vez mais o pertencimento. (SEDF, 2013, p. 26, grifo nosso).

Para a concreção dessa realidade, é necessário realizar o mapeamento do território, feito a partir da representação gráfica de um raio de 1,25 km da escola, de modo a permitir a visualização espacial do seu território educativo. Com isso, são mapeados pessoas e locais com potencial de iniciar uma rede de saberes e fazeres locais que possam colaborar na exploração e na experimentação pedagógica, ressignificando seus usos e interpretações e fortalecendo o senso de comunidade.

E trabalhando dentro dessa perspectiva, realizamos seu mapeamento e identificamos parceiros e espaços de atuação do processo de ensino e aprendizagem. Assim é que são feitos usos do da Chácara do Seu MICA; também foi realizada a parceria com a Associação Comunitária, e identificou-se que o Parque Ecológico JEQUITIBÁS, integra o território educativo da escola. Outros espaços foram mapeados e devem também integrar o território de aprendizagem da em experimentações pedagógicas, parcerias etc. São eles: UBS Nova Colina, Embrapa Cerrados e Universidade de Brasília.

Além da dimensão espacial, há outra dimensão dos tempos e espaços escolares que merece atenção, porque versa sobre o novo e, em parte, ainda desconhecido: a dimensão tecnológica.

A dimensão tecnológica representa um sem-número de possibilidades de construção do conhecimento, de maneira dinâmica, com possibilidades de custos menores e de levar a escola à absorção favorável do 'novo', que parece ser um dos maiores desafios para a construção do conhecimento. No entanto, para encarar a tecnologia como um potencial favorável, é preciso deixar de lado alguns conceitos.

Um deles é o de reduzir o uso da tecnologia à palavra informática. O rompimento destes conceitos se dá pelo uso consciente da tecnologia e por este uso não ocorrer de maneira passiva e acrítica. Não se está a propor que a escola se deslumbre ou veja a importância da tecnologia de maneira meramente utilitarista: o caso aqui é de utilizá-la estrategicamente, reconhecendo a complexidade inerente a esse contexto, em que a internet é também um novo espaço de circulação, o que requer orientação e acompanhamento sistemático e de seu uso.

O PPP da Comunidade de Aprendizagem ECCA, contempla a dimensão tecnológica visando dotar a comunidade escolar de ferramentas e utilidades, notadamente as da rede de internet de alta velocidade, para ajudar a transformar o processo educativo em algo mais dinâmico, com mais sentido para sua vida cotidiana e, principalmente, fazer deste processo um momento transformador.

Isso vai impactar, inclusive, no desenvolvimento e aprendizagem de novas metodologias de ensino e aprendizagem e na reconfiguração dos espaços. Novos meios de reunião de pessoas demandam espaços adequados e meios diversos de compartilhamento do conhecimento.

Assim, tanto no ensino presencial quanto no âmbito remoto, a escola busca fazer uso de aplicativos para dinamizar seus processos, desenvolvendo comunicações, documentos, apresentações, formulários e questionários, entre outros. São alguns dos aplicativos utilizados pela escola e abertos ao uso pelas crianças e comunidade: e-mail; Edu Edu, WhatsApp (grupo e lista de transmissão); Meet (para vídeo chamadas e aulas remotas); Google Classroom (para gerenciamento de conteúdo, envolvendo criação, distribuição e avaliação de trabalhos); Jamboard (para apresentações); Hangouts (vídeo chamadas para pequenos grupos); Drive (disco virtual, para trabalho coletivo e guarda de documentos); Ecosia (navegador da internet); Canva (para criar, compartilhar e imprimir designs); Padlet (para criar colaborativamente designs); podcast (com conteúdo de áudios); Mentimeter (plataforma online para apresentações).

Nos anos de 2022 e 2024. Com a implementação da Educação Integral e o fortalecimento da Educação Infantil, a escola criou 4 espaços educativos coletivos (território do brincar, espaço afro-brasileiro e espaço dos povos originários, saberes e sabores matemáticos) para uso das crianças e suas turmas com propostas gerais de atividades para serem desenvolvidas, bem como materiais, informações sobre eventos, jogos, brincadeiras, vídeos, textos e indicação de links sobre os temas indicados.

Como os espaços escolares são ressignificados, os tempos também o são. Assim, na ECCA, a entrada (às 8:00 no período matutino e às 13 horas no período vespertino) à saída (13:00 e 18 horas, nos períodos matutino e vespertino, respectivamente), outros tempos permeiam o trabalho pedagógico a fim de, ao menos, iniciar um rompimento com a estrutura engessada, fragmentada e disciplinar característica da escola na contemporaneidade. Esses tempos englobam:

- ✓ Rodas de Conversa: são momentos pedagógicos de diálogo, de duração

aproximada de 30 minutos, em que se discute algum tema a respeito do coletivo. Às segundas e sextas feiras são feitas rodas de conversa gerais, no pátio, para toda a coletividade, abertas às famílias e parceiros da escola, antes do início das atividades escolares. Nos demais dias, são feitas rodas de conversas nas salas de aula, no início de cada dia.

✓ Plena Atenção: todos os dias, antes das rodas de conversa e após o recreio, são realizados momentos guiados de meditação e relaxamento, com foco na respiração. A ideia é relaxar o corpo, reduzir o estresse e melhorar o relacionamento interpessoal.

✓ Oficinas: momentos de interação e de troca de saberes específicos na área de artes, saúde, educação física, jogos e outros, que ocorrem no horário das aulas, criados e oferecidos pelas equipes gestora, docente, famílias ou voluntários externos. São exemplos de oficinas: de culinária (cozinha experimental), futebol, criação de jogos e (ou) brinquedos etc. As oficinas possuem prazo (duração) e limites de crianças atendidas e podem ou não conter pré-requisitos. Para que todas as crianças da escola sejam beneficiadas, elas vão acontecendo ao longo do ano, conforme disponibilidade das equipes que ofertam, e dentro do turno escolar

✓ Recreio e recreação:

✓ Jogos Colaborativos e Educativos: semanalmente são utilizados, dentro da rotina de sala de aula, jogos para incentivar o autoconhecimento e a livre expressão dos estudantes. Nesse processo, o jogo é visto como fundamental para o processo de desenvolvimento da pessoa, tendo a função primordial de colaborar com a assimilação e a superação da realidade. Além disso, ele também é uma importante representação cultural e expressão de ideais e valores comunitários. São exemplos de jogos utilizados pela escola: jogos para o desenvolvimento da alfabetização e linguagem; RPG; cubo mágico; futebol; xadrez; dama; jogos matemáticos - mancala; jogos da memória; jogo da velha; jogos indígenas e quilombolas, entre outros.

✓ Aula: a aula busca ser ressignificada a partir da compreensão de que o conteúdo nasce da necessidade e do desejo de aprender e ensinar; de que o papel do corpo docente é o de mediar e orientar o percurso de aprendizagem e de que o papel do estudante é ser ativo, dialógico, participativo, autônomo, criativo, crítico, responsável por seus atos, solidário, dentre outros. A aula, assim, deixa de ser expositiva para ser interativa, momento em que as crianças falam, comentam e defendem suas ideias; realizam atividades dos mais variados assuntos; cumprem desafios e ensinam umas às outras. Assim, a equipe docente tem a função de organizar o ambiente, promover discussões, favorecer interações, provocar o interesse e a motivação dos e das estudantes, preparando “aulas/encontros com sequências didáticas”. Isso, no entanto, não significa o abandono de uma aula tradicional. A aula, no seu modelo mais tradicional, é tão somente mais um dos mecanismos de que se pode lançar mão na busca pelo aprender e ensinar. Na verdade, a equipe docente, ao perceber uma demanda específica, pode organizar uma aula mais expositiva, a fim de democratizar a informação. Mas isso só acontece dentro da perspectiva de aulas demandadas e não como um fazer tradicional e rotineiro. Ao lado das aulas “para deixar de dar aulas”, e das aulas demandas, há ainda as aulas passeio, ou aulas da descoberta, saídas organizadas com as crianças, equipes educadoras e famílias, a fim de favorecer um maior contato com a realidade do meio em que vivem, um aprendizado mais natural e agradável e ampliar a vivência, experimentação, confirmação e ampliação dos saberes, além, é claro, de se estreitar os relacionamentos.

As aulas de passeio podem acontecer dentro do território educativo mapeado pela escola ou para outro espaço da cidade, conforme organização das equipes profissionais. Para além do que foi exposto, outros dispositivos pedagógicos, vistos então como ferramentas ou formas de comunicação, organizadas no tempo e no espaço, através do qual se dá a produção,

reprodução e transformação da cultura (PEIXOTO, 2008; BERNSTEIN, 1990) são desenvolvidos ECCA. São eles:

Na semana pedagógica realizada no início do ano de 2024, definiu-se que as turmas poderão receber a colaboração de pessoas (familiares, professores, estagiários, residentes, especialistas) no trabalho pedagógico na sala de aula e, para tanto, existe um mapeamento das vocações da comunidade.

A escola também adota a possibilidade de reagrupamentos intra e extraclasse a partir das avaliações diagnósticas e mapeamento de crianças. Contudo, esse processo é feito considerando, além das avaliações, a subjetividade da criança e seu processo de socialização e aceitação das mudanças. Assim, são formados pequenos grupos de crianças que necessitam de intervenções pedagógicas semelhantes para avançar no seu processo de aprendizagem.

12.2. Relação escola- comunidade

Dentro da perspectiva de Comunidade de Aprendizagem, é importante compreender que educadores são todas as pessoas integrantes da comunidade escolar, sejam docentes, demais servidores, equipes de trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas, famílias e todos os demais membros do território educativo.

Nesse sentido, as famílias e demais integrantes da comunidade escolar são chamadas a participar não apenas de festas, reuniões ou de instâncias como o Conselho de Classe ou escolar. Dentro da perspectiva de que é preciso toda uma aldeia para se educar uma criança, a Comunidade de Aprendizagem da Escola Classe Córrego do Arrozal mostra-se aberta para que esses grupos atuem também dentro da escola, conjuntamente às equipes profissionais, seja oferecendo oficinas, seja participando do Núcleo de Transformação, das Comissões ou Grupos de Trabalho (GTs), de projetos da escola e ainda em ações esporádicas.

O projeto político-pedagógico numa perspectiva de Educação Integral não pode ser elaborado para a comunidade, mas deve ser pensado com a comunidade. Trabalhamos na perspectiva que compreende a comunidade como capaz de projetar para si mesma uma escola de qualidade; percebendo a comunidade como participante ativa da construção do processo educacional. Nesse contexto, a ECCA lança mão do que ela tem de perspectiva contemporânea: um lugar de pertencimento. Com a comunidade também se constituindo como parte atuante da escola, com voz e participação na construção coletiva do projeto político- pedagógico, surge assim o sentido de pertencimento, isto é, a escola passa a pertencer à comunidade que, por sua vez, passa a zelar com mais cuidado por seu patrimônio; a escola começa a sentir-se pertencente àquela comunidade e, então, começa a criar, planejar e respirar os projetos de interesse de sua gente, de sua realidade.

Quanto a isso, cabe lembrar que o grupo de trabalho/Transformação da Prática Pedagógica, composta também por professores readaptados existentes desde 2022, tem a função de estudar, interagir, conhecer, fortalecer e assessorar as práticas escolares, fundamentadas na lei e nas ciências possibilitando uma educação em rede e protagonismo destes profissionais.

Os Grupos de Trabalho (GTs) ou Comissões contribuem com o fortalecimento do trabalho realizado por meio da socialização de saberes específicos, incrementando os eixos transversais curriculares. Atuam em ações específicas, como Merenda, PPP, alteração do Estatuto, entre outras. São algumas das Comissões da escola: Comunicação e Tecnologia;

Comunidade de Aprendizagem (CAP); Meio Ambiente e Sustentabilidade; Cultura; Acolhimento e solidariedade; PPP; Vida Saudável, Inclusão e Comissão de Apoio à gestão financeira.

Na atualidade, vivemos na SEEDF um processo de gestão democrática que tem entre seus princípios garantir a participação da comunidade na implementação de decisões pedagógicas e democratizar as relações pedagógicas. Todos os procedimentos de rotina, inclusive os administrativos, revestem-se de uma dimensão educativa. Para isso, torna-se importante que todos os profissionais que atuam na escola estejam imbuídos de seu papel de educadores. Essa forma de olhar o cotidiano da escola, a consciência do papel desempenhado individualmente, nas relações escolares, propicia o desenvolvimento do princípio de justiça na sociedade.

12.3. Relação teoria e prática

A organização curricular e o planejamento do trabalho educativo devem ser delineados a partir do PPP fornecendo meios para que o professor possa organizar sua prática e refletir sobre a abrangência das experiências que propicia às crianças, pois a partir do momento em que o estudante é o centro do processo, deve-se conhecer e compreender suas expectativas e necessidades, visando o desenvolvimento global e o enriquecimento da linguagem oral através do relato de sua vivência. O professor figura como agente mediador, facilitando ao educando aproximar-se cada vez mais da construção de conceitos e de conhecimentos da realidade, buscando desenvolver habilidades e competências que o levem a prosseguir os estudos e que sejam significativas para seu cotidiano extraescolar.

Em virtude do cenário do ensino remoto implantado na rede de ensino pública do Distrito Federal, conforme já mencionado no presente PPP e após análise e debate com o corpo docente e a equipe pedagógica sobre o documento intitulado “Replanejamento Curricular 2022-2024 – Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais” (DISTRITO FEDERAL, 2022 d), esta Unidade de Ensino pautará sua prática docente a partir de um currículo próprio que está de acordo com o contexto real vivenciado.

O currículo elaborado e organizado pelos profissionais da UE não desconsidera o Currículo em Movimento do DF, pelo contrário, pois coaduna com a própria essência epistemológica do referido documento, tornando-o AÇÃO ao pautar-se na sua perspectiva teórica de “currículo integrado”, que tem como princípios: unicidade teoria e prática, interdisciplinaridade (intra e inter), contextualização e flexibilização (DISTRITO FEDERAL, 2014a).

Almejamos disponibilizar um ensino de qualidade, focado no letramento e na ludicidade, inseridos em contextos e de acordo com as necessidades demonstradas pelos alunos na observação de seu desempenho diário. Para tal, considerando também o cenário do ensino remoto, que vivenciamos entre 2020 e 2021 é necessário a reorganização das estratégias docentes, de acordo com as habilidades e dificuldades demonstradas pelas turmas, tanto no que se refere à alfabetização quanto ao raciocínio lógico-matemático, sem perder de vista a formação integral dos alunos, no sentido de prepará-los para o convívio em sociedade, respeitando as diferenças, preservando o meio ambiente e sendo conscientes de seus direitos e deveres.

Assim, reforça-se a necessidade do trabalho articulado entre todos os segmentos que compõem a Unidade Escolar, interligados pela equipe pedagógica e equipe gestora, com o apoio e acompanhamento das famílias. Desta maneira, espera-se minimizar os impactos negativos do afastamento físico da escola na aprendizagem dos estudantes.

Em conformidade às Diretrizes Pedagógicas para organização escolar da SEEDF (2014), a Comunidade de Aprendizagem da ECCA faz uso da pedagogia por projetos, criada por Kilpatrick (1871-1965) com o objetivo de desenvolver o espírito de pesquisa e integrar conhecimentos de várias disciplinas ao mesmo tempo.

(...) os projetos didáticos organizam-se ao redor de um problema com vistas a um produto e precisam ter objetivos claros, planejamento do tempo, organização das atividades e avaliação em relação aos objetivos propostos, proporcionando o trabalho articulado com as diferentes áreas do conhecimento (SEEDF, 2014, p. 45).

Essa pedagogia requer um trabalho pedagógico que rompa com ações conteudistas e atividades estanques, possibilitando processos que permitam a reflexão crítica e a investigação de cada estudante. Sua construção se dá a partir de vivências proporcionadas pela equipe docente às suas turmas e conforme os interesses e experiências das crianças, que à medida que vai vivenciando esse caminho tende a conquistar maior autonomia. Dessa forma, cabe ao corpo docente captar temas geradores, das mais diversas formas, e realizar a observação das turmas a fim de perceber potenciais coletivos e individuais que surgem a partir dos interesses manifestos das crianças (BRASIL, 2010).

Na prática pedagógica criadora, crítica, reflexiva, teoria e prática juntas ganham novos significados. Ao reconhecer a unidade indissociável entre teoria e prática, é importante, também, considerar que, quando são tratadas isoladamente, assumem caráter absoluto, tratando-se na verdade de uma fragilidade no seio de uma unidade indissociável. Vázquez (1977) afirma que, ao falar de unidade entre teoria e prática, é preciso considerar a autonomia e a dependência de uma em relação à outra; entretanto, essa posição da prática em relação à teoria não dissolve a teoria na prática nem a prática na teoria, tendo em vista que a teoria, com sua autonomia relativa é indispensável à constituição da práxis e assume como instrumento teórico uma função prática, pois “é a sua capacidade de modelar idealmente um processo futuro que lhe permite ser um instrumento – às vezes decisivo – na práxis produtiva ou social” (idem, p. 215).

Nessa perspectiva de práxis, o conhecimento é integrado, há uma visão articulada de áreas de conhecimento/componentes curriculares, de saberes e de ciências; as metodologias são mais dinâmicas, mutáveis e articuladas aos conhecimentos. A avaliação das aprendizagens adquire sentido emancipatório quando passa a considerar o conhecimento em sua totalidade e em permanente construção.

Para garantir a unicidade da teoria-prática no currículo e sua efetividade na sala de aula, devemos privilegiar estratégias de integração que promovam reflexão crítica, análise, síntese e aplicação de conceitos voltados para a construção do conhecimento, permeados por incentivos constantes ao raciocínio, problematização, questionamento, dúvida. O ensino que articula teoria e prática requer de professor e estudantes a tomada de consciência, revisão de concepções, definição de objetivos, reflexão sobre as ações desenvolvidas, estudo e análise da realidade para a qual se pensam as atividades.

Do professor, especificamente, exige a abertura para o diálogo e a disposição para repensar cotidianamente a organização da aula (SILVA, 2011), com a clareza do **Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar?** São os elementos articuladores entre as áreas de conhecimentos/componentes curriculares e atividades educativas que favorecem a aproximação dos estudantes aos objetos de estudo, permitindo-lhes desvelar a realidade e atuar crítica e conscientemente, com vistas à apropriação/ produção de conhecimentos que fundamentam e operacionalizam o currículo, possibilitando encontrar respostas coletivas para problemas existentes no contexto social.

“Ao discutir concepções, prioridades, ações, metodologia e formas de operacionalização do fazer escolar, em consonância com os princípios do projeto educacional do sistema público de ensino do DF e das políticas públicas nacionais, cada unidade escolar elaborará suas propostas curriculares, transcendendo a mera definição de datas comemorativas, o “currículo turístico” que se organiza em eventos e festividades, como dia das mães, dos pais, do índio, da páscoa, do folclore, entre outros”(PG 19 CM).

Esse interesse é articulado dentro dos eixos curriculares do currículo em movimento, a partir dos Desafios de Aprendizagens, trilhas investigativas, de forma que o foco dos projetos não seja apenas a curiosidade, mas a contextualização do tema no tempo e espaço e todas as possibilidades de aprendizagens e que se abrem a partir dele, levando a novos conhecimentos e habilidades, inserindo as crianças nos saberes sistematizados. Assim, ao longo do processo, a criança “busca informações, lê, conversa, anota dados, calcula, elabora gráficos, reúne o necessário e, por fim, converte tudo isso em ponto de partida para o exercício ou aplicação na vida” (BORDENAVE; PEREIRA, 1982, p. 233).

Em outras palavras, a criança aprende a aprender e a construção do conhecimento se dá por meio das mais diversas atividades e vivências, que devem ser enriquecidas e ampliadas pela atuação provocativa de equipes educadoras e de tutoria, em *feedbacks* e encaminhamentos. Com o tempo, as percepções vivenciadas pelas crianças transformam-se em produções que têm agregadas a si o conhecimento curricular e, ao final, há socialização desse produto, material ou imaterial.

A pedagogia por projetos se apresenta como aliada do processo de reorganização dos tempos e espaços escolares (SEEDF, 2014) e implica subjetivamente as crianças nos seus processos de aprendizagem e socialização de forma que o conteúdo curricular não é o fim do trabalho pedagógico, mas meios para a resolução de um problema da vida ou de um projeto (BORDENAVE; PEREIRA, 1982).

Dentro do contexto da pedagogia por projetos, a relação entre teoria e prática é central no dia a dia da escola. Durante as coletivas, os professores não apenas discutem estratégias de ensino, mas também se aprofundam em teorias pedagógicas que embasam suas práticas. Essas discussões são fundamentais para garantir que a teoria seja aplicada de forma significativa no contexto da sala de aula, promovendo uma aprendizagem mais eficaz.

As formações continuadas dos professores abrangem uma variedade de temas, todos orientados para enriquecer a prática pedagógica. Além de explorar metodologias de ensino inovadoras e técnicas de avaliação mais eficazes, essas formações também abordam questões relacionadas ao desenvolvimento emocional e social dos alunos, bem como estratégias para promover a inclusão e a diversidade na sala de aula. A interdisciplinaridade também é um tema recorrente, refletindo a abordagem integrada dos projetos pedagógicos da escola.

O grupo docente frequentemente participa de cursos de formação que abordam temas relevantes para sua prática profissional. Esses cursos podem incluir formações sobre novas tecnologias educacionais, seminários sobre neurociência e aprendizagem, ou até mesmo capacitações específicas sobre a implementação da pedagogia por projetos. O objetivo é capacitar os professores para enfrentar os desafios contemporâneos da educação e garantir que estejam atualizados com as últimas tendências e pesquisas na área.

Os temas que orientam o planejamento dos projetos pedagógicos da escola são diversos e variam de acordo com os interesses e necessidades dos estudantes, bem como com

os objetivos educacionais estabelecidos pela equipe docente. No entanto, alguns temas recorrentes incluem questões ambientais, direitos humanos, cultura e identidade, entre outros.

O planejamento dos professores é geralmente realizado de forma quinzenal, embora em algumas escolas possa ser semanal. Independentemente do cronograma, o planejamento é um processo contínuo e reflexivo, onde os professores revisam suas práticas, avaliam o progresso de seus estudantes e ajustam suas estratégias de ensino conforme necessário. A integração da teoria e prática é uma consideração fundamental durante esse processo, garantindo que os objetivos educacionais sejam alcançados de forma eficaz e significativa.

Para o planejamento com o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), foi sugerido na assembleia de grupo de trabalho do PPP que as aulas sejam, diariamente, contempladas com:

a) Trabalho de rotina diária: Abordagem à data (sequência numérica), dia, semana, mês, ano, estação do ano, clima, quantidade de meninos e meninas presentes, quantos meninos a mais, quantas meninas a menos e outros aspectos importantes no período de alfabetização. Enfatiza-se a importância desses momentos serem trabalhados de forma lúdica e prazerosa com as crianças, em especial com o 1º e 2º anos;

b) Leitura para deleite: Essencial para desenvolver nos estudantes o hábito e o prazer pela leitura. Reitera-se que a leitura de literaturas infantis para alunos da Educação Infantil (EI) e do 1º ano leva a criança a perceber que o que é falado pode ser escrito e relacionar língua oral com a escrita;

c) Utilização dos livros didáticos disponíveis na Unidade Escolar: A escola adotou livros do PNLD, que, apesar de frequentemente chegarem em quantidade insuficiente, são essenciais para promover um ensino de qualidade, contribuindo grandemente para a alfabetização, letramento, linguagem e alfabetização matemática;

d) Desenvolvimento de atividades manuais: Atividades com recorte, colagem, dobraduras, papel crepom, tintas guache, barbantes, massinha de modelar, dentre outros, são essenciais para o desenvolvimento da coordenação motora dos estudantes. Sugere-se expor as produções artísticas dos estudantes nos murais da Unidade Escolar, promovendo a sua valorização;

e) Trabalho com a psicomotricidade: Primordial para o desenvolvimento global da criança. Segundo Fonseca (2008) e Rochael (2009), a psicomotricidade contribui para o pleno desenvolvimento físico, mental e afetivo-emocional da criança, favorecendo a formação da sua personalidade;

f) Recursos concretos no ensino de matemática: Para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, é necessário que a criança relacione números, quantidades e correspondências utilizando recursos concretos e palpáveis. Atividades lúdicas são fundamentais para que as crianças construam a ideia de número, associando símbolos a quantidades através da manipulação de materiais e do trabalho corporal.

E no que se refere ao planejamento com as turmas 4º e 5º anos 2º, a equipe pedagógica traz as seguintes orientações:

a) Redução da quantidade de atividades matrizes xerocopiadas;

b) Orientação aos alunos em relação ao uso correto dos cadernos, incluindo translineação e utilização de frente e verso das páginas;

- c) Utilização dos livros didáticos disponíveis na Unidade Escolar;
- d) Planejamento e desenvolvimento de práticas articuladas aos Eixos Transversais do Currículo em Movimento do DF;
- e) Ampliação da utilização de atividades lúdicas nas aulas;
- f) Abordagem da gramática de forma contextualizada, priorizando a leitura, interpretação, produção e correção textual.

A aula em uma escola organizada em ciclos deve extrapolar o espaço convencional das quatro paredes, favorecendo o desenvolvimento das atividades educativas em diferentes ambientes como pátios, quadra poliesportiva, sala de leitura, laboratórios, museus, zoológicos, mercados, feiras livres, exposições e teatros. A sala de aula deve possibilitar a interação dos sujeitos por meio de uma organização variada, como no coletivo, em pequenos grupos ou em duplas, atendendo às ações didático-pedagógicas e promovendo a aprendizagem com diferentes saberes e de diferentes formas.

Propomos momentos de análise dos índices demonstrados nas avaliações diagnósticas, propiciando a ressignificação e redirecionamento das práticas pedagógicas para o atendimento à diversidade em sala de aula. A partir dos dados dos gráficos de rendimento, organizaremos reagrupamentos intraclasse, de acordo com as habilidades e dificuldades dos estudantes, conforme previsto nos documentos e orientações da SEEDF.

Também pretendemos organizar, semanalmente, os espaços da Unidade Escolar para promover reagrupamentos interclasse, atendendo as necessidades dos alunos em grupos, conforme mapeamento das aprendizagens realizado pelos docentes ao final de cada bimestre. Esses reagrupamentos acontecerão semanalmente, de forma alternada, atendendo as necessidades em leitura, interpretação, produção textual e resolução de problemas matemáticos.

12.4. Metodologia de ensino

A Escola Classe Córrego do Arrozal abraçou uma abordagem metodológica inovadora, fundamentada na metodologia de trabalho por projetos e na criação de espaços de aprendizagem flexíveis e diversos. Compreendendo a importância da experiência prática e da interdisciplinaridade no processo educacional, a escola adotou uma abordagem centrada na vivência de diferentes ambientes de aprendizagem.

A metodologia de trabalho por projetos é o alicerce do processo educativo na Escola Classe Córrego do Arrozal. Por meio dessa abordagem, os estudantes são desafiados a se envolverem em projetos significativos que incentivam a investigação, a colaboração e a aplicação prática do conhecimento. Os projetos são concebidos de forma a estimular a curiosidade dos estudantes e a promover a aprendizagem ativa, proporcionando oportunidades para a exploração de temas geradores relevantes para suas vidas e para a comunidade.

Além disso, a escola busca se transformar em uma Comunidade de Aprendizagem, adotando uma abordagem mais emancipadora e dialógica. Nesse contexto, o currículo em movimento é valorizado como uma ferramenta para promover a reflexão crítica e a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. Através da metodologia da Comunidade de Aprendizagem, a escola busca não apenas transmitir conhecimentos, mas também promover a inclusão, o respeito à diversidade e o engajamento cívico dos estudantes.

Assim, a Escola Classe Córrego do Arrozal consolidou uma metodologia educacional inovadora que combina o trabalho por projetos com a abordagem da Comunidade de Aprendizagem. Ao proporcionar experiências de aprendizagem significativas e participativas, a escola visa preparar os estudantes não apenas para os desafios acadêmicos, mas também para se tornarem cidadãos críticos, criativos e comprometidos com a transformação da sociedade.

12.5. Organização da escolaridade: ciclos, séries, semestres, modalidade(s), etapa(s), segmentos, anos e/ ou séries ofertadas

A organização curricular, delineada no Currículo em Movimento da SEEDF (2018), se expressa nos conteúdos/direitos de aprendizagens das áreas de conhecimento (Linguagens, subdivididas em Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes e Educação Física; Matemática; Ciências da Natureza e Ciências Humanas, essas subdivididas em Geografia, História e Ensino Religioso), chamados eixos integradores, e os chamados eixos transversais, que envolvem educação para a diversidade, cidadania, educação em/para os direitos humanos e educação para a sustentabilidade.

A Comunidade de Aprendizagem da Escola Classe Córrego do Arrozal segue esse currículo a partir de uma matriz para uma educação libertadora, atuando em processos com o fim de humanização, democratização, qualificação e ética.

Diálogos diversos, foram implementados nas coordenações pedagógicas (2022/2024) na ECCA para pensar e sistematizar a organização curricular da nossa escola tomando como referência o Currículo em Movimento, esta organização curricular é parte integrante do PPP por materializar no espaço escolar os objetivos e intencionalidades da educação. Segue nos anexos a tabela 1 com nossa organização curricular para 2024.

Os docentes, a equipe gestora, os serviços e a comunidade tiveram o compromisso de encaminhar o currículo no processo democrático de construção coletiva e organização curricular. Assim se fortalece a cultura de colaboração contribuindo para que o currículo oficial não seja implementado de forma burocrática, uniforme, padronizado mas, na singularidade da escola, considerando o nosso contexto social, econômico, cultural, sistematizando e registrando a forma como o conhecimento será trabalhado nos diferentes espaços, tempos de formação possíveis com a finalidade de formação integral das crianças conforme concepção de educação apresentada no currículo da SEEDF.

Essa matriz refere-se ao saber fazer/aprender, saber ser, saber cuidar, saber conviver e aos seus respectivos “espaços potenciais de aparência da escola” (SCARDUA, 2016, p. 444):

No contexto da organização escolar em ciclos, as Diretrizes e os marcos legais da SEEDF têm como objetivo indicar possibilidades para a organização do trabalho pedagógico e, por isso, consideram que o ponto de partida é o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar, elaborado em consonância com a “Orientação Pedagógica. Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas” (SEEDF, 2014) e que contemple a organização e progressão curricular em articulação com o Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014).

Quando falamos sobre organização curricular, não nos remetemos somente a uma lista de conteúdos que precisam ser transmitidos aos estudantes, mas a um conjunto de conhecimentos que devem ser integrados e contextualizados, apresentando sentido para quem aprende, e que sejam articulados durante os anos escolares por meio da progressão curricular interna no bloco e entre os blocos.

Com o objetivo de dialogar com os contextos dos estudantes, o Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) tem a Educação Integral como concepção e como fundamentos teórico-metodológicos a Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica, na intenção de compreender a realidade social dos estudantes para propor intervenções em comunicação com os múltiplos conhecimentos: são os saberes a serviço de uma formação integral humanizadora.

Dessa forma, a ECCA reconhece as contradições sociais existentes, fruto de um sistema desigual, e reflete sobre as causas do fracasso escolar. Assim, ao estabelecer nossos objetivos e ações, consideramos as diversas realidades nas quais nossos estudantes estão inseridos e propõe estratégias didático-pedagógicas para promover as aprendizagens.

Sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, a aprendizagem se dá na interação com o outro, ou seja, o sujeito se constitui nas relações sociais. Dessa forma, o desenvolvimento está ligado ao processo de mudanças e transformações que ocorrem ao longo de sua vida. A aprendizagem é concebida como uma construção social, na qual o papel do professor é o de auxiliar o estudante a partir da zona de desenvolvimento real para a zona de desenvolvimento proximal. Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, o sujeito é o protagonista na transformação da sociedade (num contexto marcado por contradições e conflitos entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção), cabendo à instituição escola a socialização do saber sistematizado.

A organização escolar em ciclos que tem como princípio a progressão continuada das aprendizagens, se efetiva por meio de cinco elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico escolar: a) gestão democrática; b) formação continuada; c) coordenação pedagógica; d) avaliação formativa; e) organização curricular: eixos integradores.

Nessa lógica, é necessário pensar em uma organização curricular que contemple o conhecimento historicamente elaborado pela humanidade, em um movimento que promova a transição do conhecimento de senso comum (conhecimento sincrético) ao conhecimento elaborado e sistematizado (conhecimento sintético). Nossa escola terá mais ou menos êxito se possuir, de forma clara, sua organização curricular, ela é quem inscreve no PPP a forma como coloca, na prática, o currículo. Quando não ficam claros quais os objetivos de aprendizagem para cada ano ou turma, torna-se complicado mapear as dificuldades dos estudantes e, a partir delas, planejar estratégias de intervenção.

Ao sistematizar as atividades que dão vida a sua organização curricular, integrando as diferentes áreas do conhecimento e experiências, com vistas à compreensão crítica e reflexiva da realidade, a escola cumpre sua genuína função social. Na ECCA atendemos duas etapas da educação básica: a educação infantil, o ensino fundamental, anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e a modalidade de ensino: Educação do Campo e Educação Integral.

Em relação ao funcionamento, a partir da Portaria nº 285, de 05 de dezembro de 2013 (GDF, 2013b), que aprovou a Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens na Educação Infantil e Ensino Fundamental na SEEDF, sua implantação se deu gradativamente nas instituições educacionais. No entanto, a partir de 2018, conforme determinado pelo Plano Distrital de Educação (2015 - 2014), Lei nº 5.499, de 14/7/2015, todas as unidades escolares da SEEDF que atendem as etapas de ensino supracitadas passaram a se organizar em Ciclos para as Aprendizagens, no qual o processo de progressão escolar dos estudantes será concluído ao final do 3º ano do 1º Bloco, que se refere ao Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), podendo-se, neste momento, reter aqueles estudantes que não concluíram o seu processo de alfabetização.

O 2º Bloco dos Anos Iniciais corresponde aos 4º e 5º anos, também com possibilidade de retenção somente ao final do bloco. Nessa perspectiva de uma educação pública, democrática e de qualidade social se fortaleceu com a ampliação do Ensino Fundamental de 08 (oito) para 09 (nove) anos, uma vez que um ano a mais de vida escolar traz diferenças consideráveis no percurso de escolarização dos estudantes. Visando o alcance desse propósito, o DF adotou o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) como estratégia pedagógica para ampliar o Ensino Fundamental na rede pública de ensino.

O Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) organiza-se em torno da constituição da educação integral, pois objetiva a formação do ser humano com respeito à diversidade e a suas múltiplas dimensões, de forma emancipatória.

Além disso, a prática didático-pedagógica sustenta-se a partir dos eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade. Os eixos transversais devem perpassar os conteúdos de forma articulada e interdisciplinar.

O Currículo propõe ainda eixos integradores dos anos iniciais do Ensino Fundamental: Alfabetização, Letramentos e Ludicidade, com o entendimento de que eixo é algo que sustenta, apoia e integra, pois ao mesmo tempo em que articula entre si, é articulador dos objetivos e conteúdos curriculares no processo de ensino e aprendizagem, buscando a proficiência leitora e escritora a partir da alfabetização e dos letramentos, sem perder de vista a ludicidade.

Esses eixos nos remetem à necessidade de integração e progressão curricular como fundamentais à Organização do Trabalho Pedagógico nos ciclos. É essa organização que propará intervenções didáticas em atendimento às necessidades de aprendizagem dos estudantes. Cabe ressaltar que todos os estudantes da escola recebem, de acordo com sua necessidade, atendimento no SOE e SEAA.

Efetua-se o projeto interventivo com coordenador, Diretora e vice-diretora, além dos reagrupamentos e da recuperação contínua. Ainda visando o desenvolvimento dos alunos e o cumprimento dos dias letivos a que todos têm direito; os docentes, em seus afastamentos legais, preparam atividades para serem desenvolvidas em casa. A equipe gestora adota tal medida apenas nos casos de afastamentos curtos em que não se consegue um substituto no quadro de professores temporários.

Cabe elucidar que com base nas diretrizes estabelecidas pela Circular n.º 23/2023 - SEE/SUPLAV, a oferta de "ensino a distância" é justificável em situações emergenciais que alterem intensamente as condições de normalidade, impossibilitando a realização das atividades presenciais. Entende-se que situações emergenciais são aquelas que não podem ser previstas nem adiadas, como danos físicos ao prédio escolar decorrentes de desastres naturais, sinistros, ou obras inconclusas que impedem o pleno uso do espaço escolar. Também são consideradas emergências a ausência de professores por motivos institucionais ou ocorrências de óbito na comunidade escolar.

Diante dessas circunstâncias excepcionais, a recomposição do calendário escolar pode ser planejada e orientada para garantir a qualidade do ensino. Isso inclui a implementação de atividades direcionadas, não presenciais, que possibilitam o cumprimento da carga horária e dos dias letivos deficitários, conforme previsto no inciso IX do art. 3º da LDB e no inciso VII do art. 206 da Constituição Federal.

Neste contexto, a equipe gestora prepara um conjunto de atividades para serem desenvolvidas pelos estudantes em casa. Essas atividades são cuidadosamente planejadas para manter o padrão de qualidade do ensino e assegurar a continuidade do aprendizado. A participação dos estudantes nessas atividades será registrada como presença, garantindo que o cumprimento da carga horária e dos dias letivos seja devidamente documentado. A iniciativa visa não apenas a manutenção da rotina escolar, mas também o amparo em supervisão e inspeção, conforme necessário, assegurando que todas as etapas e modalidades de ensino sejam contempladas de maneira eficaz e responsável.

A Escola Classe Córrego do Arrozal oferece Educação Integral em Tempo Integral, e atendendo os estudantes em tempo integral, tanto no período da manhã quanto à tarde.

A escola adota um modelo de educação integral, onde os estudantes permanecem na escola por nove horas diárias. Esta organização se dá da seguinte forma:

-Estudantes do turno Parcial (Manhã): Permanecem na escola no período da tarde para o atendimento no Projeto de Educação Integral em Tempo Integral.

- Estudantes do Ciclo Parcial (Vespertino): São atendidos pela manhã no Projeto de Educação Integral em Tempo Integral.

Atendemos no período matutino do 1ª ao 5ª ano do Ensino Fundamental, além de 02 turmas da Educação Integral com um total de 50 alunos.

No período vespertino, atendemos do 1ª ao 5ª ano do Ensino Fundamental, além de 02 turmas da Educação Integral também com um total de 50 alunos.

Adotamos um modelo que valoriza a utilização de diferentes espaços de aprendizagem. Estes espaços são utilizados tanto pela escola integral quanto pela parcial:

1. Pátio Externo: Utilizado para atividades pedagógicas ao ar livre, promovendo a interação com o ambiente externo.
2. Refeitório: Espaço onde os estudantes realizam refeições que também são consideradas atividades pedagógicas, promovendo hábitos alimentares saudáveis.
3. Quadra de Esportes: Destinada a oficinas de corporeidade e movimento do corpo, incentivando a prática de atividades físicas.
4. Mesões: Utilizados para oficinas de letramento e matemática, proporcionando um ambiente flexível para diferentes atividades de aprendizagem.
5. Parque: Espaço de convivência e recreação, utilizado para momentos de descanso e interação social.
6. Horta: Parte do projeto de agroecologia, onde os estudantes participam ativamente do cultivo e cuidado com as plantas, aprendendo sobre sustentabilidade e meio ambiente.
7. Biblioteca: Espaço de aprendizado multifuncional, utilizado tanto para projetos de leitura quanto para momentos de descanso. É o berço de projetos como "Ler é Crescer" e oferece serviços de pesquisa, empréstimo de livros e outras atividades de incentivo à leitura.

Integração entre Escola Parcial e Integral

A organização da rotina pedagógica requer a utilização simultânea dos espaços por ambas as modalidades. Isso envolve um planejamento cuidadoso para assegurar que todos os alunos tenham acesso aos recursos disponíveis sem comprometer a qualidade do ensino.

A ECCA desenvolve um Projeto Interventivo (PI) com estudantes que demonstram baixo rendimento, mesmo com a diversidade de atendimentos oferecidos. Este projeto apresenta características próprias e é integrado ao PPP:

- Continuidade e Temporariedade: Desenvolvido ao longo de todo o ano letivo, mas com atendimentos temporários conforme as necessidades dos estudantes.

- Diversificação e Atualização: Evita a padronização e repetição de atividades, considerando o processo de desenvolvimento dos alunos.

- Envolvimento da Equipe Pedagógica: Envolve todos os profissionais da escola, incluindo professores regentes, equipe diretiva, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, pedagogos e psicólogos, que trabalham juntos para elaborar, realizar e avaliar o PI.

A rotina pedagógica da nossa escola é planejada para maximizar o uso dos espaços de aprendizagem de forma eficiente e inclusiva, atendendo às necessidades de todos os estudantes. Todavia a implementação de mais, como um laboratório de informática, seria um acréscimo valioso para nossa infraestrutura.

A integração dos projetos de leitura e o desenvolvimento contínuo do Projeto Interventivo são essenciais para promover uma educação de qualidade e apoiar os alunos em suas jornadas de aprendizado. O compromisso com a flexibilidade e a diversidade nas atividades pedagógicas reforça nossa missão de oferecer uma educação integral que prepara os estudantes para os desafios do futuro.

13. Apresentação dos Programas e Projetos Institucionais Desenvolvidos na Unidade Escolar

As Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 2º Ciclo priorizam, entre outros aspectos, o Replanejamento Curricular, considerando o contínuo curricular de 2020 a 2023.

De acordo com o documento:

“[...] um retorno seguro e efetivo às atividades presenciais, além dos cuidados sanitários e de acolhimento aos estudantes, requer uma reorganização das atividades pedagógicas, flexibilização curricular, priorização dos objetivos de aprendizagem mais essenciais, avaliações diagnósticas cuidadosas, extrema dedicação à recuperação da aprendizagem e avaliações formativas permanentes.” CNE/CP nº: 6/2021 (SEEDF, 2002, pág. 07)

No âmbito da Educação Básica, o Currículo para o Ensino Fundamental mantém suas concepções teóricas e princípios pedagógicos previamente estabelecidos. Os Eixos Integradores para os anos iniciais (Alfabetização, Letramentos e Ludicidade), em conexão com os Eixos Transversais (Educação para a Diversidade, Educação para a Sustentabilidade e Cidadania, e Educação em e para os Direitos Humanos), guiam a prática pedagógica na Escola Classe Córrego do Arrozal.

A instituição educativa foca em ações e atividades que estreitem a relação da escola com o cotidiano dos alunos, levando em conta as especificidades regionais e as necessidades informacionais dos estudantes. Para os alunos com dificuldades de aprendizagem, são oferecidas estratégias pelos professores, como o reagrupamento intraclasse e reforço com atividades adaptadas de caráter específico e temporário. Trata-se de um atendimento imediato

aos estudantes que, mesmo após a aplicação de diversas estratégias pedagógicas, ainda apresentam dificuldades. Segundo as Diretrizes Pedagógicas do Segundo Ciclo (SEDF, 2006):

“A adoção de estratégias pedagógicas que viabilizem esse progresso impede que os estudantes permaneçam na escola e avancem nos anos escolares sem aprender, ou seja, que a exclusão ocorra no interior da própria escola (BOURDIEU & PATRICK, 1998).”

Conforme as Orientações do Currículo em Movimento da Educação Básica do DF – Pressupostos Teóricos (DISTRITO FEDERAL, 2014a), o principal objetivo da educação é preparar o aluno para o exercício da cidadania, por meio da socialização no espaço escolar, de conhecimentos, competências, habilidades, valores e atitudes. Seus princípios estruturantes são: a diversidade de experiências e vivências pessoais dos alunos; a resolução de problemas de diferentes tipos; o domínio da palavra escrita como ferramenta para compreender o mundo.

Diante desta perspectiva, se faz necessário que estejamos atentos às reais necessidades dos alunos, seus objetivos e suas dificuldades, para que com propriedade, qualidade e clareza se apresente uma proposta de intervenção pedagógica que contemple as necessidades apresentadas.

A ECCA desenvolve Projeto Interventivo (PI) com os alunos que, mesmo em meio à diversidade de atendimentos, continuam demonstrando baixo rendimento. É importante considerar que, o Projeto Interventivo apresenta características próprias, devendo fazer parte do Projeto Político-Pedagógico: a) é contínuo por ser desenvolvido ao longo de todo o ano letivo, porém temporário no atendimento aos estudantes (VILLAS BOAS, 2010, p. 35); b) é diversificado e atualizável, evitando a padronização e repetição de atividades; c) deve considerar o processo de desenvolvimento dos estudantes; d) deve envolver toda a equipe pedagógica da escola na realização do projeto. Essa equipe desenvolve atividades com estudantes das turmas, de acordo com as dificuldades surgidas, o momento em que são realizadas e os recursos humanos e materiais disponíveis. A elaboração, realização e avaliação do PI é de responsabilidade primeira do professor regente; contudo, a equipe diretiva e a de coordenação pedagógica, os orientadores educacionais, os pedagogos e os psicólogos são sujeitos partícipes e corresponsáveis nesse processo. Esse envolvimento favorece o uso de diversos tipos de atividades em tempos e espaços escolares flexibilizados. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 46).

Portanto, o Projeto Interventivo é planejado pela equipe docente que conta com o apoio e assessoramento de todos os profissionais da escola, sobretudo da equipe pedagógica, traçando estratégias de recuperação contínua dos alunos que apresentarem dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

A escola também adota a possibilidade de reagrupamentos intra e extraclasse a partir das avaliações diagnósticas e mapeamento de crianças. Contudo, esse processo é feito considerando, além das avaliações, a subjetividade da criança e seu processo de socialização e aceitação das mudanças. Assim, são formados pequenos grupos de crianças que necessitam de intervenções pedagógicas

Está também integrado a nossa política pedagógica o Programa SuperAção, uma iniciativa da Secretaria de Educação do DF. Este casamento entre nossa abordagem educacional e o Programa SuperAção fortalece nossa capacidade de atender às necessidades educacionais dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano, garantindo-lhes uma jornada educacional significativa e bem-sucedida.

Promover o acesso e a permanência do aluno na escola pelo maior tempo possível, pleiteando progressivamente junto à Secretaria de Estado de Educação a ampliação do atendimento a estudantes na Educação Integral em tempo Integral do ensino fundamental. Para o cumprimento deste propósito é necessária uma mobilização conjunta entre escola, comunidade, parceiros e poder público a fim de construir a estrutura física necessária e buscar a ampliação do quantitativo de pessoal.

Considerar o ser humano em sua totalidade dentro do contexto social é crucial. Isso implica reconhecer a diversidade de suas dimensões e a necessidade de uma formação que abrace todas as suas características, sejam elas objetivas ou subjetivas. Diante desse desafio, a Escola Classe Córrego do Arrozal adota abordagens da Educação em Tempo Integral como um recurso fundamental. Essas propostas capacitam a comunidade educativa para enfrentar essa tarefa complexa com eficácia.

O Projeto DENTE DE LEÃO tem como símbolo, essa flor que representa a versão: esperança, resistência e força. Todo mundo, pelo menos uma vez na vida, deve ter assoprado um fruto do dente-de-leão, talvez na esperança de ter o que se deseja. Diz-se que esta planta simboliza a força, a esperança e a confiança. Inicialmente, as sementes ligadas ao apêndice delicado, não parecem dispostas a se destacarem. Mas, lentamente, são levadas pelo vento com “receio” em um primeiro momento, mas cada vez mais decididas a embarcarem em uma nova jornada e experimentar novas jornadas.

E é por isso que usamos esse símbolo, acreditamos que nossos talentos são como as sementes que se disseminam e voam longe com a ajuda do nosso sopro. Queremos ver todos voando e realizando seus sonhos.

Desde 2017, tem sido uma preocupação de professoras da Escola a observação, ainda que empírica, de que a maioria das crianças com baixo desempenho escolar é negra, pobre ou indígena. Ou seja, a escola continua perpetuando a não aprendizagem entre as crianças que mais precisam da escola. Desse modo, pensou-se em um projeto com o objetivo de oferecer condições objetivas e subjetivas para que as crianças de classe popular floresçam e brilhem, contrariando as estatísticas e pesquisas em Educação que corroboram com este quadro.

O projeto foi pensado para superar as contradições visíveis em estudos que mostram como a escola, ainda que, em um campo dialético (FREITAS, 1995) perpetua as desigualdades sociais, invisibilizando a pobreza e com intuito de propiciar a permanência e êxito escolar dos estudantes. E desenvolvido dentro das turmas da Educação Integral. A opção pela educação integral emerge da própria responsabilidade dos sistemas de ensino. preconizada no artigo 22 da LDB 9.394/96: “A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornece-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Quando se fala da importância da educação para o exercício da cidadania, não se trata apenas de garantir o ingresso na escola, mas de buscara aprendizagem e o sucesso escolar de cada criança, adolescente e jovem nesse espaço formal de ensino. O Artigo 206 da Constituição Federal (1988) preconiza “[...] a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”. Assim sendo, o direito à educação de qualidade se constitui como requisito fundamental para a vivência dos direitos humanos e sociais.

Embora a educação Integral surja como uma alternativa de prevenção ao desamparo das ruas, além da expectativa de cuidado e proteção dos filhos, há nas famílias o desejo de que tempo maior de estudo seja uma abertura às oportunidades de aprendizagem, negadas para grande parte da população infanto-juvenil em situação de pobreza ou de risco pessoal e social (GUARÁ, 2006).

Diante desse desafio, não se pode deixar de mencionar que a Educação Integral vai ao encontro de uma sociedade democrática de direitos, constituindo-se, portanto, como uma política pública de inclusão social e de vivência da cidadania. Duarte (2012) investigou a relação entre a educação e a população em situação de pobreza e revelou o impacto da pobreza no fracasso escolar no Brasil. Segundo a autora, o salário, a carreira e a formação de professores, a organização do trabalho pedagógico em sala de aula e na escola, equipamentos, instalações, materiais de ensino, tecnologia educacional disponível, gestão escolar, programas, ações de todas as políticas sociais, entre muitos outros fatores não identificados explicam 74% do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a pobreza por si só explica 26% (DUARTE, 2011). O plano de ação da Educação Integral está em anexos tabela 2.

O Projeto Dente de Leão enfrenta essa contradição com vistas a reorganização do trabalho pedagógico escolar de modo a romper com o ciclo de exclusão, causado pela invisibilidade da pobreza e, também, do preconceito no trabalho pedagógico e garantir a permanência e êxito dos estudantes no ambiente escolar.

Os Relatórios do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) (BRASIL, 2014) evidenciam os níveis de desigualdade na escolarização brasileira e sinalizam que a distribuição desigual de educação tem sido o entrave ao desenvolvimento sustentável e à promoção da equidade no Brasil.

14. Apresentação dos Projetos Específicos da Unidade Escolar

Na busca contínua por oferecer uma educação de qualidade e alinhada com as demandas do mundo contemporâneo, a Escola Classe Córrego do Arrozal tem investido significativamente em programas e projetos institucionais que visam enriquecer o processo educativo e promover o desenvolvimento integral dos nossos estudantes. Acreditamos que a educação vai além das salas de aula tradicionais, e é por isso que desenvolvemos iniciativas que exploram novas abordagens pedagógicas, promovem a inclusão, estimulam a criatividade e incentivam a participação ativa da comunidade escolar.

É importante destacar que todos os projetos e programas desenvolvidos pela nossa instituição são viabilizados pelos recursos do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF). Este programa disponibiliza recursos financeiros em caráter complementar e suplementar diretamente às unidades escolares, como a nossa, permitindo que possamos executar as diversas iniciativas que promovem a autonomia e a inovação no ensino.

O PDAF, instituído pela Lei 6.023/2017, tem como objetivo principal fortalecer a gestão democrática e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Os recursos são disponibilizados por meio de parcelas semestrais, garantidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA), e são repassados diretamente para as unidades executoras, sem fins lucrativos, instituídas pela comunidade escolar. Essa movimentação eficiente e transparente dos recursos é essencial para a execução de nossos projetos, pois nos proporciona a flexibilidade necessária para atender às demandas específicas da nossa comunidade escolar.

Sem os recursos do PDAF, não seria possível implementar e manter os diversos programas que oferecemos, desde atividades de inclusão social até projetos que estimulam o desenvolvimento de habilidades criativas e tecnológicas. A autonomia financeira proporcionada pelo PDAF permite que a Escola Classe Córrego do Arrozal inove constantemente, garantindo

uma educação de qualidade que atende às necessidades contemporâneas dos nossos estudantes.

Portanto, o sucesso e o funcionamento dos nossos projetos educacionais são diretamente dependentes dos recursos do PDAF, que possibilitam à nossa escola continuar a desempenhar seu papel fundamental no desenvolvimento integral dos nossos alunos, sempre com transparência e comprometimento com a excelência educacional.

Neste contexto, apresentamos a seguir uma síntese dos principais projetos que fazem parte do nosso cotidiano educacional. Cada um desses projetos reflete o compromisso da nossa escola em proporcionar uma experiência educativa enriquecedora e significativa, preparando nossos estudantes para enfrentar os desafios e se tornarem cidadãos ativos e conscientes.

Vamos explorar juntos as iniciativas que têm transformado positivamente a nossa escola e contribuído para a formação de indivíduos críticos, criativos e comprometidos com o aprendizado contínuo e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O projeto "Infância Viva Retratos", estimula a expressão e sensibilidade das crianças por meio de diversas formas artísticas, incluindo desenhos e fotografia. Este projeto visa promover a diversidade étnico-racial e a educação antirracista, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e pelo Currículo em Movimento. Ao permitir que as crianças desenhem e fotografem seu cotidiano, os educadores transformam a rotina em experiências ricas em narrativas infantis, dialogando diretamente com os interesses e necessidades das crianças. O objetivo é despertar o interesse pelas artes visuais, oferecendo diferentes ferramentas e materiais para experimentação, e encorajar a expressão pessoal e a participação ativa das crianças no processo criativo.

Por outro lado, o projeto "Ninhada" concentra-se no acolhimento e inserção das crianças do 1º Ano do Ensino Fundamental, visando garantir seu sucesso nessa transição. Através de ações de acolhimento que envolvem linguagens, sentimentos, emoções e aprendizagens, busca-se consolidar a liberdade, autonomia e protagonismo infantil. O planejamento coletivo, envolvimento de todos os profissionais da educação, participação das famílias e/ou responsáveis, e atendimento à diversidade são elementos essenciais desse processo. A avaliação contínua visa estabelecer vínculos positivos entre a criança, sua família e a escola, garantindo um ambiente acolhedor e propício ao desenvolvimento integral das crianças.

O projeto "Práticas do Bem: Convivência Escolar e Cultura de Paz – Bullying Não Tem Graça!" visa promover o acolhimento, amor e transformação social na comunidade escolar, através do fortalecimento dos laços de empatia e do estímulo ao diálogo crítico. Seus objetivos incluem ampliar o diálogo entre todos os agentes da escola, trabalhar habilidades de escuta sensível e cultura de paz, além de promover atividades artísticas e culturais que contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes. As principais ações envolvem oferecer atividades que trabalhem valores como tolerância e solidariedade, estimular o convívio ético com as diferenças, e promover o diálogo entre os estudantes. A avaliação do projeto será contínua e envolverá a equipe pedagógica.

Por sua vez, o projeto "Plenarinha" tem como objetivo fortalecer o protagonismo das crianças pequenas no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Através de ações como webinars, desenvolvimento do projeto na escola e realização de eventos regionais e distritais, busca-se promover a escuta atenta e intencional das crianças acerca de suas necessidades e interesses. Os recursos utilizados incluem instrumentos riscantes, papéis variados e tecnologias

como projetores. A Plenarilha é coordenada pela Subsecretaria de Educação Básica e desenvolvida ao longo do ano letivo.

O projeto "Ler é Crescer" tem como objetivo fomentar o gosto pela leitura e o hábito de ler em todas as etapas da escolarização. Para combater a escassez do hábito de leitura, especialmente em tempos de fácil acesso à internet, o projeto propõe diversas ações, como rodas de leitura, visitas à biblioteca, eventos como feiras de livros e conversas com autores. A avaliação contínua visa não só estimular a leitura, mas também integrar os temas dos livros com expressões artísticas, promovendo debates que se estendem ao ambiente familiar.

Já o "Fest Livro" busca difundir a produção literária dos estudantes, incentivando a leitura e o contato com outras linguagens artísticas. Com palestras, lançamentos de livros, programações culturais e oficinas, o projeto estimula a valorização do livro e da leitura. Sua avaliação também é contínua, envolvendo a equipe pedagógica e gestores. Apesar de ocorrer no segundo semestre do ano, suas atividades são iniciadas pelo projeto "Ler é Crescer".

O projeto "Bom Saber" visa desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais nas crianças, criando um ambiente propício à aprendizagem. Entre suas principais ações estão atividades que promovem a autonomia na leitura, escrita e cálculos, estimulando o desenvolvimento cognitivo e o raciocínio lógico. Além disso, há um foco na produção textual, correção e socialização dos textos, com avaliação contínua baseada na qualidade das produções dos alunos.

Já o "Sabores e Saberes" tem como objetivo incentivar a autonomia alimentar das crianças e conscientizá-las sobre hábitos alimentares saudáveis. Através de ações como permitir que as crianças escolham seus alimentos, promover refeições prazerosas e desenvolver momentos de aprendizado sobre alimentação, o projeto busca incentivar bons hábitos alimentares e promover a troca de cultura entre os alunos. Sua avaliação se dá pela observação dos avanços na autonomia, diminuição do desperdício e refeições prazerosas.

O projeto "Vivências no Quintal" busca promover a exploração de vivências diárias através de brincadeiras nos espaços externos da escola. Suas ações incluem o uso de materiais alternativos e a avaliação contínua do envolvimento e interação dos estudantes, observando suas preferências e habilidades motoras.

Enquanto isso, o projeto "Nossas Raízes" tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre a cultura indígena, promovendo a valorização da diversidade e combatendo o preconceito na escola. Através de atividades como leitura de obras, produção de textos e oficinas culturais, o projeto visa construir uma infância autônoma e parceira na mudança social, com avaliação contínua do processo.

O projeto "Baobá" tem como objetivo principal atender às leis que determinam o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, promovendo o combate ao racismo e à intolerância religiosa. Através de diversas ações, como apresentação de livros e brincadeiras que valorizam a cultura negra, o projeto busca promover a valorização da diversidade e das diferenças, contribuindo para a construção de uma infância livre e autônoma.

Enquanto isso, o projeto "Yayá" visa possibilitar a participação efetiva da família no processo educacional dos estudantes, abordando temas relevantes para a comunidade escolar. Com ações como acolhimento aos pais e apresentação de vídeos e textos, busca-se sensibilizar as famílias e promover reflexões sobre os temas propostos, com avaliação contínua ao longo do processo.

O projeto "Direto da Horta" busca desenvolver atitudes de preservação ambiental e promover uma alimentação saudável, cultivando alimentos sem agrotóxicos na horta da escola. Através de diversas ações, como preparação da terra, plantio, cuidados diários e degustação dos alimentos, as crianças são incentivadas a se tornarem protagonistas no processo, enquanto são sensibilizadas sobre a importância da alimentação saudável e do cuidado com o meio ambiente.

Já o projeto "Menina Moça e Menino Rapaz" tem como objetivo orientar estudantes do 4º e 5º ano sobre as mudanças e conflitos próprios da adolescência, promovendo a adoção de hábitos saudáveis. Através da distribuição de kits de cuidados e higiene pessoal e de informações sobre temas relevantes para a saúde dos adolescentes, busca-se contribuir para a criação de um vínculo com a equipe de saúde e para a adoção de hábitos saudáveis de vida.

O projeto "Amigos do Zippy" visa apoiar crianças no reconhecimento e manejo de emoções, consolidando padrões de reação emocional saudável. Através de ações conduzidas pelos educadores, as crianças são incentivadas a desenvolver ferramentas para lidar melhor com seus sentimentos, promovendo assim o bem-estar emocional. A avaliação do projeto ocorre nas coordenações pedagógicas e em avaliações institucionais, com recursos como um guia, mascote de tecido e materiais diversos.

O Projeto de Cultura de Paz – Parceria com a EEAA tem como objetivo promover o reconhecimento e a gestão das emoções nas crianças, visando fortalecer sua inteligência emocional e capacidade de empatia. Por meio de encontros semanais, são desenvolvidas atividades intencionais adaptadas à faixa etária dos estudantes do 4º e do 5º Anos e às necessidades dos participantes.

Enquanto isso, o projeto "Festa Arrozal" busca produzir conhecimento e cultura relacionados aos costumes das festas populares, como as festas juninas. Valorizando tradições e promovendo a interação entre a escola e a comunidade, o projeto envolve atividades como pesquisa sobre festas tradicionais, trabalhos manuais, e culmina em uma festa junina na escola. A avaliação se dá pela participação, colaboração e organização das atividades, assim como pela realização da festa.

O projeto da Biblioteca Itinerante "Contação de Histórias" busca promover a mediação da leitura por meio da contação de histórias, proporcionando uma experiência lúdica e imaginativa para as crianças. O objetivo é incluir todos os alunos, independentemente de seus níveis de leitura, e coordenar as atividades de acordo com o projeto pedagógico da escola.

Já o projeto da Biblioteca de Portas Abertas visa receber as crianças em momentos específicos durante a semana para atividades orientadas pelas professoras ou simplesmente para desfrutar de momentos de leitura. Além disso, durante os intervalos das aulas, a biblioteca fica disponível para que as crianças possam entrar espontaneamente, realizando tarefas, lendo ou até mesmo pesquisando assuntos de interesse, promovendo assim a autonomia e a ampliação do repertório dos alunos.

Já o Protocolo de Rotina A(colher), em parceria com a EEAA, OE, Equipe Gestora e Coordenação Pedagógica, oferece atividades complementares para os estudantes, adaptadas ao seu ritmo de aprendizagem e alinhadas com o conteúdo trabalhado em sala de aula.

O Projeto Horizontes Educativos busca ampliar o aprendizado das crianças para além da sala de aula, proporcionando experiências significativas por meio de passeios culturais pela cidade de Brasília e seu entorno. Com foco na interação com a natureza e a história local, o

projeto visa fortalecer o vínculo das crianças com sua cidade e seu patrimônio, promovendo uma educação turística e cidadã.

14.1. Articulação com os objetivos e metas do PPP

A escola, em seu compromisso com uma prática educativa emancipadora e inclusiva, implementa uma série de projetos que se articulam de forma coerente com os objetivos e metas delineados para promover uma transformação sociocultural e o desenvolvimento integral dos alunos.

Os projetos como "Infância Viva Retratos", "Nossas Raízes" e "Baobá" visam promover a diversidade étnico-racial, a sensibilidade e o diálogo crítico entre os alunos, alinhando-se com o objetivo de promover uma sociedade mais pluralista e ética. Eles também contribuem para a construção de uma prática educativa comprometida com a valorização das diferenças socioculturais, fundamental para a formação de cidadãos sensíveis e críticos.

Por outro lado, iniciativas como "Práticas do Bem: Convivência Escolar e Cultura de Paz – Bullying Não Tem Graça!" e "Menina Moça e Menino Rapaz" estão em consonância com a meta de promover o reconhecimento e a gestão das emoções nas crianças, consolidando padrões de reação emocional saudável e promovendo hábitos de vida saudáveis.

Além disso, os projetos "Ler é Crescer", "Fest Livro" e "Biblioteca Itinerante 'Contação de Histórias'" contribuem para fomentar o gosto pela leitura, integrando-se ao objetivo de desenvolver um currículo que inclua a diversidade e as diferenças socioculturais.

Essas iniciativas não apenas estimulam a leitura, mas também promovem debates que enriquecem o repertório cultural dos alunos, contribuindo para uma educação mais inclusiva e enriquecedora.

Enquanto isso, metas como ampliar o atendimento do programa de Educação Integral em Tempo Integral e implementar a metodologia de trabalho por projetos em todas as turmas estão alinhadas com o compromisso da escola em oferecer uma educação que contemple o desenvolvimento integral dos estudantes. Essas metas não apenas visam garantir o acesso de todas as crianças a uma educação de qualidade, mas também promover sua participação ativa na comunidade de aprendizagem.

Portanto, os projetos e metas da unidade escolar estão interligados em uma abordagem holística que busca promover uma prática educativa comprometida com a diversidade, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento integral dos alunos, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais pluralista, ética, democrática, solidária e feliz.

14.2. Articulação com o Currículo em Movimento

Os projetos da escola estão estrategicamente alinhados com o Currículo em Movimento do DF, visando promover uma educação inclusiva, diversificada e contextualizada.

O projeto "Infância Viva Retratos" se encaixa perfeitamente no eixo de Linguagens Artísticas, proporcionando às crianças a oportunidade de expressar sua criatividade através de desenhos e fotografia, enquanto promove a valorização da diversidade étnico-racial, conforme preconizado pelo currículo.

No âmbito da transição para o Ensino Fundamental, o projeto "Ninhada" está em sintonia com as diretrizes do "Currículo em Movimento" ao enfatizar a importância do

acolhimento e da inserção das crianças nessa nova etapa educacional, com ações que promovem a liberdade, autonomia e protagonismo infantil.

O projeto "Práticas do Bem" se enquadra no eixo de Convivência e Cidadania, trabalhando valores como empatia, tolerância e cultura de paz, alinhado com a proposta de promover uma convivência ética e respeitosa entre os membros da comunidade escolar.

No que diz respeito ao desenvolvimento integral das crianças, o projeto "Plenarinha" é uma iniciativa que dialoga com os princípios do "Currículo em Movimento", ao promover a escuta atenta das crianças e valorizar suas necessidades e interesses como protagonistas do processo educativo.

A promoção da leitura e o estímulo ao debate de ideias presentes nos projetos "Ler é Crescer" e "Fest Livro" corroboram com o objetivo do "Currículo em Movimento" de desenvolver competências leitoras e críticas nos alunos, integrando a literatura com expressões artísticas e culturais.

Os projetos voltados para o desenvolvimento socioemocional, como "Amigos do Zippy" e "Bom Saber", estão em consonância com a preocupação do "Currículo em Movimento" em promover o bem-estar emocional e cognitivo dos estudantes, através do fortalecimento de habilidades socioemocionais.

Por fim, iniciativas como "Nossas Raízes" e "Baobá" contribuem para a implementação das diretrizes curriculares que preconizam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, bem como o combate ao racismo e à intolerância religiosa, promovendo assim uma educação antirracista e plural.

Essa articulação dos projetos com o Currículo em Movimento do DF evidencia o compromisso da escola em oferecer uma educação de qualidade, que valoriza a diversidade, promove o desenvolvimento integral dos alunos e os prepara para uma participação ativa na sociedade.

14.3. Articulação com o PDE e/ou com o PPA e /ou com o PEI e/ou ODS 4

Os projetos educacionais desenvolvidos pela escola estão articulados com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um conjunto de programas que buscavam aprimorar a qualidade da educação em todas as suas etapas no Brasil. Embora o PDE tenha sido lançado em 2007 com um prazo de quinze anos para sua implementação, sendo descontinuado antes desse período, muitas de suas iniciativas e diretrizes continuam influenciando as políticas educacionais e as práticas pedagógicas em todo o país.

Os projetos da escola estão alinhados com os princípios e objetivos do PDE, que visavam promover uma educação de qualidade, inclusiva e voltada para o desenvolvimento integral dos estudantes. Por exemplo, iniciativas como o "Infância Viva Retratos" e o "Ninhada" estão em sintonia com as diretrizes do PDE ao priorizarem o acolhimento, a diversidade e a promoção do protagonismo infantil, aspectos fundamentais para uma educação de qualidade.

Além disso, projetos como o "Práticas do Bem" e o "Ler é Crescer" estão alinhados com a preocupação do PDE em promover uma cultura de paz, valorizar a leitura e estimular o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, elementos essenciais para uma formação cidadã e crítica.

Da mesma forma, iniciativas como o "Baobá" e o "Nossas Raízes" contribuem para a implementação das diretrizes do PDE relacionadas ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, bem como para o combate ao racismo e à intolerância religiosa, aspectos essenciais para uma educação inclusiva e plural.

Portanto, é possível afirmar que os projetos desenvolvidos pela escola estão articulados com o PDE, refletindo o compromisso em oferecer uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento integral dos estudantes e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

15. Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Unidade Escolar

15.1. Avaliação para as aprendizagens

A perspectiva adotada pela SEEDF e expressa no documento Diretrizes de Avaliação Educacional (2016) é a da Educação Integral, que considera o ser em formação como multidimensional, com identidade, história, desejos, necessidades, sonhos, isto é, um ser único, especial e singular. Essa integralidade da educação perpassa todos os seus âmbitos, não podendo, portanto, deixar de lado a questão da avaliação. Nesse quesito, ao valorizar o ser humano multidimensional e os direitos coletivos, a Educação Integral provoca uma ruptura estrutural na lógica do poder punitivo comumente percebido nos processos avaliativos e fortalece seu compromisso com a Educação para a Diversidade, Cidadania, Direitos Humanos e a Educação para a Sustentabilidade.

A Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) compreende que a função formativa da avaliação é a mais adequada ao projeto de educação pública democrática e emancipatória. Compreende também que a função diagnóstica compõe a avaliação formativa, devendo ser comuns aos demais níveis da avaliação. A função formativa, independentemente do instrumento ou procedimento utilizado, é realizada com a intenção de incluir e manter todos aprendendo (HADJI, 2001).

Esta função deve perpassar os níveis: da aprendizagem, institucional (autoavaliação da escola) e de redes ou de larga escala. Sua finalidade maior reside em auxiliar, ao invés de punir, expor ou humilhar os estudantes por meio da avaliação. A SEEDF adota o termo Avaliação para as aprendizagens (VILLAS BOAS, 2012) porque nos situa no campo da educação com a intenção de avaliar para garantir algo e não apenas para coletar dados sem comprometimento com o processo. A avaliação da aprendizagem se sustenta no paradigma positivista e, portanto, distancia-se do avaliado, buscando certa "neutralidade". Enquanto isso, a Avaliação para as aprendizagens se compromete com o processo e não somente com o produto da avaliação.

Tal concepção está em consonância com a proposta da Comunidade de Aprendizagem da ECCA, que, também na avaliação, pretende valorizar a essência e a complexidade do ser em sua integralidade. Isso significa que os processos avaliativos, na escola, precisam ser conduzidos de forma ética, isto é, levando em conta o processo de aprendizagem de acordo com os seguintes aspectos:

- Respeito às produções;
- Avaliação desvinculada de comparação (compara-se o progresso das crianças com suas próprias capacidades e não com as de colegas);

- Avaliação informal encorajadora (desvinculada de ameaças, constrangimentos e punições);
- Uso dos resultados da avaliação voltados somente para os propósitos de conhecimento (sem serem incluídos em nenhuma forma de ranqueamento).

Além disso, mais do que avaliar a aprendizagem, a ECCA intenciona garantir que os processos avaliativos sejam, eles próprios, instrumentos para as aprendizagens. Assim, eles precisam estar em consonância com a metodologia por projetos (individual, em grupo e coletivo), e com os Desafios de Aprendizagem propostos, mostrando-se permanentes, interdisciplinares e contextualizados, contando com a participação de toda a comunidade e capazes de considerar as dimensões do currículo (saber ser, conviver, cuidar e fazer).

Considerando ainda a situação especial provocada pela pandemia de COVID-19 os processos avaliativos precisam levar em conta as características intrínsecas ao ensino remoto bem como a situação das famílias e das crianças com o período, situação essa que envolve questões financeiras, de acesso à plataforma de ensino e ainda psíquicas. Para compor todas essas questões, a ECCA faz a escolha por uma avaliação formativa, em todos os níveis (de aprendizagem, institucional e em larga escala), dentro da perspectiva da progressão continuada.

Na concepção formativa de avaliação, em acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF (2016), todos avaliam e são avaliados, promovendo-se as aprendizagens de todos/as por meio da autoavaliação e do feedback (retorno), num permanente movimento dialético no qual cada sujeito e agente deve tomar como elemento valioso o diálogo que se estabelece. Esse processo se dá a partir do potencial de cada criança, dos seus esforços e do grau de compromisso com os Desafios de Aprendizagem propostos, permitindo-se um olhar mais atento aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, favorecendo sua autorregulação e a metacognição.

A autorregulação da aprendizagem é o processo de autorreflexão e ação no qual a pessoa estrutura, monitora e avalia seu próprio aprendizado (GANDA, BORUCHOVITCH, 2018). Ela só acontece quando o sujeito se percebe capaz de se responsabilizar pelo próprio processo de construção do conhecimento e se habilita a interagir com o seu meio a partir da consciência dos seus próprios processos cognitivos, socioemocionais e de sua forma de agir no mundo (ética).

Conforme Ganda e Boruchovitch (2018) a aprendizagem autorregulada está associada à melhor retenção de conteúdo, maior envolvimento com estudos e melhor desempenho acadêmico e mostra-se integralmente em conformidade com a metodologia por projetos e com o foco na pesquisa, características da Comunidade de Aprendizagem da Escola. Já a metacognição, que significa “pensar sobre o próprio pensar”, é o processo que possibilita que o ser humano observe e corrija seus pensamentos e suas ações, desenvolvendo estratégias cada vez mais sofisticadas de interação, construindo uma aprendizagem mais eficiente (JOU; SPERB, 2006). A meta cognificação favorece a autorregulação da aprendizagem num ciclo contínuo de aprendizagens significativas.

Todos esses processos são favorecidos na ECCA ao se promover tempos e espaços de reflexão constante às crianças e demais partícipes, sobre si mesmos e sobre suas relações com o meio, tanto nas atividades do dia a dia quanto nos momentos avaliativos. Ao rever os espaços, as estratégias e a função social da escola, de maneira a favorecer a construção gradativa e dialógica de aprendizagens bem como atitudes que impactem diretamente na construção da autonomia e do protagonismo de cada pessoa, respeitando os tempos individuais de aprendizagem, a proposta da ECCA também se alinha ao intuito da progressão continuada.

Na Educação Infantil, a avaliação acontece principalmente pela observação sistemática, registro em caderno de campo, fichas, questionários, relatórios, portfólios (exposição das produções pelas crianças) sem objetivo de promoção, mesmo para o Ensino Fundamental (art. 31, I, LDB 9.394/96). As reflexões, análises e inferências oriundas dessa sistemática compõem o Relatório do Desenvolvimento Individual da Criança - RDIC, que terá sua publicação semestral; entretanto, sua elaboração é diária. A avaliação, que se diz formativa, será sempre a da observação do desempenho e do crescimento da criança em relação a ela mesma e jamais de sua comparação com os pares.

Ao avaliar, visamos captar as expressões, a construção do pensamento e do conhecimento, o desenvolvimento da criança bem como suas necessidades e interesses, guias primordiais do planejamento e das práticas.

15.2. Avaliação em larga escala

Na escola, o estímulo à participação dos estudantes nas avaliações em larga escala, como o SAEB, é uma prioridade que permeia todas as etapas do processo educacional. Desde cedo, os alunos são incentivados a compreender a importância dessas avaliações como ferramentas que contribuem para a melhoria contínua da qualidade do ensino. Por meio de discussões em sala de aula, atividades práticas e campanhas de conscientização, os estudantes são motivados a encarar essas avaliações não apenas como um teste, mas como uma oportunidade de contribuir ativamente para o aprimoramento do sistema educacional.

A unidade escolar adota uma abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento de habilidades aplicadas, reconhecendo que a aprendizagem vai além do domínio de conteúdos específicos. Dessa forma, são oferecidas atividades que estimulam o pensamento crítico, a resolução de problemas, a comunicação eficaz e o trabalho em equipe. Projetos interdisciplinares, simulações de situações do cotidiano e práticas de laboratório são exemplos de estratégias utilizadas para promover o desenvolvimento dessas habilidades, preparando os alunos não apenas para obterem bons resultados nas avaliações em larga escala, mas também para enfrentarem os desafios do mundo real.

Após a análise dos resultados obtidos nas avaliações, a escola realiza um trabalho minucioso de interpretação e reflexão, envolvendo não apenas os professores, mas toda a comunidade escolar. Os dados são utilizados para identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias, subsidiando o planejamento de ações pedagógicas direcionadas e a implementação de estratégias de intervenção. Além disso, os resultados são compartilhados com os alunos e suas famílias, promovendo a transparência e o engajamento de todos no processo de aprimoramento da qualidade educacional.

15.3. Avaliação Institucional

Este nível da avaliação ocorre, sempre, nas reuniões do conselho de classe, nas coordenações pedagógicas coletivas e em momentos com a comunidade escolar como ocorreu nos “ Encontros Família Escola deste ano; tomamos o Projeto da escola como ponto de partida e de chegada, analisa-se as potencialidades e fragilidades e, assim, sinalizamos as mudanças e as atualizações no documento e, sobretudo, nas práticas educacionais. Não avaliamos a instituição para expor ou punir pessoas, avaliamos para aperfeiçoar e melhorar o trabalho realizado. Na avaliação institucional consideramos os dados produzidos pelos exames, provas, índices e procuramos localizar no currículo as fragilidades e potencialidades do que a escola realiza. A intenção de uma avaliação formativa se aplica a avaliação institucional.

A Avaliação Institucional, aqui denominada Avaliação do Trabalho da Escola, destina-se a analisar a implementação de seu Projeto Político Pedagógico para identificar suas potencialidades e fragilidades e orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social do trabalho escolar. A reflexão coletiva é imprescindível para que novas ações sejam estabelecidas em função da realidade e das necessidades da comunidade de aprendizagem, de forma a promover as aprendizagens dos estudantes e dos profissionais que ali atuam.

Trata-se de uma auto avaliação pela escola. Sua articulação com os outros dois níveis (aprendizagem em larga escala ou redes) faz-se, inclusive, quando traz para o centro da discussão os processos e procedimentos utilizados para realização dos trabalhos no interior da escola. A avaliação institucional aqui defendida analisa, retoma, reorganiza os processos utilizados na avaliação para as aprendizagens. Procura instruir e melhorar as concepções e práticas que se materializaram na avaliação que ocorreu no cotidiano da sala de aula.

Ao trazer para o espaço da Coordenação Pedagógica e do Conselho de Classe Participativo os dados emanados dos exames externos, a avaliação institucional abre agenda para análises e reflexões mais amplas. É nesse momento que se entende onde se localiza a mediação capaz de ser realizada por meio da avaliação institucional, avaliação da aprendizagem e avaliação de redes ou em larga escala. É importante que a avaliação do trabalho da escola não seja voltada para a avaliação de pessoas, com vistas à exclusão, punição ou premiação (SORDI, 2009).

Uma avaliação eficaz pode representar uma maneira ética de convidar os atores internos da escola a um diálogo entre si e com a comunidade, promovendo o sentido da qualidade negociada (BONDIOLI, 2004). Avaliar todas as instâncias que compõem a organização escolar é pauta constante desse nível da avaliação com o intuito de colocar quaisquer ações a serviço das aprendizagens.

Por isso, avalia-se o trabalho desenvolvido na biblioteca, na sala de leitura, nos laboratórios, na coordenação pedagógica, na sala de apoio, na sala de recursos, no serviço de orientação educacional, nos projetos didáticos e ou interventivos, no atendimento ao público. Avalia-se também a qualidade da estrutura física e organizacional da escola.

A autoavaliação pela escola realiza-se ao longo do ano letivo, tendo como referência seu Projeto Político-Pedagógico, por meio de procedimentos/instrumentos por ela construídos, tais como: fichas, questionários, reuniões, assembleias, plenárias, entre outros. Essa avaliação não é isolada nem burocrática, pois a transparência de seus objetivos e procedimentos precisa tornar evidente o caráter formativo que deve assumir. Não pode pressupor hierarquias demarcadas e solidificadas, pois todos avaliam e são avaliados.

A avaliação institucional ou avaliação do trabalho da escola é realizada na escola, pela escola, em função dela e por seus próprios atores (LIMA, 2012). Nessa avaliação, deve-se contemplar a análise do trabalho escolar nas dimensões da:

- Gestão Pedagógica. Abrange processos e práticas de gestão do trabalho pedagógico, orientados diretamente para assegurar o sucesso da aprendizagem dos estudantes, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola.
- Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais. Centra-se, sobretudo, na análise e acompanhamento dos processos e práticas de gestão para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e em decorrência de seus resultados, tendo sempre como foco as aprendizagens.
- Gestão Participativa. Abrange processos e práticas que respondam ao

princípio da gestão democrática do ensino público. Envolve a atuação de órgãos colegiados – conselhos escolares, APM, grêmios estudantis; o estabelecimento de articulações e parcerias; a utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar.

- **Gestão Participativa.** Abrange processos e práticas que respondam ao princípio da gestão democrática do ensino público. Envolve a atuação de órgãos colegiados – conselhos escolares, APM, grêmios estudantis; o estabelecimento de articulações e parcerias; a utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar.

- **Gestão de Pessoas.** Abrange processos e práticas de gestão, visando ao envolvimento e compromisso das pessoas (professores e demais profissionais, pais, mães e estudantes) com o Projeto Político Pedagógico da escola. Envolve a integração dos profissionais da escola, pais, mães, responsáveis e estudantes; o desenvolvimento profissional contínuo; o clima organizacional; a avaliação do desempenho; a observância dos direitos e deveres; a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar.

- **Gestão Financeira.** Abrange os processos de planejamento, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos oriundos de diferentes fontes para garantir a implementação de políticas e programas educacionais, de forma participativa e transparente.

- **Gestão Administrativa.** Abrange os processos de gestão de materiais, da estrutura física, do patrimônio, entre outros. A avaliação do trabalho da escola ou sua autoavaliação é interna e permanente. Deve ocorrer com envolvimento de todos os segmentos: famílias, estudantes, gestores, professores e demais profissionais da educação.

Existem diversos momentos propícios para a autoavaliação que devem ocorrer durante todo o ano letivo, como nos dias da avaliação pedagógica previstos em calendário escolar, coordenações coletivas, conselhos de classe, reuniões com a família, assembleia escolar e diversas outras reuniões.

Não podem ser momentos estanques de autoavaliação, mas propiciadores de discussão e reflexão coletiva. Lima (2012) lembra que o Conselho de Classe participativo é um dos momentos especiais para essa autoavaliação por oportunizar o encontro e o entrelaçamento dos três níveis da avaliação. É importante registrar as contribuições surgidas nesses espaços para que não se percam elementos significativos para a reorganização do trabalho da escola.

Os setores administrativos, as ações pedagógicas, os elementos da comunicação oral e escrita e todos os procedimentos que são demandados da escola ou que ela demande devem ser alvo desse olhar avaliativo.

15.4. Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens

A ECCA na sua prática educativa utiliza os eixos integradores nos planejamentos dos Projetos Específicos e na construção dos projetos individuais, diagnósticos iniciais e para formalização da avaliação formativa. A Alfabetização está presente em todos os momentos do trabalho pedagógico, nos jogos em sala com a utilização do “recursos didáticos”, na construção dos combinados, nos projetos da Biblioteca, Contação de histórias, nos momentos de reagrupamento, nos estudos sobre os artistas homenageados da Festa da Cultura Popular: Festeja Arrozal, nos projetos de pesquisas em sala de aula, entre outros... No que se refere ao Letramento e Ludicidade, outros Eixos Integradores importantes, destacamos o Projeto Ler é Crescer, Criança ensina Criança, Jogos cooperativos, Infância viva, na elaboração dos projetos individuais e roteiros de estudos...

Seguindo sempre uma matriz para uma educação libertadora, atuando em processos com o fim de humanização, democratização, qualificação e ética. Essa matriz refere-se ao saber fazer/aprender, saber ser, saber cuidar, saber conviver e aos seus respectivos “espaços potenciais de aparência da escola e os Eixos transversais-diversidade, cidadania e educação para os direitos humanos – sustentabilidade”.

15.5. Conselho de Classe

O Conselho de Classe planejado e executado na perspectiva da avaliação formativa é ao mesmo tempo-espaço de planejamento, organização, avaliação e retomada do Projeto Político-Pedagógico da escola. É a instância em que se encontram e podem entrelaçar-se os três níveis da avaliação: aprendizagens, institucional e redes ou em larga escala, sendo um momento privilegiado para autoavaliação da escola (LIMA, 2012).

Quando o Conselho de Classe consegue refletir sobre os índices de desempenho, sobre o espaço da coordenação pedagógica, sobre os projetos e demais atividades realizadas no âmbito da escola e das salas de aula, sobretudo com vistas às aprendizagens de todos, potencializa sua caminhada na direção da avaliação aqui defendida e consegue promover a desejada autoavaliação da escola.

Para Dalben (2004), o Conselho de Classe insere-se como um Colegiado potencializador da gestão pedagógica da escola. O Conselho de Classe é desenvolvido no sentido de identificar, analisar e propor elementos e ações para serem articuladas pela e na escola. Essa instância cumpre papel relevante quando consegue identificar o que os estudantes aprenderam, o que ainda não aprenderam e o que deve ser feito por todos para que as aprendizagens aconteçam. Orientamos que sejam envolvidas as famílias, outros profissionais da escola e os próprios estudantes para auxiliarem nas reflexões e nas proposições de projetos interventivos e demais atos que possam colaborar para que sejam garantidas as aprendizagens de todos na escola.

Alertamos para que essa instância não se torne um espaço hostil em que prevaleça o uso da avaliação informal de maneira negativa para expor, rotular, punir e excluir avaliados e ou avaliadores. Os eventos ou momentos em que se realiza o Conselho de Classe devem ter objetivos bem definidos. Entende-se que todos os encontros devem incluir análises voltadas ao diagnóstico das condições de aprendizagem dos estudantes, bem como à proposição de intervenções que favoreçam seu progresso.

Mesmo que o professor utilize informações obtidas por meio da avaliação somativa (avaliação da aprendizagem), seus resultados devem ser analisados de forma integrada à avaliação formativa. Notas ou conceitos podem conviver com a avaliação formativa, desde que não tenham fim em si, isto é, não sejam o elemento central, nem os estudantes incentivados a estudar com vistas apenas à sua obtenção.

No Distrito Federal, a Lei nº 4.751/2012 reserva ao Conselho de Classe o status de colegiado que comporá com outros os mecanismos de garantia da participação democrática dentro da escola. Diz o artigo 35 desta legislação: O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na escola

§ 1º O Conselho de Classe será composto por: I – todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos; II – representante dos

especialistas em educação; III – representante da carreira Assistência à Educação; IV – representante dos pais ou responsáveis; V – representante dos alunos a partir do 6º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhido por seus pares, sendo garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas; VI – representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas.

§ 2º O Conselho de Classe se reunirá ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação do diretor da escola ou de um terço dos membros desse colegiado.

§ 3º Cada escola elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEDF.

A organização ou dinâmica das reuniões do Conselho de Classe é de autonomia da escola, observadas estas Diretrizes de Avaliação Educacional (2014). É conveniente a existência de momentos anteriores ao Conselho de Classe para que os grupos ou segmentos possam, com seus pares, dialogar e autoavaliar-se antes da reunião ordinária. Os registros dessas análises e das reuniões ordinárias do Conselho de Classe devem ser realizados em formulários específicos elaborados e disponibilizados pela SEEDF. momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto as proposições que favoreçam a aprendizagem dos alunos. Pós-conselho: momento em que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros. Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

16. Papéis e Atuação

16.1. Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA)

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA) é, assim, constituída por 1 pedagoga e os atendimentos educacionais especializados generalista (AEE, DF, DI, TGD/TEA e DM) - sala de recursos, e especialista em Altas Habilidades (AEE) são realizados nos polos e têm a função de, conjuntamente à Orientação Educacional, à Coordenação Pedagógica, à Equipe Gestora e às equipes docentes, realizar:

- Mapeamento institucional;
- Escuta ativa e sensível;
- Projetos específicos;
- Comunicações gerais e formação;
- Convivência;
- Acompanhamentos e encaminhamentos

A proposta da escola é realizar um trabalho diversificado e fazer adequações para aqueles que precisarem. À medida que for necessário realizar adequações curriculares, sejam elas relacionadas a recursos, métodos, estratégias e intervenções, os professores deverão realizá-las com o apoio da Sala de recursos, EEAA, coordenadoras pedagógicas e gestão escolar, num verdadeiro trabalho coletivo com objetivo de alcançar o desenvolvimento do máximo potencial da criança, uma vez que a deficiência é “uma”, dentre tantas características que tornam único cada ser humano.

A adequação curricular insere-se naturalmente na proposta de Comunidade de Aprendizagem da Escola porque essa última concretiza o projeto da escola plural que supõe a escola da diversidade. Todavia, é preciso observar que a mediação do Currículo em sala de aula é realizada pelo professor regente, assim cabe a esse profissional o desenvolvimento da adequação curricular. Considerando ainda, que a adequação curricular corresponde ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino e ainda os recursos pessoais do professor, que vão desde as metodologias de ensino às suas habilitações para lidar com os estudantes.

Assim, as adequações curriculares ocorrem para todas as crianças, dentro de seus projetos e desafios de aprendizagem, com ou sem deficiência associada.

Tais adequações privilegiam as potencialidades, desejos e interesses das crianças, e não suas dificuldades, promovendo uma maior diversificação curricular, articulando o currículo à criança. A ideia é que quanto maior a diversificação curricular, que contempla a todos, menor a necessidade de adequações curriculares e mais favorável a construção do conhecimento. As adequações curriculares incluem todas as atividades que transcorrem no âmbito educativo e se torna extensivo a todas as matérias envolvendo tecnologias, música, desenho, artes, educação física etc. a partir dos seguintes recursos pedagógicos:

- Computador adaptado com software, aplicativos, jogos e outros recursos pedagógicos para as crianças com necessidades especiais;
- Imagens e recursos com som e fotografias;
- Mural sensorial e quadro com recursos para comunicação e interação;
- Blocos de montagem com tecnologias para manipulações; Aprendizagem criativa e interativa (circuitos de aprendizagem) na perspectiva inclusiva;
- Projeto pedagógico interventivo e participativo;
- Estimulação contínua e direcionamentos dos sentidos (visual, auditivo, paladar, tato e olfato) e pensamento lógico;
- Novas tecnologias de comunicação (recursos e materiais pedagógicos diversificados);
- Aplicativos disponibilizados e gratuitos.

A elaboração e efetivação do Plano de Ação da EEAA deve pautar-se numa busca incessante para a adequação teórico-metodológica das ações institucionais e docentes para a promoção do sucesso escolar dos educandos, rompendo com o paradigma tradicional de que os problemas de aprendizagem residem sempre no estudante conforme previsto na Orientação Pedagógicas (OP) do SEAA (DISTRITO FEDERAL, 2010). A Educação Inclusiva pressupõe a garantia de acesso e permanência, com qualidade, na escola, dos estudantes. Propõe uma nova maneira de compreendermos as respostas educativas da escola, buscando a efetivação do exercício da docência, acolhendo, assim, a diversidade e respeitando as diferenças específicas dos estudantes.

Entendendo como um dos princípios da educação inclusiva que “O direito a igualdade de oportunidades, que defendemos enfaticamente, não significa um modo igual de educar a todos, e sim, dar a cada um, o que necessita em função de seus interesses e características individuais (Carvalho, 2004, p.35)”.

Neste sentido, a atuação do (a) profissional da EEAA está centrada em três dimensões: Mapeamento Institucional da UE, Assessoria ao Trabalho Coletivo dos Professores e Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, ancoradas na perspectiva da avaliação mediada, ou seja, ao mesmo tempo que intervém no contexto escolar, o profissional também avalia seus resultados, refletindo e reconsiderando cada ação num processo cíclico de práxis.

16.2. Orientação Educacional (OE)

A Orientação Educacional é desempenhada pelo Pedagogo Orientador Educacional tanto no acompanhamento e apoio à comunidade escolar (profissionais, estudantes, familiares) quanto na articulação com a rede de apoio externa. A atuação do Pedagogo Orientador Educacional também tem perspectiva institucional, contextualizada e integrada ao Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, e deve estar direcionada para a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante promovendo autonomia, criticidade, criatividade, participação e protagonismo infanto-juvenil.

Assim como o SEAA, a Orientação Educacional também é corresponsável pela coordenação pedagógica e pelos processos de formação continuada dos profissionais da Unidade Escolar contribuindo para a identificação e reflexão dos fatores que interferem nos processos de ensino e de aprendizagem de estudantes e educadores.

A existência dessas equipes nas escolas afirma as conquistas históricas fruto de lutas das famílias e demais sujeitos atuantes nos processos de inclusão. Além disso, busca-se também ressignificar esses serviços numa concepção de igualdade e equidade, fomentando a conscientização por meio da sensibilização e da informação quanto ao direito à inclusão, tema esse que ainda necessita ser discutido e reforçado atualmente. Ofertamos Classes de Integração Inversa.

A Orientação Pedagógica da Orientação Educacional da SEEDF descreve que a OE atualmente contribui para o processo educativo a partir de uma prática articulada com toda a comunidade escolar, repensando coletivamente o fazer pedagógico, participando na análise da realidade, apoiando diálogos problematizadores, promovendo a tomada de decisão individual e coletiva e executando ações com foco em objetivos compartilhados no Projeto Pedagógico da instituição escolar, a fim de tecer uma rede social e interinstitucional que colabore com o desenvolvimento integral do estudante.

O Plano de Ação e/ou Metodologia de Trabalho da pedagoga da OE pode ser consultado no Anexo B do presente Projeto Político Pedagógico e está em consonância com o novo modelo encaminhado pela Gerência da OE da SEEDF (GOE).

Dentre os objetivos da Orientação Educacional, estão:

- Mobilizar a escola, a família e a criança para a investigação coletiva da realidade na qual todos estão inseridos;
- Cooperar com o professor, estando sempre em contato com ele, auxiliando-o na tarefa de compreender o comportamento das classes e dos alunos em particular;
- Manter os professores informados quanto às atitudes da orientadora junto

aos estudantes, principalmente quando esta atitude tiver sido solicitada pelo professor;

- Esclarecer a família quanto às finalidades e funcionamento da OE;
 - Atrair os pais para a escola a fim de que nela participem de forma ativa;
 - Desenvolver trabalhos de integração da Comunidade Escolar
 - Pressupor que a educação não é maturação espontânea, mas intervenção direta ou indireta que possibilita a conquista da disciplina intelectual e moral;
 - Trabalhar preventivamente em relação a situações e dificuldades, promovendo condições que favoreçam o desenvolvimento do educando;
 - Organizar dados referentes aos estudantes; - procurar captar a confiança e cooperação dos educandos, ouvindo-os com paciência e atenção;
 - Ser firme quando necessário, sem intimidação, criando um clima de cooperação na escola;
 - Desenvolver atividades de hábitos de estudo e organização;
 - Tratar de assuntos atuais e de interesse dos estudantes fazendo integração junto às diversas temáticas;
 - Trabalhar de forma articulada com outras instituições que integram a Rede de Proteção;
 - Procurar manter um ambiente de trabalho saudável e harmônico entre as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem
 - Acompanhar a implantação e o desenvolvimento da Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino;
 - Coordenar as ações pedagógicas a serem desenvolvidas no interior da Escola;
 - Trabalhar para que a solidariedade e a ética profissional sejam princípios orientadores da ação de todos os segmentos da escola;
 - Conscientizar os profissionais que atuam na escola de que é preciso, no mundo atual, que sejamos flexíveis às mudanças;
 - Estar atento ao processo ensino-aprendizagem e avaliação;
 - Participar de reuniões pedagógicas que se fizerem necessárias;
 - Conscientizar todos os segmentos da escola para o cumprimento do Regimento Escolar;
 - Buscar, conjuntamente com a direção da escola, palestras e cursos com profissionais específicos, que venham favorecer o trabalho pedagógico e desenvolvimento integral de todos os estudantes que frequentam a escola;
 - Organizar, junto com os professores, ações para os estudantes que se encontram com dificuldade de aprendizagem;
 - Participar do Conselho Escolar subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar.
- Ações intencionais para promover:
- O Acolhimento;
 - A inclusão;
 - A cultura de paz;
 - A superação de conflitos;

- A valorização da vida;
- A saúde emocional;
- A garantia de direitos;
- O exercício da cidadania.

O Projeto Cultura da Paz foi desenvolvido pela Orientação Educacional em parceria com outros profissionais da EEAA

No mundo atual, são constantes as diversas frustrações vivenciadas pelas crianças, por isso vemos dificuldades de aprendizagens, depressão infantil, irritabilidade, instabilidade de humor, perda do interesse na maioria das atividades, incapacidade de sentir prazer nelas, dificuldade de raciocínio ou de concentração, falta ou excesso de apetite, entre outros transtornos. Por isso, trabalhar as emoções desde cedo é fundamental.

É o reconhecimento das emoções que irá nos auxiliar a compreendê-las, lidar melhor com as situações e o com aquilo que sentimos. Solucionar conflitos com mais facilidade e com menos sofrimento. É o início do processo de inteligência emocional, que favorece também o aprendizado.

Reconhecer as emoções é importante também por proporcionar o desenvolvimento da “empatia” nas crianças, que é, em linhas gerais, a capacidade de compreender e se colocar no lugar do outro. Quando a criança aprende a nomear e a reconhecer as emoções, sabe identificá-las não somente em si, mas também nos outros. Portanto, essa iniciativa parte da vulnerabilidade na comunidade onde se observa a quantidade de crianças sem estruturas emocionais para o enfrentamento da vida ou estão em situações que ainda pequenos já são obrigados a perderem a infância.

Duração: quatro encontros semanais com ações intencionais desenvolvidas de acordo com a faixa etária e com as demandas.

Protocolo de Rotina A(colher) – Parceria com EEAA, OE, Equipe Gestora e Coordenação Pedagógica e equipe de professores readaptados.

As profissionais também atuam por meio da rotina A(colher), uma proposta metodológica que indica um tipo de atividade para cada dia da semana, de modo que o professor possa complementar o planejamento para os estudantes que estão apresentando dificuldades em acompanhar o ritmo da turma e/ou para aqueles que estão num ritmo mais avançado. A proposta é que a rotina seja empregada dentro da temática/conteúdo que esteja sendo abordado pelo professor, assim, o estudante não se sentirá deslocado e conseguirá realizar atividades de acordo com o seu nível de aprendizagem. No quadro abaixo apresentamos a rotina A(colher):

Protocolo de Rotina

Dias de Atividades: Segunda, Quarta e Quinta-feira

Recursos Utilizados:

1. Leitura Deleite
2. Jogos
3. Desafios
4. Experiências

5. Produção Artística

16.3. Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR)

Na nossa unidade escolar, ainda não dispomos de uma Sala de Recursos específica para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, asseguramos que as necessidades educacionais especiais dos alunos sejam acolhidas e atendidas de maneira eficiente e inclusiva. Este atendimento é realizado em polos, onde especialistas em Altas Habilidades (AEE) desempenham um papel crucial, colaborando estreitamente com a Orientação Educacional, a Coordenação Pedagógica, a Equipe Gestora e os professores.

A pedagoga da nossa escola exerce funções fundamentais no atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos. Seu trabalho é focado em várias atividades essenciais para promover um ambiente inclusivo e de suporte.

A pedagoga acompanha continuamente o progresso dos alunos, ajustando os planos de atendimento conforme necessário. Quando identifica necessidades que ultrapassam o âmbito escolar, ela realiza encaminhamentos para serviços externos, como apoio psicológico ou terapias especializadas, assegurando um suporte integral aos alunos.

Embora a escola não possua uma Sala de Recursos, as necessidades educacionais especiais são atendidas por especialistas em Altas Habilidades (AEE) nos polos. Esses especialistas trabalham em conjunto com a pedagoga e outros membros da equipe escolar, fornecendo suporte adicional e expertise para garantir que todos os alunos recebam a atenção e os recursos necessários para seu desenvolvimento.

Apesar da ausência de uma Sala de Recursos, nossa unidade escolar se empenha em atender às necessidades educacionais especiais de todos os estudantes através do trabalho dedicado da pedagoga e da colaboração com especialistas em AEE nos polos.

16.4. Profissionais de apoio escolar, Monitor, Educador Social Voluntário, Jovem Candango, entre outros

Os educadores voluntários foram selecionados no início do ano letivo e prestaram suporte à educação especial nas salas de integração inversa, sob a supervisão de professores e/ou das equipes gestoras, a depender do atendimento prestado pela escola. As atividades fazem parte do cotidiano da escola. Temos também o ESV que acompanha exclusivamente a Educação Integral com papel fundamental na adaptação dos alunos e na transição dos que estão iniciando uma série com mais desafios. Em 2024, recebemos em parceria com a Secretaria de Economia estagiários do curso de pedagogia.

16.5. Biblioteca Escolar

A biblioteca Flor do Cerrado possui um acervo de cerca de 3000 exemplares entre títulos disponibilizados inclusive de forma on line para reserva de estudantes e equipe pedagógica possibilitando a pesquisa de assuntos a serem trabalhados de acordo com o PPP da escola assim como títulos para a formação continuada dos profissionais da escola (equipe pedagógica, vigias, merendeiras, serviços gerais, gestão etc.).

Nosso papel é buscar sempre incentivar a prática da leitura, não só didática, mas também a leitura lúdica e prazerosa, estímulo que deve ocorrer desde as primeiras vivências do estudante no ambiente escolar.

Segundo o Manifesto da Biblioteca Escolar, elaborado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) e aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na sua Conferência Geral, em novembro de 1999, “Os profissionais da biblioteca apoiam a utilização de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção a documentários, impressas ou eletrônicas, presenciais ou remotas.

Os materiais complementam e enriquecem os manuais escolares, materiais e metodologias de ensino. Está comprovado que quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os estudantes alcançam níveis mais elevados de alfabetização, leitura, aprendizagem, resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação.” Esse é um dos princípios fundamentais que apoiam o nosso projeto. Dentre nossos objetivos, estão:

1. Apoiar e promover os objetivos educativos delineados de acordo com as finalidades, currículos e programas de ensino da escola;
2. Desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
3. Proporcionar oportunidades de produção e utilização de informação para o conhecimento, compreensão, imaginação e divertimento;
4. Apoiar os estudantes na aprendizagem e prática de capacidades de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza, suporte ou meio, usando de sensibilidade relativamente aos modos de comunicação de cada comunidade;
5. Providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que exponham os estudantes a ideias, experiências e opiniões diversificadas;
6. Organizar atividades que favoreçam a tomada de consciência cultural e social e a sensibilidade;
7. Trabalhar com os estudantes, professores, administradores e pais de modo a alcançar as finalidades da escola;
8. Defender a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efetiva e responsável e à participação na democracia.

Nesse sentido, desenvolvemos diferentes projetos que envolvem desde os estudantes, as famílias e os educadores da ECCA. A cada ano, as ações são repensadas, buscando sempre avaliar as práticas e construir novas e criativas abordagens.

A *Biblioteca FLOR DO CERRADO* está em atividade desde o início do 1º semestre de 2022, quando de sua reforma e revitalização. É um espaço destinado à leitura individual e compartilhada, bem como a contação de histórias, mapa da leitura, projeto Ler é Crescer, pesquisas, empréstimos, dentre outras atividades.

Dentro dos projetos de leitura de cada turma presencial, ela atua conforme a demanda e a rotina semanal das equipes docentes, estando aberta para a colaboração conforme as necessidades apresentadas. Além desse suporte, desde 2022 também é desenvolvido o projeto “Recreio com Leitura”. Inicialmente semanal, às terças feiras, o projeto passou a ser diário, consistindo em permanecer aberta durante o recreio a fim propiciar momentos de orientação, leitura livre, empréstimo e renovação.

Quinzenalmente, o projeto ECCA Cultural inclui tempos com contação ou leitura de histórias para as crianças pela biblioteca, atuando com contações de história e apresentação de livros e textos para as crianças.

Contação de história é uma das nossas principais metodologias para o trabalho de mediação da leitura fazendo com que as crianças mergulhem no mundo da imaginação, no mundo da leitura contada, de forma lúdica. Segundo Silva (2006, p. 78) "[...] para mediar a leitura é preciso ser generoso com o outro em formação e lembrar-se do próprio percurso como leitor". Sabe-se que nem todas as pessoas tiveram e têm as mesmas oportunidades de participarem ativamente do mundo da leitura. Assim sendo, é preciso que o bibliotecário mediador conheça seu público e os níveis de leitura, para que possa trabalhar de forma que incluam a todos em um mesmo ritmo, mas claro, cada um fazendo suas interpretações". Acreditamos que mediar a leitura por meio da contação de história pode tornar o caminho mais fluido e divertido tanto para o bibliotecário, como para os alunos "[com prazer, isto é possível, e mais fácil do que parece" (VILLARDI, 1997, p.2). De forma semelhante trabalhamos com a equipe pedagógica, utilizando a mediação da leitura para coordenar nossas atividades de acordo com o projeto pedagógico da nossa escola. III. 67.

Com o Projeto Biblioteca de Portas Abertas recebemos as crianças de forma conjunta, por turma, às segundas, terças, quintas e sextas, com uma hora disponível para a realização de atividades orientadas pelas professoras responsáveis, pelas professoras da biblioteca ou ainda simplesmente para o desfrute de um momento único de leitura onde o corpo descansa e a mente viaja para lugares inimagináveis.

Intervalo e biblioteca, tudo a ver! Com esse projeto a Biblioteca fica disponível durante os intervalos das aulas para que as crianças possam entrar e sair de forma espontânea aproveitando para adiantar tarefas que seriam para casa, ler ou até realizar pesquisas de assuntos que surgem durante esse momento como pesquisar cogumelos encontrados enquanto brincavam. Foi o que ocorreu com o aluno João Miguel, aluno do primeiro ano vespertino, que levou seus colegas à biblioteca onde encontraram uma enciclopédia sobre o assunto com fotos e informações esclarecedoras e de fácil acesso ampliando assim seu interesse e repertório sobre plantas comestíveis e plantas venenosas.

O Projeto Sacolinha da Leitura é um momento especial para que uma vez por semana as crianças possam levar para casa, de forma segura, livros emprestados em uma sacola confeccionada por elas educadoras e a rede de parceria.

No início do ano, turma por turma vai até a Biblioteca para receber os livros didáticos. As crianças são recebidas pela professora mediadora, Andrea, que conta a história "A Revolta dos Livrinho" destacando a importância desse material para a vida escolar de todas as crianças do ano corrente e dos anos que virão, trata-se de um trabalho de conscientização. Ao final, além dos livros didáticos as crianças levam para casa um termo de compromisso que deverá ser assinado por ela mesma e pelo responsável no qual se comprometem em utilizar da melhor maneira possível esse importante conquista para a escola que tanto tem colaborado para a formação principalmente dos estudantes com menores recursos didáticos e pedagógicos."

16.6. Conselho Escolar

O Conselho Escolar desempenha um papel fundamental na gestão e desenvolvimento das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, com o objetivo de acompanhar e garantir a execução eficiente dessas atividades. Além disso, é crucial envolver e fortalecer o compromisso da comunidade escolar com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), promovendo uma maior integração entre todos os envolvidos. Para tanto, o Conselho também

deve proporcionar uma interação efetiva das famílias com a escola, criando um ambiente de cooperação mútua.

Para alcançar esses objetivos, o Conselho Escolar estabelece metas claras. A primeira meta é aumentar a participação da comunidade e dos estudantes nas instâncias escolares, o que promove uma gestão mais democrática e inclusiva. Outra meta importante é o estabelecimento de articulações e parcerias com diversas organizações externas, como empresas, ONGs e órgãos governamentais, ampliando os recursos e oportunidades disponíveis para os estudantes. Além disso, a utilização de canais de comunicação eficientes entre a escola e a comunidade é essencial, garantindo que todos estejam bem informados e possam participar ativamente das decisões e atividades escolares.

Para atingir essas metas, diversas ações são realizadas pelo Conselho Escolar. A participação em reuniões coletivas, como assembleias e reuniões ordinárias do Conselho, bem como encontros da Caixa Escolar, assegura um espaço regular para o diálogo e a tomada de decisões coletivas. Além disso, a realização de atividades culturais que envolvem a comunidade escolar promove a integração, o aprendizado e a valorização da cultura local.

O sucesso das ações do Conselho Escolar é avaliado por meio de indicadores específicos. A frequência e a qualidade das reuniões e diálogos presenciais, incluindo rodas de conversa, são analisadas anualmente para verificar o nível de participação e envolvimento da comunidade escolar. Esses indicadores permitem ao Conselho Escolar monitorar a eficácia de suas ações e fazer ajustes necessários para alcançar os objetivos estabelecidos.

A responsabilidade pela implementação e acompanhamento das ações e metas recai sobre diferentes atores dentro da escola. A equipe gestora lidera o planejamento e execução das ações propostas, garantindo que as estratégias sejam efetivamente colocadas em prática. A supervisão tem o papel de monitorar e orientar as atividades desenvolvidas pelo Conselho, assegurando que estejam alinhadas com os objetivos e metas estabelecidos. A comunidade, por sua vez, participa ativamente das decisões e das atividades propostas, contribuindo para o fortalecimento do ambiente escolar.

O prazo para a realização das ações e a avaliação dos indicadores é anual, permitindo um ciclo contínuo de planejamento, execução, monitoramento e revisão das estratégias adotadas pelo Conselho Escolar. Dessa forma, busca-se criar um ambiente escolar mais participativo, transparente e eficiente, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do ensino e do envolvimento da comunidade na vida escolar.

16.7. Profissionais Readaptados

Os professores readaptados desempenham um papel fundamental na educação, especialmente no contexto da transformação da prática pedagógica. Desde 2022, o grupo de trabalho "Transformação da Prática Pedagógica", que inclui professores readaptados, tem se dedicado a estudar, interagir, conhecer, fortalecer e assessorar as práticas escolares. Este grupo atua com base na legislação e nas ciências educacionais, promovendo uma educação em rede e o protagonismo dos profissionais envolvidos.

Os professores readaptados são aqueles que, devido a questões de saúde ou outras condições que os impedem de exercer plenamente suas funções em sala de aula, são alocados para outras atividades dentro do ambiente escolar. No grupo "Transformação da Prática Pedagógica", esses professores encontram um espaço significativo para contribuir com suas habilidades e experiências. Uma das principais funções dos professores readaptados é a realização de estudos e pesquisas sobre práticas pedagógicas inovadoras. Eles investigam

metodologias e estratégias que podem ser implementadas nas escolas para melhorar o ensino e a aprendizagem. Conforme destacado por Freire (1996), a pesquisa contínua é essencial para a prática pedagógica crítica e reflexiva.

Esses profissionais promovem a interação entre os diferentes atores da comunidade escolar. Eles facilitam a comunicação entre professores, alunos, gestores e pais, criando um ambiente colaborativo. Segundo Hargreaves (2003), a colaboração entre educadores é vital para o desenvolvimento profissional e a melhoria das práticas educativas. Além disso, os professores readaptados são responsáveis por compartilhar conhecimentos e proporcionar formação continuada aos colegas. Eles organizam workshops, seminários e grupos de estudo, ajudando outros professores a se atualizarem com as novas tendências educacionais. Como apontado por Nóvoa (1995), a formação contínua é um elemento chave para a valorização e atualização do profissional da educação.

Além de contribuir com conhecimento e formação, os professores readaptados também têm o papel de fortalecer as práticas escolares. Eles assessoram os colegas na implementação de novas metodologias, apoiando a adaptação curricular e a utilização de recursos pedagógicos inovadores. Atuando como assessores e consultores, os professores readaptados ajudam na resolução de problemas pedagógicos e na implementação de projetos educacionais. Eles fornecem suporte técnico e pedagógico, facilitando a aplicação das melhores práticas em sala de aula.

O envolvimento dos professores readaptados no grupo de trabalho destaca o protagonismo desses profissionais na educação. Eles deixam de ser vistos apenas como profissionais afastados da sala de aula e passam a ser reconhecidos por sua capacidade de inovar e influenciar positivamente o ambiente educacional. Este protagonismo é essencial para a construção de uma educação mais inclusiva e colaborativa, conforme preconizado pelas diretrizes educacionais contemporâneas.

A atuação dos professores readaptados no grupo de trabalho "Transformação da Prática Pedagógica" é um exemplo de como esses profissionais podem contribuir significativamente para a melhoria da educação. Ao estudar, interagir, conhecer, fortalecer e assessorar as práticas escolares, eles ajudam a construir uma rede educacional mais forte e integrada, promovendo o desenvolvimento contínuo e o protagonismo de todos os envolvidos no processo educativo. Freire (1996) enfatiza que a pesquisa contínua é essencial para a prática pedagógica crítica e reflexiva, enquanto Hargreaves (2003) ressalta a importância da colaboração entre educadores para o desenvolvimento profissional e a melhoria das práticas educativas. Nóvoa (1995) também destaca que a formação contínua é crucial para a valorização e atualização dos profissionais da educação, elementos centrais para a atuação dos professores readaptados na transformação das práticas pedagógicas.

16.8. Coordenação Pedagógica

A Coordenação Pedagógica tem papel fundamental “na elaboração, na implementação, no acompanhamento e avaliação do PPP das escolas, na orientação e coordenação da participação dos professores no PPP, e na proposição de ações educativas que busquem a melhoria na qualidade do trabalho pedagógico” (SEEDF, 2012, p.113).

Considerando o momento de transição que a escola vive, com alterações de suas práticas pedagógicas, todas as ações, do planejamento à avaliação são diretamente acompanhadas, havendo um fortalecimento do espaço de coordenação pedagógica. A ideia é a de que a equipe coordenadora possa apreciar, colaborar e acompanhar as ações a fim de se garantir a coerência interna com o projeto da escola.

Assim, o planejamento anual das atividades é feito no ano anterior, juntamente com a equipe gestora e demais equipes. Na semana pedagógica, esse planejamento é apresentado e adaptado à realidade do ano vigente. Ao longo do ano, ocorrem reuniões de coordenação pedagógica geral e por equipes. No âmbito presencial, as reuniões acontecem semanalmente, às quartas-feiras. No entanto, considerando a necessidade de encontro de todas as equipes, para uma unificação das propostas, a escola iniciou encontros gerais, mensais, em turnos alternados: ora, pela manhã, ora pela tarde, ou até mesmo pela noite, compactuando os horários de aula das crianças. É preciso, porém, deixar claro que a Coordenação Pedagógica da ECCA, coerente com o projeto de Comunidade de Aprendizagem, assume uma perspectiva de coordenação em contraposição a uma simples ordenação. Isso significa que se busca constituir como um espaço-tempo de ação solidária que realize:

Promover a reflexão sobre a organização do trabalho pedagógico (inclusive nos conselhos de classe e na avaliação institucional), a reavaliação das práticas institucionais, docentes e discentes, o processo formativo e a autoformação, contemplando: o processo de ensinar e aprender, os planejamentos interdisciplinares, o compartilhamento de experiências pedagógicas exitosas e inclusivas, o conhecimento mais aprofundado dos estudantes, a avaliação e autoavaliação e a articulação do coletivo em torno da construção do Projeto Político Pedagógico da escola

16.8.1. Papel e Atuação do Coordenador Pedagógico

- **Elaboração e Implementação do PPP:** O coordenador pedagógico tem um papel central na criação, implementação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas.
- **Orientação e Coordenação:** Coordena e orienta a participação dos professores no PPP e propõe ações educativas visando melhorar a qualidade do trabalho pedagógico.
- **Acompanhamento das Ações Pedagógicas:** Acompanha todas as ações, do planejamento à avaliação, garantindo coerência com o projeto da escola.
- **Organização do Trabalho Pedagógico:** Promove a reflexão sobre a organização do trabalho pedagógico, reavalia práticas institucionais, docentes e discentes, e fomenta processos formativos e autoformativos.
- **Interação com Professores:** Escuta os professores para identificar suas demandas práticas, articula teoria e prática nos momentos de estudos e planejamentos, e solicita sugestões de leituras e materiais de estudo.
- **Orientação e Suporte:** Orienta novos professores sobre o desenvolvimento do Projeto Pedagógico e promove o uso de recursos tecnológicos com orientações metodológicas específicas.

16.8.2. Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica

Transição e Adaptação das Práticas: A escola está em um momento de transição com mudanças nas práticas pedagógicas. A coordenação pedagógica fortalece seu espaço para acompanhar e adaptar essas mudanças.

Planejamento Anual e Reuniões: O planejamento anual das atividades é feito no ano anterior e ajustado durante a semana pedagógica. Reuniões semanais e mensais são realizadas para unificar propostas e garantir a colaboração de todas as equipes.

Espaço-Tempo de Ação Solidária: A coordenação é vista como um espaço-tempo de ação solidária, contrapondo-se à simples ordenação, promovendo a construção coletiva do trabalho pedagógico.

Recuperação do Sentido Coletivo: Busca recuperar o sentido coletivo do trabalho docente e viabilizar os objetivos do PPP, promovendo uma comunicação sensível e concretizando um colegiado pedagógico.

Autonomia Pedagógica: Visa promover o crescimento e a construção da autonomia pedagógica dos profissionais, articulando e mobilizando a equipe escolar para elaborar, desenvolver e avaliar o PPP.

Projetos e Estratégias: Elabora, aplica e avalia projetos interventivos, reagrupamentos e outras estratégias inerentes aos Ciclos, dentro da perspectiva da formação continuada em serviço.

Formação Contínua: A coordenação pedagógica é vista como um espaço privilegiado de formação continuada, lidando com a práxis pedagógica e promovendo o desenvolvimento contínuo dos profissionais da educação.

16.8.3. Valorização e formação continuada dos profissionais da educação

O processo de reconfiguração das práticas escolares envolve processos subjetivos de desconstrução do fazer pedagógico consolidado por professores e professoras em anos de trabalho. É, portanto, um processo doloroso, que pode produzir insegurança, instabilidade e sofrimento. Garantir um processo de formação continuada em serviço na escola é condição primeira para a transformação e fortalecimento do trabalho pedagógico que se busca, e que passa pela transformação pessoal.

Ao compreender que a práxis é ação política transformadora, defende-se que o processo de formação da equipe pedagógica siga a mesma direção que o realizado com as crianças, ou seja, deve-se “fazer” com as professoras e professores o que se quer que elas e eles façam com as crianças. Desta forma, a formação deve começar a priorizar processos de tutoria em projetos cujos temas sejam os problemas e desafios encontrados pelas professoras e professores em sua prática pedagógica.

As mesmas dimensões (saber ser, conviver, cuidar e fazer) devem ser consideradas e a escola deve se organizar de modo a oferecer uma rede de apoio que ajude os professores e professoras nos momentos de transição. A formação de ciclos de estudo também é caminho fundamental para a transformação, pois agrega segurança e conhecimento necessários à mudança. Nesse processo, priorizam-se algumas linhas de estudo na escola, a partir de demandas da equipe e das opções feitas neste PPP, destacando-se formações sobre o processo de alfabetização linguística e matemática; a plena atenção; a comunicação não violenta, educação antirracista, povos originários, ludicidade, educação inclusiva, deficiências e transtornos globais entre outros.

A ECCA compreende que a reflexão da prática pedagógica é condição essencial para a construção de relações dialógicas e humanizadoras entre professoras e professores, estudantes e famílias.

Assim, as relações de poder devem se desmoronar e o sentido de aprender-ensinar deve ser incorporado por todos e todas na Comunidade de Aprendizagem, uma vez que o ato de aprender e ensinar são interdependente. Em outras palavras, a opção feita se traduz no aprender a desaprender, ação que Mignolo (2008) denomina desobediência epistêmica.

Concordando com esse autor, a comunidade da Escola compreende que a descolonização do conhecimento e o uso do conhecimento descolonizado são medidas necessárias para a construção de uma sociedade justa e democrática. Portanto, o processo de formação continuada na escola deve gerar abertura para novas formas de fazeres e saberes.

A coordenação pedagógica, espaço/tempo disponibilizado aos professores da SEEDF, é de fundamental importância para a promoção da qualidade do ensino, pois é, “O espaço e tempo da coordenação pedagógica quando organizados coletivamente possibilitam a reflexão e análise do fazer pedagógico visando o seu aperfeiçoamento.

Somente por meio do acompanhamento e avaliação sistemática da prática pedagógica, a partir da teoria que a orienta, será possível a superação dos obstáculos que se apresentam cotidianamente na escola. Essa qualidade na organização do trabalho pedagógico é alcançada sob uma gestão escolar democrática que possibilite o diálogo aberto e a comunicação horizontal entre profissionais da escola, estudantes e famílias. Não há, portanto, como dissociar a organização escolar em ciclos de um processo democrático de gestão”. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 22).

17. Estratégias Específicas

17.1. Redução do abandono, evasão e reprovação

A Escola Classe Córrego do Arrozal traz como perspectiva fortalecer as estratégias de ensino por meio de um trabalho articulado, intersetorial e interdisciplinar, com vistas às aprendizagens dos estudantes e à redução da defasagem idade/ano, da evasão e da reprovação escolar.

Essa abordagem alinha-se com as estratégias discutidas na literatura para lidar com o desafio da evasão e infrequência na educação básica. Santos e Oliveira (2018) destacam a importância de estratégias preventivas para evitar a evasão e infrequência escolar, enfatizando a necessidade de um trabalho articulado entre diferentes áreas da escola e até mesmo com instituições externas. Ao fortalecer as estratégias de ensino de forma integrada, a escola pode criar um ambiente mais propício para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes, contribuindo assim para a redução da evasão e da reprovação.

Além disso, programas de intervenção, como discutidos por Silva e Costa (2017), podem ser implementados de forma complementar às estratégias de ensino, visando oferecer apoio adicional aos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade ou em risco de evasão. Ao promover uma abordagem interdisciplinar e intersetorial, a escola pode identificar precocemente os alunos em dificuldades e oferecer o suporte necessário para que permaneçam e tenham sucesso no ambiente escolar.

Portanto, ao adotar uma abordagem articulada e interdisciplinar, a Escola Classe Córrego do Arrozal está em sintonia com as melhores práticas para promover a permanência e o sucesso dos estudantes, contribuindo assim para a construção de uma educação mais inclusiva e eficaz.

Esse texto destaca como a perspectiva da Escola Classe Córrego do Arrozal se alinha com as estratégias discutidas na literatura para lidar com a evasão e infrequência na educação básica, enfatizando a importância de um trabalho articulado e interdisciplinar para promover a permanência e o sucesso dos estudantes.

17.2. Recomposição das aprendizagens

Projeto Interventivo

Conforme as Orientações do Currículo em Movimento da Educação Básica do DF – Pressupostos Teóricos (DISTRITO FEDERAL, 2014a), o principal objetivo da educação é preparar o aluno para o exercício da cidadania, por meio da socialização no espaço escolar, de conhecimentos, competências, habilidades, valores e atitudes. Seus princípios estruturantes são: a diversidade de experiências e vivências pessoais dos alunos; a resolução de problemas de diferentes tipos; o domínio da palavra escrita como ferramenta para compreender o mundo.

Diante desta perspectiva, se faz necessário que estejamos atentos às reais necessidades dos alunos, seus objetivos e suas dificuldades, para que com propriedade, qualidade e clareza se apresente uma proposta de intervenção pedagógica que contemple as necessidades apresentadas.

A ECCA desenvolve Projeto Interventivo (PI) com os alunos que, mesmo em meio à diversidade de atendimentos, continuam demonstrando baixo rendimento. É importante considerar que, o Projeto Interventivo apresenta características próprias, devendo fazer parte do Projeto Político-Pedagógico: a) é contínuo por ser desenvolvido ao longo de todo o ano letivo, porém temporário no atendimento aos estudantes (VILLAS BOAS, 2010, p. 35); b) é diversificado e atualizável, evitando a padronização e repetição de atividades; c) deve considerar o processo de desenvolvimento dos estudantes; d) deve envolver toda a equipe pedagógica da escola na realização do projeto. Essa equipe desenvolve atividades com estudantes das turmas, de acordo com as dificuldades surgidas, o momento em que são realizadas e os recursos humanos e materiais disponíveis. A elaboração, realização e avaliação do PI é de responsabilidade primeira do professor regente; contudo, a equipe diretiva e a de coordenação pedagógica, os orientadores educacionais, os pedagogos e os psicólogos são sujeitos partícipes e corresponsáveis nesse processo. Esse envolvimento favorece o uso de diversos tipos de atividades em tempos e espaços escolares flexibilizados. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 46).

Portanto, o Projeto Interventivo é planejado pela equipe docente que conta com o apoio e assessoramento de todos os profissionais da escola, sobretudo da equipe pedagógica, traçando estratégias de recuperação contínua dos alunos que apresentarem dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

Considerando o disposto no Art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

- “Art.13: Os docentes incumbir-se-ão de: [...] III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento” (BRASIL, 2017, p. 14) e também os dados levantados nas avaliações diagnósticas, a Unidade de Ensino oferece atendimento individual planejado em horário contrário ao de aula, de acordo com a disponibilidade do professor regente de cada turma.

A partir das reflexões emanadas dos resultados das avaliações diagnósticas internas e de larga escala, que devem ser feitas não apenas por meio de provas e testes, propõe-se que a Unidade Escolar organize estratégias a longo e curto prazo, que auxiliem os educandos na superação das dificuldades demonstradas. Nessa perspectiva, os reagrupamentos apontam possibilidades diversas, como participar de atividades, em grupos de alunos nos diversos ambientes que a escola dispõe.

A aula em uma escola organizada em ciclos precisa extrapolar o espaço convencional das quatro paredes, como usualmente costuma ser concebido. Deve ser pensada como estrutura de oportunidades e contexto de aprendizagens e de significados com condições de favorecer o desenvolvimento das atividades educativas e, em consequência, o processo de crescimento pessoal do estudante e do professor, como: aulas em pátios, quadra poliesportiva, sala de leitura, laboratórios,

museus, zoológico, mercados, feiras livres, exposições, teatros, entre outros. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 50).

Como um ambiente a mais que oportuniza as aprendizagens nas diferentes áreas do conhecimento, a sala de aula deve possibilitar a interação dos sujeitos por meio de uma organização variada desse espaço, seja no coletivo, em pequenos grupos de três ou quatro estudantes, em duplas. Cabe ressaltar que repensar a geografia da sala de aula vem no sentido de articular sua disposição à concepção pedagógica, ou seja, uma vez que a aprendizagem se dá na interlocução com o outro; ressignificar esse espaço compreende também a organização dos estudantes em grupos, de forma a atender as ações didático-pedagógicas nesse interior e, assim, favorecer que se aprenda com os diferentes saberes e de diferentes formas. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 50-51).

Desta forma, a equipe pedagógica organizará, conjuntamente com a direção e docentes, instrumentos que possibilitem a visualização da real situação do ensino/aprendizagem e, a partir dos dados coletados, promoverá reflexão a respeito das concepções existentes entre a equipe sobre desenvolvimento e aprendizagem e, com base no levantamento de dados e organização de tempos e espaços disponíveis, planejarão estratégias para o desenvolvimento de reagrupamentos envolvendo o BIA e 2º Bloco.

17.3. Desenvolvimento da Cultura de Paz

Na busca por promover a cultura de paz na educação básica, a Escola Classe Córrego do Arrozal estabelece como uma de suas metas ampliar o diálogo entre todos os agentes da comunidade escolar, incentivando a reflexão crítica e a transformação de realidades violentas, excludentes e preconceituosas. Nesse contexto, são implementados projetos específicos que fortalecem essa abordagem e contribuem para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e pacífico.

Um desses projetos é o "Práticas do Bem: Convivência Escolar e Cultura de Paz – Bullying Não Tem Graça!", que visa promover o acolhimento, amor e transformação social na comunidade escolar. Este projeto se destaca por fortalecer os laços de empatia e estimular o diálogo crítico entre os estudantes.

Outro projeto importante é o "Projeto de Cultura de Paz – Parceria com a EEAA", que tem como objetivo fortalecer a inteligência emocional e a capacidade de empatia das crianças por meio do reconhecimento e gestão das emoções.

Além disso, o projeto "Amigos do Zippy" desempenha um papel fundamental no apoio às crianças no reconhecimento e manejo de emoções. Por meio de ações conduzidas pelos educadores, as crianças são incentivadas a desenvolver ferramentas para lidar melhor com seus sentimentos, promovendo assim o bem-estar emocional e contribuindo para a construção de uma cultura de paz na escola.

Esses projetos, aliados à meta da Escola Classe Córrego do Arrozal, demonstram um compromisso sólido com a promoção da cultura de paz na educação básica, proporcionando oportunidades significativas para o desenvolvimento integral dos estudantes e a construção de relações mais solidárias e empáticas dentro da comunidade escolar.

Uma abordagem eficaz para contribuir para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e pacífico é a implementação de programas de mediação de conflitos, onde os próprios alunos são capacitados a resolver suas diferenças de forma pacífica e construtiva. Como destacado por Barros e Gutiérrez (2019), a mediação escolar não apenas ajuda a resolver conflitos imediatos, mas também contribui para a construção de uma cultura de paz duradoura, onde os alunos aprendem a lidar com suas emoções e diferenças de maneira mais empática e colaborativa.

Além disso, é crucial integrar conteúdos sobre direitos humanos, diversidade e tolerância nos currículos escolares, como argumentado por Viggiani (2016). Ao promover discussões e atividades relacionadas a esses temas, os estudantes são incentivados a refletir sobre questões de justiça social, igualdade e respeito pela diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na promoção da paz.

Outra estratégia importante é a realização de círculos de diálogo e rodas de conversa regulares, onde estudantes, professores, funcionários e membros da comunidade escolar podem compartilhar suas experiências, pontos de vista e preocupações. Esses espaços proporcionam uma oportunidade para expressar emoções, resolver conflitos e construir relações mais solidárias e empáticas, como ressaltado por Barros e Gutiérrez (2019).

Além disso, programas de educação emocional e social devem ser integrados ao currículo escolar, com foco no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, autocontrole e cooperação. Como enfatizado por Viggiani (2016), essas habilidades são fundamentais para promover um ambiente escolar mais pacífico e inclusivo, onde os estudantes se sintam seguros para expressar suas emoções e resolver conflitos de maneira construtiva.

Essas estratégias, aliadas à meta da Escola Classe Córrego do Arrozal, têm o potencial de contribuir significativamente para a construção de uma cultura de paz na educação básica, promovendo o diálogo, a compreensão mútua e o respeito pelas diferenças.

17.4. Qualificação da transição escolar

Na busca por qualificar a transição escolar, a Escola Classe Córrego do Arrozal adota também como meta a promoção de ações de acolhimento que envolvam linguagens, sentimentos, emoções e aprendizagens, visando à consolidação da liberdade, da autonomia e do protagonismo dos estudantes ao ingressarem em um novo contexto escolar. Essa abordagem é essencial para assegurar que os alunos se sintam apoiados e preparados durante essa fase crucial de suas trajetórias educacionais.

A transição entre os diferentes níveis de ensino pode ser um período de grande desafio para os estudantes, demandando estratégias específicas para facilitar essa mudança. Segundo os estudos de Prado e Lima (2019), é fundamental que as escolas desenvolvam programas de acolhimento que considerem as necessidades emocionais e sociais dos alunos, ajudando-os a se adaptar ao novo ambiente e a novas expectativas acadêmicas. Esses programas podem incluir atividades de integração, oficinas de habilidades socioemocionais e suporte contínuo por meio de mentorias e tutoriais.

No contexto da Escola Classe Córrego do Arrozal, as ações de acolhimento são planejadas para envolver os estudantes de maneira holística, proporcionando experiências que valorizem a expressão de sentimentos e emoções. Um exemplo prático é a realização de encontros e rodas de conversa onde os alunos têm a oportunidade de compartilhar suas expectativas e ansiedades em relação à transição escolar. Como apontado por Silva e Martins (2020), esses espaços de diálogo são cruciais para construir uma rede de apoio e fomentar um ambiente de confiança e segurança.

Além disso, a escola busca estimular a autonomia e o protagonismo dos estudantes, permitindo que participem ativamente do planejamento de suas próprias trajetórias educacionais. Programas que incentivam a tomada de decisão e a responsabilidade pessoal são essenciais para esse processo. De acordo com Oliveira e Costa (2018), proporcionar aos alunos oportunidades para exercerem sua autonomia dentro do ambiente escolar contribui significativamente para sua adaptação e sucesso acadêmico.

A integração de atividades artísticas e culturais também é uma estratégia eficaz adotada pela Escola Classe Córrego do Arrozal. Essas atividades não apenas enriquecem o currículo, mas também oferecem aos alunos diferentes formas de expressão e desenvolvimento pessoal, essenciais para uma transição suave e bem-sucedida. Barros e Souza (2017) destacam que a inclusão de atividades artísticas pode ajudar a aliviar o estresse associado à transição e a construir uma comunidade escolar mais coesa e engajada.

Essas estratégias, implementadas de maneira integrada e contínua, visam assegurar que os estudantes se sintam bem acolhidos e preparados para enfrentar os novos desafios de um novo contexto escolar. Ao promover ações de acolhimento e desenvolver habilidades de autonomia e protagonismo, a Escola Classe Córrego do Arrozal reafirma seu compromisso com a qualidade da transição escolar e com o sucesso acadêmico e pessoal de seus estudantes.

18. Processo de Implementação do PPP

18.1. Gestão Pedagógica

A Gestão Escolar na perspectiva da Gestão Democrática se organiza nas seguintes dimensões a baixos contextualizadas:

A gestão pedagógica da escola é, sobretudo, a gestão do currículo e do seu projeto pedagógico. A equipe gestora em diálogo com docentes e toda a comunidade de aprendizagem da escola entende que a gestão pedagógica é prioritária, urgente e central. O monitoramento dos resultados não define o cerne desta gestão, as condições de acesso, permanência e o sucesso dos estudantes sim. Nossa compreensão é a de que os resultados são importantes quando houve cuidado com todo o processo desde seu planejamento.

Sendo assim são esses os objetivos da gestão pedagógica desta instituição seguidos das **metas**:

OBJETIVOS

- Expandir a prática educacional para além de seus muros; envolver ativamente a comunidade externa; aprofundar a gestão democrática; estabelecer relações entre pessoas sob a lógica da cooperação; estabelecer Práxis comunitária baseada em modelo educacional gerador de desenvolvimento sustentável; romper a lógica tradicional dos tempos escolar.
- Eliminar, gradativamente, a reprovação com garantia das aprendizagens de todos os estudantes.
- Adotar como eixo metodológico a ênfase na pedagogia de projetos e nas aprendizagens significativas assegurando a melhoria da qualidade de ensino de modo que todos os estudantes avancem com aproveitamento real.
- Inserir 100% dos estudantes com defasagem idade/série e que apresentam dificuldade e/ou lacunas de aprendizagem no Projeto Interventivo e em atividades diversificadas e na Educação Integral.
- Envolver 100% dos estudantes nos projetos de forma que eles possam se identificar como parte integrante de cada ação proposta. Envolver, através de reuniões bimestrais, a comunidade, pais e Conselho Escolar no Projeto de Avaliação Institucional.

- Fortalecer o projeto específicos

METAS

Nenhuma criança fora: como escola pública, a ECCA se direciona a diminuir as desigualdades sociais, favorecendo o acesso a uma educação de qualidade a todas as crianças. Rotina pedagógica respeitosa às famílias, às crianças e às equipes profissionais. Reconhecer comunicação não violenta.

Comunidade escolar com um PPP elaborado de forma participativa, considerando e estimulando a complementaridade entre os diferentes espaços e os diversos agentes educativos que estão em seu território. Uma Escola onde a ampliação da jornada escolar possa acontecer por meio de atividades de Acompanhamento Pedagógico, Cultura e Artes, Cultura Digital, Comunicação e Uso de Mídias, Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental, Investigação no campo das ciências da natureza, Educação Econômica, Promoção da Saúde, Esportes e Lazer. E onde essas atividades sejam “fortalecedoras” às das aulas regulares.

AÇÕES

Realização de projetos, acompanhamento e as intervenções necessárias.

- Atendimento individualizado, trabalho diversificado, ludicidade e outros recursos didático–pedagógicos.
 - Garantir o adequado funcionamento dos serviços prestados pela Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem e “Recuperação Paralela”.
 - Estimular por meio de projetos e atividades pedagógicas atrativas o gosto pela leitura, escrita e investigação científica dos estudantes.
 - Propor experiências e situações que favoreçam a aprendizagem, desafios de aprendizagem,
 - Projeto Dente de Leão, Projeto Biblioteca, Projeto Matemática,
 - Rodas de conversas em todos os contatos da comunidade
 - Aprendizagem significativa construção do conhecimento pelas próprias crianças.
 - Diagnósticos, Atas, Conselhos de Classe, Relatórios Portfolios, Projetos, Observação Por meio de reuniões semanais, de conselhos de classe e das observações diárias do desempenho acadêmico dos estudantes;
 - Atas de registros dos encontros realizados;
 - Através da pesquisa com a comunidade escolar.
 - Avaliação ANUAL

A gestão democrática não se resume ou se define por meio da eleição do diretor e sua equipe, enquanto práxis sua possível materialidade pode ser traduzida por meio da participação (LIMA, 2012). Sem que exista tal envolvimento, a chamada democracia representativa pode suprimir da escola e na escola o sentimento de pertencimento, ou seja, se não faço parte da construção ficará ainda mais difícil me reconhecer e identificar com a mesma. Nessa lógica apresentamos as ações, metas e ideias que procuram traduzir tal participação e envolvimento:

- Assegurar o cumprimento do Regimento Escolar, através de

encontros periódicos com professores e equipe pedagógica para efetivação da aprendizagem e permanência do aluno.

- Desenvolver as estratégias e técnicas da Comunicação não-violenta com todos os profissionais da escola;
- Promover uma efetiva participação da comunidade escolar para trabalhar em prol do desenvolvimento dos estudantes e crianças dentro do processo de ensino aprendizagem.
- Organizar os Conselhos de Classe e os participativos nos finais de bimestres, diagnosticando os pontos positivos e negativos, buscando soluções dentro da proposta pedagógica.

A gestão democrática não se resume ou define por meio da eleição do diretor e sua equipe, enquanto práxis sua possível materialidade pode ser traduzida por meio da participação (LIMA, 2012). Sem que exista tal envolvimento a chamada democracia representativa pode suprimir da escola e na escola o sentimento de pertencimento, ou seja, se não faço parte da construção ficará ainda mais difícil me reconhecer e identificar com a mesma. Nessa lógica apresentamos as ações, metas e ideias que procuram traduzir tal participação e envolvimento:

- a) Assegurar o cumprimento do Regimento Escolar, através de encontros periódicos com professores e equipe pedagógica para efetivação da aprendizagem e permanência do aluno.
- b) Desenvolver as estratégias e técnicas da Comunicação não-violenta com todos os profissionais da escola;
- c) Promover uma efetiva participação da comunidade escolar para trabalhar em prol do desenvolvimento dos alunos dentro do processo de ensino aprendizagem.
- d) Organizar os Conselhos de Classe nos finais de bimestres, diagnosticando os pontos de fragilidade e potencialidades, buscando soluções dentro da proposta pedagógica.
- e) Socializar com a equipe pedagógica, funcionários e professores todas as informações obtidas: Leis, instruções, Normas que regulamentam o processo educacional.
- f) Manter com a comunidade escolar mecanismos de comunicação eficientes como circulares, bilhetes, redes sociais.
- g) Possibilitar aos funcionários o acesso a cursos de formação continuada e proporcionar-lhes oportunidades de estudo dentro e fora da escola com cursos da EAPE, coordenações coletivas, seminários, simpósios, congressos e palestras oportunizados pela SEE e pela IE.
- j) Implementar oficinas de aprendizagem estimulando a exposição dos talentos individuais dentre professores e demais funcionários da IE. Montar grupos de estudos para discutir as propostas vindas da SEEDF. Proporcionar ao corpo docente e funcionários, momentos de integração para dinâmica de grupo, socialização de experiências para estimulá-los a buscar sempre novos desafios.
- k) Aproveitar as coordenações coletivas dos professores para discutir proposta que venham contribuir na melhoria da qualidade de ensino. Promover momentos de estudos sobre as leis que regem as carreiras, destacando seus direitos e deveres.
- l) Realizar reuniões pedagógicas, conscientizando os professores e funcionários da necessidade de encontrar caminhos mais prazerosos para concretização do processo ensino aprendizagem, construindo uma pedagogia centrada no aluno e não só no conteúdo.
- m) Realizar semestralmente avaliações institucionais, através de reuniões,

autoavaliações, discussões em grupos, apresentação de pontos de vistas, promovendo assim uma avaliação de desempenho a partir da visão de si mesmo e dos seus pares.

n) Estabelecer uma parceria com o batalhão escolar que assista a escola em suas necessidades, inibindo a indisciplina e minimizando os impactos da violência na escola.

A ECCA busca fortalecer os princípios da Gestão Democrática conforme expresso no Regimento Interno da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2019), que tem como objetivo fomentar a participação coletiva e colaborativa de todos os segmentos da unidade escolar.

Por diversas razões como saída de profissionais entre outros, atualmente a ECCA está com o Conselho Escolar incompleto e, por isso, a validação das ações financeiras e técnico-pedagógicas se dá por meio de convocação de assembleia da comunidade escolar. Membros da Unidade Executora - Caixa Escolar • Associação de Pais e Mestres.

A ECCA vislumbra a participação dos órgãos colegiados no processo, que são: o Conselho Escolar, Assembleia Geral e as instituições escolares: Conselho Escolar, Caixa Escolar, PDAF e PDDE.

18.2. Gestão de Resultados Educacionais

Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais. Centra-se, sobretudo, na análise e acompanhamento dos processos e práticas de gestão para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e em decorrência de seus resultados, tendo sempre como foco as aprendizagens

18.3. Gestão Participativa

Gestão Participativa. Abrange processos e práticas que respondam ao princípio da gestão democrática do ensino público. Envolve a atuação de órgãos colegiados – conselhos escolares, APM, grêmios estudantis; o estabelecimento de articulações e parcerias; a utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar.

18.4. Gestão de Pessoas

Abrange processos e práticas visando ao envolvimento e ao compromisso das pessoas (corpo docentes e demais profissionais, mães, pais e demais responsáveis e estudantes) com o PPP da escola. Isso significa buscar a integração dos diversos segmentos da escola; o desenvolvimento profissional contínuo; a melhoria do clima organizacional; a avaliação do desempenho; a observância dos direitos e deveres; a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar.

Nesse sentido, pretende-se que os princípios que orientam a concepção de educação da Comunidade de Aprendizagem da Escola Classe fundamentam também a gestão de pessoas. Para o alcance desse aspecto, deve ser construído o Acordo de Convivência Coletivo. Além disso, integra o Planejamento Estratégico da escola reconhecendo todos e todas as servidoras da escola, inclusive merendeiras, porteiros, agentes de limpeza, como efetivos educadores e educadores, a fim de se promover ações de formação a todos os grupos envolvidos na comunidade. Por fim, integra também a gestão de pessoas a atuação em busca de profissionais que atuem de forma permanente na escola, diminuindo-se o percentual de equipes docentes oriundas de contrato.

18.5. Gestão Financeira

Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) foi criado para gerar autonomia financeira nas unidades escolares e coordenações regionais de ensino (CRE's), nos termos do projeto político-pedagógico e planos de trabalho de cada uma. Criado por decreto em 2007, o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), que repassa recursos diretamente para escolas públicas do DF, virou lei em 2017.

Os recursos são consignados na Lei Orçamentária Anual do DF. Já os critérios para distribuição entre as escolas e coordenações são estabelecidos pela Secretaria de Estado de Educação, bem como os limites por categoria de despesa. A base é de R\$ 55 por aluno (per capta), variando de acordo com as modalidades de ensino. Os recursos podem ser utilizados para a aquisição de materiais de consumo; contratação de serviços de pessoa física ou pessoa jurídica, para realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas instalações físicas das unidades escolares; compra de gás liquefeito de petróleo (GLP); pagamento de serviços contábeis; tarifas bancárias para manutenção de conta, despesas com talão de cheques, dentre outras; ressarcimento de despesas, previsto em legislação; pagamento de despesa cartorária por alteração em estatuto da unidade executora ou, ainda, com alteração para recomposição de membros da diretoria; pagamento em contratação de pessoa física e contratação de transporte de alunos, exclusivamente para participação em eventos culturais e/ou culminância de projeto pedagógico, desde que a SEEDF não possua disponibilidade para o atendimento.

As despesas de capital serão possibilitadas na aquisição de materiais classificados como permanentes. Para isso, as unidades devem adotar procedimentos objetivos e simplificados para aquisição e/ou contratações com os recursos, com pesquisa de preço em, no mínimo, três empresas distintas, semelhantes nas atividades econômicas, com CNPJ, Certidão negativa de débitos junto à Receita Federal do Brasil.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) criado em 1995, tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar.

O PDDE destina-se às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

Em ambos os Programas a Equipe Gestora juntamente com os membros que compõem a Unidade Executora fazem uma consulta antecipada na comunidade escolar para ouvir as necessidades da Escola. Esta iniciativa visa colher sugestões para melhor aplicar o dinheiro.

De acordo com o art. 6o da Lei de Gestão Democrática do Distrito Federal é garantida a autonomia da gestão financeira escolar. Para efetivação dessa autonomia, a Escola conta com a, que é a Unidade Executora das verbas públicas e que também administra as verbas oriundas das contribuições voluntárias dos associados, de doações e da renda obtida em eventos da escola. A Caixa Escolar é composta por representantes dos segmentos das famílias da escola, equipes docentes e demais profissionais, eleitos em Assembleia Geral, e tem a função de colaborar na gestão, nas questões de benfeitorias a serem realizadas bem como as prioridades

na aquisição de bens permanentes e de consumo, atuando ao lado dos órgãos colegiados, legais e regimentais, da escola, sendo importante instituição no aprofundamento da experiência da Comunidade de Aprendizagem.

Diante disso, como proposta de ação está a de estabelecer uma nova dinâmica de ação ordinária, estruturando sua rotina, e efetivar parcerias que ampliem as possibilidades financeiras da escola, como a busca de emendas parlamentares junto à Câmara Legislativa e de patrocínio junto a Embaixadas e empresas para ações específicas.

18.6. Gestão Administrativa

A gestão administrativa envolve os processos de gestão de materiais, de estrutura física, de patrimônio, de matrículas, entre outros, e é capitaneada pela equipe gestora da escola, nos termos da Lei de Gestão Democrática do Distrito Federal. No entanto, essa mesma lei, em seu art. 37, informa que a equipe gestora é formada por diretor e vice-diretor, supervisores e chefe de secretaria, conforme a modulação de cada escola”. Ou seja, a questão da autonomia da escola também perpassa a formação da equipe gestora, que deve ser levado em conta na constituição da Comunidade de Aprendizagem da ECCA.

Para mensurar a complexidade da gestão escolar, o INEP criou um indicador que resume em uma única medida as informações de porte, turnos de funcionamento, nível de complexidade das etapas e quantidade de etapas ofertadas. Esse indicador classifica as escolas em grupos/níveis de complexidade de 1 a 6 em ordem de menor para maior complexidade de gestão. Em outras palavras, quanto maior o número, maior a complexidade para gerir a unidade escolar conforme o porte da escola (BRASIL, 2014).

A Escola Classe Córrego do Arrozal Norte situa-se no nível 2 de complexidade, o que significa uma escola com porte “entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada” e Educação Integral. Em outras palavras, seria uma escola de baixa complexidade administrativa. Mas, a realidade de uma escola do campo traz inúmeras dificuldades como:

A partir do que foi percebido dentro dos demais círculos de gestão (democrática, pedagógica, de pessoas, financeira), conclui-se que a gestão de uma Comunidade de Aprendizagem envolve bem mais fatores do que os mensurados pelo INEP e apresenta-se de forma bem mais complexa. Diante disso, a proposta deste PPP é empoderar cada círculo de gestão como instância administrativa, capaz de realizar, acompanhar e avaliar os diversos processos de que fazem parte. Para tanto, pretende-se criar uma plataforma digital para acompanhamento pela escola e pela família do desenvolvimento de cada criança e promover a transição dos diversos processos escolares para softwares livres.

Nenhuma ação dentro da escola é, somente, administrativa. Todas se destinam a melhoria da atividade fim, qual seja: ensino-aprendizagem. Nesse sentido as estratégias para ampliação e reforma de toda a escola são realizadas para atender as necessidades das crianças e dos profissionais que com elas trabalham diariamente. Nesse sentido sinalizamos alguns elementos que são prioridade nesse e nos próximos anos na ECCA:

Ampliação e reforma Quadra de esportes, Ampliação do quantitativo de salas de aulas e outros espaços para os estudantes como sala para múltiplas funções. Bancos e mesas de concreto para área verde (sala de aula ecológica). Aquisição de novos equipamentos para secretaria escolar, salas de aula, brinquedoteca e sala dos professores. Aquisição de internet de boa qualidade para atender as salas de aula de toda a escola. Brinquedos, jogos, fantasias, palco

móvel para teatro e apresentações, material de papelaria, artes e produção para apoio às aulas e oficinas com os estudantes. Material para psicomotricidade. Formação dos funcionários. Palestras, oficinas, estudos e pesquisas realizados no âmbito da escola e com parcerias.

A gestão administrativa envolve os processos de gestão de materiais, de estrutura física, de patrimônio, de matrículas, entre outros, e é capitaneada pela equipe gestora da escola, nos termos da Lei de Gestão Democrática do Distrito Federal. No entanto, essa mesma lei, em seu art. 37, informa que a equipe gestora é formada por “diretor e vice-diretor, supervisores e chefe de secretaria, conforme a modulação de cada escola”. Ou seja, a questão da autonomia da escola também perpassa a formação da equipe gestora, que deve ser levado em conta na constituição da Comunidade de Aprendizagem da ECCA.

Para mensurar a complexidade da gestão escolar, o INEP criou um indicador que resume em uma única medida as informações de porte, turnos de funcionamento, nível de complexidade das etapas e quantidade de etapas ofertadas. Esse indicador classifica as escolas em grupos/níveis de complexidade de 1 a 6 em ordem de menor para maior complexidade de gestão. Em outras palavras, quanto maior o número, maior a complexidade para gerir a unidade escolar conforme o porte da escola (BRASIL, 2014).

A ECCA situa-se no nível 2 de complexidade, o que significa uma escola com porte “entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada”. Em outras palavras, seria uma escola de baixa complexidade administrativa.

A partir do que foi percebido dentro dos demais círculos de gestão (democrática, pedagógica, de pessoas, financeira), conclui-se que a gestão de uma Comunidade de Aprendizagem envolve bem mais fatores do que os mensurados pelo INEP e apresenta-se de forma bem mais complexa. Diante disso, a proposta deste PPP é empoderar cada círculo de gestão como instância administrativa, capaz de realizar, acompanhar e avaliar os diversos processos de que fazem parte. Para tanto, pretende-se criar uma plataforma digital para acompanhamento pela escola e pela família do desenvolvimento de cada criança e promover a transição dos diversos processos escolares para softwares livres.

19. Processo de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação de Implementação do PPP

19.1. Avaliação Coletiva

Não podemos separar o debate e nem as práticas que unem a avaliação, o currículo e o planejamento. Ideia é a de avaliar para aprender, aprender para agir e agir para avançarmos. Estudar e pesquisar na escola sobre seus espaços e práticas pode, a médio prazo, tornar a escola um lugar de aprendizagens mais éticas e significativas. Nossos estudantes não aprendem somente conteúdos e conceitos, as atitudes dos profissionais e a forma como a escola se organiza ensina bastante.

Nesse sentido é que evocamos a necessária construção, reconstrução e ou avaliação do PPP como forma de evidenciar a organização do trabalho na instituição escolar. Em meio aos inúmeros desafios que movimentam a escola de educação básica, a construção do seu projeto político-pedagógico – PPP – representa, nesse sentido, a oportunidade de a instituição superar obstáculos e potencializar seus acertos.

O projeto da escola é um documento cujos rumos precisam ser definidos e acordados entre todos que a habitam. Se existe um início, então deve haver um fim, não é? Nem sempre, o projeto da escola não termina como também não se encerram as inúmeras questões que a invadem todos os dias.

Sendo assim, o primeiro passo foi sentarmos, respirarmos e entendermos que somos seres históricos e nossas ideias, como tudo que realizamos, possuem prazos de validade. Vamos contribuir com o agora, vamos deixar nossas marcas e nossos passos, eles são nossas maiores contribuições. A escola precisa lançar mão de algo que chamamos de avaliação do trabalho da escola ou avaliação institucional.

Segundo a Orientação Pedagógica do projeto político pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas (2014), o acompanhamento e a avaliação da implementação do PPP indicam aspectos que precisam ser revistos, replanejados e os que merecem ser potencializados, assim como os documentos e/ou procedimentos/instrumentos utilizados para avaliar (fichas, questionários, encontros, assembleias, reuniões etc.).

Na Comunidade de Aprendizagem ECCA esse momento é permanente, realizado pela equipe gestora, coordenação, docentes e famílias. Vale ressaltar que as Coordenações Pedagógicas, as reuniões ordinárias do Conselho de Classe, do Conselho Escolar e a avaliação institucional dos dias letivos temáticos, constituem-se momentos privilegiados para essa atividade.

O PPP precisa ser avaliado, ele se faz representar por meio de todos os hábitos, culturas e formas de agir na instituição durante o ano letivo. Começamos nos autoavaliando, refletindo sobre nossas práticas e contribuições ao longo desse processo. Em seguida, definimos algumas categorias do trabalho pedagógico que precisam dessa reflexão. Para tanto, apresentamos algumas questões que foram base das nossas avaliações do e no PPP:

- Como tem ocorrido a coordenação pedagógica na escola?
- O que temos feito e precisa ser mantido, o que precisamos melhorar? Como tenho colaborado para melhorar esse espaço por meio do meu trabalho?
- Qual a qualidade dos instrumentos, procedimentos e processos avaliativos que usamos na instituição?
- Temos primado pela sua qualidade? Como são elaborados? Há participação de colegas?
- Sou aberto a essas avaliações ou temo que avaliem meu trabalho?
- De que maneira tem ocorrido a aproximação, contato e comunicação com a comunidade escolar?
- Quais as relações da escola com nosso público, desde a portaria da escola, passando pelo balcão da secretaria escolar até a sala da direção?
- Que projetos didáticos, interventivos ou outros foram elaborados considerando uma avaliação diagnóstica séria, em todos os componentes curriculares?
- Esses projetos atendem às necessidades dos estudantes? Como posso auxiliar minha escola a crescer nesse campo ou área?

Com um cronograma previamente elaborado com o coletivo escolar, a Escola encontra-se com todos os segmentos para avaliar o documento PPP de modo que observem também quais os projetos serão mantidos ou quais serão necessária reformulação. Os critérios elaborados no coletivo precisam buscaram ser claros e imparciais, e o olhar investigativo da gestão também é fundamental para promover a avaliação do PPP da UE.

No ano letivo de 2024, alguns aspectos do presente PPP foram reavaliados pelos profissionais da UE nas coordenações pedagógicas e também com os outros segmentos da comunidade escolar nos Encontros de Família realizados no 1º semestre. Consideramos que outros elementos precisam passar por análises e reflexões para que se façam as alterações necessárias.

Por isso, serão agendados novos momentos coletivos de discussão no 2º semestre de 2024. No quadro abaixo apresentamos o cronograma de revisitação do PPP desta UE:

Ações /Datas

08/02 Levantamento sobre situações-problema/projetos

10/02 Construção do Cronograma de ações para a construção do PPP

23/02 Estudo sobre o PPP na coordenação com apontamentos para a Reunião de Pais Montagem de Grupos de Coordenação das Ações

25/02 Encontro de Famílias - Diálogo com a Comunidade Escolar

16/03 Estruturação dos textos do PPP (Autores, revisores e organizadores)

27/04 e 04/05 Construção de Metas/Readequação Curricular

14/05 Encontro de Famílias – Avaliação sobre as ações das dimensões administrativas, pedagógica, financeira e interação escola/comunidade

15/06 Construir cronograma de avaliação e acompanhamento do PPP no segundo semestre Apresentação e apreciação do PPP para toda a Comunidade Escolar

08/07 Diálogos com a Comunidade sobre PPP da instituição e apresentação de cronograma de continuidade dos debates sobre PPP para o segundo semestre

03/08 Revisão e escrita final das metas de aprendizagem construídas no 1º semestre

13/08 Avaliação das ações do 1º semestre

17/08 Revisão e escrita final das metas de aprendizagem construídas no 1º semestre **31/08** Revisão e escrita final do diagnóstico da realidade apontada pelas discussões com a Comunidade

21/09 Revisão das Propostas de Trabalho e Construção do Fórum de Discussões com a Comunidade

21/10 Fórum de Discussões com a Comunidade, considerações finais sobre o PPP

25/11 Finalização do Texto do PPP 2024 com apontamentos para o PPP 2024

16/12 Apresentação e apreciação do PPP para toda a Comunidade Escolar

19.2. Periodicidade

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma peça central na organização do trabalho de qualquer Unidade Escolar de Educação Básica. Trata-se de um documento dinâmico e essencial, capaz de se ajustar às demandas sociais, educacionais e legais que surgem continuamente. Por isso, é imperativo que este documento seja revisado regularmente para se adaptar, corrigir-se e alinhar-se aos novos marcos legais que constantemente se apresentam.

O processo de acompanhamento da implementação do PPP deve ser meticulosamente planejado e executado, garantindo que o documento não perca sua relevância e eficácia. Segundo Veiga (1998), o PPP não deve ser visto apenas como um documento burocrático, mas como uma ferramenta pedagógica que orienta todas as ações da escola. Dessa forma, o acompanhamento deve ser contínuo e participativo, envolvendo toda a comunidade escolar, incluindo gestores, professores, alunos e pais.

Esse processo teve início em 2022, quando foi instituído o grupo de partilha e estudos para a implementação do PPP e o resgate de memórias. A iniciativa se concretizou com o ECCA Florescer, que, em 2024, desenvolveu um trabalho profundo de escuta da comunidade e das crianças. Este movimento foi fundamental para assegurar que as vozes de todos os envolvidos fossem ouvidas e consideradas na construção e revisão do PPP.

A periodicidade dessa revisão deve ser cuidadosamente estipulada no próprio PPP. Uma sugestão, baseada na experiência de diversas escolas, é realizar revisões semestrais ou anuais. Esses períodos permitem uma análise consistente das metas estabelecidas e dos resultados alcançados, possibilitando ajustes necessários de forma proativa. Veiga (2002) enfatiza que o acompanhamento constante promove uma cultura de autoavaliação e reflexão contínua, essencial para a melhoria da qualidade educacional.

Para garantir a efetividade desse acompanhamento, é crucial estabelecer uma comissão de acompanhamento e avaliação do PPP, composta por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar. Este grupo será responsável por monitorar a implementação das ações previstas, identificar possíveis desvios e propor correções. A inclusão de diferentes vozes no processo fortalece o compromisso coletivo com o documento e assegura que as ações sejam relevantes e contextualizadas.

De acordo com Libâneo (2013), a construção e a revisão do PPP devem ser vistas como um processo democrático e participativo, onde todos os envolvidos se sentem parte integrante e atuante da construção do projeto educativo da escola. Este processo participativo não apenas legitima o documento, mas também promove um sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada pela qualidade da educação oferecida.

Além disso, é fundamental que os resultados das avaliações periódicas sejam amplamente divulgados e discutidos em reuniões pedagógicas e conselhos escolares. Esse feedback contínuo garante a transparência do processo e permite que todos os envolvidos tenham conhecimento das mudanças e ajustes necessários, reforçando a importância do PPP como um documento vivo e em constante evolução.

Em suma, o acompanhamento da implementação do PPP deve ser um processo estruturado, contínuo e participativo, embasado em referenciais teóricos sólidos como os de Veiga e Libâneo. A periodicidade das revisões deve ser adequada às necessidades da escola, promovendo uma cultura de autoavaliação e melhoria contínua. Com isso, o PPP se mantém como uma ferramenta vital para a organização do trabalho escolar, adaptando-se às demandas sociais e legais e garantindo uma educação de qualidade.

19.3. Processos/ Instrumentos

Para possibilitar aos estudantes a ampliação das oportunidades e, conseqüentemente, o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização dos fundamentos, objetivos e procedimentos propostos em nosso PPP baseados pelo Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF, a ECCA apresenta como princípios: *integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialização, trabalho em rede e convivência escolar.*

Destacamos o *Princípio da Unicidade* entre teoria e prática, considerando a prática pedagógica criadora, crítica, reflexiva, teoria e prática. Reconhecemos a unidade indissociável entre teoria e prática e de acordo com o Currículo em Movimento quando são tratadas isoladamente, assumem caráter absoluto, no mesmo documento se observa que o conhecimento é integrado, há uma visão articulada de áreas de conhecimento/componentes curriculares, de saberes e de ciências; as metodologias são mais dinâmicas, mutáveis e articuladas aos conhecimentos.

O Princípio da *interdisciplinaridade* sempre orientando a prática executada na ECCA. Os professores dialogam assumindo concepções e práticas interdisciplinares nas coordenações pedagógicas, espaços-tempos privilegiados de formação continuada, planejamento, discussão do currículo e organização do trabalho pedagógico que contemplem a interdisciplinaridade como princípio.

De acordo com o Currículo em Movimento (SEDF...), o princípio da interdisciplinaridade estimula o diálogo entre conhecimentos científicos, pedagógicos e experienciais, criando possibilidades de relações entre diferentes conhecimentos e áreas. Vale registrar: *“Santomé (1998) afirma que “[...] interdisciplinaridade é fundamentalmente um processo e uma filosofia de trabalho que entram em ação na hora de enfrentar os problemas e questões que preocupam em cada sociedade”.*

Outro princípio consolidado em nossa prática educativa é o princípio da *contextualização*, lembrando que a interdisciplinaridade e a contextualização são nucleares para a efetivação de um currículo integrado, a contextualização dá sentido social e político a conceitos próprios dos conhecimentos e procedimentos didático pedagógicos, propiciando relação entre dimensões do processo didático (ensinar, aprender, pesquisar e avaliar).

Orienta-se que o *Educador* integre e contextualize os conhecimentos de forma contínua e sistemática para o desenvolvimento de habilidades, atitudes, conceitos, ações importantes para o estudante em contato real com os espaços sociais, profissionais e acadêmicos em que irá intervir, como preconiza o Currículo em Movimento.

Outro princípio em que a ECCA fundamenta sua prática educativa é o Princípio da *Flexibilização*, admite autonomia à seleção e organização dos conteúdos considerando as especificidades locais e regionais que enriqueçam o trabalho com outros conhecimentos igualmente relevantes para a formação intelectual dos estudantes. Como preconiza o Currículo em Movimento, a flexibilidade curricular dá abertura para a atualização e a diversificação de formas de produção dos conhecimentos e para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, para atender às novas demandas de uma sociedade em mudança que requer a formação de cidadãos críticos e criativos.

Desta forma, essa Unidade Escolar adota o princípio da flexibilidade do currículo para favorecer a possibilidade de reduzir a rigidez curricular e propiciar o diálogo entre os diferentes conhecimentos, de forma aberta, flexível e coletiva, sempre numa tentativa de romper os vínculos impostos pela organização das grades curriculares com pré-requisitos.

A flexibilidade do currículo é viabilizada pelas práticas pedagógicas dos professores, articuladas ao projeto político-pedagógico da escola. Afirmamos o compromisso com a Educação Integral, visando à formação e o desenvolvimento humano global, ampliando o olhar tanto pra dimensão intelectual (cognitiva) quanto para a dimensão afetiva, assumindo uma visão plural, singular e integral dos nossos estudantes, considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promovendo uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades, com base nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, LDB e BNCC.

19.4. Registros

Diante do que foi exposto, alguns passos foram são tomados, iniciando pela retomada do projeto da escola, de modo a assegurar o que a instituição pensa e o que faz no nível do planejamento, do currículo e da avaliação. Os documentos oficiais da rede precisavam e foram considerados.

Além do Currículo, temos o Regimento Escolar, as Diretrizes que atendem as diversas etapas e modalidades da educação básica. Tudo isso leva em conta a função social da escola, voltada para a qualidade social do seu trabalho.

O caderno “Pressupostos teóricos do Currículo” foi nosso ponto de partida em todo o processo.

Nesses processos, formulários, questionários e momentos de escuta ativa, envolvendo as crianças, serão desenvolvidos. Assim, a cada bimestre, em coletiva, nos reunimos para avaliar o PPP analisando e registrando como alcançar os melhores resultados, “aprendizagem significativa de nossos estudantes”.

20. Referências

CALDAR, , R. S.; et al. **Inventário da Realidade:** guia metodológico para uso nas Escolas do Campo. Guia discutido no Seminário: Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo. Veranópolis/RS: IEJC, 2016.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). **Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública De Ensino Do Distrito Federal.** Brasília. SEEDF. SUBEB. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Inventário: Proposta Didática para Construção de Inventário Social, 2010

FREITAS, L. C. A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção. *In:* CALDART, R.S. **Caminhos para transformação da escola:** reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010

ARROYO, M. G., Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARBOSA, A. I. C. A organização do trabalho pedagógico na Licenciatura em Educação do Campo/UnB: do pro. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

Currículo em Movimento do Distrito Federal: Ensino Fundamental: anos iniciais, anos finais. 2 edições. Brasília: SEEDF, 2018. Disponível em:

http://www.se.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental_19dez18.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

Didáticas e práticas de ensino e a abordagem da diversidade sociocultural. In: XVII Encontro Nacional de Prática de Ensino – ENDIPE. Livro IV. Fortaleza: Eduece, p. 127 – 147. Disponível em:

Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal:

Diretrizes de Avaliação educacional: Aprendizagem, institucional e em larga escala. Brasília:SEEDF, 2014– 2016. Disponível em:

<http://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/02/Diretrizes-Avaliacao-Educacional-1.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2021.

Guia prático: organização escolar em ciclos para aprendizagens – ensino fundamental. Brasília: Subsecretaria de Atenção Básica. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2016. Disponível em:

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 18 abr. 2021.

Ministério da Educação. Nota Técnica CGCQTI/DEED/INEP nº 11/2015. Indicador de regularidade do docente da Educação Básica. Brasília, DF, 2015. Disponível em:

Ministério da Educação. Nota Técnica nº 040/2014, de 17 de dezembro de 2014. Indicador para mensurar a complexidade da gestão nas escolas a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF: 2014. Disponível em:

Ministério da Educação. Nota Técnica: Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse). Brasília, DF, 2015. Disponível em:

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:

O dualismo perverso da escola pública brasileira. Educação e Pesquisa, v. 38, n. 1,

PDE-DF: Plano Distrital de Educação 2015-2024. Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n. 135, de 15 de julho de 2015. Brasília, DF,2015. Disponível em:<http://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/01/pde_site_versao_completa.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/escola_complexidade_gestao/nota_tecnica_indicador_escola_complexidade_gestao.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/6975249/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.3>. Acesso em 18 abr. 2021. 87

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizescurriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 29 jun. 2016.

http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/ens_fundamental_guia_ciclos.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uel_ped_artigo_kelly_aparecida_almeida_azevedo.pdf. Acesso em 18 abr. 2021.

<http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Manual-Diretrizes.pdf> Acesso em 18 abr. 2021

<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro4/10.%20DID%C3%81TICA%20E%20PR%C3%81TICAS%20>

https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_regulabilidade_vinculo/nota_tecnica_indicador_regularidade_2015.pdf. Acesso em 18 abr. 2021.

https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2015/nota_tecnica/nota_tecnica_inep_inse_2015.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

<https://www.qedu.org.br/escola/244549-ec-115-norte/ideb>. Acesso em 18 abr. 2021.

ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para pensar outros mundos. Fundação Rosa Luxemburgo. 2016. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

ALTHUSSER, L. P. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1998. AMARAL, H. C. **Jornal da Manhã Online**. A Internet e o hábito da leitura. Articulistas. (2012). Disponível em: <https://jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,72573>. Acesso em: 21 jun. 2021.

AQUINO, J. G. SAYÃO, R. DA construção de uma escola democrática: a experiência da EMEF Amorim Lima. ECCOS – Rev. Cient., UNINOVE, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 15-37. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/378/368> Acesso em 18 abr. 2021.

avaliação para as aprendizagens, avaliação institucional e avaliação em larga escala. Avaliar para aprender, aprender para avançar. Brasília: SEEDF, 2018. Disponível em: AZEVEDO, Kelly A. A. Rotatividade docente e suas implicações no contexto escolar. Londrina: Secretaria de Estado da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. Universidade Estadual de Londrina, 2012. Disponível em:

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa, Portugal: Vega, 1970.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº2 de 11 set. 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Publicada em 05 out. 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, ed. atual. Brasília, 1997.

DE%20ENSINO%20E%20A%20ABORDAGEM%20DA%20DIVERSIDADE%20SOCIOCULTURAL%20N A%20ESC

Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3573/1/ulsd60708_td_Rita_Goncalves.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento da Educação Básica: pressupostos teóricos. Brasília: SEEDF, 2013.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal. **Portaria N° 129 29 mai. 2021**. Institui o Programa Escola em Casa DF. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/9dd5a6f3-0da7-384a-b274-77dffbe2d1dc/DODF%20087%2001-06-2020%20EDICAO%20EXTRA.pdf>

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal. **Portaria N° 129 29 mai. 2021**. Institui o Programa Escola em Casa DF. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/9dd5a6f3-0da7-384a-b274-77dffbe2d1dc/DODF%20087%2001-06-2020%20EDICAO%20EXTRA.pdf>

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Educação Especial: Orientação Pedagógica**. Brasília, 2009.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem: Orientação Pedagógica**. Brasília, 2010.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal: Pressupostos Teóricos**. Brasília, 2014a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo para as Aprendizagens**. Brasília, 2014b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala**. Brasília, 2014 – 2016.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. 6. ed. Brasília, 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientação Educacional: Orientação Pedagógica da Orientação Educacional na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**. Brasília, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Portaria N° 172**

EC 115 NORTE. Dados da plataforma QEdU. Disponível em:

ESTABLET, R.; BAUDELLOT, C. L'Ecolecapitalisteen France. Paris: Maspero, 1971. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2003. 88

FREITAS, L. C. de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas, SP: Papirus, 2003b.

GANDA, D.R.; BORUCHOVITCH, E. A autorregulação da aprendizagem: principais conceitos e modelos teóricos. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 46, 1º sem. de 2018, p. 71-80. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/2175-3520.20180008>>. Acesso em 27 fev. 2021.

GONÇALVES, R. De C.P. Arquitetura flexível e pedagogia ativa: um (des.)encontro nas escolas de espaços abertos. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa. Faculdade de Educação. 2011

JOU, Graciela Inchausti de; SPERB, Tania Mara. A metacognição como estratégia reguladora da aprendizagem. Psicologia Reflexiva Crítica. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 177-185, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, SP: Loyola, 1985.

OLA.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021

p. 13-28, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MARTINHO, M. Área aberta como conflito entre pedagogia e arquitetura. Revista Periferia, Rio de

Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em:

<<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3451/2368>> Acesso em 18 abr. 2021.

MEIRELES-COELHO, Carlos; SILVA, Lurdes Figueiredo. Ensino individualizado e escolas de área aberta em Portugal. J. M. Sousa (Org.). Atas do IX Congresso da SPCE: Educação para o sucesso: políticas e actores. Vol. 2. Universidade da Madeira, 26 a 28 de abril de 2007. (Porto): SPCE. Disponível em:

<<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/6767/1/2007%20Ensino%20individualizado%20e%20escolas%20de%20c3%a1rea%20aberta.pdf>>. Acesso em 18. abr. 2021.

MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro: n. 34, 2008, p. 287-324. Disponível em:

<http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

MOREIRA, M.A; MASSINI, E.A.F. Aprendizagem significa: a teoria de David Ausubel, São Paulo: Moraes, 1982.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Plano Educacional de Brasília. Disponível em:

<<http://www.museudaeducacao.com.br/cte-43/plano-educacional-de-brasilia/>>. Acesso em 18 abr. 2021.

PACHECO, J. Aprender em Comunidade. São Paulo: Edições SM, 2014. Disponível em:

<<https://cidadeseducadoras.org.br/wp-content/uploads/2018/04/aprender-em-comunidade.pdf>> Acesso em 18 abr. 2021. 89

PEREIRA JÚNIOR, E. A. OLIVEIRA, D. A. Indicadores de retenção e rotatividade dos docentes da educação básica. Cadernos de Pesquisa: São Paulo, v. 46, n. 160, abr. – jun. de 2016, p. 312-332. Disponível em: <[https://www.scielo.br/pdf/cp/v46n160/1980-5314-cp-46-](https://www.scielo.br/pdf/cp/v46n160/1980-5314-cp-46-160-00312.pdf)

160-00312.pdf>. Acesso em 18 abr. 2021.

SAVIANI, D. A história das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

Escola e Democracia. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SCARDUA, M. P. Espaços de educação libertadora: a dissidente voz de uma escola suficientemente boa. Tese de Doutorado. Universidade Católica de Brasília, 2016. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2103/2/MarthaPaivaScarduaTese2016.pdf>> Acesso em 18 abr. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de Construções Escolares de Brasília. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, vol. 35, n. 81, p. 195 a199, jan./mar, 1961.

UNESCO. Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em:

<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368757/PDF/368757por.pdf.multi>> Acesso em 18 abr. 2021.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001 em: http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/SEI_GDF-42841873-Circular-172-2020.pdf. Acesso em: 21 jun 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal. **Portaria N° 14 11 jan. 21**. Dispõe sobre os critérios referentes à atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal nas atividades de docência e na orientação educacional, sobre a organização e atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público, inclusive dos readaptados e PCD's [...] com adequação expressa para não regência e do Analista de Gestão Educacional – Psicologia, da Carreira Assistência à Educação, no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, entre outros. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/1b3a776b4b62467baa49e6ad4d919fdd/see_prt_14_2021.ht ml Acesso em: 07 jun. 21. (2021a).

DISTRITO FEDERAL. Casa Civil. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal. **Decreto N° 41.849 27 fev. 2021**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19 (Sars-Cov-2), e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/1b3a776b4b62467baa49e6ad4d919fdd/see_prt_14_2021.ht ml Acesso em: 07 jun. 21. (2021b).

DISTRITO FEDERAL. Casa Civil. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal. **Decreto Nº 41.874 19 mar. 2021.** Institui toque de recolher das 22h às 05h, em todo Distrito Federal, no período agudo da pandemia de COVID-19. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/1b3a776b4b62467baa49e6ad4d919fdd/see_prt_14_2021.ht ml Acesso em: 07 jun. 21. (2021c).

LARROCA, L. M. CPB Educacional. **Desatenção** – TDAH ou fatores ambientais? Comportamento. Disponível em: <https://educacional.cpb.com.br/conteudos/comportamento/desatencao-tdah-ou-fatores-ambientais/> Acesso em: 21 jun. 21. 2021

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon – SENAC, 1997.

FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.* São Paulo: Paz e Terra.

☒ Hargreaves, A. (2003). *Teaching in the Knowledge Society: Education in the Age of Insecurity.* New York: Teachers College Press.

☒ Nóvoa, A. (1995). *Os Professores e a sua Formação.* Lisboa: Dom Quixote.

SANTOS, J. A., & Oliveira, M. A. (2018). Estratégias de prevenção à evasão e à infrequência na educação básica: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Educação*, 23, e230016.

LIMA, F. R., & Silva, L. S. (2020). A importância da relação escola-família no combate à evasão escolar na educação básica. *Revista Educação em Questão*, 58, e33402.

SILVA, A. B., & Costa, R. S. (2017). Programas de intervenção para redução da evasão escolar: uma revisão integrativa. *Revista Psicopedagogia*, 34(103), 89-98.

OLIVEIRA, D. F., & Santos, R. M. (2019). Impacto das políticas de assistência estudantil na redução da evasão escolar na educação básica. *Educação & Sociedade*, 40, e180149.

PRADO, M. & Lima, F. (2019). Acolhimento escolar e transição: estratégias para o sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Educação*, 24, e240053.

SILVA, A. & Martins, R. (2020). Diálogos e rodas de conversa: construindo redes de apoio na escola. *Educação em Debate*, 22(3), 45-60.

OLIVEIRA, L. & Costa, R. (2018). Autonomia e protagonismo na educação básica: um estudo de caso. *Cadernos de Educação*, 30(2), 234-251.

BARROS, D. & Souza, P. (2017). A arte na educação: um caminho para a integração escolar. *Revista de Educação e Cultura*, 15(1), 78-91.

LIBÂNEO, J. C. (2013). **Didática**. São Paulo: Cortez.

VEIGA, I. P. A. (1998). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus.

VEIGA, I. P. A. (2002). **A escola que queremos: os desafios de uma educação democrática**. Campinas: Papirus.

CALDART, R. S.; et al. **Inventário da Realidade:** guia metodológico para uso nas Escolas do Campo. Guia discutido no Seminário: Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo. Veranópolis/RS: IEJC, 2016.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). **Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública De Ensino Do Distrito Federal**. Brasília. SEEDF. SUBEB. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). **Inventário: Proposta Didática para Construção de Inventário Social**, 2010

FREITAS, L. C. A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção. *In*: CALDART, R.S. **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010

ARROYO, M. G., Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARBOSA, A. I. C. A organização do trabalho pedagógico na Licenciatura em Educação do Campo/UnB: do pro. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2012

21. Apêndice

Inventário

Iniciamos uma viagem nas sendas do nosso inventário. As questões aqui discutidas e tecidas permitem refletir sobre nossas próprias experiências e travessias na educação. Buscamos tecer o inventário da ECCA a partir de um amplo e profícuo diálogo com toda comunidade, assim fios da trama da cultura, da história, das lutas da escola podem ser ligadas, trançadas e entrelaçadas.

O inventário das escolas do campo é um diagnóstico etnográfico, preciso e detalhado da realidade na qual estão inseridas estas escolas. Este documento é um trabalho de pesquisa muito importante para o currículo da escola e para definição de políticas públicas sobre a educação do campo. Ele consiste em mobilizar conhecimentos históricos, culturais e também do ambiente.

A Modalidade Educação do Campo tem sedimentação pedagógica nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo. Este último configura-se como um instrumento pedagógico fundamental e específico para o processo de construção ou consolidação da identidade da escola do campo. Assim, o Inventário deve ser a base que sustentará o PPP das referidas unidades escolares - (UE).

Ressalta-se, portanto, que esses documentos vigentes correlacionam-se e devem ser articulados durante seus respectivos percursos pedagógicos e metodológicos de elaboração/atualização – que têm natureza dinâmica, interdisciplinar e contínua, com a realidade.

Desde 2016, vários estudiosos lutam pela implementação do inventário da realidade, dentre eles, podemos destacar a professora Roseli Caldart apresentando um guia metodológico para as escolas do campo.

A implementação do inventário é a busca pela ressignificação da identidade da escola em território educativo campestre. A pergunta: “Como o inventário poderia sensibilizar e contribuir com a comunidade escolar para ressignificar a identidade da Escola Classe Córrego do

Arrozal?” É uma das motivações, pois mesmo estando em território educativo camponês, a escola não refletia em seu caminhar pedagógico as matrizes e identidades de escola do campo, por isso o ressignificar o buscar nessa trajetória.

Foi preciso também refletir sobre: O que é a terra para nós, professores, alunos e famílias de uma escola do campo? Lembrando que para construção da nossa proposta pedagógica-política, a terra é uma matriz formativa. Ela é o principal elemento formativo, a principal matriz de uma escola do campo. A terra é um princípio formativo. Dos princípios da educação do campo, é preciso ressaltar o desenvolvimento pedagógico curricular a partir da vinculação das matrizes formativas da população do campo, que são: terra, trabalho, história, cultura, luta social, vivência de opressão, conhecimento popular e organização coletiva.

Nesse percurso construtivo, houveram limitações, avanços, problematizações que é muito importante dialogar, sistematizar e relatar. É importante comunicar também a metodologia, os limites e os desafios dessa construção do inventário da realidade. Os estudos mostram que os inventários surgem a partir de uma pedagogia socialista de Pistrak do próprio Vygotsky, a partir das escolas comunas Freitas traz esses estudos também a partir dos anos 90 principalmente com as ações do MST no sul das escolas camponesas.

Buscamos a singularidade do registro oral nas escritas para permitir reconstituir a vida e a experiência dos educadores, dos estudantes e da família como artesãos. Os educadores construíram suas narrativas a trajetória da educação popular ligada aos estudantes do campo, buscando tecer com base na história contada uma nova tapeçaria textual no ato de delinear a narrativa. Vão emergindo várias histórias alinhavadas com o tempo na captura por um sentido das nossas existências, memórias e projetos da luta e resistência da educação do campo.

Nosso ponto de partida foi O Projeto Político-Pedagógico (PPP) que se constitui parte essencial da organização do trabalho da instituição educacional. Trata-se de um documento vivo, capaz de adequar-se às demandas sociais, educacionais e legais que surgem. Por isso, torna-se essencial que este documento seja revisto regularmente para adequar-se, corrigir-se, inserir-se nos novos marcos legais que constantemente se apresentam.

Ao considerar a realidade da comunidade na qual a unidade escolar do campo (ECCA) está inserida foi preciso analisar nossas características, necessidades e possibilidades locais. Essa constatação reforça a importância da elaboração do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da comunidade escolar, pois este é um instrumento investigativo, letivo, dialógico e dialético que tem como objetivo reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês das respectivas comunidades dos estudantes.

É indispensável construir um planejamento pedagógico pensado a partir do (a) estudante e do seu lugar de produção de vida, de identidade cultural e de formas de organização social da comunidade. Mais do que registrar a trajetória das crianças do campo, dos educadores no campo e das famílias camponesas, este inventário é um convite para revisão de nossas próprias memórias pedagógicas para as inúmeras memórias dos educandos da infância para a construção de novas propostas de educação camponesa trazendo a voz dos educadores no tempo vivido. Nesta caminhada as reflexões de Arroyo, Caldart e Molina vão nos amparando e nos ajudando a tecer os fios do inventário.

“Trago dentro do meu coração, como cofre que não se pode fechar de cheio, todos os lugares onde estive, todas as portas que cheguei, todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias, ou de tombadilho, sonhando, e tudo isso, que é tanto é pouco para o que eu quero”.

(Fernando Pessoa).

A construção do Inventário foi imprescindível para a implementação e afirmação da Educação do Campo como política pública e modalidade da educação básica, uma vez que constitui a primeira condição material relevante para o conhecimento sistematizado da comunidade e o reconhecimento da identidade da unidade escolar do campo, ao possibilitar a compreensão do contexto social, histórico, cultural e ambiental do território em que a escola se insere, para articular os conhecimentos populares e comunitários com os conhecimentos escolares sistematizados, delineados no currículo de cada etapa/modalidade, com o objetivo de produzir ou ressignificar conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento das aprendizagens dos seus sujeitos e dos territórios das escolas.

Na concepção da equipe da Escola Classe Córrego do Arrozal, esse caminho tem que ser pontuado pela afetividade no ato de educar-cuidar e pela relação de compromisso na delicada vivência aluno-professor-comunidade-mundo. O que move as ações é o princípio de que a educação não é obra apenas da inteligência e do pensamento, mas também do sentimento. É como ensina o educador e filósofo Leonardo Boff em Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra: “Mitos antigos e pensadores contemporâneos dos mais profundos nos ensinam que a essência humana não se encontra tanto na inteligência, na liberdade ou na criatividade, mas basicamente no cuidado. (...) No cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações, um reto agir. (...) O cuidado serve de crítica à nossa civilização agonizante e também de princípio inspirador de um novo paradigma de convivialidade.” A leitura do sorriso no rosto dos pequenos diz tudo.

A atual região poligonal é uma arena de conflitos, diversos são os atores envolvidos que reivindicam o direito de uso e posse da terra. Diante desse cenário, apresentamos a seguir, as principais divergências que permeiam a área em questão.

Pesquisa com os moradores mais antigos e junto ao IBRAM registram, ainda, que o local em tela está inserido dentro da APA (Área de Preservação Ambiental) do Rio São Bartolomeu criada pelo Decreto Federal nº 88.940, de 7 de novembro de 1983 e, também, a qual teve o seu zoneamento aprovado pela Lei Distrital 5334, de 19 de maio de 2014. A área em questão localiza-se entre as Unidades Hidrográficas de Sobradinho e Mestre D’armas, ambas inseridas na Bacia Hidrográfica do São Bartolomeu, na região hidrográfica do Paraná.

Ao analisar os cursos de água existentes no polígono do Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA SR-28 O INCRA, órgão Fundiário criado por Lei, gestor da Reforma Agrária, na sua competência, inclui a demarcação de lotes, cadastramento e seleção de trabalhadores para serem assentados nos Projetos de Assentamento. Por seu turno, o INCRA SR-28, recebeu da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, uma área com 760,9281 ha por meio do Termo de Transferência de Domínio datado em 30/04/2009 e outra área com 144,1734 (ha), de acordo com a Portaria nº 18, publicada no DOU 31/08/2010.

De acordo com Informação técnica do grupo de trabalho estabelecido pela portaria Parecer Técnico 3 (2895590) SEI 00391-00011122/2017-95 / pg. 4 INCRA/SR-28/DFE/GAB/Nº 58110 retificada pela portaria INCRA/SR-28 DFE/GAB/Nº 105/10, contida nas folhas 82 a 92 do processo 0391-001450/2010, que por sua vez trata do Relatório de Viabilidade Ambiental do Imóvel Fazenda Sálvia, as transferências foram realizadas para que o INCRA pudesse realizar o assentamento de famílias de trabalhadores integrantes do Movimento dos - Trabalhadores Desempregados - MTD, do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural - MATR e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST.

Essa área era ocupada anteriormente, de forma parcial, pela EMBRAPA e pelo atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB. Consolidou-se 2 projetos de assentamento nas áreas transferidas pela SPU ao Incra, o assentamento Renascer e Palmares que é objeto do processo de licenciamento ambiental nº 0391- 001450/2010, que se encontra em fase de análise de requerimento de Licença Prévia (trata do licenciamento, segundo informações do Núcleo de Licenciamento de Assentamentos e Parcelamentos de Solos Rurais).

A Escola Classe Córrego do Arrozal é uma Escola do Campo, foi criada por meio da Portaria nº 09, de 09 de janeiro de 2002. No entanto, suas origens remontam a meados da década de 1990. Entre os anos de 1994 e 1998 a escola funcionou em uma igreja no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, com apenas uma sala de aula. Do ponto de vista administrativo era um anexo da EC Brochado da Rocha. O nome da escola, por sua vez, relaciona-se com um capim muito parecido com o arroz que antigamente existiam à beira do córrego. Ela nasce para atender a população dessa região

O crescimento populacional do Núcleo Rural fez com houvesse necessidade de ampliar o atendimento. Assim, entre 1999 e 2001 a escola passou a funcionar na associação comunitária local utilizando três salas de aula nos turnos matutino e vespertino ofertando da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Em 2001, após doação de parte do terreno pela EMBRAPA, foi fundada a EC Córrego do Arrozal, com sede própria na BR 020 km 13/14, Núcleo Rural Córrego do Arrozal, Sobradinho – DF. O Parque Ambiental Colégio Agrícola está inserido na Fazenda Sálvia (3066267), gleba 122, de propriedade de Secretária de Patrimônio da União (SPU), registrada no 8º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, sob a matrícula nº 148276, de acordo com a certidão de ônus (3066260). Após buscas de informações nos bancos de dados internos e, também, informações adicionais de outros órgãos, percebeu-se a sobreposição no terreno e múltiplas declarações de dominialidade, dentre estas, citam-se os principais: INCRA, IFB e Embrapa.

A Escola Classe Córrego do Arrozal está localizada na porção que abrange o polígono formado pela circunscrição em parte da área da Embrapa- CPAC. das áreas do IFB, das transferências da SPU para o INCRA e da área do Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília. O Croqui polígono de análise (3066274) representa esquematicamente a abrangência do local. A Lei Complementar nº 803, de 25/04/2009 alterada pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012, que aprova a revisão do PDOT – caracteriza a área como Zona Rural de Uso Controlado - ZRUC, (3066279), na qual segundo o art. 88 da Lei supracitada, deverá compatibilizar as atividades nela desenvolvidas com a conservação dos recursos naturais, a recuperação ambiental, a proteção dos recursos hídricos e a valorização de seus atributos naturais.

No ano de 2007, a comunidade apresentou uma série de solicitações ao Governo do Distrito Federal por meio de um abaixo-assinado. Entre elas, que a região transforma-se em área urbana. Com isso, as lideranças locais esperavam que ganhos significativos acontecessem. A primeira parte foi feita e a localidade se tornou urbana, conforme Plano Desenvolvimento de Organização Territorial- PDOT 2008.

Da euforia inicial chegou-se rapidamente à decepção: as benfeitorias não chegaram e a instituição que se encontrava do ponto de vista legal em uma localidade “urbana”, tinha todas as outras características tipicamente rurais e do campo. Os estudantes são atendidos por transporte escolar da SEEDF, não existe comércio nas proximidades e o acesso à telefonia celular e fixo é muito limitado.

A escola atende os moradores do Condomínio Nova Colina, Petrópolis e acampamentos e assentamentos. Assentamento Renascer, Palmares, Zilda, MATR e MST e do

Núcleo Rural Córrego do Arrozal. Tratam-se de setores extremamente vulneráveis e considerados de risco pela Defesa Civil. De início, cumpre destacar que muitos são os questionamentos acerca da regularização da área em questão, além disso, a indefinição sobre os limites da área enseja litígios no referido espaço e dificuldades na aplicação das políticas de preservação do meio ambiente, na qual incluem-se a emissão de licenciamento ambiental para área.

A EC Córrego do Arrozal possui um Projeto Coletivo para o ano letivo de 2022 a temática escolhida foi: “Inventário conectando educação e vida”, que contempla o Currículo em Movimento em suas diversas linguagens, habilidades e competências.

O Inventário da ECCA tem por objetivos identificar as lutas sociais e as principais contradições vivenciando-as na vida local. As formas de organização dentro e fora da escola em nível local. As fontes educacionais disponíveis na vida local no meio de caráter natural, histórico, social e cultural incluindo a identificação das variadas agências educativas existentes no meio social e as formas de trabalho.

Valorizar e reconhecer os saberes e os fazeres dos camponeses. Promover a interação das matrizes formativas do território educativo camponês com os conteúdos curriculares para ressignificar o processo de ensino e aprendizagem na perspectiva da educação do campo.

Ao realizarmos o conjunto do inventário sobre a realidade atual, nossa trajetória também busca identificar as fontes educativas como, a vida não é a mesma em todo lugar. O nosso inventário precisava ser elaborado e precisava ser convertido assim em uma pequena pesquisa da instituição, que é a nossa escola que pesquisa e produz conhecimento de caráter etnográfico sobre seu entorno e sua realidade, apropriando-se, portanto, de sua materialidade da vida da prática social.

Quando estamos fazendo o inventário estamos construindo conhecimento. Da construção do nosso inventário ficou urgente que nossa escola precisava se vincular às problemáticas da nossa comunidade, conhecendo a cultura local e as questões que movem os sujeitos que nela estão inseridos, percebendo as lutas presentes, como ela se organiza, como se organiza nossa comunidade, quais as formas de trabalho entre outras questões são relevantes.

Esse diagnóstico etnográfico preciso e detalhado no qual estamos situados enquanto escola, foi uma das tarefas necessárias para elaboração da proposta dos complexos e temas geradores, assim o inventário nos possibilitou conhecer o entorno da escola e também os sujeitos que sempre foram parte dela, mas que historicamente a escola como estava estruturada ignorou. Hamel Farias Sapelli 2015 pg 74.

Para nossa pesquisa, nos sentimos mais confiantes em trabalhar com os temas geradores propostos por Paulo Freire e entre os temas trabalhamos:

- ✓ Povos originários
- ✓ Ancestralidade
- ✓ Sustentabilidade
- ✓ Infâncias e histórias Ecca conta histórias
- ✓ Caminhos da história dos posseiros e sem terras
- ✓ Eixos: terra direito trabalho e alimento
- ✓ Cora Coralina

- ✓ Construção coletiva dos estandartes
- ✓ Caminhos literários e histórias
- ✓ Visitas aos espaços comunitários e familiares
- ✓ A roda de conversa com os primeiros acampados Dona Leu
- ✓ Conhecendo os modos de produção de alimentos frutas do Cerrado
- ✓ Produtos à base de leite picolés.
- ✓ O Projeto Baú das Artes
- ✓ Música Anunciação de Alceu Valença para comunidade.

Como seguimos nessa trajetória para tornar a construção um pouco mais tranquila e mais palpável, escolhemos o inventário das fontes e meios educativos, em geral fontes naturais, históricas, sociais e culturais incluindo outras agências formativas existentes como cooperativas e associações. Buscamos identificar os elementos existentes na vida que podem apoiar os processos educativos previstos como os meios naturais geográficos: os rios, a fauna, a flora e os meios sociais.

As formas de sobrevivência produção de vida bem como as formas de organização local e marcas históricas deixadas na região por pessoas que detém a memória da região, fontes históricas objetivas e existentes, culturais como, danças músicas, contos, tradições locais ou regionais, saberes, entre outros. Esse levantamento foi importante para que pudéssemos caracterizar o meio educativo, em geral, a vida local e regional do nosso Arrozal.

O trabalho a partir da história de Kabá Darebu foi dividido em diversos momentos da educação infantil, BIA e os quartos e quintos anos. Foi também trabalhado outras histórias de Daniel Munduruku. Em Kabá Darebu uma criança indígena do povo Munduruku nos move a buscar as informações sobre nossos estudantes e a partir dessa história diversas trajetórias foram trilhadas.

Essas trajetórias cruzaram e permitiram uma materialização da estrutura proposta por Caldart. É preciso ressaltar que nossa escola não possuía ainda um inventário coletivo em planejamento pedagógico, essa construção é recente.

Após a leitura dos livros as crianças também eram convidadas a refletir sobre suas realidades, como era viver nessa comunidade, que animais e que plantas eles conheciam, quais as brincadeiras que eles estavam acostumados a brincar, de onde os avós e os pais e mães vieram.

Então, fomos passear na comunidade para observar nosso bioma, nossa flora do Cerrado, esse relevo e os córregos da bacia hidrográfica do São Bartolomeu. Fomos também conhecer as formas de produção de alimentos, tipos de criação de animais e como a água é utilizada na nossa região. Aqui nos ampara muito o projeto parque educador para que pudéssemos conhecer o Cerrado e suas características. O conhecimento da importância das reservas e dos recursos naturais do Cerrado na comunidade.

A metodologia envolveu a partir das atividades propostas o registro dos estudantes através de desenhos, registros orais e escritos. Destaca-se que no quarto e quinto ano foram solicitados o desenvolvimento do projeto parque educador com gêneros textuais. Eles foram visitar parques ecológicos em reservas ecológicas, marcos históricos como a Pedra

Fundamental ou Museu e a eles também foi muito importante relatar e entrevistar e mediar esse momento de visita, de escuta e de registro.

Um momento de culminância desses saberes foi o festejo Arrozal, a Plenarilha e o dia do Campo, uma festa cultural tradicional da nossa escola com exposição de inúmeros trabalhos que envolvem os temas da construção do inventário, e a conexão com a cultura local.

Ainda no trilhar do inventário do ano de 2022, houve a incorporação dos fatos históricos do saber fazer na proposta curricular da escola PPP. Houveram mais de três exposições de artes com objetos e fotos da comunidade. Foram elaborados também materiais didáticos pedagógicos com a temática do campo e pesquisas com questionários para atividades com a família na escola.

Tentando também vincular à recomposição das aprendizagens, o inventário do ano de 2022 se fundamentou em um saber fazer do campo através das histórias de vinculação com os povos originários e com nossos povos ancestrais. Trazer o jeito de viver da nossa comunidade, destacando aqui as narrativas e os textos da tradição oral foi meta delineada ao conhecer a realidade da comunidade camponesa nos seus aspectos históricos, geográficos, sociais, culturais e ambientais.

Uma das dificuldades nessa jornada foi a rotatividade de professores, o não conhecimento das diretrizes da educação do campo e dos documentos normativos.

O não abraçar a causa do inventário, não conhecer as dimensões da importância dessa pesquisa etnográfica, e a não identificação com as lutas sociais do povo camponês.

É importante destacar que a nossa escola atende a dois coletivos de sujeitos distintos: sujeitos ligados à terra, a produção agrícola e campesina e sujeitos que estão batalhando por um pequeno espaço de terra para construção de suas casas. Aqui há três comunidades grandes: Petrópolis, Arrozal e Renascer Palmares. Na região há vários tipos de organizações sociais, tais como, os acampamentos do MST pré-assentamentos como Renascer Palmares, uma pequena ocupação que vem se tornando um bairro como Petrópolis, chácaras, sítios, uma agrovila. Os demais moradores trabalham com vários tipos de produção como, agrícola, da agricultura familiar, fabricação de queijos, picolés, criação de cavalos, peixes, porcos e galinhas.

Com as visitas e entrevistas feitas com os diversos sujeitos do campo do arrozal, foi percebido que muitos destes campesinos carregam em suas memórias histórias de muito preconceito, como é o caso dos moradores dos acampamentos. Das muitas profissões exercidas pelos sujeitos do campo temos os garis, as empregadas domésticas, dos vigias, as bordadeiras, temos as crianças sem terrinha. Aqui, há relatos também de formas de menosprezo, perseguição, expulsão e invisibilidade social.

A região do arrozal é localizada entre rodovias é cheia de relevo e reentrâncias. O bioma do Cerrado com muitas árvores sinuosas como, pequizeiro, ingazeira, jabuticaba, cagaita, buritizeiros, jamelão, amoreira e uma imensa variedade de plantas como flamboiã, sucupira branca, ciganinha ou flor do cerrado. Também temos Lobeira, animais como, tucanos, araras, bem te vi, João de Barro, tatus, papagaios, entre outros. A região é banhada pelo Ribeirão Sobradinho e Córregos.

A história do arrozal está ligada a história de Planaltina, as marcas de forte religiosidade comum no sertão Goiano estão presentes também aqui. Através da Catira, folia de Divino, das festas religiosas, dos sertanejos que habitaram a região para construção de Brasília. Nossa comunidade gosta de festa de viola, festa do Divino. Tem a festa da Pamonha no Renascer

Palmares e a festa da Padroeira. Em nossa comunidade percebemos que a igreja atua como uma grande agência formativa, que no passado a associação já foi muito atuante, que os reiseiros também atuam como agência formativa pois tem seus valores.

A história de ocupação rural do arrozal está intimamente ligada, com o início da construção de Brasília, onde houve um intenso processo migratório, contribuindo para intensificar o assentamento populacional Arrozal. Dentro do Distrito Federal possuem territórios delicados, onde disputas de terra e a pressão fundiária por ampliação dos espaços urbanos bem como a expansão agrícola de latifúndios nos limites geográficos com outros estados obrigam os camponeses à comprimir-se, imprimindo cada vez mais essa realidade, impondo vários desafios que prejudicam o condensar a garantia de direitos de educação do campo.

Como fruto desse trabalho fica o conhecimento da luta, da resistência, da persistência dos sujeitos históricos e dos direitos que conquistaram a terra para morar, trabalhar, produzir alimentos e aprender a importância da Terra para Constituição da identidade do povo camponês.

O encontro, caminhos de povos do campo, se deu na busca por entender as atividades de agroecologia e agricultura urbana desenvolvidas nesse campo chamado Arrozal. Começamos a reunir pessoas que conhecem as plantas, por cuidar da terra, das águas e dos seres da nossa região.

Com sentido de dialogar sobre água e ecologia, trocar saberes e coisas que a terra dá, partilhar comidas e afetos convidamos então o querido Mica para um encontro

Mica que é um dos muitos agricultores que moram na comunidade do Córrego do Arrozal é um grão e paisagista. Os conhecimentos dele e de muitos outros agricultores e quilombolas que moram no local têm grande relevância na manutenção da biodiversidade da fauna e da flora desta região.

No Arrozal, há algumas comunidades tradicionais, como dos povos de luta pela terra, de matrizes africana, das religiões evangélicas e para conhecer a importância dessas comunidades na história da nossa escola foi muito importante o fruto dos cruzamentos e das confluências entre essas comunidades foi preciso ouvir, pois sem fala e escrita não tem história, sem falar não tem povo, não tem cultura.

Conhecer nossa escola do campo em acampamentos de luta para garantir o direito à educação de suas crianças é uma travessia de mais de 15 anos aqui no Arrozal. Aqui a luta para garantir o direito à educação de 243 famílias que vivem nos pré-assentamentos ainda em processo de documentação dos trabalhadores sem-terra é essencial para nós educadores na busca por novas pedagogias.

Alinhando com as oficinas de agroecologias, tivemos a oportunidade de buscar nossa ancestralidade através de histórias a história de Kabá Darebu, um menino da nação dos Mundurucus permitiu cruzar as águas da história em busca de nossa ancestralidade é assim que vamos pisar em terra firme e nos deparar com algumas histórias também que são nossas.

FASE 1

BLOCO 1: RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE

Ao desmembrar pedagogicamente o inventário nos seus objetivos prioritários, buscamos fomentar o desenvolvimento de atividades educativas diferenciadas na escola. Em agosto, convidamos numa ação conjunta sobre um olhar agroecológico e de conservação das

águas novamente o querido MICA PARA construir com nossos estudantes a importância da preservação ambiental deste recurso que tem sofrido impactos cada vez mais severos.

O desmatamento da nossa região e a poluição do arrozal está acentuado entre as serras de Planaltina e Sobradinho, que conecta as cidades. A serra já foi chamada de Castelo das Águas pela sua riqueza hídrica e por isso houveram as primeiras iniciativas de proteção do Cerrado do maciço de arrozal.

Diversas histórias foram lidas com os estudantes ligando justamente a apresentação das águas de rios da região, ao nosso inventário.

Ao ouvir histórias sobre as águas, ao conhecer o ao redor da escola, as crianças podem articular a importância dos saberes ancestrais e dos quintais produtivos que preservam a natureza e produzem alimentos que geram renda.

É importante salientar que o avanço da ocupação urbana tem provocado o assoreamento dos rios, agravando a disponibilidade de água dessa região. Hoje sabemos que algumas comunidades que aqui sobrevivem são responsáveis pelo manejo sustentável do Cerrado. Seus saberes e vivências sociais, culturais e suas tecnologias próprias tem garantido a manutenção dos serviços prestados pelo Cerrado ao longo dos tempos.

Suas práticas apontam caminhos mais adequados para a preservação dos recursos hídricos, logo as comunidades também buscam proteger as nascentes e realizam ações de educação ambiental, debatendo a necessidade de saneamento básico para a saúde dos rios e de suas famílias. E para consolidar essas ações, nossa escola foi prevendo um conjunto de atividades que apoiam os estudantes em seu papel. Eles foram convidados a reflorestar com mudas de ipê o maciço do Arrozal. As sementes foram doadas pela ONG Vida e Emater.

Ao conversar com uma moradora do Renascer, a dona LEU, 68 anos, ela nos disse que todo o quintal, ali, tem uma beira de água.

” Estamos cercados por todos os lados dessa maravilha divina que é a água, mas o que adianta ter toda essa riqueza e não saber dar uso consciente. Não basta só usar, tem que cuidar de toda mata em seu entorno principalmente, as ciliares que mantêm vivo essa fonte de vida, como as águas do Arrozal. Transformar todo momento em dia de sol é perfeito para se banhar, mas em dia de chuva ela se transforme em uma grande corredeira, fazendo um grande espetáculo de águas elas rola encarregam tudo que esteja em seu caminho por este fato que volto a falar da importância da preservação das águas e das matas é um trabalho de educação ambiental que as crianças também precisam viver. ”

BLOCO 2: LEVANTAMENTO DO PERCURSO HISTÓRICO

O projeto do inventário que ocorre no Arrozal busca saber se a existência e permanência das comunidades tradicionais daqui contribuíram também para que o Cerrado fosse preservado? Pois com toda dificuldade encontrada na luta pela terra muita das comunidades assentadas e acampadas possui saberes e práticas sócio culturais além de tecnologias sociais próprias que tem garantido a manutenção dos serviços prestados pela floresta pelo Cerrado ao longo dos anos. Para consolidar essa perspectiva foi preciso que a escola também caminhasse junta em atividades que fortalecesse a comunidade, como é o caso do projeto Baú das Artes e Nossa Horta.

BLOCO 3: ESTRUTURA FÍSICA, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO, CARACTERÍSTICAS DOS PROFESSORES E DEMAIS TRABALHADORES, ASPECTOS CURRICULARES

BLOCO 4: LEVANTAMENTO DAS ATIVIDADES QUE OS ESTUDANTES REALIZAM FORA DA ESCOLA

TECENDO UMA NARRATIVA

Foi proposto aos educadores e estudantes observar o meio ambiente, a natureza e fazer uma pesquisa etnográfica a partir das observações coletadas, das suas representações, das suas expressões e dos seus desenhos. É preciso lembrar que a educação do campo se propõe a romper com alguns paradigmas impostos pela educação rural. Emergindo como uma nova práxis que coloca os povos em uma posição de protagonismo que por muito tempo a educação rural não o permitiu.

Em vários momentos para que pudéssemos conhecer as realidades ao redor da nossa escola foram feitas visitas a comunidade. Na pesquisa etnográfica que foi proposta a partir do inventário, além das visitas para conhecermos a região, foi proposto aos alunos que fizessem relatos sobre como são os locais onde vivem e que nos enviassem fotos.

Na perspectiva de mudança dos termos educação moral e educação do campo é preciso lembrar que o campo não pode ser mais visto como já foi, como local de atraso. A necessidade de educação de qualidade e as políticas públicas para todos do campo envolvem os movimentos sociais, a agricultura camponesa, os alimentos e o território com sujeitos históricos e não apenas o agronegócio capital e a mercadoria.

É da luta dos movimentos sociais que surge a educação do campo. E voltadas para os sujeitos do campo com propostas e políticas públicas da educação para educação do campo antes só chegavam em nossas escolas aquilo que era sobra das escolas urbanas, aquilo que não tinha mais serventia em determinados espaços.

A falta de empatia com as lutas da escola pode tornar as relações muito mais difíceis. Uma escola para as infâncias precisa acolher com amor, o inédito do ser humano, com poético pensamento os olhos são a janela da alma reafirmamos que o brilho dos olhos das crianças quando chegam na ECCA aquece nossos corações e nos impulsionam a ir muito mais além.

Os olhos revelam muito da subjetividade humana do nosso interior, nossas paisagens, e nossas cores. É tão bonito quando os olhares se encontram e nos permitem ver além, ampliando a visão para outras cores.

Nesses encontros vamos desbravando nossas perspectivas e nossos horizontes, percebendo e reconhecendo no outro e na relação que estabelecemos com a nossa comunidade escolar. Assim muitas emoções e sentimentos diversos e plurais nascem, crescem e se expandem, provocando aproximação de novos olhares e janelas. Ainda desconhecidos, quando as novas janelas se encontram, transborda alegria e a vontade de conhecer quem está chegando, de estar junto, de fazer parte, de escutar e ser escutado, conhecer e deixar se conhecer.

A partir da identidade do outro vamos construindo e aprofundando nossa própria identidade de escola do campo. Quem somos nós e o que nos faz único e singular? O que me faz semelhante ao outro? Quem é o outro dentro de mim na escuta de si mesmo e do outro? O que é nosso? Reconhecemos o que é nosso e recebemos o que é do outro com percepção curiosidade, disponibilidade e amorosidade ao sentir o humano que existe em cada um de nós e no outro. E sabemos também que somos o que damos? Em palavras somos irmãos, somos do campo, somos juntos e damos sentido à nossa escola.

No mês de setembro, celebramos um evento que fortalece as famílias agricultoras aqui do Arrozal. Foi o mês de partilhar os diversos significados dessa luta tão simbólica para agricultura urbana do Cerrado.

As avós são as guardiãs e os griôs da natureza que moram no Arrozal são grandes conhecedores de ervas e plantas. A nossa querida dona Ildecy que também cultiva junto com seu esposo plantas medicinais mostra como a agricultura agroecológica é herdada e pode nos ajudar no cuidado na saúde popular e comunitária das nossas comunidades. Dona De seus esposos foram moradores por muitos anos do Arrozal com todo o seu conhecimento e sabedoria, ela nos fala que no momento da pandemia a prática coletiva de saúde comunitária tem sido muito importante na manutenção da saúde física e mental, “só médico não dá tem que trabalhar com a natureza também isso ajuda a produzir alimento e também traz alegria”.

Com a visita dos Angoleiros foi possível valorizar o conhecimento ancestral e contribuir para que nossas identidades se fortalecem além das nossas ancestralidades. A vinda também de pessoas e de professores falando sobre a agrobiodiversidade do território possibilita que os moradores sejam vistos como produtores de conhecimento, garantindo favores então entre nós e todos da comunidade. Todos os conhecimentos têm sentido e relevância para a nossa escola.

Um dos nossos diários de campo foi a visita que fizemos a um quintal produtivo da região do Arrozal, a chácara do seu MICA. Nessa visita fizemos uma roda de conversa com ele onde estiveram presentes também sua esposa Silvana e os produtores. Ali, nos foram apresentadas as áreas onde estão instaladas a horta comunitária e o sistema agroflorestal. Nesses espaços, há a proposta também de tecnologias sociais, como placas solares e biodigestores, sistema de captação de água da chuva. Sua casa é um espaço como unidade piloto sustentável para que outras casas da região adotem também esses passos de convivência, interação e educação ambiental na comunidade. Mica além de contribuir para a geração de renda com a produção e o manejo ecológico de picolés com frutas do Cerrado, tem ajudado na preservação ambiental e na manutenção da nossa horta. De forma muito inclusiva com a promoção da cidadania campestre, várias oficinas foram realizadas para fazer a convergência entre a comunidade e nossa escola com objetivo de pensar na gestão de um espaço coletivo de horta e agrofloresta dentro dos nossos campos atrás da escola.

Foi preciso por parte da escola ter um olhar agroecológico sobre a conservação do solo, pressupondo considerar a terra e o território como ciência em seu sentido integral. Nessa perspectiva, a humanidade e a natureza se relacionam em harmonia e equilíbrio como nos ensina a grande mestre Ana Primas. “ Um solo conservado é muito mais do que um solo rico em nutrientes, é aquele que gera vida em abundância para as pessoas que cultivam e se alimentam dele, assim para continuar os trabalhos usamos a cartilha da terra. ”

Com a expansão populacional da região, houve um cenário de contínua degradação dos ecossistemas requerendo um melhor entendimento sobre as contribuições da natureza para as pessoas. Através das histórias buscamos com os nossos alunos refletir sobre pequenas ações no dia-dia que podem contribuir para uma consciência coletiva. É preciso entender que o que torna a vida possível só será garantido através do uso sustentável da natureza, o que é comumente praticado por comunidades tradicionais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cenas da educação do campo. A educação do campo é um território em disputa

Na luta pelo direito à educação uma das primeiras propostas foi ressignificar o currículo da educação do campo para que haja um respeito à especificidade da educação campesina e a diversidade de seus sujeitos.

O campo tem sua especificidade, toda essa diversidade de coletivos humanos apresenta formas específicas de produção de saberes, conhecimentos, ciência, tecnologia, valores e culturas. A educação dos diferentes grupos têm especificidades que devem ser respeitadas e incorporadas nas políticas públicas e no projeto político pedagógico da nossa escola.

Um dos aspectos a se observar é que foi necessário promover uma sensibilização dos educadores, para isso era preciso que eles também se sentissem sensibilizados com os saberes, os fazeres do campo e a diversidade dos seus sujeitos.

Tudo isso é uma luta. É o movimento dialético que vai e volta e nossa luta é que as políticas públicas, as diretrizes para educação do campo se concretizem e se materializem na escola.

Os registros históricos mostram que a educação do campo começou a surgir em 1998 a partir das discussões dos debates dos movimentos sociais, da igreja e da sociedade. No caminhar de 1996 até chegar em 2022 a gente vai perceber que toda essa mobilização vai buscando a identidade da escola do campo e aqui surgem as diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo do DF.

Os frutos dessas sementes que foram lançadas no passado pelos nossos pioneiros, estudiosos, educadores e movimentos sociais que lutaram pela escola do campo permitem hoje novas cenas para a identidade da escola do campo.

A importância do inventário reside também em assegurar: para além da identidade da escola do campo, essa identidade é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade dos saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade, nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam soluções exigidas para estas questões e a qualidade social da vida coletiva do país; direcionados para o mundo do trabalho bem como para o desenvolvimento social economicamente, justo e ecologicamente sustentável.

O projeto institucional de nossa escola é a expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação popular e escolar, com qualidade social, constituindo-se no espaço público de investigação e articulação de experiências.

Na trajetória da construção do inventário foi preciso refletir constantemente sobre as propostas pedagógicas da escola do campo e que essas propostas elas precisam respeitar as diferenças e o direito à igualdade cumprindo imediatamente e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9396 de 1996 contemplando a diversidade do campo em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Foram necessários diversos estudos na coordenação coletiva para entender a educação do campo em seus aspectos legais da educação do campo no DF.

(A Lei 4751 de 2012 lei da gestão democrática PDE DF meta 8 da educação do campo e o Regimento escolar da rede pública Seção IV da educação do campo art. 74 a 84 PDE e a portaria 419 de 20/12/2018 diretrizes pedagógicas da educação do campo.)

O art. 4 da portaria 419 instituiu o inventário social, histórico, cultural e ambiental como instrumento basilar na construção identitária da escola do campo cabe aqui ressaltar a grandiosidade deste artigo por que muitas escolas do Distrito Federal perdem o título de escola

do campo pois ocorre de ir surgindo um aglomerado de pessoas se intensificando naquele local e trazendo características mais urbanas do que camponesas, e dependendo das legislações e decretos de uma hora para outra a escola, perde seu título de escola do campo mas o que fica então para a gerência de educação do campo é o inventário se a escola possui este instrumento basilar na sua construção identitária apenas um decreto não poderia modificar pois ela tem uma história, ela tem uma trajetória estabelecida pela sociedade pelos movimentos sociais.

Nas coordenações coletivas foi muito importante conhecer a leitura e refletir sobre as palavras de Miguel Arroyo:

Através da luta, através da luta pelos direitos de seus povos. Na luta pela terra, pelos seus territórios e a produção camponesa ao pensarmos o inventário é preciso pensar sobre todas do currículo como território em disputa, e é aqui que a gente busca organizar o trabalho pedagógico na escola, através de uma formação de educadores: dinâmica, social, política e cultural e é através das lutas pelo direito dos seus povos que há de se garantir o direito à terra, o território, ao modo de produção camponês, a educação e a escola matrizes formativas da educação do campo.

Na luta pela construção do inventário vivemos a complexidade da realidade do campo como espaço de experiências humanas, políticas, sociais, culturais, cognitivas, éticas e estéticas. Nem sempre está claro para os professores e educadores, para os gestores que atuam na escola do campo a dimensão da identidade da escola do campo.

Foi preciso também conversar sobre o currículo oculto, sobre os conteúdos pautados em um diálogo de conhecimentos, de processos de formação, o diálogo na diversidade para ampliação do conhecimento, a desconstrução do saber sequencial repartido em disciplinas partindo para a interdisciplinaridade.

O processo de reelaboração do saber-fazer era articular a prática pedagógica escolar e a prática social camponesa, o currículo e trabalho, território e aculturação, espaços de identidade, de cultura. Ressalta-se que uma visão bucólica de campo é desconstruída ao perceber que o campo tem sangue, o campo tem guerras, o campo tem precariedade diversas.

Perguntas que nos movem na busca por nossa identidade: Como está o PPP e o currículo da nossa escola? Estão relacionados com território e com as populações camponesas de nossa comunidade? Os saberes, os fazeres, os valores, a ética e a estética da nossa comunidade está presente no PPP? A nossa escola propicia a formação continuada dos educadores com a interação com o território camponês? Como a escola promove a interação dos educadores e educandos e suas respectivas agências formativas presentes no território camponeses? Como pensar essa interação da escola e comunidade camponesa para ser ressignificada?

Quando a gestão 2022 começa na escola do Arrozal percebe-se que no PPP da escola os saberes e os fazeres do campo não estavam presentes. O inventário é a trilha e o caminho para o PPP. Surge então a importância de trilhar o PPP, tecendo o inventário. Constituindo-se em um instrumento investigativo, coletivo, dialético com objetivo de reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês que serviram de subsídio na construção do PPP da nossa escola, cuja essência como elemento técnico vai vir para garantir a política educacional voltada para escola do campo legitimando-a.

E que havia também uma não vinculação das ações pedagógicas com a Portaria nº 419, que é o marco essencial para a materialização do inventário, quando ele se torna normativo, um princípio de educação do campo. Não conhecer esses aspectos legais também é um impeditivo para que as importantes conquistas da educação do campo se materializem, não

conhecer o inventário como uma metodologia para ressignificação das escolas do campo do DF torna-se então uma busca para essa atual equipe gestora. Que busca apoio na EAPE através das oficinas com a professora Doutora Ana Carolina Seixas.

Começamos um debate sobre o inventário e foi com gana que reafirmamos o compromisso de que nossa equipe sendo uma das 75 escolas do campo precisávamos implementar dentro das políticas de educação do campo, tecer o nosso inventário.

Como uma pesquisa etnográfica, como processo dialético e de construção. Ressalta-se a contribuição fundamental e essencial da EAPE Escola de formadores do Distrito Federal juntamente com a UNB que contribui com esse momento formativo através da escola da terra. Lembrando que o Distrito Federal não pode ser visto apenas como Brasília, mas dentre as 75 escolas do campo nesse universo, sete são de Ensino Médio e uma oferece Ensino Médio noturno. A educação de jovens e adultos é oferecida em seis escolas e 32 cidades satélites com suas escolas do campo. Esse quadro quantitativo mostra também como vamos nos distanciando da educação do campo, sendo que a maioria são escolas classe e apenas uma oferece o ensino médio noturno.

Dos princípios da educação do campo, é preciso ressaltar o desenvolvimento pedagógico curricular a partir da vinculação das matrizes formativas da população do campo, que são: terra, trabalho, história, cultura, luta social, vivência de opressão, conhecimento popular e organização coletiva.

Era preciso então retomar a coluna da vida do inventário garantindo que essas matrizes formativas estivessem no dia-dia nas ações da escola. Como já faz parte da proposta de educação do campo do DF é preciso então que as atividades de pesquisa sejam realizadas por docentes, estudantes e comunidade escolar em geral. Essa forma de saber e fazer do povo camponês se constitui referência para as práticas pedagógicas.

A terra como elemento educativo e norteador dos estudos da comunidade escolar camponesa. Foi através então dos ensinamentos camponeses de como se planta, quando se vai plantar, como se colhe, as melhores épocas, como vai ou não arar a terra, se a terra está boa ou ruim. A terra educa e ensina.

Plano de Ação dos Projetos da Unidade Escolar

INFÂNCIA VIVA RETRATOS - MOVIMENTANDO E DESCOBRINDO MÚLTIPLAS LINGUAGENS, AMPLIANDO AS IDENTIDADES ÉTNICOS RACIAIS E A EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE DO CAMPO E ANTIRRACISTA.

Objetivo Geral:

- Despertar o interesse por desenhar considerando a utilização de diferentes ferramentas, suportes e materiais experimentando diversas posições espaciais e corporais para desenhar (sentadas, em pé, deitadas de bruços etc.), assim como explorar variadas possibilidades de traçar desenhos, ocupando os espaço, de modo bem pessoal.

Objetivos Específicos:

- Trabalhar com a percepção das suas marcas (linhas, formas, volumes, planos) e com as cores.
- Utilizar materiais artísticos variados em diferentes planos e superfícies.
- Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.

- Exercitar a autoria individual dentro da coletiva.
- Participar da tomada de decisão relativa à escolha de materiais.
- Conhecer-se e reconhecer-se no contato criativo.

Principais ações:

- Desenvolvimento de atividades de desenhos como forma de livre expressão;
- Desenvolvimento de ações que envolvem memória, percepção e atenção visual;
- Desenvolvimento de atividades que permitam a percepção e prática auditiva;
- Desenvolvimento de atividades que possibilitem percepção de superfície e tamanho, a configuração tridimensional e o reconhecimento dos objetos em seu formato, tamanho, cor e textura;
- Desenvolvimento de atividades de simetria com vista à definição de lateralidade;
- Desenvolvimento de atividades que levam ao controle do corpo e de suas partes em relação ao espaço externo e a gravidade e;
- Atividades que possibilitem a estruturação, organização e orientação espacial.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O projeto será avaliado continuamente ao longo do processo pela coordenação pedagógica, gestores e professores.

Recursos:

- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papeis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora.

Cronograma:

- As oficinas são desenvolvidas no decorrer do ano letivo dentro dos espaços da escola, a partir das atividades planejadas pela coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora.

NINHADA

Objetivo Geral:

- Garantir o êxito da inserção da criança no contexto da Educação Infantil, transição para o 4º Ano e Ingresso no 6º Ano do Ensino Fundamental.

Objetivos Específicos:

- Promover ações de acolhimento com linguagens, sentimentos, emoções, aprendizagens que oportunize a consolidação da liberdade, da autonomia e do protagonismo infantil no ingresso do estudante de educação infantil em um novo contexto agora, escolar.

Principais ações:

- Planejamento coletivo;
- Envolvimento de todos os profissionais da educação;
- Participação das famílias e/ou responsáveis e da comunidade;
- Atendimento à diversidade;
- Consideração dos sentimentos das crianças e dos adultos.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O projeto será avaliado continuamente ao longo do processo pela coordenação pedagógica, gestores e professores buscando perceber o estabelecimento de vínculos positivos como a criança, sua família e a escola.

Recursos:

- O acolhimento da criança envolve aconchego, bem-estar, amparo, cuidado físico e emocional.
- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papeis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Toda a comunidade escolar.

Cronograma:

- O acolhimento, para além das datas, materializa a humanização da educação, valendo, portanto, para os primeiros dias e também ao longo do ano letivo.

PRÁTICAS DO BEM

Objetivo Geral:

- Trabalhar habilidades de escuta sensível, cultura de paz que venham a contribuir com o desempenho e processo pedagógico, estimulando nos estudantes o convívio social, cidadania e senso crítico, além de atividades psicomotoras.

Objetivo Específico:

- Desenvolver atividades artísticas e culturais
- Ampliar por meio da arte e da educação as competências e habilidades dos estudantes no que tangem sua cognição e motricidade.
- Criar um ambiente de práticas e exercícios do convívio social saudável, abordando questões de ética, cidadania, diversidade e valores humanos;
- Promover através da ludicidade uma visão crítica para a realidade dos estudantes, ampliando suas possibilidades de crescimento pessoal;
- Envolver a escola de maneira participativa no desenvolvimento integral dos discentes.

Principais ações:

- Apresentação de histórias cantadas pelos educandos e orientadas pelas professoras;
- Apresentação de músicas, trava língua, cantiga de roda e danças;
- Resgate de brincadeiras antigas.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O projeto será avaliado continuamente e/ou em intervalos quinzenais através de avaliações das atividades pela equipe da coordenação pedagógica, gestores e professores.

Recursos:

- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papeis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora.

Cronograma:

- As atividades dos projeto acontecem quinzenalmente, atendendo os estudantes de todas as turnas pontualmente no início de cada turno de aula.

PLENARINHA

Objetivo Geral:

- O Projeto Plenarinha tem como objetivo fortalecer o protagonismo das crianças no processo de aprendizagem e desenvolvimento da primeira infância na Educação Infantil.

Objetivo Específicos:

- A Plenarinha também objetiva de forma específica promover a escuta atenta, sensível e intencional às crianças acerca de suas necessidades e interesses e, para que elas possam anunciar sua visão de educação e de mundo, expressando como compreendem a realidade que as envolve.

Principais ações:

- Divulgação do Tema;
- Proposição de início de estudos sobre o tema para a organização dos projetos na unidade escolar;
- Webinar – Plenarinha (Dia de Formação da Educação Infantil);.
- Desenvolvimento do projeto na unidade escolar;
- Realização da Plenarinha local;
- Realização da Plenarinha Regional;
- Realização da Plenarinha Distrital;
- Avaliação da Plenarinha e

- Levantamento do Tema para o próximo ano.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O registro das atividades realizadas no dia a dia da escola mostra o percurso da prática pedagógica e proporciona sua avaliação.

Recursos:

- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papéis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- A Plenarinha é um projeto da Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB, sob a coordenação da Diretoria de Educação Infantil - DIINF, realizado por toda a comunidade escolar, voltado, prioritariamente, à Educação Infantil e ao primeiro ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Cronograma:

- O projeto Plenarinha é desenvolvido ao longo do ano letivo no âmbito da unidade escolar.

LER É CRESCER

Objetivo Geral:

- Desenvolver nas crianças as habilidades cognitivas e capacitar as crianças a tornarem-se leitores assíduos;

Objetivo Específico:

- Facilitar o acesso da comunidade escolar ao acervo literário da instituição;
- Proporcionar aos estudantes momentos de prazer e diversão através da leitura e/ou contato com os livros;
- Aprimorar a capacidade interpretativa e o horizonte de expectativas dos pequenos leitores e;
- Desenvolver o processo de leitura, escrita e fala, de maneira eficiente, utilizando de forma recursiva de estratégias e procedimentos que viabilizem a apropriação dessa leitura e dessa escrita.

Principais ações:

- Rodas de leituras em sala;
- Visitação à biblioteca para Leitura;
- Eventos (feira de livro);
- Conversas com autores;
- Leitura dramatizada;
- Utilização de quadrinhos, gibis e outros meios que envolvam a leitura e o visual ao mesmo tempo;
- Recontos de histórias e

- Leitura compartilhada.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O estudante será incentivado a trazer os temas abordados nos livros para a contemporaneidade e apresentá-los por meio de expressões artísticas de diferentes áreas como artes plásticas e produção textual. O diálogo entre as turmas que participam do projeto também será estimulado para que o debate possa se expandir e ser levado também para o ambiente familiar. A iniciativa fortalece a ideia de que, embora surjam novas tecnologias a cada dia, os livros continuam sendo uma ferramenta insubstituível para formação social, intelectual, cognitiva e cultural de crianças e jovens.

Recursos:

- Material de Literatura
- Sacolas para o projeto.
- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papeis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora.

Cronograma:

- Durante o ano letivo. O projeto é trabalhado conforme o planejamento semanal do professor regente da turma, acontecendo sempre uma vez por semana.

FEST LIVRO

Objetivo Geral:

- O projeto objetiva difundir a produção literária dos estudantes para os pais, familiares e visitantes fomentando assim, a culminância de ações pedagógicas de incentivo a leitura realizadas na escola.

Objetivo Especifico:

- Incentivar a leitura e o contato com outras linguagens artísticas da criação humana;
- Incentivar a leitura em suas diversas linguagens;
- Proporcionar o contato entre autores e seus leitores;
- Estimular a valorização do livro e da leitura e
- Aprimorar a capacidade interpretativa e o horizonte de expectativas dos pequenos leitores.

Principais ações:

- Palestras;
- Mesas redondas com os estudantes;
- Lançamento dos livros;
- Sessão de autógrafos de livros;

- Programação cultural (apresentações de dança, música, teatro, etc.);
- Oficinas;
- Contação de histórias, teatro de fantoches;
- Troca de livros;
- Bate-papo literário;
- Eventos paralelos: espaço cordel, recital de poesias e exposições diversas.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O projeto será avaliado através de avaliações das atividades pela equipe da coordenação pedagógica, gestores e professores

Recursos:

- Apresentações literárias e teatrais, lançamentos dos livros, palestras, bate-papos com autores e oficinas.
- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papéis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora. Professora Andrea da Silva.

Cronograma:

- Apesar de acontecer sempre no 2º semestre do ano, as atividades são iniciadas pelo Projeto Ler é Crescer.

BOM SABER

Objetivo Geral:

- Desenvolver nas crianças as habilidades cognitivas e socioemocionais e proporcionar um ambiente favorável à aprendizagem.

Objetivo Específico:

- Promover o processo de alfabetização, orientando-se pela indispensável compreensão do princípio alfabético, estimulando a curiosidade e o prazer de ler.
- Possibilitar a melhoria na aprendizagem de escolares, através do projeto interventivo, criando mecanismos que favoreçam a superação das dificuldades.

Principais ações:

- Atividades que propiciem o desenvolvimento da capacidade de ler, escrever e realizar cálculos com autonomia;
- Estímulo ao desenvolvimento cognitivo;
- Desenvolvimento de atividades que propiciem o aprimoramento da lateralidade;
- Vivência de estruturas matemáticas explorando o raciocínio lógico de maneira significativa;

- Estudo quinzenal de gêneros textuais;
- Produção coletiva e individual do gênero em estudo;
- Aprofundamento de aspectos gramaticais e ortográficos, inclusive privilegiando as produções dos alunos e;
- Correção, reestruturação e socialização de textos.

Avaliação do projeto e no projeto:

- A partir do resultado nas produções escritas e na oralidade dos alunos que vierem a ser expressos nas atividades de leitura e escrita do cotidiano escolar, marcando a qualidade das produções coletivas e individuais.

Recursos:

- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papéis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes, equipe gestora, SOE e SEAA.

Cronograma: A definir.

SABORES E SABERES

Objetivo Geral:

- Incentivar a autonomia alimentar das crianças, a conscientização e o envolvimento acerca dos aspectos sociais, pedagógicos e nutricionais que o momento da refeição propicia.

Objetivo Especifico:

- Incentivar os bons hábitos alimentares e identificar as preferências alimentares dos alunos conscientizando da importância da alimentação saudável.

Principais ações:

- Permitir às crianças que escolham os alimentos que comporá seus pratos;
- Orientar para que as crianças compreendam a importância de servir-se em pequenas porções quantas vezes necessário;
- Promover momentos em que as crianças aprendam com seus pares a servir no prato alimentos desconhecidos em suas vivências familiares;
- Promover no cotidiano da escola uma alimentação prazerosa numa dinâmica de interação e aprendizado em um ambiente preparado e;
- Desenvolver momentos que otimizem o aprendizado através dos exemplos como, saber respeitar o espaço coletivo, aguardar a vez, colaborar com o cuidado e higiene dos espaços.

Avaliação do projeto e no projeto:

- Aos poucos a equipe pedagógica deve construir com as crianças importantes momentos de formação, reflexão e aprendizado. Após o período de implantação da metodologia deve ser possível destacar os avanços na autonomia, diminuição do desperdício, troca de cultura entre pares, refeições prazerosas e regras de socialização.

Recursos:

- Peças teatrais;
- Música;
- Quebra cabeças com verduras e frutas;
- Caça ao tesouro utilizando alimentos como foco;
- Confeção de saladas de frutas e
- Recortes com fruta e verduras.

Responsáveis:

- Equipe gestora, orientação educacional, docentes, coordenação pedagógica equipes especializadas de apoio, monitor, cozinheiro, auxiliar da limpeza, equipe de conservação, vigilância, dentre outros.

Cronograma:

- Durante o ano letivo.

VIVÊNCIAS NO QUINTAL

Objetivo Geral:

- Brincar nos espaços fora da sala de aula como garantia de exploração de vivências diárias da Educação Infantil.

Objetivo Específico:

- Experimentar brincadeiras do contexto comunitário.
- Utilizar materiais alternativos para a realização de brincadeiras.
- Experimentar habilidades motoras no brincar.
- Reconhecer a importância de se aprender e aprimorar novos movimentos.
- Identificar as capacidades físicas presentes nas brincadeiras.
- Reconhecer os tempos e espaços escolares para brincar.

Principais ações:

- Utilizar a brincadeira como um recurso escolar e aproveitar a motivação própria das crianças para tornar a aprendizagem mais atraente.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O projeto será avaliado continuamente ao longo do processo pela coordenação pedagógica, gestores e professores de forma a observar a participação e interação dos estudantes e quais brincadeiras os estudantes mais gostaram de realizar. Observando inclusive, se eles tiveram dificuldades ou

facilidades em respeitar os tempos e espaços estabelecidos nessa proposta.

Recursos:

- Objetos e materiais apropriados, oferecidos pela escola, materiais alternativos (o que também favorece no desenvolvimento da criatividade). Independente da forma ou do material utilizado, salientamos a importância da valorização dos tempos e espaços destinados ao brincar dentro da escola, como garantia de direito dos estudantes, previsto na legislação brasileira.

Responsáveis:

- Equipe gestora, orientação educacional, docentes, coordenação pedagógica, equipes especializadas de apoio, monitor dentre outros.

Cronograma:

- Durante o ano letivo.

NOSSAS RAIZES

Objetivo Geral:

- Ampliar o conhecimento de mundo e da cultura indígena.

Objetivo Específico:

- Promover a valorização da diversidade e das diferenças exercitando a empatia fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro sem preconceito de qualquer natureza .
- Combater o preconceito na escola a partir de uma perspectiva de valorização dos povos originários, combater a intolerância cultural e conhecer os saberes ancestrais e valores culturais indígenas como ferramentas emancipatórias e descolonizadoras.
- Contribuir para a construção de uma infância livre, autônoma e parceira na mudança social.
- Proporcionar às crianças referenciais positivos acerca da diversidade fortalecendo o processo de construção de identidades que respeite e valorize a diversidade étnico racial.

Principais ações:

- Fazer leitura de deleite de diversas obras em sala;
- Leitura e interpretação coletiva: debate sobre os diferentes nomes dos personagens e o local no qual se passa a história;
- Produzir textos, escritas desenhos e/ou produções coletivas, tendo como referência uma história Indígena;
- Estudar o vocabulário do texto antes e depois da leitura para que ela seja melhor aproveitada pelos alunos;
- Mostrar o mapa dos povos indígenas no Brasil para as crianças e no mapa ler os nomes dos Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social;
- Pedir às crianças que façam um autorretrato e apontem em si as características que as fazem lindas e diversas assim como nas histórias ouvidas;
- Promover Espaço Povos Extraordinários;

- Visita de contadores de histórias;
- Oficina de Culinária Brasileira para as crianças e professores;
- Oficina: A cultura indígena dançada e cantada e;
- Oficina: Brincadeiras indígenas do Xingu e Peteca.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O projeto será avaliado continuamente ao longo do processo pela coordenação pedagógica, gestores e professores.

Recursos:

- Livros que sirvam de referência para este trabalho.
- Músicas.
- Vídeos.
- Mapa dos povos indígenas no Brasil
- Espaço Povos Extraordinários (retratos, biografias, fotografia e elementos presentes na cultura indígena).
- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papeis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Equipe gestora, orientação educacional, docentes, coordenação pedagógica, equipes especializadas de apoio, monitor dentre outros.

Cronograma: A definir.

CONVIVÊNCIA ESCOLAR E CULTURA DE PAZ – BULLYING NÃO TEM GRAÇA!

Objetivo Geral:

- Ampliar o diálogo entre todos os agentes da comunidade escolar, incentivando a reflexão crítica e transformação de realidades violentas, excludentes e preconceituosas.

Objetivo Específico:

- Resgatar as regras principais de convivência.
- Reforçar o valor da ética nos dias atuais e a necessidade de exercitá-la em nossas atitudes diárias.
- Estimular o companheirismo, a amizade e o respeito ao outro.
- Conhecer o fenômeno Bullying, refletindo sobre suas consequências na vida dos alunos.
- Divulgar o conceito de Bullying não só no ambiente escolar e familiar, mas também para a sociedade.

Principais ações:

- Oferecer atividades que trabalhem valores como tolerância e solidariedade;
- Estimular o convívio ético com as diferenças e;
- Promover o diálogo entre os estudantes despertando-lhes a consciência crítica.

Avaliação do projeto e no projeto:

- Nas coordenações pedagógicas e avaliações institucionais.

Recursos:

- Material de Contação de história.
- Material Pedagógico.

Responsáveis:

- Equipe gestora, orientação educacional, docentes, coordenação pedagógica, equipes especializadas de apoio, monitor dentre outros.

Cronograma:

- Ao longo do ano letivo.

BAOBÁ

Objetivo Geral:

Este projeto tem por objetivo atender as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 que determinam que seja ensinada nas escolas brasileiras a História da África e a Cultura Afro-brasileira e principalmente conhecer e reconhecer a importância dos povos africanos na história do Brasil e a influência destes povos na história, cultura, religião, culinária e costumes brasileiros.

Objetivo Específico:

- Combater o racismo na escola a partir de uma perspectiva afro centrada, combater a intolerância religiosa e conhecer os saberes ancestrais e valores culturais africanos como ferramentas emancipatórias e descolonizadoras.
- Promover a valorização da diversidade e das diferenças exercitando a empatia fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro sem preconceito de qualquer natureza.
- Contribuir para a construção de uma infância livre e autônoma parceira na mudança social.
- Proporcionar às crianças, referenciais positivos acerca de Negritude fortalecendo o processo de construção de identidades que respeite e valorize a diversidade étnico racial.

Principais ações:

- Apresentar livros, desenhos, brinquedos e brincadeiras que tragam personagens e o repertório cultural negro;
- Promover o reconhecimento e valorização das canções, jogos e brincadeiras que digam respeito às tradições culturais africanas;
- Possibilitar leitura e reescrita de obras literárias;
- Desenvolver pesquisas bibliográficas de mulheres negras escritoras. Pintores e artistas negros;
- Possibilitar a manifestação de interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida;

- Promover, roda de história e diálogos que suscitem reflexões sobre a diversidade, diferenças e o respeito e;
- Possibilitar a interação com a cultura, a diversidade, a geografia e a história africana e afro-brasileira.

Avaliação do projeto e no projeto:

- A avaliação do projeto se dará entre professores, alunos, equipe gestora e demais funcionários envolvidos, quanto a validade, a importância, a metodologia utilizada, o envolvimento de cada seguimento e o desenvolvimento do projeto com espaço para críticas e sugestões.

Recursos:

- Livros
- Cartazes
- Fotografias
- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papéis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Equipe gestora, orientação educacional, docentes, coordenação pedagógica, equipes especializadas de apoio, monitor dentre outros.

Cronograma:

- O projeto ocorrerá no mês de novembro com culminância na semana da Consciência Negra.

YAYÁ

Objetivo Geral:

- Possibilitar dentro do espaço escolar uma efetiva participação da família no processo educacional do estudante na perspectiva de que a parceria família-escola possa possibilitar melhorias no processo ensino-aprendizagem.

Objetivo Especifico:

- Trazer temas de relevância para a comunidade.
- Abrir um espaço de formação e fala para as famílias.

Principais ações:

- Acolhimento e boas vindas aos pais;
- Sensibilizar as famílias sobre a importância da temática;
- Apresentar vídeos para ilustrar e complementar o tema;
- Entrega de textos impressos aos pais sobre o tema, para releitura e posterior consulta;
- Reflexão, discussão aberta sobre os itens propostos e;
- Incentivar a participação espontânea, buscando refletir junto com os pais sobre sugestões de novos

temas a serem apresentados em futuros encontros.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O projeto será avaliado continuamente ao longo do processo pela equipe gestora, pelo SOE e SEAA com fichas para avaliação das intervenções realizadas com os pais/responsáveis.

Recursos:

- Material informativo.

Responsáveis:

- Equipe gestora, SOE e SEAA.

Cronograma:

- Ao longo do ano letivo.

DIRETO DA HORTA - Educação ambiental coletiva: Um instrumento Ecoalfabetizador.

Objetivo Geral:

- Desenvolver atitudes que permitam ao estudante apresentar ações de preservação do meio ambiente valorizando a produção de alimentos sem agrotóxicos, cuidados com a saúde e a valorização da vida e da natureza.

Objetivo Específico:

- Despertar nas crianças o interesse em ter uma alimentação saudável por meio do cultivo de diversos alimentos em nossa horta.
- Proporcionar e oportunizar momentos com ações para a criança ser protagonista dentro do processo.
- Conhecer, pela degustação, diferentes alimentos cultivados na horta da escola.
- Sensibilizar as famílias sobre alimentação saudável, desnutrição e obesidade infantil.
- Estabelecer relações entre o valor nutritivo dos alimentos cultivados.
- Proporcionar vivências e informações sobre o meio ambiente.
- Oferecer um lanche saudável.
- Conhecer a origem e o desenvolvimento do alimento.
- Utilizar as hortaliças na preparação do lanche.

Principais ações:

- Preparação da terra e canteiros;
- Entrega das sementes;
- Orientação para os professores sobre cultivo em horta;
- Levantamento de hipóteses sobre o que é horta, a importância dos alimentos e suas vitaminas;
- Pesquisa sobre horta e termos \ objetos utilizados;
- Escolha das hortaliças com a turma;
- Pesquisa sobre hortaliças;

- Preparação do canteiro e plantio com as crianças;
- Produção da placa de identificação do canteiro pelos estudantes;
- Cuidados diários;
- Registro e acompanhamento das fases de crescimento;
- Colheita;
- Envio das hortaliças para casa e;
- Preparação e degustação de receitas escolhida pelos alunos.

Avaliação do projeto e no projeto:

- Observação dos hábitos alimentares das crianças.
- Registro da participação e interesse das crianças.

Recursos:

- Terreno para desenvolver a horta.
- Adubos.
- Sementes.
- Ferramentas necessárias ao cultivo de hortaliças (pazinhas, rastelos e regadores).
- Mangueiras.
- Tela, tijolos, garrafas, pets ou pneus.

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora.

Cronograma:

- O projeto Horta é desenvolvido ao longo do ano letivo.

MENINA MOÇA E MENINO RAPAZ

Objetivo Geral:

- Orientar os estudantes do 4º Ano e 5º Ano sobre as mudanças e conflitos recorrentes das idades.

Objetivo Especifico:

- Discutir com os adolescentes os temas selecionados para a educação em saúde.
- Contribuir para a adoção de hábitos saudáveis na vida dos adolescentes.
- Fazer com que os adolescentes conheçam e criem um vínculo com a equipe de saúde.

Principais ações:

- Levar informações pertinentes sobre a tematica a fim de realizar a adoção de hábitos saudáveis de vida pelos adolescentes.
- Distribuição de kits de cuidados e higiene pessoal.

Avaliação do projeto e no projeto:

- O projeto será avaliado pela equipe gestora, SOE e SEAA.

Recursos:

- Kits de higiene pessoal.
- Material Informativo.

Responsáveis:

Equipe da Unidade de Saúde, equipe gestora, SOE e SEAA.

Cronograma: A definir.

AMIGOS DO ZIPPY

Objetivo Geral:

- Promover apoio as crianças a reconhecer emoções e a identificar e desenvolver alternativas para trabalhar com esses sentimentos

Objetivo Especifico:

- Promover a consolidação de padrões de reação à sentimentos.
- Amparar [educadores](#) a mediarem um percurso formativo em que a criança vive.
- Promover a compreensão e o desenvolvimento de ferramentas para lidar melhor com as emoções.

Principais ações:

- Condução do [educador](#) a encorajar os [estudantes](#) a pensarem em outras alternativas, analisarem as consequências de seus atos e agirem de acordo com o que entenderam e a partir do repertório emocional que desenvolvem no processo.

Avaliação do projeto e no projeto:

- Nas coordenações pedagógicas e avaliações institucionais.

Recursos:

- Guia do todo o projeto.
- Mascote
- Instrumentos riscantes, como o giz, lápis, pincel, tinta, carvão, entre outros. Papéis, papelão, plástico bolha, tecido, entre outros.
- Folhas e papeis variados.
- Projetor / Data Show

Responsáveis:

- Coordenação pedagógica, docentes e equipe gestora.

Cronograma: A definir.

HORIZONTES EDUCATIVOS

Objetivo Geral:

Proporcionar aos estudantes da Escola Classe Córrego do Arrozal a oportunidade de aprender sobre a história, a cultura e o patrimônio de Brasília-DF e seu entorno, através de vivências diretas e interações com o ambiente natural e cultural da cidade.

Objetivos Específicos:

1. Promover visitas culturais a pontos históricos, culturais, turísticos e educativos de Brasília e seu entorno.
2. Estimular a interação dos alunos com a natureza e o patrimônio público.
3. Fortalecer o vínculo dos estudantes com a cidade, incentivando a preservação e a valorização do patrimônio local.
4. Integrar o aprendizado adquirido nas visitas com o conteúdo pedagógico discutido em sala de aula.

Principais Ações:

1. Organizar roteiros de visitas a locais de interesse cultural, histórico e natural de Brasília, incluindo parques ecológicos, museus, memoriais, o Congresso Nacional, entre outros.
2. Estabelecer parcerias com secretarias e espaços privados para viabilizar transporte e acesso aos locais de visitação.
3. Realizar atividades pedagógicas pós-visitação para discutir e refletir sobre as experiências vivenciadas.
4. Incorporar as visitas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, garantindo sua continuidade e integração ao currículo escolar.

Avaliação do Projeto:

A avaliação do Projeto Vivências no Quintal será realizada semestralmente pela comunidade escolar, considerando os roteiros realizados. Após cada visita, serão promovidas sessões de partilha e discussão em sala de aula, onde os estudantes poderão dialogar sobre suas experiências, expressar novos olhares sobre a cidade e debater conteúdos pedagógicos, históricos e culturais relacionados aos locais visitados.

Recursos:

- Transporte para os locais de visitação.
- Material pedagógico para atividades pós-visitação.
- Parcerias com secretarias de educação, cultura, turismo e espaços privados.
- Guias e monitores especializados nos locais de visitação.

Responsáveis:

- Coordenação Pedagógica da Escola Classe Córrego do Arrozal.
- Professores envolvidos no projeto.
- Parceiros institucionais e privados.
- Guias e monitores dos locais de visitação.

Cronograma:

- Durante todo o ano letivo, de acordo com a disponibilidade e agenda dos locais de visitação.
- Planejamento semestral das visitas, com ajuste de datas conforme a necessidade.

PROJETO CULTURA DE PAZ

Objetivo Geral:

Promover o desenvolvimento emocional das crianças, auxiliando-as a reconhecer, compreender e lidar com suas emoções, favorecendo o aprendizado e a capacidade de solucionar conflitos de maneira saudável.

Objetivos Específicos:

1. Desenvolver a inteligência emocional das crianças através do reconhecimento e nomeação de suas emoções.
2. Incentivar o desenvolvimento da empatia, ensinando as crianças a identificar e compreender as emoções dos outros.
3. Oferecer suporte emocional para crianças vulneráveis, ajudando-as a enfrentar situações difíceis e a lidar com frustrações.
4. Melhorar a capacidade de raciocínio, concentração e interesse nas atividades diárias das crianças.
5. Reduzir sintomas de depressão infantil, irritabilidade e instabilidade de humor através de práticas emocionais saudáveis.

Principais Ações:

1. Realização de quatro encontros semanais com atividades intencionais focadas no desenvolvimento emocional.
2. Aplicação de atividades específicas para cada faixa etária, de acordo com as demandas identificadas.
3. Sessões de reconhecimento e nomeação de emoções através de jogos, histórias e dinâmicas de grupo.
4. Exercícios de empatia e compreensão das emoções alheias, utilizando role-playing e discussões em grupo.
5. Criação de um ambiente seguro e acolhedor onde as crianças possam expressar suas emoções livremente.
6. Parceria com a EEAA para a implementação das ações e suporte técnico-pedagógico.

Avaliação do Projeto:

A avaliação do Projeto Cultura da Paz será contínua, observando-se o desenvolvimento emocional das crianças ao longo dos encontros. Serão utilizados os seguintes métodos:

1. Observação direta das crianças durante as atividades.
2. Relatórios semanais dos educadores sobre o progresso emocional e comportamental dos alunos.
3. Feedback das crianças e seus responsáveis sobre as mudanças observadas.
4. Avaliação do impacto das atividades através de questionários aplicados antes e depois do projeto.

Recursos:

- Material didático e pedagógico para atividades emocionais (livros, jogos, dinâmicas, etc.).
- Espaço adequado para a realização dos encontros semanais.
- Profissionais capacitados em desenvolvimento emocional e inteligência emocional.

- Apoio técnico e pedagógico da EEAA.

Responsáveis:

- Coordenação Pedagógica da instituição.
- Educadores e psicólogos envolvidos no projeto.
- Parceiros da EEAA.

Cronograma:

- Duração do projeto: ao longo de quatro encontros semanais.
- Planejamento inicial das atividades e cronograma detalhado conforme a faixa etária e demandas das crianças.
- Revisão e ajustes das ações de acordo com o feedback contínuo e as avaliações periódicas.

FESTEJA ARROZAL

Objetivo Geral:

Promover o conhecimento e a valorização das festas populares, especialmente as festas juninas, através de atividades educativas e culturais que envolvam a escola e a comunidade.

Objetivos Específicos:

1. Desenvolver pesquisas sobre as tradições das festas juninas e outras festas populares.
2. Realizar trabalhos manuais que representem elementos culturais das festas juninas.
3. Fomentar a interação e colaboração entre alunos, professores e a comunidade escolar.
4. Organizar e realizar uma festa junina na escola, integrando os conhecimentos adquiridos.
5. Valorizar e preservar as tradições culturais locais e nacionais.

Principais Ações:

1. Planejamento e execução de atividades de pesquisa sobre as festas juninas e outras festas populares.
2. Realização de oficinas de trabalhos manuais, como confecção de adereços, decoração típica e comidas tradicionais.
3. Promoção de ensaios e apresentações de danças e músicas típicas das festas juninas.
4. Organização de uma festa junina na escola, aberta à comunidade, com barracas de jogos, comidas típicas, danças e apresentações culturais.
5. Envolvimento da comunidade escolar na preparação e execução das atividades e da festa.

Avaliação do Projeto:

A avaliação do projeto "Festa Arrozal" será realizada com base nos seguintes critérios:

1. Participação dos alunos, professores e comunidade nas atividades propostas.
2. Colaboração e organização das equipes durante a preparação e execução das atividades.
3. Qualidade e criatividade dos trabalhos manuais e pesquisas realizadas.
4. Sucesso na realização da festa junina, considerando a participação, engajamento e feedback dos participantes.

Recursos:

- Materiais para trabalhos manuais (papel, tinta, tecidos, etc.).
- Equipamentos de som e iluminação para as apresentações.
- Alimentos e ingredientes para as comidas típicas.
- Espaço adequado para a realização das atividades e da festa junina.
- Parcerias com a comunidade e fornecedores locais para apoio logístico e financeiro.

Responsáveis:

- Coordenação Pedagógica da escola.
- Professores responsáveis pelas atividades de pesquisa e trabalhos manuais.
- Alunos e voluntários da comunidade escolar.
- Equipe de organização da festa junina.

Cronograma:

- Fase de planejamento: 1 mês antes do início das atividades.
- Realização de pesquisas e trabalhos manuais: 2 meses antes da festa junina.
- Ensaios e preparativos finais: 1 mês antes da festa.
- Realização da festa junina: data específica no calendário escolar, geralmente em junho.
- Avaliação e feedback: na semana seguinte à festa junina.

Plano de Ação do Serviço de Apoio

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Promover o desenvolvimento máximo do potencial de cada estudante, assegurando a inclusão e a diversidade através de adequações curriculares e apoio especializado.
Diagnóstico	Identificação das necessidades específicas dos estudantes com deficiência, altas habilidades e outras necessidades educacionais especiais através de mapeamento institucional e escuta ativa.
Metas	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar mapeamento institucional abrangente de todas as necessidades educacionais dos estudantes.2. Implementar práticas pedagógicas inclusivas e adequações curriculares.3. Promover formação contínua para professores e equipe escolar sobre educação inclusiva.4. Garantir o acompanhamento individualizado dos estudantes para avaliar e ajustar as intervenções pedagógicas.
Ações e Estratégias	<ol style="list-style-type: none">1. Mapeamento Institucional: Levantamento de dados sobre os estudantes e suas

	<p>necessidades. Avaliação contínua das condições e recursos disponíveis na escola.</p> <p>2. Escuta Ativa e Sensível: Realização de reuniões periódicas com estudantes, pais e professores. Atendimento individualizado para entender as necessidades e dificuldades dos estudantes.</p> <p>3. Projetos Específicos: Desenvolvimento de projetos pedagógicos interventivos e participativos. Implementação de circuitos de aprendizagem criativa e interativa.</p> <p>4. Comunicações Gerais e Formação: Realização de workshops e treinamentos sobre educação inclusiva para a equipe docente. Comunicação regular com toda a comunidade escolar sobre práticas inclusivas.</p> <p>5. Convivência: Promoção de atividades que incentivem a interação e convivência entre todos os estudantes. Criação de ambientes acolhedores e adaptados às diversas necessidades.</p> <p>6. Acompanhamentos e Encaminhamentos: Monitoramento contínuo do progresso dos estudantes. Encaminhamento para serviços especializados quando necessário.</p>
Cronograma	<p>1. Mapeamento Institucional: Janeiro – Fevereiro</p> <p>2. Escuta Ativa e Sensível: Fevereiro - Março (contínuo)</p> <p>3. Projetos Específicos: Março – Junho</p> <p>4. Comunicações Gerais e Formação: Fevereiro - Dezembro (contínuo)</p> <p>5. Convivência: Abril – Outubro</p> <p>6. Acompanhamentos e Encaminhamentos: Fevereiro - Dezembro (contínuo)</p>
Recursos	<p>Materiais: Computadores adaptados com software educativo. Imagens, recursos sonoros e fotografias. Murais sensoriais e quadros de comunicação. Blocos de montagem e tecnologias manipulativas.</p> <p>Humanos: Pedagoga, especialistas em atendimentos educacionais especializados (AEE, DF, DI, TGD/TEA e DM). Equipe gestora, coordenação pedagógica e equipe docente.</p> <p>Financeiros: Orçamento destinado à compra de materiais e recursos tecnológicos. Fundos para formação continuada dos profissionais.</p>
Responsáveis	<p>Pedagoga: Coordenação geral das ações e intervenções.</p>

	<p>Especialistas em AEE: Implementação de estratégias específicas e adequações curriculares.</p> <p>Coordenação Pedagógica: Apoio na formação e orientação dos professores.</p> <p>Professores: Aplicação das adequações curriculares e metodologias inclusivas.</p> <p>Gestão Escolar: Supervisão e suporte administrativo.</p>
Avaliação	<p>Monitoramento: Relatórios mensais de progresso dos estudantes. Avaliação trimestral das ações implementadas.</p> <p>Indicadores de Sucesso: Melhoria no desempenho acadêmico dos estudantes. Aumento da participação dos estudantes em atividades inclusivas. Feedback positivo dos estudantes, pais e professores.</p>

Plano de Ação do Serviço de O.E 2024

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Promover o desenvolvimento integral dos estudantes, fomentando autonomia, criticidade, criatividade, participação e protagonismo infanto-juvenil, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.
Diagnóstico	Identificação das necessidades e demandas da comunidade escolar, análise da realidade educacional e socioemocional dos estudantes, bem como dos fatores que interferem nos processos de ensino e aprendizagem.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilizar a escola, a família e a criança para a investigação coletiva da realidade educacional. 2. Cooperar com os professores para compreender o comportamento das classes e dos alunos em particular. 3. Manter os professores informados sobre as ações da orientação junto aos estudantes. 4. Esclarecer a família sobre as finalidades e funcionamento da Orientação Educacional. 5. Desenvolver trabalhos de integração da comunidade escolar. 6. Promover a conscientização sobre o direito à inclusão e equidade. 7. Implementar projetos para acolhimento, inclusão, cultura de paz, superação de conflitos, valorização da vida, saúde

	emocional, garantia de direitos e exercício da cidadania.
Ações e Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar reuniões com a equipe pedagógica para análise da realidade e definição de ações. 2. Estabelecer canais de comunicação eficientes com a família e a comunidade. 3. Desenvolver atividades de integração e conscientização sobre inclusão e equidade. 4. Implementar o Projeto Cultura de Paz em parceria com a EEAA. 5. Executar o Protocolo de Rotina A(colher) em colaboração com a equipe gestora e professores. 6. Realizar palestras e cursos para capacitação da equipe e conscientização sobre temas relevantes. 7. Acompanhar a implantação e desenvolvimento da Proposta Pedagógica da escola. 8. Participar ativamente do Conselho Escolar, subsidiando discussões e reflexões pedagógicas.
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Início das ações: Junho de 2024 - Realização das reuniões de planejamento: Junho-Julho de 2024 - Implementação do Projeto Cultura de Paz: Agosto de 2024 - Execução do Protocolo de Rotina A(colher): Início do ano letivo 2024/2025 - Realização de palestras e cursos: Ao longo do ano letivo - Acompanhamento da Proposta Pedagógica: Permanente
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Pedagogo Orientador Educacional, equipe pedagógica, professores, equipe gestora. - Recursos materiais: Material didático, espaço físico adequado, recursos para realização de palestras e cursos.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Pedagogo Orientador Educacional: Coordenação e execução das ações. - Equipe pedagógica e gestora: Colaboração e apoio na implementação das ações. - Professores: Participação e execução das atividades planejadas.
Avaliação	- Avaliação contínua do desenvolvimento das ações e alcance das metas.

	<ul style="list-style-type: none"> - Feedback da comunidade escolar sobre a eficácia das atividades. - Reuniões periódicas para análise e ajuste do plano de ação.
--	--

Plano de Ação par Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recurso

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Assegurar que as necessidades educacionais especiais dos alunos sejam atendidas de maneira eficiente e inclusiva, mesmo sem a presença de uma Sala de Recursos específica, por meio da colaboração entre especialistas em Altas Habilidades (AEE), Orientação Educacional, Coordenação Pedagógica, Equipe Gestora e professores.
Diagnóstico	Identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos, análise dos recursos disponíveis e estabelecimento de estratégias para promover um ambiente inclusivo de suporte.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir o acompanhamento contínuo do progresso dos alunos com necessidades educacionais especiais. 2. Ajustar os planos de atendimento conforme necessário, de forma a atender às demandas específicas de cada aluno. 3. Realizar encaminhamentos para serviços externos quando necessário, garantindo suporte integral aos alunos. 4. Promover a colaboração entre a pedagoga, especialistas em AEE e demais membros da equipe escolar para fornecer suporte adicional e expertise. 5. Desenvolver estratégias inclusivas que permitam atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, mesmo sem a presença de uma Sala de Recursos específica.
Ações e Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer reuniões periódicas entre a pedagoga, especialistas em AEE, Orientação Educacional, Coordenação Pedagógica e Equipe Gestora para discutir o progresso dos alunos e ajustar os planos de atendimento. 2. Implementar estratégias inclusivas nas salas de aula regulares para atender às

	<p>necessidades educacionais especiais dos alunos.</p> <p>3. Realizar encaminhamentos para serviços externos, como apoio psicológico ou terapias especializadas, quando necessário.</p> <p>4. Fomentar a colaboração entre a pedagoga e os especialistas em AEE nos polos, promovendo troca de experiências e conhecimentos.</p> <p>5. Oferecer formação continuada para os professores sobre práticas inclusivas e estratégias para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos.</p>
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas: Mensalmente - Implementação de estratégias inclusivas: Início do ano letivo - Realização de encaminhamentos para serviços externos: Conforme necessidade identificada - Formação continuada para professores: Ao longo do ano letivo
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Pedagoga, especialistas em AEE, Orientação Educacional, Coordenação Pedagógica, Equipe Gestora, professores. - Recursos materiais: Material didático adaptado, recursos para formação continuada.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Pedagoga: Coordenação e execução das ações relacionadas ao atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos. - Especialistas em AEE: Colaboração e apoio na implementação das estratégias inclusivas. - Orientação Educacional, Coordenação Pedagógica e Equipe Gestora: Apoio e suporte na implementação das ações.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação contínua do progresso dos alunos com necessidades educacionais especiais. - Feedback da equipe escolar sobre a eficácia das estratégias inclusivas implementadas. - Reuniões periódicas para análise e ajuste do plano de ação.

Plano de Ação para Educação Especial com Educadores Voluntários e Estagiários da Pedagogia

Tópico	Descrição
--------	-----------

Objetivo Geral	Garantir suporte à educação especial nas salas de integração inversa e na Educação Integral, promovendo a adaptação dos alunos e facilitando a transição para novas séries com mais desafios, por meio do trabalho colaborativo entre educadores voluntários, Estagiários de Pedagogia e supervisão de professores e/ou equipes gestoras.
Diagnóstico	Identificação da necessidade de suporte à educação especial nas salas de integração inversa e na Educação Integral, bem como a disponibilidade de educadores voluntários e Estagiários de Pedagogia para colaborar com essa demanda.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prestar suporte à educação especial nas salas de integração inversa. 2. Facilitar a adaptação dos alunos na Educação Integral. 3. Promover a transição dos alunos para novas séries com mais desafios. 4. Realizar o acompanhamento e supervisão adequados dos educadores voluntários e Estagiários de Pedagogia.
Ações e Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Selecionar educadores voluntários e Estagiários de Pedagogia no início do ano letivo. 2. Capacitar os educadores voluntários e Estagiários de Pedagogia sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos. 3. Supervisionar as atividades dos educadores voluntários nas salas de integração inversa, sob a orientação de professores e/ou equipes gestoras. 4. Acompanhar exclusivamente a Educação Integral, garantindo apoio na adaptação dos alunos e na transição para novas séries. 5. Estabelecer parceria com a Secretaria de Economia para receber estagiários do curso de pedagogia, proporcionando experiência prática e apoio adicional.
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção de educadores voluntários e Estagiários de Pedagogia: Início do ano letivo - Capacitação dos educadores voluntários e Estagiários de Pedagogia: Primeiro trimestre do ano letivo - Início das atividades nas salas de integração inversa: Segundo trimestre do ano letivo

	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento exclusivo na Educação Integral: Ao longo do ano letivo - Recebimento de estagiários do curso de pedagogia: A partir do segundo semestre do ano letivo
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Educadores voluntários, Estagiários de Pedagogia, supervisores (professores/equipes gestoras). - Recursos materiais: Material educativo adaptado, espaço físico adequado para as atividades.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Professores e equipes gestoras: Supervisão das atividades dos educadores voluntários e Estagiários de Pedagogia. - Educadores voluntários e Estagiários de Pedagogia: Execução das atividades de suporte à educação especial. - Coordenador(a) de Educação Especial: Coordenação e organização das ações.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação contínua do desempenho dos educadores voluntários e Estagiários de Pedagogia. - Feedback dos professores, equipes gestoras e alunos sobre a eficácia das atividades. - Reuniões periódicas para análise e ajuste do plano de ação.

Plano de Ação para Promoção da Leitura na Biblioteca Flor do Cerrado

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Promover o hábito da leitura, tanto didática quanto lúdica, entre os estudantes e a equipe pedagógica, por meio de atividades diversificadas e projetos educativos na Biblioteca Flor do Cerrado, de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO.
Diagnóstico	Identificação da importância da leitura para o desenvolvimento educacional e cultural dos estudantes, bem como da disponibilidade do acervo da Biblioteca Flor do Cerrado para promover essa prática de forma eficaz.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivar o hábito da leitura desde as primeiras vivências do estudante no ambiente escolar. 2. Proporcionar oportunidades de leitura lúdica e prazerosa para os estudantes. 3. Oferecer recursos de informação para o conhecimento, compreensão, imaginação e divertimento.

	<p>4. Apoiar os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades de avaliação e utilização da informação.</p> <p>5. Proporcionar acesso a recursos locais, regionais, nacionais e globais para enriquecer o conhecimento dos estudantes.</p> <p>6. Organizar atividades que promovam a consciência cultural e social e a sensibilidade.</p> <p>7. Colaborar com professores, administradores e pais para alcançar os objetivos da escola.</p> <p>8. Defender a liberdade intelectual e o acesso à informação como fundamentais para a construção de uma cidadania efetiva e responsável.</p>
<p>Ações e Estratégias</p>	<p>1. Realizar contações de histórias semanais para os estudantes, utilizando a mediação da leitura para tornar o processo mais lúdico e divertido.</p> <p>2. Promover o projeto "Recreio com Leitura", oferecendo momentos de orientação, leitura livre, empréstimo e renovação durante o recreio.</p> <p>3. Incluir atividades de contação de história no projeto ECCA Cultural, proporcionando experiências enriquecedoras para as crianças.</p> <p>4. Implementar o projeto Biblioteca de Portas Abertas, oferecendo horários específicos para atividades orientadas e momentos de leitura livre.</p> <p>5. Integrar a biblioteca aos intervalos das aulas, permitindo que os estudantes entrem e saiam espontaneamente para aproveitar momentos de leitura.</p> <p>6. Desenvolver o Projeto Sacolinha da Leitura, permitindo que as crianças levem livros para casa em uma sacola confeccionada por elas.</p> <p>7. Realizar a entrega dos livros didáticos na biblioteca, acompanhada pela contação de uma história que destaque a importância do material para a vida escolar dos estudantes.</p>
<p>Cronograma</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de contações de histórias semanais: Ao longo do ano letivo - Implementação do projeto "Recreio com Leitura": Início do ano letivo - Integração da biblioteca aos intervalos das aulas: Ao longo do ano letivo - Desenvolvimento do Projeto Sacolinha da Leitura: Ao longo do ano letivo - Entrega dos livros didáticos na biblioteca: Início do ano letivo

Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Professores mediadores, equipe pedagógica, educadores da biblioteca. - Recursos materiais: Livros didáticos, livros de literatura, material para contação de histórias, sacolas para o Projeto Sacolinha da Leitura.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe da biblioteca: Coordenação e execução das atividades propostas. - Professores mediadores: Colaboração na realização das contações de histórias e demais atividades.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação contínua do engajamento dos estudantes nas atividades propostas. - Feedback dos professores e equipe pedagógica sobre a eficácia das ações. - Reuniões periódicas para análise e ajuste do plano de ação.

Plano de Ação para o Fortalecimento do Conselho Escolar

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Fortalecer o papel do Conselho Escolar na gestão e desenvolvimento das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, promovendo uma maior participação e integração da comunidade escolar.
Diagnóstico	Identificação da importância do Conselho Escolar na gestão escolar e da necessidade de fortalecer sua atuação para garantir uma gestão democrática e inclusiva.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar a participação da comunidade e dos estudantes nas instâncias escolares. 2. Estabelecer articulações e parcerias com organizações externas para ampliar os recursos e oportunidades disponíveis para os estudantes. 3. Utilizar canais de comunicação eficientes entre a escola e a comunidade para garantir uma maior informação e participação.
Ações e Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de reuniões coletivas, como assembleias e reuniões ordinárias do Conselho, para promover o diálogo e a tomada de decisões coletivas. 2. Participação em encontros da Caixa Escolar para discutir questões financeiras e administrativas da escola. 3. Organização de atividades culturais que envolvam a comunidade escolar,

	<p>promovendo a integração e valorização da cultura local.</p> <p>4. Estabelecimento de parcerias com empresas, ONGs e órgãos governamentais para ampliar os recursos e oportunidades disponíveis para os estudantes.</p> <p>5. Utilização de diversos canais de comunicação, como redes sociais, aplicativos de mensagens e murais informativos, para manter a comunidade escolar informada e engajada.</p>
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de reuniões coletivas e encontros da Caixa Escolar: Mensalmente ao longo do ano letivo - Organização de atividades culturais: Semestralmente ao longo do ano letivo - Estabelecimento de parcerias: Início do ano letivo - Utilização de canais de comunicação: Constante ao longo do ano letivo
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Equipe gestora, supervisão, membros do Conselho Escolar e comunidade escolar. - Recursos materiais: Espaço para realização de reuniões, materiais para atividades culturais, recursos de comunicação.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe gestora: Planejamento e execução das ações propostas. - Supervisão: Monitoramento e orientação das atividades do Conselho Escolar. - Membros do Conselho Escolar: Participação ativa nas reuniões e atividades propostas. - Comunidade escolar: Contribuição para o fortalecimento do ambiente escolar.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Análise anual da frequência e qualidade das reuniões e atividades promovidas pelo Conselho Escolar. - Monitoramento dos indicadores de participação e envolvimento da comunidade escolar. - Revisão periódica do plano de ação para fazer ajustes necessários e alcançar os objetivos estabelecidos.

Plano de Ação para Professores Readaptados

Tópico	Descrição
--------	-----------

Objetivo Geral	Fortalecer o papel dos professores readaptados na transformação da prática pedagógica, promovendo sua participação ativa e reconhecendo seu protagonismo na educação.
Diagnóstico	Identificação da importância dos professores readaptados na promoção de práticas pedagógicas inovadoras e na colaboração entre os diferentes atores da comunidade escolar.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar os professores readaptados ao grupo de trabalho "Transformação da Prática Pedagógica". 2. Promover a realização de estudos e pesquisas sobre práticas pedagógicas inovadoras. 3. Facilitar a interação e colaboração entre os professores, alunos, gestores e pais. 4. Proporcionar formação continuada e apoio técnico-pedagógico aos professores.
Ações e Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incorporação dos professores readaptados ao grupo de trabalho "Transformação da Prática Pedagógica", garantindo seu envolvimento ativo nas atividades propostas. 2. Realização de estudos e pesquisas sobre metodologias e estratégias pedagógicas inovadoras, com participação dos professores readaptados. 3. Promoção de espaços de interação e colaboração entre os diferentes atores da comunidade escolar, como encontros, reuniões e grupos de discussão. 4. Organização de workshops, seminários e grupos de estudo pelos professores readaptados para oferecer formação continuada aos colegas. 5. Assessoramento e consultoria dos professores readaptados aos colegas na implementação de novas metodologias e projetos educacionais.
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação dos professores readaptados ao grupo de trabalho: Início do ano letivo - Realização de estudos e pesquisas: Ao longo do ano letivo - Promoção de espaços de interação: Mensalmente ao longo do ano letivo - Organização de workshops e seminários: Semestralmente ao longo do ano letivo - Assessoramento e consultoria: Constante ao longo do ano letivo.

Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Professores readaptados, equipe gestora, demais membros da comunidade escolar. - Recursos materiais: Espaços para realização de eventos, materiais didáticos e de apoio para formação continuada.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Professores readaptados: Participação ativa nas atividades propostas e oferta de formação continuada. - Equipe gestora: Apoio e incentivo às iniciativas dos professores readaptados. - Demais membros da comunidade escolar: Participação e colaboração nas atividades promovidas pelos professores readaptados.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento da participação e contribuição dos professores readaptados nas atividades do grupo de trabalho. - Avaliação do impacto das ações realizadas pelos professores readaptados na transformação da prática pedagógica. - Feedbacks dos demais membros da comunidade escolar sobre a atuação dos professores readaptados e os benefícios percebidos nas práticas educacionais.

Plano de Ação da Coordenação Pedagógica

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Fortalecer a atuação da Coordenação Pedagógica na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, promovendo uma prática pedagógica coerente e de qualidade.
Diagnóstico	Identificação da importância da Coordenação Pedagógica na orientação e coordenação das ações educativas, visando à melhoria contínua do trabalho pedagógico.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar a Coordenação Pedagógica ao processo de elaboração e implementação do PPP. 2. Promover a reflexão sobre as práticas pedagógicas e institucionais, visando à melhoria da qualidade do ensino. 3. Estabelecer canais eficazes de comunicação e colaboração entre a equipe pedagógica. 4. Oferecer orientação e suporte aos professores, promovendo o desenvolvimento profissional e a utilização de recursos tecnológicos.

<p>Ações e Estratégias</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação ativa da Coordenação Pedagógica na elaboração e implementação do PPP, garantindo sua coerência com as diretrizes da escola. 2. Realização de reuniões semanais e mensais para promover a reflexão sobre as práticas pedagógicas e institucionais, envolvendo toda a equipe pedagógica. 3. Criação de espaços de diálogo e troca de experiências entre os professores, incentivando a colaboração e a construção coletiva do conhecimento. 4. Oferta de orientação e suporte individualizado aos professores, identificando suas demandas práticas e promovendo o uso adequado de recursos tecnológicos. 5. Desenvolvimento de projetos interventivos e estratégias pedagógicas, alinhados com os objetivos do PPP e as necessidades da comunidade escolar. 6. Promoção de atividades de formação continuada, abordando temas relevantes para o desenvolvimento profissional dos professores.
<p>Cronograma</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Integração da Coordenação Pedagógica ao processo de elaboração do PPP: Início do ano letivo. - Realização de reuniões semanais e mensais: Ao longo do ano letivo. - Estabelecimento de canais de comunicação eficazes: No início do ano letivo. - Oferta de orientação e suporte aos professores: Durante todo o ano letivo. - Desenvolvimento de projetos e estratégias pedagógicas: Ao longo do ano letivo. - Realização de atividades de formação continuada: Durante todo o ano letivo.
<p>Recursos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Coordenação Pedagógica, equipe gestora, professores. - Recursos materiais: Espaços para realização de reuniões, materiais didáticos, recursos tecnológicos.
<p>Responsáveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação Pedagógica: Coordenação e execução das ações propostas, em colaboração com a equipe gestora. - Equipe Gestora: Apoio e incentivo às iniciativas da Coordenação Pedagógica, garantindo recursos e condições para o desenvolvimento das atividades.
<p>Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação contínua das ações realizadas pela Coordenação Pedagógica, considerando a participação e o envolvimento dos

	<p>professores, bem como os resultados alcançados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coleta de feedbacks da equipe pedagógica sobre a eficácia das atividades desenvolvidas e possíveis ajustes necessários. - Análise dos indicadores de qualidade do ensino, considerando o impacto das ações da Coordenação Pedagógica na melhoria dos resultados educacionais.
--	---

Plano de Ação para Lidar com a Evasão Escolar

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Fortalecer a atuação da Coordenação Pedagógica na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, promovendo uma prática pedagógica coerente e de qualidade.
Diagnóstico	Identificação da importância da Coordenação Pedagógica na orientação e coordenação das ações educativas, visando à melhoria contínua do trabalho pedagógico.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar a Coordenação Pedagógica ao processo de elaboração e implementação do PPP. 2. Promover a reflexão sobre as práticas pedagógicas e institucionais, visando à melhoria da qualidade do ensino. 3. Estabelecer canais eficazes de comunicação e colaboração entre a equipe pedagógica. 4. Oferecer orientação e suporte aos professores, promovendo o desenvolvimento profissional e a utilização de recursos tecnológicos.
Ações e Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação ativa da Coordenação Pedagógica na elaboração e implementação do PPP, garantindo sua coerência com as diretrizes da escola. 2. Realização de reuniões semanais e mensais para promover a reflexão sobre as práticas pedagógicas e institucionais, envolvendo toda a equipe pedagógica. 3. Criação de espaços de diálogo e troca de experiências entre os professores, incentivando a colaboração e a construção coletiva do conhecimento. 4. Oferta de orientação e suporte individualizado aos professores, identificando

	<p>suas demandas práticas e promovendo o uso adequado de recursos tecnológicos.</p> <p>5. Desenvolvimento de projetos interventivos e estratégias pedagógicas, alinhados com os objetivos do PPP e as necessidades da comunidade escolar.</p> <p>6. Promoção de atividades de formação continuada, abordando temas relevantes para o desenvolvimento profissional dos professores.</p>
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Integração da Coordenação Pedagógica ao processo de elaboração do PPP: Início do ano letivo. - Realização de reuniões semanais e mensais: Ao longo do ano letivo. - Estabelecimento de canais de comunicação eficazes: No início do ano letivo. - Oferta de orientação e suporte aos professores: Durante todo o ano letivo. - Desenvolvimento de projetos e estratégias pedagógicas: Ao longo do ano letivo. - Realização de atividades de formação continuada: Durante todo o ano letivo.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Coordenação Pedagógica, equipe gestora, professores. - Recursos materiais: Espaços para realização de reuniões, materiais didáticos, recursos tecnológicos.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação Pedagógica: Coordenação e execução das ações propostas, em colaboração com a equipe gestora. - Equipe Gestora: Apoio e incentivo às iniciativas da Coordenação Pedagógica, garantindo recursos e condições para o desenvolvimento das atividades.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação contínua das ações realizadas pela Coordenação Pedagógica, considerando a participação e o envolvimento dos professores, bem como os resultados alcançados. - Coleta de feedbacks da equipe pedagógica sobre a eficácia das atividades desenvolvidas e possíveis ajustes necessários. - Análise dos indicadores de qualidade do ensino, considerando o impacto das ações da Coordenação Pedagógica na melhoria dos resultados educacionais.

Plano de Ação para a Recomposição das Aprendizagens

Tópico	Descrição
--------	-----------

Objetivo Geral	Desenvolver um Projeto Interventivo (PI) para oferecer suporte contínuo aos alunos que apresentam baixo rendimento acadêmico, visando à melhoria do processo de ensino e aprendizagem.
Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos alunos com baixo rendimento acadêmico. - Análise das causas das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos. - Avaliação do ambiente escolar e das práticas pedagógicas para identificar áreas de melhoria.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar o desempenho acadêmico dos alunos com baixo rendimento em 30% até o final do ano letivo. 2. Reduzir a defasagem idade/ano em 20%. 3. Aumentar a participação e o engajamento dos alunos nas atividades escolares.
Ações e Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de um plano de intervenção pedagógica contínuo, integrado ao Projeto Político-Pedagógico da escola. 2. Realização de atividades diversificadas e adaptadas às necessidades dos alunos, evitando padronização e repetição. 3. Promoção do envolvimento de toda a equipe pedagógica da escola no desenvolvimento e execução do PI. 4. Implementação de atividades de reforço escolar e acompanhamento individualizado durante o contraturno. 5. Reorganização dos espaços de aprendizagem, permitindo a realização de aulas em ambientes externos à sala de aula convencional.
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Janeiro a Março: Diagnóstico e planejamento das ações do PI. - Abril a Junho: Implementação das estratégias de intervenção pedagógica. - Julho a Setembro: Avaliação dos resultados parciais e ajuste das ações conforme necessário. - Outubro a Dezembro: Monitoramento final e avaliação do impacto do PI.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Equipe pedagógica, apoio psicossocial, profissionais de saúde, voluntários. - Recursos materiais: Material educativo, infraestrutura escolar, recursos tecnológicos.

	- Recursos financeiros: Orçamento destinado a programas de intervenção e materiais de apoio.
Responsáveis	- Equipe Docente: Elaboração, implementação e avaliação do PI, com apoio da equipe pedagógica. - Coordenação Pedagógica: Coordenação geral do PI e monitoramento do progresso das ações. - Profissionais de Apoio: Oferecimento de suporte psicossocial aos alunos e suas famílias, quando necessário.
Avaliação	- Avaliação contínua do progresso dos alunos atendidos pelo PI. - Monitoramento da participação dos alunos e do engajamento nas atividades propostas. - Análise qualitativa do impacto do PI no ambiente escolar e nos resultados acadêmicos dos alunos. - Revisão periódica do plano de ação com base nos resultados obtidos e ajuste das estratégias conforme necessário.

Plano de Ação do Projeto Cultura de Paz

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Promover a cultura de paz na educação básica, ampliando o diálogo e incentivando a reflexão crítica entre todos os agentes da comunidade escolar.
Diagnóstico	- Identificação da necessidade de promover um ambiente escolar mais inclusivo, empático e pacífico. - Reconhecimento da importância de implementar projetos específicos para fortalecer essa abordagem e transformar realidades violentas e preconceituosas.
Metas	1. Ampliar o diálogo e a compreensão mútua entre os membros da comunidade escolar. 2. Reduzir casos de bullying e conflitos interpessoais na escola. 3. Fortalecer a inteligência emocional e a capacidade de empatia dos estudantes.
Ações e Estratégias	1. Implementação de projetos específicos, como "Práticas do Bem" e "Projeto de Cultura de Paz", que promovam o acolhimento, amor

	<p>e transformação social na comunidade escolar.</p> <p>2. Desenvolvimento do projeto "Amigos do Zippy" para auxiliar as crianças no reconhecimento e manejo de emoções.</p> <p>3. Integração de programas de mediação de conflitos, círculos de diálogo e rodas de conversa regulares para resolver diferenças de forma pacífica e construtiva.</p> <p>4. Inclusão de conteúdos sobre direitos humanos, diversidade e tolerância nos currículos escolares para promover discussões e reflexões sobre justiça social e respeito pela diversidade.</p> <p>5. Integração de programas de educação emocional e social ao currículo escolar para desenvolver habilidades socioemocionais nos estudantes.</p>
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Janeiro a Março: Planejamento e implementação dos projetos e programas. - Abril a Junho: Desenvolvimento das atividades e ações previstas. - Julho a Setembro: Avaliação dos resultados parciais e ajuste das estratégias conforme necessário. - Outubro a Dezembro: Continuidade das ações e avaliação final do impacto dos projetos na cultura escolar.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Equipe pedagógica, profissionais de apoio, voluntários. - Recursos materiais: Material educativo, infraestrutura escolar. - Recursos financeiros: Orçamento destinado a programas de cultura de paz e materiais de apoio.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação Pedagógica: Coordenação geral dos projetos e programas. - Equipe Docente: Implementação das atividades e ações previstas. - Profissionais de Apoio: Apoio psicossocial aos estudantes e suas famílias.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação contínua do progresso dos projetos e programas. - Monitoramento da redução de casos de bullying e conflitos interpessoais. - Análise qualitativa do impacto das atividades na cultura escolar e no bem-estar emocional dos estudantes.

	- Revisão periódica das estratégias com base nos resultados obtidos e nas necessidades identificadas.
--	---

Plano de Ação da Qualificação da Transição Escolar

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Promover ações de acolhimento que envolvam linguagens, sentimentos, emoções e aprendizagens, visando à consolidação da liberdade, da autonomia e do protagonismo dos estudantes ao ingressarem em um novo contexto escolar.
Diagnóstico	- Reconhecimento da importância de qualificar a transição escolar para facilitar a adaptação dos estudantes a novos ambientes e expectativas acadêmicas.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proporcionar experiências de acolhimento holísticas que valorizem a expressão de sentimentos e emoções dos estudantes. 2. Estimular a autonomia e o protagonismo dos alunos no planejamento de suas trajetórias educacionais. 3. Integrar atividades artísticas e culturais para enriquecer o processo de transição e desenvolvimento pessoal dos estudantes.
Ações e Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de encontros e rodas de conversa para que os alunos compartilhem suas expectativas e ansiedades em relação à transição escolar. 2. Implementação de programas que incentivem a tomada de decisão e a responsabilidade pessoal dos estudantes. 3. Integração de atividades artísticas e culturais ao currículo escolar para oferecer diferentes formas de expressão e desenvolvimento pessoal. 4. Desenvolvimento de atividades de integração e oficinas de habilidades socioemocionais para ajudar os alunos a se adaptarem ao novo ambiente escolar.
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Janeiro a Fevereiro: Planejamento e organização das ações de acolhimento. - Março a Maio: Realização de encontros, rodas de conversa e atividades de integração. - Junho a Agosto: Implementação de programas de autonomia e protagonismo dos estudantes. - Setembro a Novembro: Integração de atividades artísticas e culturais ao currículo escolar.

	- Dezembro: Avaliação do impacto das ações e revisão do projeto para o próximo ano letivo.
Recursos	- Recursos humanos: Equipe pedagógica, profissionais de apoio, facilitadores de atividades artísticas. - Recursos materiais: Material educativo, equipamentos para atividades artísticas. - Recursos financeiros: Orçamento destinado à realização das atividades de acolhimento.
Responsáveis	- Coordenação Pedagógica: Coordenação geral das ações de acolhimento e integração. - Equipe Docente: Implementação das atividades planejadas e acompanhamento dos alunos. - Profissionais de Apoio: Suporte psicossocial aos estudantes durante o processo de transição.
Avaliação	- Avaliação contínua do envolvimento e participação dos alunos nas atividades de acolhimento. - Monitoramento do desenvolvimento de habilidades de autonomia e protagonismo ao longo do ano letivo. - Análise qualitativa do impacto das atividades artísticas e culturais no bem-estar emocional e na adaptação dos estudantes. - Revisão periódica do projeto com base nos feedbacks dos alunos e na observação dos resultados alcançados.

Plano de Ação da Gestão Democrática

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Organizar a Gestão Escolar na perspectiva da Gestão Democrática, promovendo a participação coletiva e colaborativa de todos os segmentos da comunidade escolar.
Diagnóstico	Reconhecimento da importância da gestão pedagógica como central para garantir o acesso, permanência e sucesso dos estudantes, em contraponto aos resultados como foco primário.
Metas	1. Expandir a prática educacional para além dos muros da escola, envolvendo ativamente a comunidade externa e aprofundando a gestão democrática. 2. Eliminar gradativamente a reprovação, garantindo as aprendizagens de todos os estudantes.

	<p>3. Adotar a pedagogia de projetos e aprendizagens significativas como eixo metodológico.</p> <p>4. Inserir 100% dos estudantes com defasagem idade/série em atividades de intervenção pedagógica.</p> <p>5. Envolver 100% dos estudantes em projetos escolares e nas reuniões bimestrais com a comunidade escolar.</p> <p>6. Fortalecer projetos específicos que promovam uma cultura inclusiva e participativa.</p>
<p>Ações e Estratégias</p>	<p>1. Realização de projetos, acompanhamento e intervenções necessárias para alcançar as metas estabelecidas.</p> <p>2. Atendimento individualizado e diversificado, com uso de recursos didático-pedagógicos variados.</p> <p>3. Garantia do funcionamento adequado dos serviços de apoio à aprendizagem.</p> <p>4. Estímulo ao gosto pela leitura, escrita e investigação científica dos estudantes.</p> <p>5. Proposição de experiências de aprendizagem desafiadoras.</p> <p>6. Realização de rodas de conversa em todos os contextos da comunidade escolar.</p> <p>7. Implementação de estratégias de avaliação institucional e análise de resultados.</p> <p>8. Desenvolvimento de técnicas de comunicação não-violenta com todos os profissionais da escola.</p> <p>9. Promoção da participação efetiva da comunidade escolar no processo educacional.</p> <p>10. Organização de conselhos de classe e participativos para diagnóstico e busca de soluções.</p> <p>11. Manutenção de comunicação eficiente com a comunidade escolar por meio de diversos canais.</p> <p>12. Oferta de formação continuada e oportunidades de estudo para os funcionários.</p> <p>13. Estímulo à exposição de talentos individuais por meio de oficinas de aprendizagem.</p> <p>14. Realização de reuniões pedagógicas para construção de uma pedagogia centrada no aluno.</p>

	<p>15. Implementação de avaliações institucionais semestrais para autoavaliação e discussão.</p> <p>16. Estabelecimento de parcerias com órgãos de segurança para prevenir a violência escolar.</p>
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Equipe gestora, professores, equipe pedagógica, funcionários. - Recursos materiais: Material didático, equipamentos para atividades pedagógicas. - Recursos financeiros: Orçamento destinado à realização das atividades planejadas.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Gestora: Coordenação e supervisão das ações propostas. - Professores: Implementação das estratégias no contexto educacional. - Comunidade Escolar: Participação ativa e colaborativa nas atividades propostas.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação contínua do cumprimento das metas estabelecidas. - Monitoramento do desenvolvimento das ações ao longo do ano letivo. - Análise qualitativa dos resultados alcançados e revisão periódica do projeto. - Avaliação institucional anual para identificação de pontos de melhoria.

Plano de Ação Resultados Educacionais

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Promover a análise e o acompanhamento contínuo dos processos e práticas de gestão para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, com foco nas aprendizagens dos estudantes.
Diagnóstico	Identificação da necessidade de uma gestão mais eficaz e direcionada para garantir a qualidade do ensino e aprendizagem na escola.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar e acompanhar os processos de gestão pedagógica para identificar pontos de melhoria. 2. Implementar práticas de gestão que promovam a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem.

	<p>3. Monitorar os resultados educacionais para avaliar o impacto das intervenções realizadas.</p> <p>4. Promover a formação contínua dos profissionais da educação para fortalecer suas práticas de gestão.</p>
Ações e Estratégias	<p>1. Realização de análises periódicas dos processos de gestão pedagógica.</p> <p>2. Implementação de estratégias de gestão que promovam a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.</p> <p>3. Monitoramento regular dos resultados educacionais por meio de avaliações internas e externas.</p> <p>4. Realização de reuniões de formação e capacitação para os profissionais da educação.</p> <p>5. Desenvolvimento de práticas de gestão baseadas em evidências e dados educacionais.</p> <p>6. Estabelecimento de metas claras e mensuráveis para orientar as ações de melhoria.</p> <p>7. Promoção de uma cultura de avaliação e feedback entre os profissionais da educação.</p> <p>8. Implementação de mecanismos de acompanhamento e suporte para os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem.</p> <p>9. Articulação com outras instituições e órgãos para compartilhamento de boas práticas e experiências de gestão.</p>
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Equipe gestora, professores, equipe pedagógica, técnicos educacionais. - Recursos materiais: Material didático, ferramentas de avaliação, equipamentos para análise de dados. - Recursos financeiros: Orçamento destinado à formação e capacitação dos profissionais, compra de materiais e recursos necessários.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Gestora: Coordenação e supervisão das ações de gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais. - Professores: Implementação das práticas pedagógicas orientadas pela gestão. - Técnicos Educacionais: Apoio técnico na análise de dados e avaliação dos resultados. - Estudantes: Participação ativa no processo de aprendizagem e feedback sobre as práticas de gestão.

Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Janeiro a Fevereiro: Levantamento e análise dos processos de gestão existentes. - Março a Maio: Implementação das estratégias de gestão definidas, incluindo formações e capacitações. - Junho a Agosto: Monitoramento dos resultados educacionais e avaliação preliminar do impacto das intervenções. - Setembro a Novembro: Ajustes e revisões das práticas de gestão com base nos resultados obtidos. - Dezembro: Avaliação final do projeto e planejamento para o próximo ciclo.
-------------------	--

Plano de Ação Gestão Participativa

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Promover a gestão democrática do ensino público, envolvendo os diversos segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões e no processo de gestão da escola.
Diagnóstico	Identificação da necessidade de fortalecer os processos e práticas de gestão participativa na escola, garantindo uma maior participação e representatividade dos diferentes atores da comunidade escolar.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer e fortalecer órgãos colegiados, como conselhos escolares, Associação de Pais e Mestres (APM) e grêmios estudantis. 2. Promover a articulação e parceria entre os diversos segmentos da comunidade escolar. 3. Ampliar e diversificar os canais de comunicação com a comunidade escolar para garantir uma participação efetiva e democrática. 4. Garantir a representatividade e inclusão de todos os grupos e segmentos da comunidade escolar nas decisões e processos de gestão.
Ações e Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de eleições democráticas para escolha dos membros dos órgãos colegiados. 2. Capacitação e formação dos membros dos órgãos colegiados sobre suas atribuições e responsabilidades. 3. Implementação de espaços de diálogo e debate, como assembleias e fóruns, para discutir questões relevantes da escola.

	<p>4. Estabelecimento de parcerias com instituições locais e organizações da sociedade civil para apoio e colaboração em projetos e atividades da escola.</p> <p>5. Criação de canais de comunicação eficientes, como murais, redes sociais, aplicativos de mensagens, para facilitar a interação e o diálogo com a comunidade escolar.</p> <p>6. Realização de campanhas de conscientização e mobilização para incentivar a participação e engajamento dos pais, alunos e demais membros da comunidade.</p> <p>7. Promoção de atividades e eventos que valorizem a diversidade e a inclusão na escola, garantindo a representatividade de todos os grupos.</p> <p>8. Monitoramento e avaliação periódica dos processos de gestão participativa, identificando pontos fortes e áreas de melhoria.</p>
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Membros dos órgãos colegiados, equipe gestora, professores, funcionários, pais e alunos. - Recursos materiais: Espaços físicos para reuniões e eventos, materiais de comunicação (murais, folhetos, etc.). - Recursos financeiros: Orçamento destinado a campanhas e eventos de mobilização, capacitação e formação dos membros dos órgãos colegiados.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Gestora: Coordenação e supervisão das ações de gestão participativa. - Membros dos órgãos colegiados: Participação ativa nas atividades e processos de gestão participativa. - Professores e Funcionários: Apoio e engajamento nas iniciativas de gestão participativa. - Pais e Alunos: Participação e contribuição para o fortalecimento da gestão participativa na escola.
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Janeiro a Fevereiro: Eleição e formação dos membros dos órgãos colegiados. - Março a Maio: Realização de assembleias e fóruns para discussão de temas relevantes. - Junho a Agosto: Estabelecimento de parcerias e articulações com instituições locais.

	<ul style="list-style-type: none"> - Setembro a Novembro: Implementação de canais de comunicação e realização de campanhas de mobilização. - Dezembro: Avaliação e ajustes dos processos de gestão participativa para o próximo ano.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação contínua dos processos de gestão participativa, considerando a efetividade dos órgãos colegiados, a participação da comunidade escolar e o alcance dos objetivos propostos. - Realização de pesquisas de satisfação e opinião com os diversos segmentos da comunidade escolar para identificar pontos de melhoria. - Monitoramento dos resultados alcançados em termos de engajamento, representatividade e inclusão na gestão da escola.

Plano de Ação Gestão de Pessoas

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Promover o envolvimento e compromisso de todos os membros da comunidade escolar com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, buscando a integração, desenvolvimento profissional contínuo, melhoria do clima organizacional, observância dos direitos e deveres, valorização e reconhecimento do trabalho escolar.
Diagnóstico	Identificação da necessidade de fortalecer a gestão de pessoas na escola, garantindo a integração e compromisso de todos os segmentos da comunidade escolar com o PPP e os princípios da educação da Comunidade de Aprendizagem.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construir o Acordo de Convivência Coletivo para orientar a gestão de pessoas na escola. 2. Integrar a gestão de pessoas ao Planejamento Estratégico da escola, reconhecendo todos os servidores como efetivos educadores. 3. Promover ações de formação para todos os grupos envolvidos na comunidade escolar.

	<p>4. Reduzir o percentual de equipes docentes oriundas de contrato, buscando profissionais permanentes na escola.</p>
Ações e Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração e construção coletiva do Acordo de Convivência Coletivo, estabelecendo direitos, deveres e valores compartilhados pela comunidade escolar. 2. Integração da gestão de pessoas ao Planejamento Estratégico da escola, garantindo a valorização de todos os servidores e reconhecendo seu papel como educadores. 3. Realização de ações de formação continuada para todos os grupos envolvidos na comunidade escolar, incluindo professores, funcionários, pais e alunos. 4. Implementação de processos de seleção e contratação que priorizem a permanência de profissionais na escola, reduzindo o uso de contratos temporários. 5. Criação de espaços de diálogo e participação para debater questões relacionadas ao ambiente de trabalho, clima organizacional e desenvolvimento profissional. 6. Promoção de atividades que valorizem e reconheçam o trabalho dos servidores, como premiações, homenagens e eventos comemorativos. 7. Estabelecimento de canais de comunicação eficientes para garantir a transparência e efetividade na gestão de pessoas.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos: Equipe gestora, professores, funcionários, pais e alunos. - Recursos materiais: Espaços físicos para realização de atividades de formação e eventos de reconhecimento. - Recursos financeiros: Orçamento destinado a ações de formação e reconhecimento dos servidores.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Gestora: Coordenação e supervisão das ações de gestão de pessoas. - Comissão responsável pela elaboração do Acordo de Convivência Coletivo. - Professores e Funcionários: Participação ativa nas atividades de formação e integração. - Pais e Alunos: Colaboração e envolvimento nas iniciativas de valorização dos servidores.

Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Janeiro a Fevereiro: Elaboração do Acordo de Convivência Coletivo. - Março a Maio: Integração da gestão de pessoas ao Planejamento Estratégico da escola. - Junho a Agosto: Realização de ações de formação continuada para os diversos grupos da comunidade escolar. - Setembro a Novembro: Implementação de processos de seleção e contratação de profissionais permanentes. - Dezembro: Avaliação e ajustes das estratégias de gestão de pessoas para o próximo ano.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação contínua do clima organizacional e do nível de comprometimento dos servidores com o PPP e os valores da escola. - Monitoramento do desenvolvimento profissional dos servidores e impacto das ações de formação. - Análise da efetividade dos processos de seleção e contratação na redução do percentual de equipes docentes oriundas de contrato. - Pesquisas de satisfação e opinião com os diferentes grupos da comunidade escolar para identificar pontos de melhoria e boas práticas.

Plano de Ação Gestão Financeira

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Garantir autonomia financeira às unidades escolares e coordenadorias regionais de ensino (CRE's) para a implementação de ações alinhadas ao projeto político-pedagógico, visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, bem como o fortalecimento da gestão participativa e democrática.
Diagnóstico	Identificação da necessidade de garantir recursos financeiros adequados e autonomia de gestão para as escolas públicas, a fim de atender às demandas específicas de cada comunidade escolar.
Metas	1. Assegurar a aplicação dos recursos do PDAF e PDDE de acordo com as necessidades identificadas pela comunidade escolar.

	<p>2. Fortalecer a gestão participativa e democrática, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar na definição das prioridades e na gestão dos recursos.</p> <p>3. Estabelecer parcerias que ampliem as possibilidades financeiras da escola, buscando emendas parlamentares e patrocínios junto a embaixadas e empresas.</p>
Ações e Estratégias	<p>1. Realizar consulta prévia à comunidade escolar para identificar as necessidades e prioridades de aplicação dos recursos do PDAF e PDDE.</p> <p>2. Estruturar uma nova dinâmica de ação ordinária para garantir a efetiva utilização dos recursos de forma transparente e responsável.</p> <p>3. Estabelecer parcerias com parlamentares para buscar emendas específicas que atendam às demandas da escola.</p> <p>4. Procurar patrocínios junto a embaixadas e empresas para a realização de ações específicas que contribuam para a melhoria da infraestrutura e das condições de ensino.</p> <p>5. Capacitar a equipe gestora e a Unidade Executora para uma gestão eficiente e transparente dos recursos do PDAF e PDDE.</p> <p>6. Promover a participação ativa dos órgãos colegiados e da comunidade escolar na definição das prioridades de aplicação dos recursos.</p>
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros do PDAF e PDDE. - Emendas parlamentares. - Patrocínios de embaixadas e empresas.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Gestora da escola. - Unidade Executora. - Parlamentares. - Embaixadas e empresas.
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Janeiro a Fevereiro: Realização de consulta à comunidade escolar para identificação das necessidades e prioridades. - Março a Abril: Estruturação da nova dinâmica de ação ordinária e capacitação da equipe gestora e da Unidade Executora. - Maio a Junho: Estabelecimento de parcerias com parlamentares e busca de emendas parlamentares. - Julho a Agosto: Procura por patrocínios junto a embaixadas e empresas.

	- Setembro a Dezembro: Implementação das ações prioritárias definidas pela comunidade escolar.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento constante da aplicação dos recursos e do cumprimento das metas estabelecidas. - Avaliação periódica da eficácia das parcerias estabelecidas. - Realização de prestação de contas transparente à comunidade escolar e aos órgãos competentes. - Análise dos resultados alcançados e identificação de pontos de melhoria para o próximo ciclo.

Plano de Ação Gestão Administrativa

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Garantir a eficiência e eficácia da gestão administrativa da escola, focando na melhoria contínua dos processos de gestão de materiais, estrutura física, patrimônio, matrículas, entre outros, para criar um ambiente favorável ao ensino-aprendizagem.
Diagnóstico	A Escola Classe Córrego do Arrozal Norte está no nível 2 de complexidade administrativa, com porte de 50 a 300 matrículas, operando em 2 turnos e ofertando até 2 etapas educacionais. No entanto, as particularidades de ser uma escola do campo e os desafios específicos enfrentados aumentam a complexidade da gestão, exigindo uma abordagem integrada e empoderada.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar a infraestrutura física da escola, incluindo a ampliação e reforma de espaços essenciais. 2. Garantir a aquisição de novos equipamentos e materiais necessários para o bom funcionamento da escola. 3. Implementar uma plataforma digital para o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos. 4. Promover a transição para softwares livres nos processos administrativos.
Ações e Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação e reforma da quadra de esportes. - Construção de novas salas de aula e espaços multifuncionais.

	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação de bancos e mesas de concreto para áreas verdes (sala de aula ecológica). - Compra de novos equipamentos para a secretaria escolar, salas de aula, brinquedoteca e sala dos professores. - Garantir internet de alta qualidade em todas as salas de aula. - Adquirir brinquedos, jogos, fantasias, palco móvel para teatro e apresentações, material de papelaria, artes e produção para apoio às aulas e oficinas. - Desenvolver e implementar uma plataforma digital para acompanhamento do desenvolvimento de cada criança. - Transição dos processos escolares para softwares livres. - Realização de palestras, oficinas, estudos e pesquisas para a formação contínua dos funcionários. - Estabelecimento de parcerias para promover eventos formativos no âmbito da escola.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros provenientes do PDAF e PDDE. - Contribuições voluntárias, doações e renda de eventos. - Parcerias com entidades públicas e privadas para patrocínios e emendas parlamentares.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Gestora (diretor, vice-diretor, supervisores, chefe de secretaria). - Unidade Executora. - Membros dos órgãos colegiados (conselhos escolares, APM, grêmios estudantis). - Comunidade Escolar.
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - Janeiro a Março: Diagnóstico detalhado das necessidades infraestruturais e de equipamentos. - Abril a Junho: Início das reformas e aquisição dos primeiros materiais prioritários. - Julho a Setembro: Implementação da plataforma digital e início da transição para softwares livres. - Outubro a Dezembro: Formação dos funcionários e finalização das reformas prioritárias.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento contínuo das ações através da plataforma digital.

	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas para avaliação do progresso das metas e ações. - Feedback da comunidade escolar para ajustes e melhorias. - Relatórios semestrais de avaliação das ações implementadas e seus impactos.
--	---

Plano de Ação do Acompanhamento do Monitoramento da Implementação do PPP

Tópico	Descrição
Objetivo Geral	Promover uma gestão integrada que unifique a avaliação, o currículo e o planejamento, visando um processo de ensino-aprendizagem mais ético e significativo na Comunidade de Aprendizagem ECCA.
Diagnóstico	A integração da avaliação com o currículo e o planejamento é essencial para criar um ambiente de aprendizado contínuo e reflexivo. A escola deve se tornar um espaço onde estudantes aprendem não apenas conteúdos, mas também atitudes e práticas organizacionais.
Metas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar a avaliação, o currículo e o planejamento de forma contínua e reflexiva. 2. Promover a autoavaliação entre profissionais da educação para melhorar as práticas pedagógicas. 3. Implementar uma avaliação institucional permanente que envolva toda a comunidade escolar.
Ações e Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer momentos permanentes de avaliação e reflexão sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP). - Utilizar instrumentos como fichas, questionários, encontros e reuniões para coletar feedback. - Promover autoavaliação entre os profissionais para identificar áreas de melhoria. - Realizar reuniões ordinárias do Conselho de Classe e Conselho Escolar. - Facilitar a participação de famílias e comunidade escolar nos processos de avaliação. - Organizar encontros temáticos e de família para discutir e avaliar o PPP.

	<ul style="list-style-type: none"> - Documentar todas as práticas, culturas e formas de agir na instituição. - Divulgar os resultados das avaliações periódicas para a comunidade escolar. - Estabelecer um cronograma claro para revisões do PPP.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros provenientes do PDAF e PDDE. - Contribuições voluntárias, doações e renda de eventos. - Parcerias com entidades públicas e privadas para patrocínios e emendas parlamentares.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Gestora (diretor, vice-diretor, supervisores, chefe de secretaria). - Unidade Executora. - Membros dos órgãos colegiados (conselhos escolares, APM, grêmios estudantis). - Comunidade Escolar.
Cronograma	<ul style="list-style-type: none"> - 08/02: Levantamento sobre situações-problema/projetos. - 10/02: Construção do cronograma de ações para a construção do PPP. - 23/02: Estudo sobre o PPP na coordenação com apontamentos para a Reunião de Pais. Montagem de Grupos de Coordenação das Ações. - 25/02: Encontro de Famílias - Diálogo com a Comunidade Escolar. - 16/03: Estruturação dos textos do PPP (Autores, revisores e organizadores). - 27/04 e 04/05: Construção de Metas/Readequação Curricular. - 14/05: Encontro de Famílias – Avaliação sobre as ações das dimensões administrativas, pedagógica, financeira e interação escola/comunidade. - 15/06: Construir cronograma de avaliação e acompanhamento do PPP no segundo semestre. Apresentação e apreciação do PPP para toda a Comunidade Escolar. - 08/07: Diálogos com a Comunidade sobre PPP da instituição e apresentação de cronograma de continuidade dos debates sobre PPP para o segundo semestre. - 03/08: Revisão e escrita final das metas de aprendizagem construídas no 1º semestre. - 13/08: Avaliação das ações do 1º semestre. - 17/08: Revisão e escrita final das metas de aprendizagem construídas no 1º semestre.

	<ul style="list-style-type: none"> - 31/08: Revisão e escrita final do diagnóstico da realidade apontada pelas discussões com a Comunidade. - 21/09: Revisão das Propostas de Trabalho e Construção do Fórum de Discussões com a Comunidade. - 21/10: Fórum de Discussões com a Comunidade, considerações finais sobre o PPP. - 25/11: Finalização do Texto do PPP 2024 com apontamentos para o PPP 2024. - 16/12: Apresentação e apreciação do PPP para toda a Comunidade Escolar.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento contínuo das ações através da plataforma digital. - Reuniões periódicas para avaliação do progresso das metas e ações. - Feedback da comunidade escolar para ajustes e melhorias. - Relatórios semestrais de avaliação das ações implementadas e seus impactos.

Planos de Ação dos Projetos Institucionais

Projeto Interventivo da ECCA
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Garantir a recuperação contínua da aprendizagem dos alunos com baixo rendimento por meio do desenvolvimento de intervenções pedagógicas diversificadas e adaptáveis, promovendo seu sucesso escolar e inclusão no processo educativo.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver intervenções pedagógicas contínuas ao longo do ano letivo para alunos com dificuldades de aprendizagem. 2. Adaptar as atividades pedagógicas para evitar padronização e repetição, promovendo o desenvolvimento individual dos alunos. 3. Envolver toda a equipe pedagógica na elaboração e realização do Projeto Interventivo. 4. Promover a flexibilização dos tempos e espaços escolares para atender às necessidades específicas dos alunos. <p>Principais Ações:</p>

1. Elaboração do PI: Planejar intervenções pedagógicas com a equipe docente e pedagógica, ajustando-as às necessidades dos alunos.
2. Implementação das Atividades: Desenvolver atividades diversificadas e adaptáveis, considerando o desenvolvimento dos alunos e os recursos disponíveis.
3. Apoio e Assessoramento: Garantir o apoio contínuo da equipe pedagógica, diretiva, orientadores educacionais, pedagogos e psicólogos na realização das intervenções.
4. Monitoramento e Avaliação: Realizar avaliações contínuas para monitorar o progresso dos alunos e ajustar as intervenções conforme necessário.

Avaliação do Projeto:

- Avaliações Contínuas: Aplicação de avaliações diagnósticas e formativas para monitorar o progresso dos alunos.
- Feedback da Equipe Pedagógica: Coleta de feedback dos professores, coordenadores e outros profissionais envolvidos no PI.
- Relatórios Periódicos: Elaboração de relatórios periódicos para documentar o progresso dos alunos e a eficácia das intervenções.
- Reuniões de Avaliação: Realização de reuniões periódicas para discutir os resultados e planejar ajustes nas estratégias de intervenção.

Recursos:

- Humanos: Professores regentes, equipe diretiva, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, pedagogos e psicólogos.
- Materiais: Material didático adaptado, recursos tecnológicos, e instalações adequadas para o desenvolvimento das atividades.
- Financeiros: Orçamento destinado à implementação do Projeto Interventivo e aquisição de materiais necessários.
- Formação Continuada: Cursos e capacitações para os profissionais envolvidos no PI, garantindo a atualização das práticas pedagógicas.

Responsáveis:

- Professor Regente: Responsável principal pela elaboração, realização e avaliação das intervenções pedagógicas.
- Equipe Diretiva e Coordenação Pedagógica: Supervisão e apoio na implementação das estratégias pedagógicas.

- Orientadores Educacionais e Psicólogos: Apoio no desenvolvimento emocional e social dos alunos.

- Equipe Pedagógica: Participação ativa na elaboração e execução das atividades do PI.

Cronograma:

- Janeiro - Fevereiro: Planejamento do PI e formação da equipe pedagógica.

- Março - Abril: Início das intervenções pedagógicas e aplicação das primeiras avaliações diagnósticas.

- Maio - Junho: Desenvolvimento contínuo das atividades e monitoramento do progresso dos alunos.

- Julho - Agosto: Avaliação intermediária do PI e ajustes nas estratégias de intervenção.

- Setembro - Outubro: Continuação das intervenções e intensificação das atividades conforme necessário.

- Novembro - Dezembro: Avaliação final do PI, análise dos resultados e planejamento para o próximo ano letivo.

Projeto de Reagrupamento Intra e Extraclasse

Objetivo Geral:

Promover a aprendizagem eficaz e o desenvolvimento social dos alunos por meio da formação de pequenos grupos para intervenções pedagógicas específicas, baseadas em avaliações diagnósticas e na consideração da subjetividade e socialização das crianças.

Objetivos Específicos:

1. Identificar alunos que necessitam de intervenções pedagógicas específicas por meio de avaliações diagnósticas.
2. Formar pequenos grupos de alunos para reagrupamentos intra e extraclasse.
3. Considerar a subjetividade e o processo de socialização das crianças na formação dos grupos.
4. Implementar estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades dos grupos formados.

Principais Ações:

1. Avaliações Diagnósticas: Realizar avaliações diagnósticas periódicas para identificar as necessidades individuais dos alunos.
2. Formação de Grupos: Agrupar alunos com base nas avaliações, considerando a subjetividade e socialização de cada criança.

3. Intervenções Pedagógicas: Desenvolver e aplicar estratégias pedagógicas específicas para os grupos formados, focando nas necessidades identificadas.

4. Monitoramento e Ajustes: Monitorar continuamente o progresso dos alunos nos grupos e ajustar as intervenções conforme necessário.

Avaliação do Projeto:

- Avaliações Periódicas: Realizar avaliações formativas e diagnósticas contínuas para monitorar o progresso dos alunos.

- Feedback dos Alunos e Professores: Coletar feedback regularmente para avaliar a aceitação e eficácia dos reagrupamentos e intervenções.

- Relatórios de Progresso: Elaborar relatórios de progresso para analisar os resultados das intervenções pedagógicas.

- Reuniões de Avaliação: Realizar reuniões periódicas com a equipe pedagógica para discutir os avanços e ajustar as estratégias conforme necessário.

Recursos Humanos:

Professores regentes, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e psicólogos.

- Materiais: Recursos didáticos adaptados, tecnologia educacional e instalações adequadas para os reagrupamentos.

- Financeiros: Orçamento específico para a implementação das estratégias pedagógicas.

- Formação Continuada: Capacitação e desenvolvimento profissional para a equipe envolvida nas intervenções.

Responsáveis:

- Professor Regente: Responsável principal pela implementação das intervenções pedagógicas e monitoramento do progresso dos alunos.

- Coordenadores Pedagógicos: Supervisão e apoio na execução das estratégias pedagógicas.

- Orientadores Educacionais e Psicólogos: Apoio no desenvolvimento emocional e social dos alunos, facilitando sua adaptação aos novos grupos.

Cronograma:

- Janeiro - Fevereiro: Planejamento das avaliações diagnósticas e mapeamento dos

alunos; formação inicial da equipe.

- Março - Abril: Realização das avaliações diagnósticas, formação dos grupos intra e extraclasse e início das intervenções pedagógicas.
- Maio - Junho: Implementação das estratégias pedagógicas e monitoramento contínuo do progresso dos alunos.
- Julho - Agosto: Avaliação intermediária do projeto e ajustes nas estratégias conforme necessário.
- Setembro - Outubro: Continuação das intervenções pedagógicas e intensificação das atividades conforme o progresso dos alunos.
- Novembro - Dezembro: Avaliação final do projeto, análise dos resultados e planejamento para o próximo ano letivo.

Programa SuperAção

Objetivo Geral

Fortalecer a capacidade da escola de atender às necessidades educacionais dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano por meio da integração do Programa SuperAção, promovendo uma jornada educacional significativa e bem-sucedida.

Objetivos Específicos:

1. Implementar o Programa SuperAção na política pedagógica da escola para apoiar alunos em situação de incompatibilidade idade/ano.
2. Promover uma jornada educacional que atenda às necessidades específicas dos alunos, garantindo seu desenvolvimento acadêmico e social.
3. Integrar as estratégias do Programa SuperAção com as abordagens educacionais da escola para maximizar os resultados educacionais.
4. Monitorar e avaliar continuamente a eficácia do Programa SuperAção na melhoria do desempenho dos alunos.

Principais Ações:

1. Planejamento e Implementação: Desenvolver um plano detalhado para a implementação do Programa SuperAção na escola.
2. Formação e Capacitação: Oferecer formação e capacitação contínua para os professores e a equipe pedagógica sobre as metodologias do Programa SuperAção.
3. Intervenções Pedagógicas: Aplicar intervenções pedagógicas específicas para alunos

em situação de incompatibilidade idade/ano, alinhadas com as diretrizes do Programa SuperAção.

4. Apoio e Suporte: Prover apoio contínuo aos alunos e suas famílias, garantindo uma adaptação eficaz ao programa.

5. Monitoramento e Avaliação: Monitorar regularmente o progresso dos alunos e avaliar a eficácia do programa, ajustando as estratégias conforme necessário.

Avaliação do Projeto:

- Avaliações Contínuas: Realizar avaliações diagnósticas e formativas para monitorar o progresso dos alunos envolvidos no Programa SuperAção.

- Feedback da Comunidade Escolar: Coletar feedback dos alunos, pais e professores sobre a implementação e impacto do programa.

- Relatórios de Progresso: Elaborar relatórios periódicos documentando o progresso dos alunos e a eficácia do programa.

- Reuniões de Avaliação: Realizar reuniões regulares com a equipe pedagógica para discutir os resultados e planejar melhorias no programa.

Recursos:

- Humanos: Professores regentes, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, psicólogos e especialistas do Programa SuperAção.

- Materiais: Recursos didáticos específicos do Programa SuperAção, tecnologia educacional e materiais de apoio pedagógico.

- Financeiros: Orçamento destinado à implementação e manutenção do Programa SuperAção.

- Formação Continuada: Capacitações regulares para a equipe pedagógica sobre as melhores práticas e metodologias do programa.

Responsáveis:

- Equipe Diretiva: Supervisiona a integração do Programa SuperAção na política pedagógica da escola.

- Coordenadores Pedagógicos: Coordenam a implementação das estratégias pedagógicas do programa.

- Professores Regentes: Implementam as intervenções pedagógicas específicas e monitoram o progresso dos alunos.

- Especialistas do Programa SuperAção: Fornecem suporte técnico e metodológico para a implementação do programa.

Cronograma:

- Janeiro - Fevereiro: Planejamento e formação inicial da equipe sobre o Programa SuperAção.
- Março - Abril: Início da implementação do programa e aplicação das primeiras intervenções pedagógicas.
- Maio - Junho: Monitoramento contínuo do progresso dos alunos e ajustes iniciais nas estratégias.
- Julho - Agosto: Avaliação intermediária do programa e capacitação adicional da equipe.
- Setembro - Outubro: Continuação das intervenções pedagógicas e intensificação das atividades do programa.
- Novembro - Dezembro: Avaliação final do programa, análise dos resultados e planejamento para o próximo ano letivo.

Educação Integral Em Tempo Integral

Objetivo Geral:

Promover o acesso e a permanência dos alunos na escola pelo maior tempo possível, pleiteando progressivamente a ampliação do atendimento a estudantes na Educação Integral em tempo integral do ensino fundamental, com o intuito de enfrentar as desigualdades educacionais e sociais.

Objetivos Específicos:

1. Ampliação do Atendimento: Pleitear junto à Secretaria de Estado de Educação a ampliação do atendimento de estudantes na Educação Integral em tempo integral.
2. Estrutura Física e Pessoal: Mobilizar a escola, comunidade, parceiros e poder público para construir a estrutura física necessária e ampliar o quantitativo de pessoal.
3. Formação Integral: Considerar o ser humano em sua totalidade, reconhecendo a diversidade de suas dimensões e proporcionando uma formação que abrace todas as suas características.
4. Inclusão Social: Enfrentar as desigualdades sociais e invisibilidade da pobreza, garantindo a permanência e sucesso escolar dos estudantes de classes populares.
5. Educação Cidadã: Desenvolver o educando para o exercício da cidadania, assegurando

uma formação comum indispensável para seu progresso no trabalho e em estudos posteriores.

Principais Ações:

1. Diagnóstico e Planejamento: Realizar um diagnóstico das necessidades estruturais e de pessoal para implementação da Educação Integral em tempo integral.
2. Mobilização de Recursos: Mobilizar a comunidade escolar e parceiros para obter os recursos necessários para a ampliação da estrutura física e do corpo docente.
3. Formação de Professores: Capacitar os professores para lidar com a diversidade de experiências e vivências pessoais dos alunos e para utilizar metodologias que promovam a resolução de problemas e o domínio da palavra escrita.
4. Intervenções Pedagógicas: Implementar intervenções pedagógicas específicas para alunos com baixo desempenho escolar, focando nas necessidades objetivas e subjetivas dos estudantes.
5. Monitoramento e Avaliação: Monitorar e avaliar continuamente o progresso dos alunos, ajustando as estratégias pedagógicas conforme necessário.

Avaliação do Projeto:

- Avaliações Diagnósticas: Aplicar avaliações diagnósticas regulares para identificar as necessidades dos alunos e ajustar as intervenções pedagógicas.
- Feedback da Comunidade: Coletar feedback dos alunos, pais e professores sobre a eficácia das estratégias implementadas.
- Relatórios de Progresso: Elaborar relatórios periódicos documentando o progresso dos alunos e a eficácia do projeto.
- Reuniões de Avaliação: Realizar reuniões periódicas com a equipe pedagógica para discutir os resultados e planejar melhorias no projeto.

Recursos:

- Humanos: Professores regentes, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, psicólogos, especialistas do Programa SuperAção e voluntários da comunidade.
- Materiais: Recursos didáticos específicos, tecnologia educacional, materiais de apoio pedagógico, infraestrutura adequada.
- Financeiros: Orçamento destinado à implementação e manutenção do Projeto Dente de

Leão e à construção de infraestrutura adicional.

- Formação Continuada: Capacitações regulares para a equipe pedagógica sobre abordagens inclusivas e metodologias eficazes.

Responsáveis:

- Equipe Diretiva: Supervisiona a implementação do Projeto Dente de Leão na política pedagógica da escola.
- Coordenadores Pedagógicos: Coordenam as estratégias pedagógicas e intervenções específicas do projeto.
- Professores Regentes: Implementam as intervenções pedagógicas e monitoram o progresso dos alunos.
- Especialistas do Programa SuperAção: Fornecem suporte técnico e metodológico para a implementação do projeto.
- Comunidade e Parceiros: Apoiam na mobilização de recursos e na construção da estrutura física necessária.

Cronograma:

- Janeiro - Fevereiro: Diagnóstico das necessidades estruturais e de pessoal; planejamento das ações iniciais.
- Março - Abril: Início da mobilização de recursos e capacitação inicial da equipe pedagógica.
- Maio - Junho: Implementação das primeiras intervenções pedagógicas e monitoramento inicial.
- Julho - Agosto: Avaliação intermediária do progresso dos alunos e ajustes nas estratégias.
- Setembro - Outubro: Continuação das intervenções pedagógicas e intensificação das atividades do projeto.
- Novembro - Dezembro: Avaliação final do projeto, análise dos resultados e planejamento para o próximo ano letivo.

22. Anexos

Carta: As lembranças de uma professora pioneira

Nilma de Castro Lopes

“A Escola Classe Córrego do Arrozal foi criada por meio da Portaria nº 09, de 09 de janeiro de 2002. Entre os anos de 1994 e 1998, a escola funcionou em uma igreja no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, com apenas uma sala de aula. O nome da escola por sua vez, relaciona-se com as plantações de arroz que antigamente existiam à beira do córrego de mesmo nome. Sua origem remonta a meados da década de 1990. Com o crescimento populacional local, fez-se necessário ampliar esse atendimento. Sendo assim, entre 1999 e 2001, passou a funcionar na associação comunitária local, utilizando três salas de aula nos turnos matutino e vespertino, ofertando da Educação Infantil à 4ª série do Ensino Fundamental. Nesse período, de forma administrativa, a escola era anexo da Escola Classe Brochado da Rocha. Em 2002, após doação de terreno da EMBRAPA, foi fundada a EC Córrego do Arrozal, com sede na BR 020 km 13/14, Núcleo Rural Córrego do Arrozal, Sobradinho – DF.

Entre os anos de 2002 e 2007, a escola esteve ofertando: Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Tiveram, nesse período de 2002 até 2006, algumas gestões, como: Júnior e Eliane. Entre 2007 e 2009, a escola teve como gestora a professora Anemauro, que infelizmente faleceu em 2009, interrompendo assim todo um trabalho de excelência. Dentre as suas realizações está a implantação da “Educação Integral”, para todos os estudantes. Foi um grande marco, pois atendeu à vários anseios das famílias, por serem uma comunidade carente.

No período de 2010 a 2019, a escola passou por grandes mudanças, tendo como gestora a professora Joliene.

Em 2011, a escola deixou de ofertar Educação Infantil, devido a reorganização de atendimento. Assim, passou a atender apenas o Ensino Fundamental de 09 anos – 1º ano a 4ª série. No mesmo ano, a escola contava com uma Sala de Recurso Generalista que atendia os estudantes diagnosticados, Biblioteca e Laboratório de Informática, que foram reformados em parceria com a Rede Gasol e inaugurados em 19 de maio de 2011.

Entre os anos de 2012 e 2013, o prédio escolar passou a ser compartilhado com a EC Brochado da Rocha, que estava em reforma. Em 2013, a escola foi vencedora do Prêmio Gestão Escolar, concurso anual realizado pelo CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, que teve como objetivo valorizar e motivar as escolas públicas no desenvolvimento de uma gestão democrática de qualidade.

Nos anos de 2015 e 2016, o atendimento na Educação Integral foi alterado, passando a ser apenas para as turmas de 3º, 4º e 5º Anos.

A partir de 2017, retorna-se a oferta de Educação Infantil e suspende-se o 8 atendimento de Educação Integral por falta de espaço físico. Chega-se a configuração atual desta unidade que passa a oferecer vagas distribuídas da seguinte forma: 1º e 2º Período da Educação Infantil e o 2º Bloco no turno matutino e 1º e 2º Período da Educação Infantil e o 1º Bloco no vespertino.

Em 2018, a EC. Córrego do Arrozal fez parte do projeto Parceria pela Valorização da Educação- PVE, executado pelo Instituto Votorantim, que tinha por objetivo contribuir para a melhoria da educação pública nas cidades em que a empresa tem operações.

Em 2019, passamos a fazer parte do projeto Escola que Queremos, uma das bandeiras implantadas pela SEEDF que visava a melhoria da educação pública em vários aspectos, como gestão e inovação, e melhora dos índices de avaliação da educação tanto no âmbito distrital, quanto nacional. Tivemos também, nesse ano, a construção da quadra poliesportiva da escola, obra realizada com recursos destinados de parceria entre Ministério Público da União

e Associação de Moradores da Comunidade Córrego do Arrozal, que se tornou uma grande conquista para a escola e a comunidade, já que o seu uso se faz para todos.

No período de 2020 e 2021, tivemos a finalização de uma gestão de quase 10 anos, cheio de conquistas e marcos que fizeram dessa escola um lugar feliz de estar.

No ano de 2022, iniciou-se um período de muitos desafios, um período marcado de reconstruções, de resgate de identidade, de esperança, coisas que se perderam pelas sequelas de uma pandemia que assolou o mundo inteiro. Pode se dizer que foi o período que a escola mais precisou de um gestor que realmente quisesse ser um gestor, na verdade, mais que um gestor, talvez uma espécie de super homem, como dizem as crianças, ou se não, uma supergirl. Córrego do arrozal...na verdade se diz: núcleo rural córrego do arrozal. Porque se faz necessário dizer: "núcleo rural"??? Até então, uma expressão que em muitas mentes que se deixam levar pelos preconceitos sociais, pelo status, pelo orgulho, escondem as suas origens, escondem valores que até então fariam valer características tão suntuosas, tão magníficas, que determinaria a sua essência, a essência de um povo livre, de uma terra livre, o que se resume uma liberdade de defender o que é de tão básico, tão necessário para o homem do campo: garantir a sua própria sustentabilidade. São nesses pressupostos, que tudo se teve início à um registro mais pontual, mas de forma bem simples e modesta, sem deixar de lado aquilo que tem mais importância, que é de maior relevância: as pessoas que vivem aqui nessa localidade e a ligação que estas tem com um elo extremamente importante na vida delas: a escola classe córrego do arrozal, sendo a única instituição de referência, humanizada, capaz de valorizar cada pessoa dessa comunidade, lembrando à cada um o seu potencial como indivíduo em construção, capaz de fazer progresso, partindo da base inicial: a estrutura social, econômica de onde vive, sem discriminar as suas características, mas encarando como uma base para alcançar outros alvos na vida.

A comunidade Córrego do arrozal é uma comunidade diversificada, em vários sentidos: econômicos, sociais, culturais, sendo estas que acabam envolvendo ideais que determinam a forma de valorizar ou não o lugar em que vive. Em resultado à essa diversidade, podemos chegar à conclusão que há uns anos atrás, essa comunidade sempre passou por rodízios de moradores, onde a sua permanência se valia de acordo com as necessidades econômicas, pois até então, não havia uma escola com estruturas que pudesse garantir uma base ideal para que tais indivíduos pudessem ter uma esperança de mudanças significativas e que pudessem contribuir para uma nova concepção de vida.

Mas, tudo mudou, quando em 2001, após a doação de um terreno da Embrapa, foi fundada a escola classe córrego do arrozal. Tal instituição tornou-se o único elo entre o governo e a comunidade, onde as suas necessidades se fazem ouvidas, através de uma escuta sensível e humanizada. É dentro desse ambiente que tudo começou: novos horizontes surgiram, novas expectativas foram criadas, tabus foram destruídos... surgiu uma fonte de inspiração para pequenos e aqueles um pouco maiores, crianças que passaram a traçar o seu caminho, sem ter a vergonha de sua origem, sem ter a vergonha de dizer quando perguntam o seu endereço de moradia:..."eu moro no córrego do arrozal..." eu estudo na escola classe córrego do arrozal...", " eu pertenço à comunidade do córrego do arrozal".

Ao longo desse período, especificamente há 22 anos de existência dessa escola, muitos relacionamentos foram construídos para toda a vida; muitos preparos foram feitos para proporcionar às crianças pequenas, oportunidade de crescerem e tornarem pessoas melhores, aptas para enfrentar um mundo, cheio de desafios, fora dos muros dessa instituição que acolheu, aconchegou e cuidou, nos mais ternos braços preparados de profissionais capacitados. Essa escola é realmente uma fonte de inspiração!!! muitas vidas foram impulsionadas a seguirem

carreiras lá fora, isso falando em vidas profissionais, mas e o que dizer naquilo que mais engrandece o ser humano, que tem haver com formação de caráter, que habilita essas pessoas a enfrentarem situações na vida, que dependendo de suas atitudes, conseguem provar que tudo isso não foi do nada, mas de um conjunto de fatores que envolveu tanto estrutura física, como humanas, provindas de uma escola com princípios básicos: preparar pessoas de caráter para viver em um mundo com suas diversidades, respeitando e valorizando o que é de mais importância na vida: o ser humano!!!

Poderíamos aqui falar, falar, falar de todos os feitos que essa instituição realizou aos longos desses anos, mas a marca que ela deixou e que permanecerá para sempre em nossos corações é o que ela nos representa: “

“Escola córrego do arrozal é a nossa inspiração de vida”

ROTEIRO/PLANEJAMENTO - 2024
FEVEREIRO

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
				01	02	03
04	05	06	07 Apresentação dos Professores	08 Programação U.E	09 Programação U.E	10
11	12 RECESSO	13 FERIADO	14 RECESSO	15 Programação U.E	16 Programação U.E	17
SEMANA DE ACOLHIDA						
18	19 ★ Início da Aulas Início do 1º Bimestre	20	21	22	23	24
25	26	27 Entrega dos livros didáticos. Coordenação Coletiva: Organização do Planejamento Anual	28	29 Semana de avaliação Bloco I TESTE DA PSICOGÊNESE		

		Calendário Escolar 2024		Bloco II Mapeamento Ortográfico		
--	--	----------------------------	--	---------------------------------------	--	--

MARÇO


DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
					01 Semana de avaliação Bloco I TESTE DA PSICOGÊNESE Bloco II Mapeamento Ortográfico Reunião de Coordenadores na CRE	02
SEMANA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA						
03	04 Semana de Testes Psicogenéticos	05 AÇÃO FLOR DO CERRADO	06	07	08 Dia Internacional da Mulher	09

		"Tudo Bem ser Diferente".				
10	11	12 Início do Reagrupamento: A Joaninha Diferente	13 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL INSTITUCIONAL PORTUGUÊS / MATEMÁTICA	14	15 1ª REUNIÃO DE FAMÍLIAS ABERTURA	16
17	SEMANA DA ÁGUA					23
	18	19	20 Paralisação dos Professores	21	22	
24	25	26	27 SESC NO CAMPO Entrega das Adequações Curriculares	28 DIA LETIVO MÓVEL	29 FERIADO Sexta-feira Santa	30


ABRIL

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
---------	---------	-------	--------	--------	-------	--------

31/03	01	02	03 FORMAÇÃO SOBRE INVENTÁRIO PROFºS E COORDENADORES (CRESO)	04	05 TRIBO FUNIÔ	06
07	08	09	10	11 SEMANA DE AVALIAÇÃO	12 EAP - Encontro de Articulação Pedagógica O SEAA no Campo Formação: Inventário Avaliação	13
	15	16	17 DIA DO CAMPO	18	19	
14	Apresentação Teatral DIVAL / SPBC Vai à Escola		SEMANA DE PRODUÇÃO DOS RAV'S		20	

21 FERIADO	22 ENTREGA DOS RAV'S Projeto – Capoeira e Resiliência	23	24 Conselho de Classe 1º BIMESTRE	25 CONTAÇÃO DE ESTÓRIA DIA DO LIVRO ANDREA	26	27
28  Dia do ESV	29 FINAL DO 1º BIMESTRE PROJETO – Concertos Didáticos	30 Entrega das Adequações Curriculares do 2º Bimestre.				

MAIO

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
			01 FERIADO Dia do Trabalhador	02 ABERTURA DO PROJETO CULTURA DE PAZ 4º e 5º ANO 	03	04 REUNIÃO DE FAMÍLIAS 1º BIMESTRE


05	SEMANA DE EDUCAÇÃO PARA A VIDA					
	2ª Ação SBPC Visitação ao Insetário UNB	07	COLETIVA: Diagnostico Tecnológico (SWOT) Sebrae. DISCUTIR CRONOGRAMA DE MAI/JUN	09  2º ENCONTRO CULTURA DE PAZ 4 e 5 ANOS	10	11
12	13	14	15 FORMAÇÃO PROJETO ZIPPY (BIA)	16  3º ENCONTRO CULTURA DE PAZ 4º e 5º ANO (O.E)	17	18 DIA DO COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
19	SEMANA DO BRINCAR					
	DIA DO PEDAGOGO 3ª Ação SBPC Visitação ao SESI LAB	21	22 ABERTURA PROJETO ZIPPY (BIA)	23  ENCERRAMENTO CULTURA DE PAZ 4ºe 5º ANO	24	25
26	27	28	29	30 FERIADO CORPUS CHRISTI	31 DIA LETIVO MÓVEL	

JUNHO

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
						01
02	03 DIA NACIONAL DA ED. AMBIENTAL	04	05	06	07 Visita da Escritora Regina Mendes	08
09	10	11	12 Formação para os professores. Gina Vieira Pontes	13	14	15
16	17	18	19	20	21 PRODUÇÃO DOS RAV'S	22
23/30	24	25	26 FORMAÇÃO PARA A ED. INFANTIL CONSELHO DE CLASSE	27	28	29

			2º BIMESTRE			
--	--	--	-------------	--	--	--

JULHO

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	01 ENTREGA DE RAV'S	02	03	04	05	06 REUNIÃO DE FAMÍLIAS DO 2º BIMESTRE
07	08 DIA LETIVO MÓVEL	09 DIA LETIVO MÓVEL	10 DIA LETIVO MÓVEL FINAL DO 2º BIMESTRE 	11 RECESSO	12 RECESSO	13 RECESSO
14 RECESSO	15 RECESSO	16 RECESSO	17 RECESSO	18 RECESSO	19 RECESSO	20 RECESSO

21 RECESSO	22 RECESSO	23 RECESSO	24 RECESSO	25 RECESSO	26 RECESSO	27 RECESSO
28 RECESSO	29	30	31			

AGOSTO

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
				SEMANA DISTRIITAL DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
				01	02	03
04	05	06	07 Entrega das Adequações Curriculares do 3º Bimestre	08	09	10

11 DIA DO ESTUDANTE	12	13	14 Formação - Adequação Curricular (Devaneide)	15	16	17 DIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL
18	19	20	21 ESTUDO DE CASO	22	23	24
25 DIA DIST ED. INF	SEMANA DISTRITAL DA EDUCAÇÃO DE COMBATE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER					31
	26	27	28	29	30	

SETEMBRO

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
01	02	03	04	SEMANA DO CERRADO		
				05	06	07

08	SEMANA DO CERRADO					14 FESTEJA ARROZAL: TEMA FLOWERS PASSARINHAS AO VOO.
	09	10	11	12	13	
	SEMANA DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS					Dia Nacional da luta das Pessoas com Deficiência
15	16	17	18	19 Dia do Patrono da Educação Paulo Freire	20	21
	ORGANIZAÇÃO DA SEMANA DA CRIANÇA					
	SEMANA DE AVALIAÇÃO E ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES					
	SEMANA DE PRODUÇÃO DOS RAV'S			26	27	28
29	DIA DO SECRETÁRIO 30					

OUTUBRO

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
			SEMANA DA CRIANÇA			
		01	02 FORMAÇÃO PARA A ED. INFANTIL	03	↓ FINAL DO 3º BIMESTRE	05
			SEMANA DE PRODUÇÃO DE RAV'S			FERIADO
06	07	08	09	10	11	DIA DAS CRIANÇAS 12
13	14 RECESSO	15 DIA DO PROFESSOR	16 CONSELHO DE CLASSE 3º BIMESTRE (coleta de dados modulação). SEMANA	17	18 ENTREGA DOS RAV'S.	19
			SEMANA NACIONAL DO LIVRO E DA BIBLIOTECA			
20	21	22	23	24 Visita do Escritor Simão de Miranda	25 REUNIÃO DE FAMÍLIAS DO 3º BIMESTRE	26

27	28	29	30 DIA DO MERENDEIRO	31		
	SEMANA DISTRITAL DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL					
			Avaliação Institucional Final			

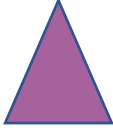

NOVEMBRO

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
					01	02 FERIADO
03	04	05	06	07	08 FEST LIVRO	09

10	SEMANA E ANÁLISES DAS AVALIAÇÃO					16
	11 Dia de Luta Contra a Medicalização	12 DIA DO GESTOR	13	14	15 FERIADO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	
17	18	19	20 DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA FERIADO	21 ENCERRAMENTO PROJETO ZIPPY	22 ÚLTIMO DIA PARA ENTREGA DOS RAVS	23 DIA DO COMBATE À DENGUE
24	SEMANA DE PRODUÇÃO DE RAV'S					30 FERIADO
	25	26	27	28	29	

DEZEMBRO

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
---------	---------	-------	--------	--------	-------	--------

01	02	ORGANIZAÇÃO DO ENCERRAMENTO			06	07
		03	04 DIA DO ORIENTADOR CONSELHO DE CLASSE 4º BIMESTRE	05		
08	09 REUNIÃO DE FAMÍLIAS	10	11	12	13	14
	ORGANIZAÇÃO DA FORMATURA					
15	16  Distribuição de Turmas	17 FORMATURA	18 EXP. ADM	19 	20 PROVAS FINAIS	21 RECESSO
23 RECESSO	24 RECESSO	25 RECESSO	26 RECESSO	27 RECESSO	28 RECESSO	29 RECESSO
30 RECESSO	31 RECESSO					

DIAS LETIVOS		
1	28/03/2024	NÃO ADESÃO
2	31/05/2024	04/05 REPOR COM REUNIÃO DE PAIS 1º BIMESTRE
3	08/07/2024	NÃO ADESÃO
4	09/07/2024	NÃO ADESÃO
5	10/07/2024	06/07 (EXTRA OFFICIUM REPOR EM 10/08 OU 24/08)

REUNIÃO DE FAMÍLIAS	
REUNIÃO DE ABERTURA	
1º BIMESTRE	04/05
2º BIMESTRE	06/07
3º BIMESTRE	25/10
4º BIMESTRE	09/12

CONSELHO DE CLASSE	
1º BIMESTRE	24/04
2º BIMESTRE	26/06

3º BIMESTRE	16/10
4º BIMESTRE	04/12

SEMANA DE AVALIAÇÕES	
1º BIMESTRE	10, 11 e 12/04
2º BIMESTRE	03 A 07/06
3º BIMESTRE	23 A 27/09
4º BIMESTRE	11 A 14/11

SEMANA DE PRODUÇÕES DE RAV'S	
1º BIMESTRE	15 A 19/04
2º BIMESTRE	24 A 28/06
3º BIMESTRE	07 A 11/10
4º BIMESTRE	18 A 22/11

AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS	
INICIAL	13/03
FINAL	30/10

CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS

1º SEMESTRE

MÊS	SEMANAS/ DATAS TEMÁTICAS	PROJETOS	SEMANAS ROTINA PEDAGÓGICA	AULAS EXTERNAS OU EVENTOS NA ESCOLA	ENCONTRO FAMÍLIAS	SECRETARIA INFORMAÇÕES DOCENTES
FEVEREIRO.		19 a 23/02 Semana de Acolhida.	27/02 Entrega dos Livros Didáticos. 29/02 a 04/03 Semana de Avaliações Psicogenéticas.			1º Bimestre: 19/02 a 29/04 (50 dias).

MARÇO.	<p>04 a 08/03</p> <p>Semana Distrital da Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Especiais (Lei Distrital nº 5.714/2016).</p>	<p>04 a 26/03</p> <p>SESC NO CAMPO</p> <p>Saúde Bucal SESC.</p>	<p>13/03</p> <p>Avaliação Diagnostica Institucional Inicial (Port/Mat).</p>	<p>27/03</p> <p>Sesc no Campo.</p>	<p>15/03</p> <p>1ª Reunião de Famílias</p> <p>Reunião de Abertura.</p>	
	<p>18 a 23/03</p> <p>Semana da Conscientização do Uso da Água nas UE/SEEDF (Lei Distrital nº 5.243/2013).</p>	<p>08/03</p> <p>Março Mulher.</p>	<p>27/03</p> <p>Abertura do Programa de Ed. Integral em Tempo Integral.</p>	<p>27/03</p> <p>Entrega das Adequações Curriculares do 1º Bimestre.</p>		

ABRIL	17/04 Dia do Campo (Portaria nº 419/2018).	10/04 Conselho de Classe Participativo.	03/04 Formação Construção do Inventário (CRESO).	05/04 TRIBO FUNIÔ.	2º Bimestre: 30/04 a 10/07 (50 dias).
	21/04 Feriado – Aniversário de Brasília.	15/04 SPBC Vai à Escola. 1ª Ação: Apresentação Teatral	10/04 Conselho de Classe Participativo. (Sem estudantes)	15/04 SPBC Vai à Escola. 1ª Ação: Apresentação Teatral	
	24/04 Dia de Formação para a Educação Infantil.	DIVAL.	10, 11 e 12/04 Semana de Avaliação.	DIVAL.	
	28/04 Dia do Educador Social Voluntário - ESV (Lei nº 6.871/2021).	22/04 Projeto Capoeira e Resiliência	12/04 EAP – Encontro de Articulação Pedagógica. O SEAA no Campo.	22/04 Projeto Capoeira e Resiliência (Matutino / Vespertino).	
		29/04 Concertos Didáticos	15 a 22/04 Semana de Produção de RAV's.	29/04 Concertos Didáticos	
			24/04 Conselho de Classe 1º Bimestre.		

			<p>25/04</p> <p>Contaçon de Estória – Dia do Livro.</p> <p>30/04</p> <p>Entrega das Adequações Curriculares 2º bimestre.</p>			
--	--	--	--	--	--	--

MAIO	01/05 Feriado - Dia do Trabalhador.	02/05 Projeto Cultura de Paz - 4º e 5º ano.	02/05 Abertura do Projeto Cultura de Paz - 4º e 5º ano (Flor do Cerrado e O.E).	06/05 2ª Ação SBPC Visitação ao Insetário – UNB.	04/05 Reunião de Famílias 1º bimestre.	31/05 Dia Letivo Móvel
	06 a 10/05 Semana da Educação Para a Vida (Lei Federal nº 11.998/2009).	06/05 SBPC vai à Escola.	06/05 2ª Ação SBPC Visitação ao Insetário – UNB.	20/05 3ª Ação SBPC Visitação ao SESI LAB		
	18/05 Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual e Adolescentes (Lei Federal nº 9.970/2012).	08/05 Projeto Educação Empreendedora (SEBRAE).	08/05 Coletiva com aplicação de matriz SWOT – SEBRAE.			
	20/05 Dia do Pedagogo (Lei Federal nº 13.083/2015).	15/05 Projeto Zippy (BIA) – Formação dos Professores.	09/05 2º ENCONTRO CULTURA DE PAZ 4º e 5º ANO (O.E).			
	20 a 24/05 Semana do Brincar (Lei Distrital nº 13.257/2016).	22/05 Abertura do Projeto Zippy.	15/05 Formação de Professores Projeto Zippy (Bia).			
	30/04 Feriado – Corpus Christi.		16/05			

			<p>3º ENCONTRO CULTURA DE PAZ 4º e 5º ANO (O.E).</p> <p>20/05</p> <p>3ª Ação SBPC</p> <p>Visitação ao SESI LAB</p> <p>22/05</p> <p>Abertura do Projeto Zippy.</p> <p>23/05</p> <p>Encerramento Cultura de Paz 4º e 5º ano.</p>			
--	--	--	---	--	--	--

JUNHO	<p>03/06</p> <p>Dia Nacional da Educação Ambiental (Lei Federal nº 12.633/2012).</p>		<p>03 a 07/06</p> <p>Semana de Avaliação.</p>			
	<p>19/06</p> <p>Dia de Formação para a Educação Infantil.</p>		<p>07/06</p> <p>Visita da Escritora Regina Mendes</p> <p>10 a 14/06</p> <p>Semana de Análise das Avaliações.</p> <p>12/06</p> <p>Formação para os professores – Gina Vieira Pontes</p> <p>21/06 a 01/07</p> <p>Semana de Produção dos Rav`s.</p> <p>26/06</p> <p>Conselho de Classe 2º Bimestre.</p>			
2º SEMESTRE						

JULHO					06/07 Reunião de Famílias 2º bimestre.	3º Bimestre: 29/07 a 04/10 (50 dias). 08, 09 e 10/07 Dias Letivos Móveis
-------	--	--	--	--	---	---

AGOSTO	<p>01 a 04/08</p> <p>Semana Distrital do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Distrital nº 6.846/2021).</p>		<p>07/08</p> <p>Entrega das Adequações Curriculares 3º bimestre</p>			
	<p>10/08</p> <p>Dia de Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Distrito Federal (Lei Distrital nº 6.502/2020).</p>		<p>14/08</p> <p>Formação – Adequação Curricular (Devaneide)</p>			
	<p>11/08</p> <p>Dia do Estudante.</p>		<p>21/08</p> <p>Estudo de Casos.</p>			
	<p>17/08</p> <p>Dia do Patrimônio Cultural (Lei Distrital nº 5.080/2013).</p>					
	<p>25/08</p> <p>Dia Distrital da Educação Infantil (Lei Distrital nº 4.681/2011).</p>					
	<p>26 a 30/08</p> <p>Semana Distrital da Educação Infantil (Lei Distrital nº 4.681/2011)</p>					

	26 a 30/08 Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher (Lei Federal nº 14.164/2021).					
--	--	--	--	--	--	--

SETEMBRO	05 a 11/09 Semana do Cerrado (Lei Distrital nº 7.053/2022).	14/09 Festeja Arrozal	23 a 27/09 Semana de Avaliação e Análise das Avaliações.	14/09 Festeja Arrozal (Flowers Passarinhar ao voo).		
	16 a 21/09 Semana de Prevenção ao Uso de Drogas no DF (Lei Distrital nº 1.433/1997).					
	19/09 Dia do Patrono da Educação - Paulo Freire (Lei Federal nº 12.612/2012).					
	21/09 Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (Lei Federal nº 11.133/2005).					
	30/09 Dia do Secretário.					

OUTUBRO	02/10 Dia de Formação para a Educação Infantil.	30/09 a 04/10 Semana da Criança.	07 a 18/10 Produção dos RAV's .		25/10 Reunião de Famílias 3º bimestre.	4º Bimestre: 07/10 a 19/12 (50 dias).
	12/10 Dia das crianças		16/10 Conselho de Classe do 3º Bimestre			
	15/10 Dia do Professor (Decreto nº 52.682/1963).		23/10 Conselho de Classe 3º Bimestre (Coleta de Dados para modulação 2025).			
	23 a 29/10 Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Decreto nº 84.631/1980).		24/10 Visita do Escritor Simão de Miranda.			
	28/10 a 01/11 Semana Distrital da Orientação Profissional / 1º Emprego (Lei Distrital nº 5.953/2017).		30/10 Avaliação Institucional Final			
	30/10 Dia do Merendeiro Escolar.					

NOVEMBRO	02/11 Feriado - Finados	08/11 Fest Livro	11 a 14/11 Semana de Avaliação e Analise das Avaliações.			
	11/11 Dia de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade (Lei Distrital nº 5.933/2017).		18 a 22/11 Semana de Produção dos Rav`s.			
	12/11 Dia Distrital do Gestor Escolar (Lei Distrital nº 6.179/2018).		21/11 Encerramento do Projeto ZIPPY			
	15/11 Feriado Proclamação da República					
	20/11 Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (Lei Federal 12.519/2011). (Feriado)					
	23/11 Dia Nacional de Combate à Dengue (Lei Federal nº 12.235/2010).					

	25 a 29/11 Semana Maria da Penha (Lei Distrital nº 6.325/2019).					
--	---	--	--	--	--	--

DEZEMBRO	<p>04/12 Dia do Orientador Educacional (Lei Federal nº 5.564/1968): 04/12</p> <p>Dia do Orientador Educacional (Lei Federal nº 5.564/1968).</p> <p>16/12</p> <p>Distribuição de Turmas.</p>	<p>17/12</p> <p>Formatura</p>	<p>06/12</p> <p>Encerramento com as crianças.</p> <p>11/12</p> <p>Conselho de Classe 4º Bimestre.</p> <p>17/12</p> <p>Formatura</p>	<p>09/12</p> <p>Reunião de Famílias 4º bimestre.</p>	
-----------------	---	--------------------------------------	--	---	--

ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS DE APRENDIZAGEM

Objetivo da Escola: Promover a transformação sociocultural, a partir de uma prática educativa emancipatória, comprometida com a diversidade, com o acesso e a produção de conhecimento que articule o local e o universal e com a formação de pessoas sensíveis, críticas e autônomas que contribuam com a construção de uma sociedade mais pluralista, ética, democrática, solidária e feliz.

Tema: Viajando no Mundo das Infâncias vendo o mundo pelas linguagens da criança.

Metas:

- Assegurar uma educação de qualidade que valorize não apenas as informações e a busca do desenvolvimento cognitivo, mas compreenda a escola como um todo educativo, no qual os estudantes sejam contemplados na humanização do seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, relacional, físico, social, ambiental e econômico, pela ação de toda a Comunidade de Aprendizagem;
- Consolidar a metodologia de trabalho por projetos, implementando os desafios para as aprendizagens e proporcionando vivências para estimular os temas geradores.
- Organizar o trabalho pedagógico da escola como um todo (PPP) de forma coerente e articulada considerando a construção do conhecimento como finalidade social da escola.
- Garantir espaços de ludicidade, múltiplos e flexíveis, com brincadeiras e experimentações; ampliar as oportunidades educacionais, seja nas artes, cultura, esportes ou na vivência das demais experiências. Para isso, os momentos de formação configuraram-se como circunstâncias para compartilhar aprendizagens e experiências, favorecendo, assim, a formação integral do estudante.
- Ampliar os espaços de aprendizagem para além do espaço escolar, abarcando espaços culturais e esportivos diversos, comunidades indígenas e territórios verdes.
- Vivenciar a cidadania, no cotidiano das práticas pedagógicas.
- Estimular e efetivar a construção da Comunidade de Aprendizagem.
- Estimular o resgate de vínculos familiares, articulando o envolvimento da família no processo de formação e desenvolvimento da criança e do adolescente.
- Dinamizar o funcionamento da escola, voltando-se para uma prática didático pedagógica inclusiva, que respeita os saberes e os ritmos próprios.
- Diminuir a infrequência escolar e, conseqüentemente, o índice de evasão.
- Incentivar o ingresso e promover a permanência e a aprendizagem de alunos e alunas: com necessidades educativas especiais (ANEE); indígenas, quilombolas e oriundos dos demais povos e comunidades tradicionais brasileiras; em situação de vulnerabilidade e risco social.
- Promover práticas que levem em consideração a diversidade e as diferenças socioculturais de estudantes, famílias e profissionais da escola.

- Atuar em conformidade com a igualdade e a diversidade de gênero.
- Desenvolver atividades geradoras de motivação, participação, cooperação, coeducação e sociabilidade.
- Oportunizar contatos mais ricos, diversificados e constantes da criança com a leitura, a escrita, a matemática e outras áreas do conhecimento humano, sempre em situações reais, significativas e de prazer, desenvolvendo projetos pedagógicos específicos.
- Estimular situações que favoreçam o fortaleçam a identidade a autoconfiança da Comunidade de Aprendizagem.
- Colaborar para que crianças e adolescentes percebam, reconheçam e expressem seus sentimentos e necessidades.
- Promover o reconhecimento e a apropriação dos saberes do território.
- Trabalhar reagrupamentos intra e extraclasse.
- Discutir e chegar a uma compreensão comum do conceito de economia do bem viver, agregando ações para sua efetivação na Comunidade de Aprendizagem.
- Fortalecer o protagonismo de crianças e adolescentes.
- O aprofundamento da gestão democrática.
- O estabelecimento de relações entre pessoas sob a lógica da cooperação, não da competitividade.
- Uma práxis comunitária baseada em modelo educacional gerador de desenvolvimento sustentável.
- Uma expansão da prática educacional para além de seus muros, envolvendo ativamente a comunidade externa; grupo de pessoas que interage entre si e estabelece relações sociais.
- O olhar para a escuta às crianças.
- Rompimento da lógica tradicional dos tempos escolares (PACHECO, 2014).
- Promover a escola como espaço de difusão e circulação de manifestações culturais, ampliando o repertório cultural das crianças.
- Aprimorar os processos avaliativos, tornando-os cada vez mais qualitativos, permanentes e processuais.
- Fortalecer a participação de todos os atores e segmentos envolvidos na consolidação do PPP; a expansão da prática educacional para além de seus muros, envolvendo ativamente a comunidade externa.
- Manter e ampliar os espaços coletivos de tomadas de decisões, fortalecendo o Conselho Escolar e a Associação de Pais e Mestres (APM).
- Aumentar a presença das famílias na escola.
- Reconhecer os servidores da escola como efetivos educadores.

- Promover continuamente a reflexão sobre a prática pedagógica e realizar formação de educadores de todos os grupos envolvidos na Comunidade de Aprendizagem (docentes, educadores sociais, estagiários, servidores, parcerias diversas etc.), instituindo formação continuada nas práticas e metodologias.
- Promover o acesso e a permanência do aluno na escola pelo maior tempo possível, pleiteando progressivamente junto à Secretaria de Estado de Educação a ampliação do atendimento a estudantes na Educação Integral em tempo Integral do ensino fundamental. Para o cumprimento deste propósito é necessária uma mobilização conjunta entre escola, comunidade, parceiros e poder público a fim de construir a estrutura física necessária e buscar a ampliação do quantitativo de pessoal.
- Aumentar o quantitativo de dispositivos de acesso à internet para pesquisa e desenvolvimento da pedagogia por projetos e promover, tal acesso a todas as crianças, especialmente com dificuldades socioeconômicas e em risco de vulnerabilidade social.
- Alfabetizar todas as crianças que chegam à escola.
- Mapear espaços físicos e virtuais que se constituam como espaços de aprendizagem, bem como talentos da comunidade que possam participar do trabalho pedagógico no processo de troca de saberes.
- Garantir a compreensão da relação entre direitos, deveres e valores, a justificativa de cada dever pactuado e das consequências no caso do seu descumprimento e criar de dispositivos para ajudar o cumprimento dos deveres e a perda de direitos nos casos de não cumprimento dos deveres.
- Oferecer suporte e orientação às famílias em situação de vulnerabilidade (desemprego, diminuição de renda, não acesso a serviços de saúde).
- Manter e estruturar a Comissão de Solidariedade a fim de mobilizar a comunidade etc.
- Reorganizar o trabalho pedagógico de modo a atender todas as crianças e garantir a equidade, saúde coletiva e aprendizagem.
- Fortalecer as coordenações pedagógicas como espaço tempo privilegiado de formação continuada no trabalho.
- Promover a ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicos, científico, esportivas, de saúde e de lazer, com vistas a aprendizagens significativas, que privilegiem a formação multidimensional do estudante.
- Fortalecer as estratégias de ensino por meio de um trabalho articulado, intersetorial e interdisciplinar, com vistas às aprendizagens dos estudantes e à redução defasagem idade/ano, da evasão e da reprovação escolar.
- Estimular e promover o protagonismo juvenil, a fim de despertar no estudante a responsabilidade quanto à sua trajetória de vida.
- Contribuir para a formação integral dos estudantes mediante atividades pedagógicas que valorizem a integridade humana, que os preparem para o mundo do trabalho, para o prosseguimento a níveis de estudos posteriores, com base em valores como respeito às diferenças, companheirismo, fraternidade, justiça, sustentabilidade, perseverança.